

# A IMAGEM MIDIÁTICA DE DILMA ROUSSEFF SOB O OLHAR DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

---

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA



Mentas Abertas

**A IMAGEM MIDIÁTICA DE DILMA ROUSSEFF SOB O OLHAR DA  
ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA**



**A IMAGEM MIDIÁTICA DE DILMA ROUSSEFF SOB O OLHAR DA  
ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA**

---

**ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA**



Mentas Abertas

Copyright © do autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos do autor.

*Capa e diagramação*

Déborah Letícia Ferreira de Sousa

*Conselho Editorial*

Prof. Dr. Maged Talaat Mohamed Ahmed Elgebaly (Aswan University, Egito)

Profa. Dra. Marta Lúcia Cabrera Kfoury-Kaneoya (UNESP, Brasil)

*Comitê Científico*

Prof. Dr. Fábio Marques de Souza (UEPB, Brasil)

Prof. Dr. José Manuel Simões (Universidade de São José - USJ, Macau-China)

Prof. Dr. José Veranildo Lopes da Costa Junior (UERN, Brasil)

Prof. Dr. Manassés Morais Xavier (UFMG, Brasil)

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

---

L732c      Lima, Elizabeth Christina de Andrade.

**A imagem midiática de Dilma Rousseff sob o olhar da Antropologia da Política /**  
Elizabeth Christina de Andrade Lima. – São Paulo: Mentis Abertas, 2022.

308 p. : il. color.

ISBN 978-65-87069-93-7

1. Dilma Rousseff. 2. Imagem pública. 3. Empoderamento feminino.
4. Violência política de gênero. I. Título.

21 ed. CDD 362.83

---

Elaborada por Giulianne Monteiro Pereira

CRB 15/714

Dedico este livro a Dilma Vanna Rousseff, a dama da democracia;  
À minha mãe, Mariene de Andrade Lima, meu eterno amor; que para mim  
sempre será o exemplo de mulher forte, sincera e destemida, que me fez o  
que sou.



# SUMÁRIO

Apresentação ..... 9

## **CAPÍTULO I**

A singularidade do feminino nas eleições de 2010: as campanhas eleitorais de Marina Silva e Dilma Rousseff ..... 21

## **CAPÍTULO II**

A bela, recatada e do lar e a maria louca, ou de como a mídia manipula a notícia ..... 81

## **CAPÍTULO III**

A construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas revistas semanais ..... 93

## **CAPÍTULO IV**

Desfazendo performances de gênero “atravessadas” na mídia: a imagem pública da presidenta Dilma Rousseff ..... 125

## **CAPÍTULO V**

O empoderamento feminino nos discursos de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil ..... 163

## **CAPÍTULO VI**

Misoginia e violência política de gênero dirigidas à presidenta Dilma Vanna Rousseff e parlamentares ..... 225

## **CAPÍTULO VII**

Figurações da candidata Dilma Rousseff nas charges brasileiras: como invisibilizar a mulher na política ..... 273



## APRESENTAÇÃO

O livro que tenho o prazer de trazer à público é resultado de pesquisas desenvolvidas pelo PIBIC/UFMG, nos anos de 2011, e de 2013 a 2021, ou seja, dez anos de pesquisas cujo tema principal foi a Presidenta Dilma Vanna Rousseff, a primeira mulher eleita e reeleita presidenta do Brasil.

Dediquei todos esses anos de estudos e de reflexões para entender como se deu a aparição, ascensão e queda desta personagem ímpar na história recente da cultura política do Brasil. Digo, antes de mais nada, que sou uma profunda admiradora de Dilma Rousseff, pela história de sua trajetória, pelos acontecimentos vividos antes, durante e depois de sua ascensão ao poder.

Pelo menos há vinte anos tenho me dedicado a pesquisas cujo intento é investigar a disputa e mandato das mulheres nos espaços de poder. Sempre me chamou atenção a situação de sub-representação do feminino nos espaços da política. E minhas reflexões levaram a análises que implicam na afirmação de que as mulheres são sub-representadas na política, entre outras razões, como um reflexo de uma sociedade machista, sexista e misógina. No embate das relações de gênero se sobressai o gênero masculino reivindicando para si esse nicho, daí porque as mulheres são excluídas dos maiores investimentos durante a realização de uma campanha; nelas não se investe em formação política; em *marketing* profissional na construção de sua imagem pública; enfim, no investimento político e econômico para que ela possa sair vitoriosa. Tal realidade é percebida tanto nas eleições majoritárias, quanto nas proporcionais.

Quando o nome de Dilma Rousseff é apresentado pelo então Presidente Lula, para lhe suceder no cargo, lembro-me que tive uma grata surpresa e ao mesmo tempo, um frio no estômago. Uma mulher Presidenta?! Em outras campanhas à presidência do Brasil outras mulheres se candidataram, mas as chances de vitória eram mínimas diante do cenário eleitoral respectivo à cada época. Agora não, agora era diferente: existia uma real possibilidade de vitória de uma mulher para presidir o Brasil. Por várias razões: pelo histórico pessoal e político da própria candidata, apesar de os grupos opositores e a mídia hegemônica não admitirem tal biografia; pelo apoio do Presidente Lula, cujo apoio popular, ao deixar o governo era de mais de 80%; pela força da máquina de Estado estar nas

mãos de Lula; por contar com um competente *marketing* político para organizar a sua campanha; pela soma de forças políticas a dar apoio a sua candidatura, dentre outros fatores.

Ao que tudo indicava, pelo menos em termos ideais, tudo transcorreria dentro do esperado, sem grandes sobressaltos do que se espera de uma campanha eleitoral. Mas não foi bem assim que as coisas se deram; Dilma, mesmo à despeito de sua óbvia formação política logo é apresentada, pelos *mass media*, como uma espécie de “poste de Lula”, ou seja, alguém sem as credenciais necessárias para governar e que faria, em seu governo, tudo o que Lula determinasse, sem questionamento algum. Dilma, candidata, teve que carregar essa pecha durante toda a campanha. Inicia-se aí, ao meu ver, a tentativa de desqualificação do feminino; ou seja, a tentativa de colocar a mulher como alguém que não possui competência e os atributos para ascender ao poder político.

Outras construções, igualmente estereotipadas, também se dirigiram a ela: de ser uma terrorista, abortista, lésbica, gerentona, uma mulher que foge, completamente, ao que se espera de uma mulher, “bela, recatada e do lar”. Explicar e desconstruir todos esses estereótipos não foi uma tarefa fácil, nem na primeira, tampouco na segunda campanha das quais participou.

O que minhas pesquisas demonstraram, sobejamente, é que a mulher Dilma, nunca fora totalmente aceita no restrito ambiente masculino, branco, elitista e hetero do poder político no Brasil. Ela foi “aceita”, porque eleita, democraticamente pelo voto, mas não tardou que esses senhores, gatunos do poder, logo encontrassem um pretexto, sem provas, para alijá-la do poder.

O que se viu antes, durante e depois do Processo de *Impeachment* de Dilma, foi uma das páginas mais vergonhosas da história recente do Brasil. Assistir, por horas, um Congresso Nacional, no qual Deputados Federais votaram por tudo, menos pela admissibilidade de alguém que realmente incorreu no crime de responsabilidade fiscal, foi, no mínimo, patético. Votou-se por tudo: pelo cachorro, pela mãe, pelos filhos, pelo Estado representado pelo parlamentar, pela memória de um torturador, pela inocência das crianças etc etc. Certamente daqui há alguns anos, as novas gerações de estudiosos do tema e políticos, minimamente honestos, não de mostrar uma outra versão desse verdadeiro “circo de horrores”.

Sangraram Dilma, sempre. Parte da classe política, da sociedade bra-

sileira não cessou de sangrá-la. A sangraram da forma mais vil, por meio de *memes* a colocando como uma mulher “burra”, analfabeta, sem noção, sem capacidade de comunicação, sem condição de governar; a colocaram como louca, como alguém descompensada, com delírios de poder e de autoritarismo, comparando-a até como uma déspota; a sangraram quando quiseram apagar sua importante história de lutas por um Brasil livre e democrático; quando não foi destacada a sua coragem em não entregar seus companheiros de luta para a morte, e por isso, suportou dias e dias de tortura física e psicológica por parte de seus algozes; a sangraram mais ainda quando ela, por ser uma mulher forte, livre, destemida, corajosa e competente, foi apresentada como uma mulher frígida, seca, sem amor e pulsão no coração, como uma lésbica ou qualquer outro adjetivo que a distanciava cada vez mais da humanidade.

A sangraram, todo o tempo, transformando-a num ser abjeto, sem forma, sem identidade, sem substância corpórea e/ou espiritual. Quanta maldade! Quanto ódio! Como ela incomodou e ainda incomoda! Não posso deixar de registrar, portanto, a minha profunda admiração e respeito por essa mulher que fez história, cuja história orgulharia qualquer cidadão e País se nele não houvesse tanto machismo, misoginia e violência política de gênero.

A classe política brasileira, masculina, elitista, branca e homofóbica tradicional não poderia permitir uma mulher no poder, uma mulher a dar ordens e administrar e gerir o Brasil. Não, isso não! Daí o acionamento dos velhos estereótipos de gênero a ela dirigidos: gerentona, autoritária, mal-amada, solitária, incompetente, sem trato político, inegociável, sem espírito conciliatório, sem capacidade para governar, uma anta, uma jumenta, uma “sem noção”.

Até que, ao enfrentar corajosamente, quase 14 horas de julgamento, respondendo, um a um, de seus julgadores, num dia muito triste para a democracia brasileira, finalmente, por meio de um golpe parlamentar, jurídico, midiático e misógino, retiraram do poder, definitivamente, a primeira mulher eleita e reeleita para a Presidência do Brasil. Em seu lugar, assume, definitivamente o cargo, um homem branco, elitista e hetero, como queria a classe política e parte da sociedade conservadora. A mesma composição de homens brancos, elitistas, velhos e heterossexuais se repete na construção de seu ministério.

As revistas hegemônicas semanais, finalmente e muito felizes, trazem

em suas capas a imagem desse homem, que finalmente, terá dois anos para “colocar o Brasil nos trilhos”; anos depois, nas eleições de 2018, a “extrema direita” chega ao poder e o Brasil vivencia e continua a vivenciar, até o momento, uma espécie de “retorno ao tempo das trevas” por meio de um governo fascista, incompetente, homofóbico e genocida, que permitiu, por meio de um discurso e práticas negacionistas e anti-ciência que a vacina contra a Pandemia do Corona-Vírus, iniciada em março de 2020, que salvou e continua a salvar tantos brasileiros e brasileiras da morte, chegasse tão tarde em nosso país. Esse foi o rescaldo do golpe: assistir a um governo que entregou a Amazônia aos grandes proprietários rurais, mineradores e pecuaristas; que dizimou e continua a dizimar populações indígenas e quilombolas; que espalha, por meio de *Fake News*, o ódio as mulheres, homoafetivos, travestis, pessoas trans, negros, pobres etc. Que produziu, por sua desastrosa política econômica a soma de mais de 12 milhões de desempregados no País. Um governo que vendeu as nossas riquezas e envergonhou o Brasil por sua falta de decoro, de tato e competência para governar o Brasil. Uma vergonha interna e externamente.

A história e a política demonstram que nada é obra do acaso, senão, consequência de uma série de acontecimentos que permitiram a ascensão ao poder do atual presidente Jair *Messias* Bolsonaro. Defendo que para entender até onde o Brasil chegou na arena política, é preciso retornar, pelo menos, a 2010, ano de campanha eleitoral e da vitória da primeira mulher a governar o Brasil.

É nesse sentido que, em pelo menos uma década, tenho dedicado estudos e pesquisas sobre a aparição, ascensão e queda de Dilma Vanna Rousseff no poder do Brasil. Para tanto, nos anos de 2010 e 2011, realizei a pesquisa PIBIC/UFCG intitulada: **A Singularidade do Feminino nas Eleições 2010: As Campanhas Eleitorais de Dilma Rousseff e Marina Silva**. Com a pesquisa analisei as pré-candidaturas de duas mulheres à Presidência da República: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV). O interesse foi tomar essas candidaturas como um marco na reconfiguração da política e do poder dos homens na esfera executiva, tentando trazer para o centro do debate toda uma discussão em torno do impacto promovido por estes novos fenômenos eleitorais e quais as suas contribuições nas ressignificações da política que deixa de ser majoritariamente masculina para ser cingida por novos discursos e novas práticas.

Pesquisei os arquivos da imprensa local e nacional, sobre a cobertura das Eleições Presidenciais de 2010, buscando detectar como foram montadas as imagens e os discursos sobre as candidaturas femininas; além de fazer uso de vídeos das Campanhas Políticas no HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, debates televisivos, discursos proferidos pelas candidatas em seus comícios, músicas de campanha, páginas da *web*, *blogs*, *orkut*, *sites* oficiais da campanha e *charges* sobre a singularidade do feminino produzidas em jornais impressos e na internet.

Nos anos de 2013 a 2014, desenvolvi a pesquisa PIBIC/UFCEG intitulada: **O ciberespaço e a construção da imagem pública de Dilma Rousseff nas Eleições 2014**. Nela busquei problematizar a inserção feminina em espaços de poder. Para tanto, o intento foi analisar a campanha no ciberespaço da candidata à reeleição à Presidência do Brasil, Dilma Vana Rousseff (PT). O intento foi averiguar sobre o papel que as redes sociais, tais como *Facebook*, *YouTub*, *Blog* desempenhou na campanha e na construção da imagem pública de Dilma Rousseff.

No ano de 2014 e 2015 realizei a pesquisa PIBIC/UFCEG intitulada: **A construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff nas Revistas Veja e Carta Capital: Interseção entre Gênero, Política e Mídia**. Tal pesquisa partiu de uma averiguação: passada a euforia da vitória pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, nas Eleições 2014, em uma campanha marcada por denúncias, desaforos e desrespeitos por parte dos candidatos, que protagonizaram uma das campanhas mais vorazes e desconstrutivas para a democracia brasileira um fato me chamou sobremaneira a atenção: a forte presença da mídia escrita, televisiva e do ciberespaço na tentativa de desconstrução da então eleita Presidenta Dilma Rousseff.

Fiz questão de na semana seguinte a posse da Presidenta pesquisar a capa de todas as revistas semanais brasileiras, porque acreditava, que ao modo da primeira campanha, em 2010, ela seria ovacionada e sua vitória comemorada pelo aspecto histórico que tal fato representava. Pois novamente marcava-se o seu protagonismo: a primeira mulher reeleita à Presidência do Brasil. Para minha decepção, nada disso ocorrera; só a Revista *Veja* trouxe a Presidenta na capa e ainda assim com a intenção muito clara de destacar os imensos desafios que ela teria que enfrentar somada a um ambiente de dúvida, se de fato, ela conseguiria governar. As demais revistas: *IstoÉ*, *Época*, *Carta Capital* sequer fizeram menção a tal fato em suas capas, dedicaram não mais que duas páginas para noticiar tal fato

histórico e escolheram, em seus editoriais, tratar de outros temas e assim, literalmente implodiram qualquer possibilidade de destaque a esse fato histórico para a cultura política brasileira.

No período de 2015 a 2016 realizei a pesquisa PIBIC/UFCEG intitulada: **a construção do governo e da imagem pública de Dilma Rousseff nas revistas *Veja* e *Carta Capital*: interseção entre gênero, política e mídia**. Na pesquisa busquei analisar os discursos construídos pelas revistas *Veja* e *Carta Capital* antes e depois da vitória da Presidenta Dilma Rousseff, na campanha de 2014, a partir de um recorte de gênero. Por fim, ficou no período de 2016-2017, desenvolvi a pesquisa PIBIC/UFCEG: **Gênero, Mídia e Política: o *impeachment* de Dilma Rousseff nas revistas semanais**. Nessa pesquisa me chamou atenção a maneira como as revistas hegemônicas semanais noticiaram o processo que findou com o impedimento da Presidenta e saída definitiva do poder. Dependendo da mídia em questão, foram dezenas de matérias produzidas ora acusando a Presidenta e a responsabilizando por sua saída, ora a defendendo, por ser vítima de um golpe. A partir dessa realidade de verdadeira visibilidade da mídia para com a figura da Presidenta pretendi com a pesquisa analisar a construção/desconstrução de sua Imagem Pública por ocasião do processo de *impeachment* nas revistas brasileiras no período de 02 dezembro de 2015 a 30 de agosto de 2016, período no qual é aberto, pelo então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB, o Processo de *Impeachment* e seu afastamento definitivo. Por fim, parti do pressuposto que aqui não está se lidando com uma simples disputa política ou um processo comum de *impeachment*. Trabalho com a premissa de que tal processo foi atravessado por uma clivagem de gênero, marcadamente qualificada para desconstruir não só a imagem da Presidenta Dilma, mas de toda e qualquer governo feminino no comando, em decorrência de uma cultura patriarcal, sexista e machista que nunca digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do poder político no Brasil e que encontrou nos *mass media*, e nas mídias sociais, um importante canal de veiculação e propagação de todo um ideário de gênero marcado, sobretudo, por um discurso misógino.

No período de 2018 a 2019 realizei pesquisa PIBIC/UFCEG com o título: **Relações de Gênero, Mídia e Política: a construção da imagem pública de Dilma e Temer nas capas e matérias de revistas semanais**. O que me chamou atenção para realizar a citada pesquisa foi a maneira

como as revistas hegemônicas noticiaram o processo que findou com o impedimento da Presidenta. Dependendo da mídia em questão, foram dezenas de matérias produzidas ora acusando a Presidenta e a responsabilizando por sua saída, como foi o caso das revistas hegemônicas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, ora a defendendo, por ter sido vítima de um golpe, como o caso das revistas contra-hegemônicas, *Carta Capital* e *Caros Amigos*. Em contrapartida, o intento com a pesquisa foi analisar as capas e os discursos construídos pelas revistas semanais durante o processo que culminou com a saída da Presidenta Dilma Rousseff do poder, o processo de *impeachment*, e o chamado *pós-impeachment*, momento no qual Michel Temer assume o poder interinamente e após o encerramento do julgamento, definitivamente, o cargo de Presidente do Brasil, a partir de um recorte de gênero, com o objetivo de problematizar até que ponto as narrativas sobre essas duas figuras públicas não fizeram perdurar os estereótipos de gênero a fim de constranger a ação política e administrativa das mulheres e a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, por meio de um processo que se retroalimenta. Por fim, ficou claro que não se está aqui lidando com uma simples disputa política ou um processo comum de *impeachment*. Na verdade, o julgamento e o *impeachment* foi atravessado por uma clivagem de gênero, marcadamente qualificada para desconstruir não só a imagem da Presidenta Dilma, mas de toda e qualquer governo feminino no comando, em decorrência de uma cultura sexista, machista e misógina que nunca digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do poder político no Brasil.

No período de 2019 a 2020 realizei a pesquisa PIBIC/UFCG intitulada: **Dilma por ela mesma: o empoderamento feminino nos discursos da primeira mulher Presidenta do Brasil**. Para dar conta do presente projeto, pesquisei e analisei os discursos proferidos e as entrevistas concedidas pela Presidenta Dilma durante sua vida pública, com especial atenção as duas campanhas eleitorais: 2010 e 2014, seus dois governos, e o processo de *impeachment* e o *pós-impeachment* em diferentes fontes, tais como: discursos oficiais disponíveis na Biblioteca do Senado Federal, entrevistas concedidas a revistas e jornais semanais, para detectar até que ponto, os referidos discursos proferidos pela Presidenta possui um conteúdo narrativo de empoderamento do feminino. Em outras palavras, até que ponto a Presidenta intencionou usar a categoria gênero feminino, como uma estratégia de enaltecer e ao mesmo tempo, encorajar a presença das

mulheres em espaços tais como: na política e em diversos outros campos profissionais até então considerados como majoritariamente masculinos.

No período de 2021 e 2022 desenvolvi o projeto de pesquisa do PIBIC/UFMG intitulado: **Misoginia e Violência Política de Gênero dirigidas a mulher política: o caso da ex-Presidenta Dilma Vanna Rousseff**. Com esta pesquisa analisei as narrativas e imagens, sejam elas fotográficas, ou em forma de *memes*, *cartun*, ou de *charges*, veiculadas na grande mídia impressa e na Internet, que trazem um conteúdo explícito de práticas de misoginia e de violência política de gênero durante as campanhas eleitorais e mandatos da Presidenta Dilma Vanna Rousseff até a consumação do *impeachment* que culminou na interrupção de seu segundo mandato. A pesquisa cobriu os anos de 2010 a 2016. A análise foi feita a partir de um recorte de gênero, com o objetivo de problematizar até que ponto tais narrativas e imagens reforçaram os estereótipos sobre o feminino, a fim de constranger a ação política e administrativa de Dilma Rousseff, por meio de um processo que se retroalimenta. Defendo a análise de que a violência política de gênero a ela dirigida, pelos mais diversos *mass media*, contribuiu para a desconstrução de sua imagem pública. Não há a menor dúvida de que a chamada grande mídia teve papel preponderante na formação de um grupo de consumidores de informação de massa, que absorveu esse discurso e o propagou em outros *mass media*. Nestes meios enfatizo o poder de alcance da Internet. Foi observado a existência de uma verdadeira escala crescente de discursos e imagens que tentaram, sucessivas vezes, a desqualificar. Seja no formato de manifestações públicas, textos, vídeos, *charges*, *memes*, abaixo assinados *on-line*, dentre outras formas de pressões e ataques orquestrados e ocorridos no Brasil por grupos que se auto intitulam de Revoltados *on-line*, Vem pra rua, Movimento Brasil Livre (MBL) ou SOS Militares, o discurso de misoginia e de violência política de gênero a ela dirigidos.

Acredito que toda essa construção de violência destinada as mulheres que disputam e ocupam espaços de poder não acontece por acaso; tais práticas fazem parte de um contexto social que, por meio do discurso da mídia de massa, revela que apesar dos avanços importantes nas lutas feministas por direitos e espaço dentro da nossa sociedade, muito ainda há que se alcançar, particularmente no âmbito da disputa política.

Por fim, o intento é trazer à tona à reflexão de que tentativas de desqualificar o feminino podem, por meio da noção de violência política de

gênero, ou seja de uma série de mecanismos sistemáticos que atentam contra a mulher em situação de vida pública e política, seja através de agressões, de xingamentos, de tentativas de calá-las, de interrompe-las, de expor sua vida íntima e sexual, tem, na verdade, por objetivo impedir a presença e a participação das mulheres num meio construído e tradicionalmente ocupado pelos homens.

Destas experiências de pesquisa, do qual sou grata a vários bolsistas que me ajudaram nesse percurso, surgiu a ideia de propor uma espécie de compilação das pesquisas realizadas e ampliadas do ponto de vista teórico, metodológico e empírico.

Neste sentido, o livro é composto de sete capítulos: no primeiro, **a singularidade do feminino nas eleições de 2010: as campanhas eleitorais de Marina Silva e Dilma Rousseff**, analiso a campanha das duas candidatas para demonstrar como elas constroem suas imagens públicas, até que ponto reivindicam para si uma singularidade do feminino com o intento de não só se destacarem, mas se diferenciarem das candidaturas masculinas.

No segundo capítulo intitulado: **bela, recatada e do lar e a maria louca, ou de como a mídia manipula a notícia**, analiso como se deu a construção dos *mass media* das figuras da primeira dama do então vice-presidente Michel Temer, Michela Temer, na revista *Veja* e de como Dilma foi apresentada como uma louca, sem condições de governar o país, segundo a narrativa da revista *IstoÉ*. O intento é confrontar esses dois modelos de “ser mulher” e suas consequências para a luta feminista e a luta das mulheres por espaços de poder.

No terceiro capítulo: **A construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas revistas semanais**, analiso como os meios de comunicação de massa no Brasil, ao relatarem sobre a política brasileira, os fazem, a partir de um recorte de gênero; isto é, através de toda uma simbologia narrativa e adjetivações pautadas na ideia de que a política é um espaço do masculino, acabam por ajudar a reproduzir todo esse ideário, presente na sociedade de que a política não é nem deve ser lugar para o feminino.

No quarto capítulo: **Desfazendo performances de gênero “atravesadas” na mídia: a imagem pública da Presidenta Dilma Rousseff**, trabalho com a noção de corpo e de performance para analisar como a mídia construiu uma imagem de Dilma altamente depreciativa e desrespeitosa

à mulher, à avó, à Presidenta. Seja pelo uso de *memes*, cartazes, adesivos, *charges* etc, a Presidenta foi achincalhada por críticas ao seu vestuário, linguagem, conhecimento, beleza física. É vasta a produção de figuras ilustrativas e discursos com o intuito de desconstruir a capacidade de governo da primeira mulher a governar o Brasil. É um artigo onde se demonstra e se questiona até que ponto é lícito o uso de diferentes fontes de informação, seja ela por meio de *memes*, *charges*, adesivos ou mesmo discursos narrativos cujo fim é repleto de desrespeito ao outro, como se não houvesse limites para delimitar até onde é possível a exposição negativa de figuras públicas e/ou de destaque nacional em diferentes áreas.

No quinto capítulo intitulado: **O empoderamento feminino nos discursos de Dilma Rousseff, a primeira mulher Presidenta do Brasil**, trabalho com os discursos oficiais proferidos pela Presidenta Dilma, durante seus quase dois governos, bem como com as entrevistas por ela concedidas a diferentes revistas hegemônicas semanais. A ideia básica que norteia o artigo é a defesa de que sim, Dilma tanto do ponto de vista de seus discursos públicos, quanto do ponto de vista das políticas públicas, inaugurou e implementou um destaque nunca auferido, com tanta ênfase, a mulher brasileira. Portanto, a tentativa de empoderar o feminino atravessa todo o seu governo e chamar atenção para esse ponto, parece ser algo extremamente interessante porque, por meio dele, as mulheres, principalmente as mais necessitadas economicamente, tiveram acesso a políticas públicas exclusivas para elas, e tal feito, se concretizou como uma política de Estado.

Já no sexto capítulo: **Misoginia e violência política de gênero dirigidas a Presidenta Dilma Rousseff e parlamentares**, analiso que para além das dificuldades das mulheres ascenderem ao poder, quando chegam para exercer seus legítimos mandatos, são sistematicamente alvos fáceis de violência política de gênero. Muitas são as estratégias para o uso da violência de gênero, para a desqualificação, destruição do feminino, seja por meio da violência política que não respeita o lugar de fala e a fala das parlamentares, seja por meio da tentativa de criar a pecha de que a mulher política não tem competência para a política, e de que toda sua ação política não possui relevância, conteúdo e mesmo importância, ou ainda pela tentativa de erotizar o corpo da mulher política como se seu principal atributo devesse ser um certo modelo de beleza, que acaba por ser acionado para classificar a beleza plástica ou a ausência desta, entre elas.

No sétimo e último capítulo intitulado: **Figurações da candidata Dilma Rousseff: como inviabilizar a mulher na política**, analiso parte da produção chargística com o tema das campanhas eleitoras de 2010 e 2014, além do processo de *impeachment*, por ela sofrido, para demonstrar como a charge, mesmo tendo o caráter despretensioso com a verdade, e cujo intento é divertir, ajudou e ajuda na construção da Presidenta Dilma como uma mulher sem capacidade administrativa, insegura, temerosa para governar.

Confesso do meu prazer de trazer à público este livro; resultado de tantos anos de pesquisa e de indignação em vivenciar um tempo de um Brasil de retrocessos, de injustiças, de traições, de um jogo de poder nada republicano, de “caça às bruxas” e de profunda hipocrisia política, num palco de horrores onde se destroem reputações, se mente e se produzem notícias com igual finalidade. Triste página de nossa história que as gerações futuras saberão julgar com justiça, verdade e respeito a mulher política e a (res)pública, assim espero.



# A SINGULARIDADE DO FEMININO NAS ELEIÇÕES DE 2010: AS CAMPANHAS ELEITORAIS DE MARINA SILVA E DILMA ROUSSEFF

*Quando uma mulher ingressa na política transforma-se a mulher,  
quando muitas mulheres ingressam na política transforma-se a política.*

**(Michelle Bachelet)**

Até bem pouco tempo falar em candidaturas femininas no Brasil para o parlamento soava quase um absurdo, o que dizer para a campanha à Presidência da República! Depois das vitórias de Michelle Bachelet no Chile e de Cristina Kirchner na Argentina, o panorama das Eleições na América Latina e do significado da prática política, parece abrir espaço para novas representações e configurações de candidaturas femininas. A grande novidade da Campanha Eleitoral de 2010 foram as candidaturas de duas mulheres à Presidência da República, Dilma Vana Rousseff Linares (PT) e Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima (PV). Até então, em toda história da prática democrática e eleições diretas no Brasil, algumas mulheres já se candidataram, mas nunca além de mais de duas se candidataram a cada campanha e nunca nenhuma delas sequer chegou à disputa no segundo turno:

Nos últimos vinte anos houve diversas mulheres disputando as eleições presidenciais: Livia Maria (PN) obteve 179.896 votos (0,26% dos votos válidos), em 1989. Thereza Ruiz (PTN) somou 166.138 votos (0,25%), em 1998. Ana Maria Rangel (PRP) recebeu 126.404 votos (0,13%), e He-loísa Helena (PSOL) alcançou 6.575.393 votos (6,85% da votação válida), conquistando o terceiro lugar na corrida eleitoral, atrás apenas de Lula (PT) e Alckmin (PSDB). (ALVES, 2009, p.10)

As duas candidaturas, e a conseqüente e expressiva vitória da candidata Dilma Rousseff, em segundo turno, concorrendo com o candidato José Serra, obtendo Dilma 56,05% dos votos, contra 43,95% de Serra, certamente não só abalou as estruturas e as percepções do espaço da política, que tem sido ao longo da história, ocupado majoritariamente por homens, como provocou à discussão sobre a emergência do feminino na política.

Nesse texto tomamos como caso para análise, como se realizaram as

campanhas das duas mulheres à Presidência da República: Dilma Vana Rousseff Linhares (PT) e Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima (PV). Interessa-nos tomar essas candidaturas como um marco na reconfiguração da política e do poder dos homens na esfera executiva, tentando trazer para o centro do debate toda uma discussão em torno do impacto provocado por estes “novos fenômenos eleitorais” e quais as suas contribuições nas ressignificações da política que deixa de ser majoritariamente masculina e passa a ser plasmada por novos discursos e novas práticas do feminino e do “ser mulher” e que desembocou, segundo nossa visão, numa “guerra” de gênero.

Durante séculos a mulher foi vista pela sociedade como sendo comumente uma pessoa destinada a ocupar o espaço privado, ou seja, a casa – as atividades domésticas, a procriação e os cuidados com marido e filhos. Sua participação nas decisões do lar, da família era irrisória ou até mesmo inexistente. Na vida social e política então, era algo totalmente impensado. Os espaços de discussões políticas sempre foram quase que totalmente masculinos. No entanto, como destaca Barreira (2008, p.143) “ao longo do tempo, as restrições feitas às mulheres tornaram-se inócuas pela presença cada vez mais significativa de representantes do sexo feminino em cargos políticos”.

Desde 1927 quando a primeira mulher brasileira conquistou o direito ao voto, a presença da mulher no espaço e disputa político partidária, antes exclusivamente masculino, tornou-se uma constante. Em 1928 o Brasil elegeu a primeira prefeita, Alzira Soriano, na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, pelo Partido Republicano; em 1932 algumas mulheres obtiveram o direito ao voto e em 1946 este voto passa a ser obrigatório no Brasil. Em 1933, foi eleita a primeira Deputada Federal, a médica Carlota Pereira de Queiroz, pelo Estado de São Paulo. Em 1979 é eleita a primeira Senadora, Eunice Micheles (PDS-AM), que assume uma cadeira no Senado após a morte do titular, João Bosco de Lima. Em 1982, a professora Maria Esther Figueiredo Ferraz é a primeira Ministra de Estado, ficando com a pasta da Educação; em 1994, no Estado do Maranhão, Roseana Sarney se torna à primeira mulher a comandar um Estado brasileiro.<sup>1</sup>

No ano de 1995, é criada a Lei 9.100 que destina uma cota mínima de 20% das vagas para cada um dos sexos nas eleições municipais; no

---

<sup>1</sup> Fonte: A República das Mulheres: sob o domínio do terninho. Revista Época, 20 de junho de 2011. p.50 a 54.

ano de 1997 através da revisão do dispositivo dessa Lei, é estendido o percentual de 30% das vagas para cada um dos sexos e desta feita, para as Eleições municipais e proporcionais. No entanto, dados das duas últimas eleições gerais mostram que esta lei não tem sido cumprida, como deveria e, quando cumprida, não se dá pela igualdade de disputa entre homens e mulheres, mas sim por interesses partidários e até mesmo pessoais. A desconfiança acerca da capacidade das mulheres, as rotulações de “apadrinhadas”, “despreparadas” ou “submissas”, ou seja, o forte preconceito e estigma negativo a elas dirigidas são algumas das maiores dificuldades ainda enfrentadas no momento em que buscam pleitear um cargo político.

Diante de um quadro de tantas dificuldades e adversidades as candidaturas femininas passaram a ser lançadas e observadas como símbolos de superação, como tentativas de provar que competência e trabalho são características passíveis de serem desenvolvidas independentemente de sexo:

A existência de símbolos e estratégias discursivas, vigentes por ocasião de candidaturas femininas é revelador de que as mulheres adentram a vida política por meio de ritualidades específicas emprestando a essa entrada a capacidade de ‘romper barreiras’. Em tal circunstância, é enfatizada a capacidade para o exercício da função, em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e mau desempenho político. (BARREIRA, 2008, p.153)

Buscamos questionar até que ponto é possível afirmar que as candidaturas femininas trazem consigo um diferencial em relação às candidaturas masculinas. Ou seja, que atributos específicos do “ser mulher” são postos em destaque na construção do perfil de uma candidata. Nestes termos, esse texto tem por objetivo identificar a condição de gênero, algumas vezes implícitas nas campanhas eleitorais; os discursos, símbolos e comportamentos utilizados pelas mulheres durante suas aparições públicas como candidatas.

A disputa presidencial de 2010 apresentou aos brasileiros dois fenômenos de votação e popularidade, Dilma Rousseff e Marina Silva. As candidaturas das mesmas nos permitiram realizar algumas incursões sobre a construção de atributos pessoais, valores e qualidades “tipicamente

femininos” concebidos em um espaço privado e pessoal, que a partir das candidaturas configuraram-se como criadores do espaço político. Tratar e problematizar sobre esses valores “tipicamente femininos”, presentes nas campanhas de Marina Silva e Dilma Rousseff, na busca da presença ou não, enquanto estratégia política, de uma “singularidade do feminino” é o nosso objetivo nas páginas a seguir.

## PERFIL DAS CANDIDATAS E BASTIDORES DA CAMPANHA 2010

Marina Silva começou sua trajetória pública ainda muito jovem. Logo se engaja em movimentos sindicais e, ao inscrever-se em um curso de liderança rural conheceu quem viria a ser o seu companheiro de luta, Chico Mendes. Em 1984 ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Acre. Em 1988 foi eleita Vereadora também no Acre e em 1990, Deputada Estadual. Em 1994, aos 36 anos, foi eleita a Senadora mais jovem do Brasil e em 2002, novamente eleita Senadora, sempre com votações bastante expressiva. No primeiro mandato de Lula foi Ministra do Meio Ambiente, em 2009, deixa o Partido dos Trabalhadores (PT) e filia-se ao Partido Verde (PV). O chamado “Movimento Marina Silva” nasceu em 2007 quando em um encontro informal, simpatizantes a elegeram como a melhor para encarnar o papel de Presidenta após Lula. Uma primeira iniciativa foi à distribuição anônima de *bottons* com a frase “Marina Silva Presidente”. Porém só em 2009 Marina anunciou sua vinculação ao PV e a real intenção de disputa presidencial em 2010. A criação de uma imagem com *slogan* “A cara do Brasil” tornou-se um dos símbolos de sua campanha.



Marina Silva desenvolveu sua campanha de maneira simples e ao mesmo tempo marcante. Sua postura serena transmitiu segurança e credibilidade, e com tal imagem pública (GOMES, 2004) conquistou milhares de adeptos e eleitores. Analisando o desenrolar de sua campanha podemos observar que os temas mais enfatizados foram educação e criação de empregos para os jovens, o meio ambiente e a sustentabilidade, além da criação de oportunidades às mulheres, chefes de família, para que estas possam sustentar com dignidade seus filhos. As mídias sociais, bem como as redes sociais, foram destaques na construção de sua campanha.



Candidata Marina Silva

Já a candidata Dilma Rousseff ingressa nos bastidores da política muito cedo; aos 19 anos inicia uma luta contra a Ditadura Civil Militar, passa a integrar o movimento de resistência política na clandestinidade. Dilma militou no Comando de Libertação Nacional (Colina) e posteriormente na Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR - Palmares). Ela é perseguida, presa e torturada por três anos, durante o regime militar. Após o fim da Ditadura muda-se para Porto Alegre onde começa a trilhar sua carreira política. Lá exerce os cargos de Secretária da Fazenda, Diretora-geral da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Presidente da FEE (Fundação de Economia e Estatística), Secretária de Minas, Energia e Comunicações do governo Collares e do governo Dutra no Rio Grande do Sul. Sua competência garantiu-lhe o ministério de Minas e Energia, a presidência do Conselho da Petrobrás e o ministério da Casa Civil, cargos

antes, nunca ocupados por mulheres.



Candidata Dilma Rousseff

Sua campanha foi bastante tensionada devido ao acirramento, sobretudo no segundo turno, com seu opositor José Serra. Sua candidatura foi marcada pela exploração de diversos assuntos referentes à sua trajetória pessoal e política. Todo um Circuito de Boatos (BARREIRA, 1998) acerca das suas convicções religiosas, pondo-a em conflito com igrejas evangélicas e a CNBB marcaram intensamente o pleito. Sua posição em relação à descriminalização ou não do aborto e referências até mesmo a uma possível orientação homoafetiva acompanharam Dilma durante toda a sua campanha.

#### DILMA

Já defendeu o aborto, mas hoje diz tratar-se de saúde pública

“ 2007  
Acho que tem de haver discriminação do aborto. No Brasil, é um absurdo que não haja



“ 2009  
Abortar não é fácil pra mulher alguma. Duvido que alguém se sinta confortável em fazer um aborto. Agora, isso não pode ser justificativa para que não haja a legalização

“ 2010  
Tanto eu quanto o presidente Lula não defendemos o aborto. Defendemos o cumprimento estrito da lei

Escândalos no ministério da Casa Civil, cargo então ocupado por Dilma, foram explorados ao máximo por seu principal opositor. O “apadrinhamento” de seu braço direito, o Presidente Lula, foi também tema recorrente,<sup>2</sup> já que o lema da sua candidatura era “Para o Brasil Seguir Mudando”, alusão a uma continuação do governo Lula. Geração de emprego, segurança pública, mais oportunidades para as mulheres em todas as esferas e erradicação da pobreza, foram alguns dos temas mais discutidos pela candidata durante a sua campanha eleitoral.



## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O ponto de partida de uma investigação científica baseia-se em um levantamento de dados; assim fizemos um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados no Brasil sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Dentre eles, destacam-se os trabalhos antropológicos que analisam como os indivíduos compreendem, experimentam e definem o lugar da política em sua prática cotidiana e como acompanham e que significados atribuem a emergência e participação das mulheres na política, oferecendo-nos um rico e substancial material teórico a subsidiar a nossa investigação e análise do tema em tela. Autores como GOLDMAN & PALMEIRA (1996), KUSCHNIR (2007), BARREIRA (1998), GOMES

<sup>2</sup> Convém acrescentar que a candidata Marina Silva também não ficou isenta de sofrer as mais variadas acusações infundadas, afirma Alfredo Sirkis; “em diversas ocasiões sua campanha foi prejudicada por *parti pris* do ‘jornalismo de tese’: ia ser uma Heloisa Helena II, estava a serviço de Serra para ser sua vice, estava estagnada, não ia passar dos 5%, não ia passar dos 9%, não estava na disputa a sério, era monotemática na questão ambiental, era fundamentalista religiosa. Quantas matérias não foram feitas em torno dessas pautas.” (SIRKIS, 2011, p.21)

(2004), HEREDIA, TEIXEIRA & BARREIRA (s.d), TEIXEIRA & CHAVES (2004), MIGUEL (2011), entre outros, foram importantes referências teóricas analisadas.

Nesse exercício analítico e de forma mais empírica, buscamos detectar, através dos *sites* oficiais de campanha das candidatas, dos *Blogs*, *Orkut*, *Youtub*, *Twitter*, HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – das candidatas, debates televisivos e revistas semanais, os variados discursos utilizados pelas candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva na construção do que estamos chamando de uma “singularidade do feminino”, ou seja, de uma fala que tenta exaltar a inserção da mulher na política, principalmente por meio de distintivos simbólicos e práticos que a distanciam e a diferenciam do universo masculino e que, ao mesmo tempo, busca marcar uma singularidade no interior da disputa entre as candidatas mulheres. Nesse sentido, adotamos a linha de interpretação proposta por Irllys Barreira para quem:

a presença de candidaturas de mulheres em campanha política está, portanto, submetida a uma série de rituais que aparecem na constituição dos discursos, na produção de imagens e outros símbolos dotados de características específicas. As mulheres portam um capital simbólico constituído por dotes pessoais naturalizados e transformados em capital político. É possível também deduzir que as campanhas políticas ritualizam antigos conflitos da sociedade, envolvendo as lutas simbólicas entre sexos. (BARREIRA, 1998, p.107-108)

Em outras palavras, o fato de ser mulher já é, por si só, bastante emblemático se confrontado ao ser homem, por exemplo. Os papéis sociais de homens e de mulheres têm sido, ao longo da instituição das culturas, não só ritualizados, mas bastante cristalizados e muito bem definidos; igualmente os lugares de mulheres como construções espaço-temporais a partir dos sentidos atribuídos aos espaços público e privado têm servido não só na definição e demarcação desses espaços, naturalizando-os, como de fomentadores de imagens, discursos e rituais que propiciam a standardização e o confronto de disputa por espaços de poder entre homens e mulheres.

Assim várias representações sobre o ser homem e o ser mulher são estrategicamente construídas no jogo do embate político. Nesses termos

acrescenta Irllys Barreira (1998, p.106):

Pensar sobre a existência de uma simbologia das candidaturas femininas pressupõe também indagar se essas candidaturas trazem especificidades, sobretudo se comparadas a candidaturas masculinas. Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, a ética ou valores femininos que lhe são atribuídos naturalmente tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação política.

Convém acrescentar que as mulheres também entram na política de forma emblemática, utilizando-se de símbolos e estratégias discursivas para se destacarem num ambiente predominantemente masculino. Esses discursos demarcam um lugar de “ser mulher” utilizando-se da “identidade de gênero”, herdada historicamente através da luta feminista pela sua emancipação. Neste sentido, cria-se uma espécie de simbologia das candidaturas femininas, as quais irão incluir discursos, emblemas e símbolos que justificam a presença das mulheres na política.

Como isto aparece nas campanhas femininas? Comumente as mulheres se autodenominam portadoras de valores universais que ainda não foram corrompidos pelo “lado sujo” da política, tais como: sinceridade, verdade, sensibilidade etc. Utilizando-se disto, as candidatas se colocam numa posição que lhes favorece e as potencializam a superarem os seus adversários do sexo oposto. Outra perspectiva é colocar a falta de experiência como algo positivo, porque fora das práticas tradicionais utilizadas pelos homens, as candidatas femininas se auto-afirmam como “incorruptíveis”. Daí a necessidade de dar visibilidade nas campanhas às suas trajetórias e feitos profissionais, transformando a inexperiência em virtude e a mulher em uma espécie de guardiã da integridade ética e moral.

É esse “nós mulheres” que Irllys Barreira (1998) identifica como a busca de um modo específico de fazer política baseado em espaços de identificação na condição de gênero. Valores que estão acima das questões partidárias, mas que se somam a eles para justificar um lugar para a mulher na política partidária.

Baseadas em todas essas necessárias ponderações e relativizações sobre o “ser mulher” sendo necessário, antes de mais nada, dessubstancia-

lizar qualquer tipo de sentido ou significado que leve necessariamente a produção de “tipos ideais” de ser homem e de ser mulher, e tomando então as relações de gênero como construções culturais abertas a práticas táticas e estratégicas incessantes, interessa-nos apresentar o que doravante denominaremos de “prática política feminina” utilizadas pelas candidatas nas eleições de 2010.

Em outras palavras defendemos que as referidas candidatas, na arena da disputa eleitoral, se utilizaram de sua imagem de mulher para conquistar não só o voto, mas a legitimidade de suas candidaturas a partir de um discurso, sobretudo, sexuado. Assim, o ser mulher, o ser mãe, o ser dona-de-casa, serve como uma espécie de contrapeso, de alternativa a desconstruir e despolarizar a luta política nacional. As referidas candidatas se apresentaram aos seus eleitores sobretudo, como a alternativa de mudança, de transformação completa dos “vícios políticos”, enredados pela sucessão alternada do “poder dos homens”. Em outras palavras, ao se utilizarem de certos “ritualismos do feminino”, para usar uma expressão cunhada por Irllys Barreira (1998), as candidatas Dilma e Marina acumularam “capital simbólico” e os transformaram em “capital político”.<sup>3</sup>

Assim, acreditamos que pensar em candidaturas femininas é pensar em discursos, gestos e comportamentos voltados para o ser mulher, pautados diretamente em sua condição de gênero. “Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligadas à moral, à ética, ou a valores considerados ‘femininos’, naturalmente atribuídos, tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros” (BARREIRA, 2008, p. 154). As campanhas de candidatas fazem forte alusão à condição de mãe, de esposa, de dona de casa, ou seja, de mulher zelosa, sensível preparada para cuidar dos “seus” rigorosamente.

As mulheres são vistas como honradas, virtuosas, dedicadas, honestas, capazes de lutar e cuidar dos interesses de sua família, as mulheres candidatas trazem para suas campanhas essas visões e as inserem no contexto político. A crença em um possível “sexto sentido” feminino parece garantir a elas uma maior credibilidade e capacidade de enxergar além

---

<sup>3</sup> O Poder simbólico é segundo Bourdieu, “um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma autoridade, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (...) O homem político retira a sua força política da confiança que o grupo põe nele.” E o Capital Político é “uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.” (BOURDIEU, 1989, pp.187-188).

dos homens. A construção da candidatura feminina se baseia, igualmente, na apresentação de sua imagem plástica, já que a beleza física é construída culturalmente como algo intrínseco à condição de mulher. Baseia-se, ainda, na ideia da renovação já que estas muitas vezes não dispõem de experiência política e se apresentam como “o novo”, que ainda não tiveram oportunidade e por isso mesmo não compactuam com as práticas já existentes. A ênfase na preocupação com os núcleos “esquecidos” pela sociedade (mulheres, negros, gays) se faz presente na construção de seus perfis políticos. Ocorre também a

tentativa de acrescentar aos atributos pessoais da candidata qualidades que são comumente designadas como sendo próprias do universo masculino. Substantivos como fortaleza, coragem, garra, força, e adjetivos como guerreira, destemida, corajosa são comumente usados em slogans ou músicas de campanha. (BARREIRA, 2008, p.155)

Essas expressões são unidas às “qualidades femininas” e permitem que a candidata desenvolva um perfil mais forte e mais competente em relação a seu adversário, já que esta possui atributos de seu universo e também do universo masculino. Como poderemos observar, as candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva fizeram uso constante da sua condição de mulher, qualidades próprias e percepções que “só uma mulher, só uma mãe” podem ter foram alguns dos argumentos utilizados. No entanto, para as candidatas não basta ser mulher, suas intenções estavam voltadas para a construção de um novo perfil político que “desse continuidade ao que está certo”, mas que acima de tudo, introduzisse um “novo olhar”, uma “nova maneira” de fazer política.

Valores que acompanham os perfis das candidatas, a apresentação de histórias pessoais e políticas assim como a evidenciação de características, gestos femininos, discursos voltados para a mulher, convocação de atos específicos para elas e a afirmação de valores considerados tipicamente femininos, foram utilizados na formação de suas identidades políticas. “O Brasil está preparado para ter uma mulher na Presidência da República. Tenho sinalizado isso.”, afirmou Marina Silva em um de seus pronunciamentos a imprensa; “Eu sempre acho que quanto mais mulher [na política] melhor”. Igualmente afirmou em outro pronunciamento, Dilma Rousseff.

## CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PÚBLICAS DE MARINA SILVA E DILMA ROUSSEFF

A partir do anúncio das candidaturas de Marina Silva (PV) e Dilma Rousseff (PT), o ano de 2010 mostrou ser um possível início do reconhecimento da força da figura feminina na política brasileira. A mulher que na nossa sociedade comumente tem sido vista como o sexo frágil e delicado; a partir dessa rotulação encontrou características ou até mesmo qualidades, que podem ser usadas a seu favor, que podem ser vistas como características inexistentes no sexo masculino. A maternidade inspira nas mulheres um maior cuidado, compaixão e tolerância em relação aos outros. O ser mãe parece permitir que as mulheres sejam logo associadas ao zelo, a um olhar porque não, mais humano. Uma mulher inserida em um meio essencialmente masculino pode contribuir para a efetivação de ações criadas para tratar do bem estar dos outros. É assim que as mulheres muitas vezes se lançam e tem sido vistas pelos eleitores no campo político.

Marina Silva e Dilma Rousseff têm biografias que comprovam sua força, dedicação e luta no que diz respeito as ações políticas e sociais. Mulheres que enfrentaram desde muito cedo as barreiras do preconceito e o peso do machismo fortemente arraigado numa sociedade conservadora como a brasileira. A votação expressiva que ambas receberam na Campanha Eleitoral de 2010 demonstra que apesar das enormes barreiras, a maioria dos eleitores brasileiros decidiu dar uma chance à mulher.

As campanhas eleitorais das candidatas, especialmente no primeiro turno, não se mostraram como se previa, fortemente pautadas no discurso de gênero. A “singularidade do feminino” foi utilizada mais explicitamente ao longo do processo de disputa para o segundo turno, quando Dilma passou a ser a única candidata mulher.

As duas candidatas Marina Silva e Dilma Rousseff, tentaram, cada uma a sua maneira, construir a sua identidade e trajetória política, bem como uma singularidade do feminino com vistas a conquistar o voto do eleitor.

No ano de 2009, Marina anuncia a sua vinculação ao PV e manifesta uma real intenção de disputa presidencial em 2010. A criação de uma imagem com *slogan* “A cara do Brasil” tornou-se um dos símbolos de sua

campanha. No entanto o *slogan* “seja +1” foi o mais utilizado na campanha oficial. O desenrolar da campanha de Marina Silva foi denominado por ela mesma de “Luta de Davi contra Goliás”, uma analogia à passagem bíblica e ao enfrentamento que a esperava contra dois fortes, inclusive economicamente, candidatos, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB).



Marina Silva que dispunha de pouco mais de um minuto de Propaganda Eleitoral Gratuita encontrou na Internet e nas Redes Sociais um excelente aparato capaz de difundir suas ideias não só pelo Brasil, mas pelo mundo todo. A “Casa de Marina” e a “Sala de Marina” são alguns desses exemplos. Nada mais aconchegante e seguro do que nossa casa, a campanha de Marina chamou eleitores e simpatizantes a inscrever-se em seu *site* para assim inserir sua casa no movimento. Essa inserção teria como objetivo unir pessoas em prol da candidata, difundir suas propostas e chamar mais eleitores para o seu lado. Assim como a “Casa de Marina”, a “Sala de Marina” tornou-se um espaço onde a candidata debatia propostas, recebia convidados e respondia a questões propostas por eleitores.



A “Casa de Marina”

Além do *Blog*, Marina se destacou bastante pela força que demonstrou ter através do *Twitter*. Dona de um dos *Twitter's* mais acessados e comentados do mundo, Marina utilizou a ferramenta para chamar eleitores a irem às ruas, promoveu diversos *twittaços* que incitavam os militantes a promoverem atos públicos e disseminarem suas propostas. A Internet também foi sua aliada na arrecadação de recursos para a sua campanha. Seu *blog* dispunha um espaço onde 43 razões, alusão ao seu número de partido, eram dadas como motivos para eleger a candidata. Uma dessas razões era o fato dela ser a primeira mulher a poder cuidar do Brasil:

Marina está em sintonia com o século 21. Ela acolhe e estimula o diálogo, é um novo modelo de liderança que integra razão e emoção. Será a primeira mulher a cuidar do Brasil. (Blog de Campanha de Marina Silva)

Através de um discurso de preservação e defesa da ética na política e dos valores de preservação da vida e da natureza, Marina Silva afirmou durante a sua campanha que não iria aderir à campanha do “vale-tudo” onde denúncias, calúnias e escândalos foram lançados ao povo a fim de vencer a eleição a qualquer custo. Segundo ela, o final do 1º e todo o 2º turno mostraram a adesão de seus adversários a esse tipo de campanha.

Apesar de algumas notícias, veiculadas nos meios de comunicação, de forma estratégica, tentarem retirá-la da disputa, polarizando as eleições, Marina mostrou-se o confiante e solicita aos eleitores que lhe dessem a oportunidade de chegar a um eventual 2º turno, para assim poder

debater com tempo igual:

O programa eleitoral virou quase que uma continuidade de novela, só que não com a qualidade das novelas. Tudo está cor-de-rosa ou vai ficar azul, e nós estamos dizendo que há problemas que precisam ser debatidos, que é preciso ter um olhar para o Brasil real. (Pronunciamento de Marina Silva em seu HGPE, Eleições 2010)

Sua campanha além de levantar a bandeira das questões ambientais, mostrou-se bastante voltada para a juventude. Os encontros de Marina, além dos contatos via *Web* com os jovens foi intenso durante a campanha. A inserção destes em uma educação de qualidade desde o ensino básico até o superior, bem como sua entrada no mercado de trabalho, foram questões sempre presentes em suas discussões.

A importância da figura feminina, o desafio de inseri-la na política atual, foram temas recorrentes nas abordagens feitas por Marina. Reuniões com lideranças femininas e com formadoras de opinião trouxeram a contribuição do feminino para a sociedade como uma das tônicas das conversas. Como Senadora Marina votou pela extensão da licença maternidade e durante a campanha reafirmou suas propostas de políticas públicas voltadas para as mulheres pobres, sobretudo as “chefes de família”, “uma das coisas que leva essas mulheres a não terem uma chance de saírem também da linha da pobreza é a falta de oportunidade, portanto, essas mulheres precisam de oportunidades”, afirmou em seu *blog*.

A aceitação de todos os “núcleos vivos da sociedade”, como ela denominou, transformou a campanha de Marina Silva em um fenômeno. Começando um pouco desacreditada, Marina a partir de suas propostas para educação, segurança e sustentabilidade, conquistaram o apoio não só de eleitores anônimos, entre estes destacam-se os eleitores jovens, identificados com o discurso de mudança da candidata, como também de lideranças políticas de outros partidos, de jornalistas e de artistas dos mais diversos segmentos, a exemplo de Caetano Veloso, Lenine, Adriana Calcanhoto, Wagner Moura, entre outros. Sua campanha, ou melhor, “A Onda Verde”, se alastrou pelo país que em alguns estados passou o candidato Serra várias vezes nas pesquisas de intenção de voto. Esperançosa com o alastre da campanha, Marina chegou a pedir várias vezes aos brasileiros que pusessem duas mulheres no 2º turno, já que sua aceitação

parecia encaminhar sua candidatura para mais uma etapa.

O esperado não aconteceu, a candidata Marina Silva ficou em terceiro lugar, obtendo 19.636.359 votos, o que equivale a 19,33% dos votos. Após sua saída da disputa as atenções se voltaram para um possível apoio seu a um dos dois candidatos que saíram vitoriosos, Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). Discussões dentro do seu partido liberaram os militantes para apoiar quem quisessem, dividindo-se assim membros do Partido Verde (PV) entre Dilma e Serra. Marina preferiu manter-se neutra, pois segundo ela, o apoio a um dos candidatos não estaria de acordo com os princípios de suas propostas, nem com a confiança no novo depositada por seus eleitores.

Em carta aberta dirigida aos candidatos Dilma Rousseff e José Serra, Marina Silva afirma não aderir a nenhuma das duas candidaturas, mas que no entanto, ela está se dirigindo

a duas pessoas dignas, com origem no que há de melhor na história política do país, desde a generosidade e o desprendimento da luta contra a ditadura na juventude até a efetividade dos governos de que participam para levar o país a avanços importantes nas duas últimas décadas. Por isso me atrevo, seja quem for assumir a Presidência da República, a chamá-los a liderar o país para além de suas razões pessoais e projetos partidários, trocando o embate por um debate fraterno em nome do Brasil. Sem esconder as divergências, vocês podem transformá-las no conteúdo do diálogo, ao compartilhar ideias e propostas, instaurando na prática uma nova cultura política. (Blog de campanha de Marina Silva)

Já a candidata Dilma Rousseff, por sua vez, provavelmente por não ser tão conhecida nacionalmente pelo eleitor como é Marina Silva, constrói um discurso mais focado no fato do ser mulher. A maioria dos seus *jingles* de campanha, por exemplo, dá destaque à força feminina, à postura de chefe de família, de mãe, “a mãe do povo”. Seus programas eleitorais também destinaram boa parte de seu tempo a discursos totalmente voltados para a mulher. “mulher mãe”, “mulher filha”, “mulher avó”, “mulher trabalhadora”, “a mulher que não se acomoda”, “fortalezas divinas”, “guerreiras de fé”, “mulheres são pulso firme”, “são predestinadas a vencer, assim, é a mulher”. Expressões como estas foram diariamente utilizadas em seus programas. Depoimentos de mulheres anônimas, pro-

postas de uma inserção cada vez maior da mulher em todas as áreas do trabalho, “experimentar um olhar mais sensível, cuidadoso que só uma mãe, uma mulher pode ter”, também foram alguns dos argumentos utilizados em sua campanha.

O fato de ter sido a candidata do Presidente Lula foi para Dilma um ponto positivo, mas em alguns casos esse “apadrinhamento” souo como algo negativo. Seus opositores se utilizaram dessa proximidade para a criticar por defenderem que suas propostas não passavam de cópias ou empréstimos do governo Lula.

Em decorrência da forte associação entre o então Lula e sua candidata, Dilma, não só os opositores, mas os chargistas, por exemplo, produziram, ao longo da campanha de 2010, uma série de charges passando este significado, ou seja, de que Lula é que iria governar e Dilma não seria mais do que “um poste”, como sugeriu a capa de da revista semanal Época.





Neste embate Dilma precisou mostrar que sua campanha era sim de continuidade do que dava certo na gestão do Presidente Lula, até seu *slogan* “Para o Brasil seguir mudando” fazia referência a isso, mas que também sua eleição seria uma chance de dedicar ainda mais cuidados às questões sociais, que seria um governo mais assertivo e sensível.

Quase todo o 1º turno foi um momento de discussão de propostas sem ofensas diretas a esse ou aquele governo. Porém com a proximidade do dia três de outubro de 2010 e posteriormente, do 2º turno, os boatos e escândalos passaram a ser os atores principais do “espetáculo eleitoral”.

Pesquisas realizadas durante o primeiro turno das eleições chegavam a apontar Dilma com 17% dos votos à frente do segundo colocado, José Serra, somando mais votos que ele e Marina, juntos. Alguns acreditavam na vitória de Dilma logo no dia três de outubro de 2010, com uma considerável vantagem, a candidata chegou a ser até criticada por se portar como vencedora antes do término da “partida”. No entanto, as armas utilizadas pelos tucanos, principalmente um expressivo “circuito de boatos” (BARREIRA, 1998) nas redes sociais, *Orkut*, *Blogs*, *Twitter*, *Youtub* etc afirmando ser a candidata a favor do aborto, do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, e de que ela mesma seria homossexual, puseram alguns eleitores em dúvida, propiciando, muito provavelmente, a realização de um segundo turno entre os dois candidatos.

O primeiro turno da candidata correu de forma mais tranquila e amena, com propostas sempre pautadas na continuidade das políticas sociais do governo Lula e na melhoria da educação, saúde e segurança pública. O apelido dado por Lula de “Mãe do PAC” reforçou o caráter materno de seu governo, a chefia de programas como “Luz para Todos” e “Minha

Casa Minha Vida”, também foram peças importantes na construção do perfil da candidata. Como dito, a união dos marqueteiros de José Serra com alguns dos maiores meios de comunicação do país, proporcionou a disseminação de diversos “escândalos” envolvendo a candidata do PT ou aliados seus. O “caso Erenice Guerra”, ministra da Casa Civil após a saída de Dilma e considerada o “braço direito” da mesma, teve seu nome envolvido em supostas denúncias de tráfico de influência dentro do ministério. A acusação de quebra de sigilo fiscal de Verônica Serra, filha de José Serra, o caso da bolinha que “feriu” o candidato José Serra durante ato público no Rio, foram algumas das polêmicas insistentemente exploradas. Matérias jornalísticas explicitamente produzidas contra Lula e Dilma abordavam esses episódios colocando Dilma como uma vilã. A revista Veja, por exemplo, toda semana lançava ao público reportagens de capa a fim de afetar diretamente a sua imagem pública (GOMES, 2004).

Não há como negligenciar, no contexto das disputas eleitorais, o papel da mídia como um importante elemento na construção e desconstrução de personas públicas, ocupando um lugar de centralidade neste cenário:

Em constante interação com o campo da política, a mídia tem um papel significativo na reprodução de representações sociais que têm impacto na definição das prioridades políticas e da percepção mais ampla da política e dos(as) políticos(as). Atua também, na definição dos limites das disputas em contextos determinados, na legitimação de atores e posições político-ideológicas. Participa assim, de processos que confirmam a “partilha” desigual do poder. (MOTA; BIROLI, 2014, p.200)

A candidata Dilma, em várias de suas entrevistas, declarava que seu adversário queria “vencer as eleições no tapetão”, a partir de “factóides” criados pelos seus assessores de campanha. As acusações feitas a Dilma sempre foram vistas por ela como *marketing* político, tentativas a qualquer preço de vencer as eleições. A intensificação dos escândalos proporcionou um empenho ainda maior do Presidente Lula no pedido de votos para sua candidata, declarações como: “A mulher não está de passagem na política, elas podem comandar” e “dê uma chance a sua mãe”, em referência ao fato de Dilma ser mulher, passaram a fazer parte dos discursos de seu maior “cabo eleitoral”.

Ao término do primeiro turno das eleições, a cãndida Dilma sai na frente com 47.651.434 votos, ou 46,91%, ao passo que José Serra, em segundo lugar, com 33.132.283 votos, ou 32,61%. (Dados do TSE)

## **O CONFRONTO ENTRE MULHERES E A SINGULARIDADE DO FEMININO: AS CAMPANHAS DE MARINA SILVA E DILMA ROUSSEFF**

A imagem da candidata Marina Silva foi construída principalmente, com base na sua origem humilde, na demarcação de uma mulher forte voltada para as questões ambientais, culturais e referentes à educação.

A exaltação da sua condição de mulher de origem pobre, de uma família de onze irmãos e de trabalhadora de seringal, conferiu-lhe os títulos de “mulher de fibra”, “guerreira”. Devido às dificuldades enfrentadas quando ainda jovem, sua biografia foi várias vezes comparada a do Presidente Lula e muitas vezes ela chegou a ser caracterizada como a candidata que realmente tem a mesma origem do povo e que poderia prosseguir o projeto do Presidente Lula:

**Assim como o Presidente Lula, Marina tem o sobrenome Silva, pertence à mesma origem social da classe trabalhadora e do povo pobre que vive do trabalho e da labuta diária para a garantia do seu sustento”. (Blog de campanha de Marina Silva)**

Marina Silva foi tratada como a candidata que

junta em uma só pessoa os predicados para a defesa das mulheres, dos negros, dos pobres e de toda a população brasileira interessada na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. (Blog de Marina Silva)

Apesar de ter sido Vereadora, Deputada Federal, Senadora e Ministra do Meio Ambiente, o início da campanha de Marina enfrentou alguns obstáculos no que diz respeito à divulgação da mulher Marina, a sua vida privada, sua intimidade. No entanto, seu discurso acessível a toda a população, sua imagem de pessoa moral, ética e engajada nas causas que defende, conquistou milhões de eleitores: “Marina é uma novidade nas

eleições presidenciais do Brasil, especialmente por ser mulher, negra e verde (ambientalista)". (Blog de campanha de Marina Silva).

Sua característica de militante (fundadora da CUT do Acre ao lado de Chico Mendes) fortaleceu ainda mais sua postura de mulher empenhada e comprometida com as causas que defende.

Marina construiu sua candidatura através da imagem de "mulher ética", "moral", "simples" e "guerreira". Um semblante sereno, calmo e convicto despertou nos eleitores o sentimento de confiança e renovação. O *slogan* de sua campanha "Seja +1" fazia referência a defesa dos núcleos menos assistidos (mulheres, negros, homossexuais). A importância da figura feminina, o desafio de inseri-la na política formal, foram temas recorrentes nas abordagens feitas por Marina. Reuniões com lideranças femininas e com formadoras de opinião trouxeram a contribuição do feminino para a sociedade como uma das tônicas das conversas;

Eu digo que em milhares de anos a civilização caminhou manca apenas com a perna do masculino. Não é que seja uma coisa ruim a perna do masculino. O ruim é que não tinha a perna do feminino. E para que a gente pudesse parar de mancar – e a gente ainda está mancando em vários aspectos – teve que nos últimos cem anos acontecer um esforço muito grande. (Depoimento de Marina Silva em convenção do Partido Verde – PV)

A presença da mulher no meio político é para Marina algo que deve ocorrer de maneira espontânea, onde a mulher alcança cargos por mérito seu, por competência e não por ser esposa, filha, ou "apadrinhada" de algum político;

Depois de tantos anos em que a gente sabe que pode ocupar a cena como sujeito, cria um certo incômodo à tentativa de sempre estar sendo colocado como se alguém é que está nos chancelando. Sempre há formas de colocar o feminino na cena, mas desde que ele não se coloque por ele mesmo. E é isso que incomoda. (Depoimento de Marina Silva em convenção do Partido Verde – PV)

Defensora da permanência das mulheres na política, Marina fez "campanha" para a disputa do segundo turno das eleições ser entre duas mulheres, "o brasileiro quer uma mulher Presidente. Por que então não

colocar duas mulheres no segundo turno?”. Seu principal *jingle* de campanha descreve características da mulher “tipicamente brasileira”, morena, guerreira, forte que luta, mulher militante. A exaltação destes termos demonstra a construção de um perfil feminino pautado em características geralmente associadas aos homens (forte, guerreiro) demonstrando que a mulher pode, que é capaz, independentemente de gênero;

Marina, morena, como a pele do Brasil. Marina, guerreira, que lutou e conseguiu ser grande, ser forte, como é forte o cidadão que faz a sua sorte e constrói esta nação. Mulher verdadeira no que faz e no que diz é sábia, serena, brasileira na raiz. Não verga, não quebra, não se entrega e não se rende. A luta é sem trégua, mas a Marina é valente. (Trecho do *jingle* de campanha de Marina Silva)

A aceitação de todos os “núcleos vivos da sociedade”, como ela mesma denominou, transformou a campanha de Marina Silva em um fenômeno. Começando um pouco desacreditada pela sociedade, Marina a partir de suas propostas para educação, segurança e sustentabilidade conquistou o apoio não só de eleitores anônimos, entre estes destacam-se os eleitores jovens, profundamente identificados com o discurso de mudança da candidata

Terminada a votação do dia três de outubro, a candidatura de Marina surpreendeu a todos após receber quase 20 milhões de votos. Em pronunciamento aos meios de comunicação social, ela disse ter sido vitoriosa e ter chegado em primeiro lugar no turno de uma nova política que se inaugura no Brasil.

O Brasil está preparado para ter uma mulher na Presidência da República. Tenho sinalizado isso. Caberá a quem está na disputa como mulher, conquistar e convencer os votos dos eleitores. Não sou eu que vou dizer isso. Mas que bom que o Brasil está preparado. Poderia ser duas mulheres.

A campanha da candidata Dilma, por sua vez, mostrou-se enfática no que se refere à condição de gênero. Analisando seu *jingle* de campanha esse fato torna-se evidente:

Mulher que trabalha noite e dia / que prazer que alegria / Ir a luta com você / Brasil Gigante Sul-Americano / majestoso soberano / Bota ela no poder. / Mulher que enfrenta qualquer baque/ ela é a mãe do PAC/ Programa nota mil / Ela é mulher forte, é guerreira / ela vai ser a primeira / Presidenta do Brasil!/ Ela é Dilma, Dilma...Estrela do PT que ilumina / é a força feminina/ No Brasil de Norte a Sul/ Acorda meu amor chegou à hora / para mudar a história/ E quebrar esse tabu/ Mulher que conquistou o seu espaço / tá mandando no pedaço/ Não é brincadeira não/ Chefe de casa, de empresa e de família / falta uma em Brasília/ Pra ser chefe da nação./ Ela é Dilma... Dilma Rousseff mulher forte brasileira/ É de luta, é guerreira/ Nós estamos com você/ A gente quer essa mulher na Presidência/ Porque temos consciência do que ela vai fazer. (*Jingle* de campanha intitulado: "Quero Dilma")

A música faz alusões explícitas à condição da Dilma mãe, a "Mãe do PAC", "mãe do povo", daquela que irá cuidar, zelar e olhar por todos os seus filhos. Dilma define o apelido "Mãe do PAC" como, "muito mais econômico, sintético, rápido dizer ela é a mãe do PAC. E de uma mãe ele espera firmeza e ternura, porque é isso que mãe dá". (Trecho de entrevista publicado em "*Blog da Dilma*") A firmeza e ternura de uma mãe aplicada ao meio político, é isso que a candidata explora. "Mulher forte", "guerreira", que "luta". Expressões como estas se fizeram presentes na construção da imagem feminina, da construção de uma "singularidade feminina", baseados no cuidar, amar, proteger, a "chefe de casa", "de família". Espera-se passar a ideia de que a sua experiência como mãe e dona de casa a credenciaria a ter a capacidade de cuidar e gerir o seu país. Seus programas eleitorais também destinam boa parte de seu tempo a discursos voltados totalmente para a mulher. Programas já existentes e propostas para o futuro das mulheres preenchem o conteúdo de alguns dos seus programas eleitorais;

O governo de Lula e Dilma criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o serviço ligue 180 para apoiar e orientar a mulher vítima da violência. Sancionou a Lei Maria da Penha que estabeleceu penas mais duras contra os agressores de mulheres. Garantiu as trabalhadoras domésticas direito a férias e estabilidade no emprego durante a gravidez. Estimulou as empresas a estender a licença maternidade para seis meses. Criou o PRONAF mulher, uma linha de crédito especial para

a mulher que trabalha no campo. Além disso, a escritura de terras e assentamentos rurais que só saía em nome do homem agora sai em nome do casal. Mudança assim as mulheres brasileiras nunca tinham visto. (Trecho do HGPE de Dilma Rousseff – 26/10/10)

Em visita a ONG “Mulheres da Paz” em Canoas – RS, Dilma fez uso mais uma vez da sua condição de mãe, de mulher que demonstra ter maior sensibilidade e desenvoltura para desenvolver determinadas situações. O grupo de mulheres orienta e ajuda jovens que entram no “mundo das drogas”. A candidata em passagem pela cidade fez a seguinte afirmação:

Sem dúvida se você tiver como atrair o jovem para outras atividades até para voltar a estudar, para ter uma prática esportiva você melhora e impede que ele se torne mais vulnerável ao *crack*, sem sombra de dúvida. Talvez só as mulheres e as mães tenham essa força, porque mãe vai até o fim pra salvar seu filho, né? E nós mães brasileiras vamos estar na linha de frente. (Trecho do HGPE de Dilma Rousseff – 11/09/2010)

Depoimentos e vídeos feitos por eleitores exaltam o fato de Dilma ser mulher, mãe, dona de casa. O emprego dessas falas demonstra o desejo de atribuir a candidata “qualidades” específicas, que só existem devido à sua condição de mulher: “hoje nós temos a mulher dentro da política, falta uma mulher Presidente. Porque a mulher, mãe, ela é dona de casa e é muito dedicada”. (Trecho do HGPE de Dilma Rousseff – 11/09/2010). A associação entre os valores femininos e humanitários irá permear a sua campanha e seus discursos. Em reportagem da revista *Veja*, de 18 de agosto de 2010, escrita por Fábio Portela, Daniel Pereira e Sandra Brasil, intitulado “Hora de fisgar os indecisos”, lê-se a seguinte narrativa:

Nos filmes, os feitos de mulheres que entraram para a história – como a princesa Isabel e Chiquinha Gonzaga – serão citados, um após o outro, até desaguar na imagem em close de Dilma sorridente. A intenção é sugerir às mulheres que a vitória da candidata nas urnas equivaleria a uma conquista do gênero. Os petistas apostarão ainda no que chamam, não sem certa ironia de “lado maternal” da ex-ministra. Em vez de “mãe do PAC”, epíteto criado por Lula em 2008, ela se transformará na “mãe dos pobres”. Nos filmes que irão ao ar, Dilma, prestes a se tornar

avó, prometerá abrir 6000 creches no Brasil a partir de 2011. A candidata será mostrada ainda como comandante de uma cruzada nacional contra o crack. A estrutura familiar e o combate às drogas, esperam petistas, formarão um binômio capaz de sensibilizar o eleitorado feminino. (Revista Veja, edição 2178, Ano 43, nº33, 18/08/2010, p.67)

Músicas alusivas à maternidade, à força e sensibilidade da mulher também foram veiculados em seus programas eleitorais;

Mulheres são fortalezas divinas/ são belas bailarinas/ são preto no branco/ guerreiras de fé/ mulher/ mulheres são pulsos firme/ mas com a voz e o amor de mãe/ são predestinadas a vencer/ assim é a mulher/ contra a insegurança/ mulheres/ a favor do Brasil/ mulheres/ a favor da ordem/ a favor do progresso/ queremos mulheres. (Trecho do HGPE de Dilma Rousseff - 02/09/2010)

A construção da imagem plástica da candidata, bem como mudanças em seu temperamento, por ser considerada como uma mulher técnica e dura com seus subordinados, enquanto foi ministra de duas pastas no governo de Lula, foram outros elementos trabalhados durante a sua campanha, segundo os meios de comunicação de massa. A mudança no seu visual gerou comentários na imprensa. Correções plásticas na face, o uso mais intenso de maquiagem e a mudança de seu vestuário garantiram a Dilma uma acentuação da sua feminilidade. A analogia entre mulher e beleza fez com que os organizadores de sua campanha investissem em sua imagem, é o que diz a seguinte narrativa da Revista Época, escrita por Leonel Rocha e com o título: A construção da candidata Dilma:

Aos poucos, essa Dilma durona passou por uma metamorfose. Fez uma cirurgia e trocou os óculos por lentes de contato. Passou a sorrir mais. Começou a misturar frases mais coloquiais e amigáveis em meio a estatísticas em assuntos como energia, petróleo e siderurgia. Fez pequenas intervenções plásticas no rosto e adotou roupas menos sérias. A Dilma técnica foi substituída pela Dilma política, risonha e candidata à presidência. (Revista Época, nº 614, 23/01/2010, p.38)

A insistência na construção de um “certo” modelo do feminino, em oposição, ao masculino ficou muito claro na campanha de 2010, quando

se compara a cobertura da mídia dada aos três principais candidatos à presidência nas vésperas da eleição. Fernanda Mota e Flávia Biroli (2014) exemplificam esse fato a partir da cobertura realizada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, na véspera da eleição do primeiro turno, por meio de uma programação denominada “agenda dos candidatos”. “É um espaço em que a cobertura mostraria os candidatos de uma maneira mais leve, menos formal” (MOTA; BIROLI, 2014, p.212) e acrescentam:

Na cobertura à agenda de Dilma Rousseff, aparecem enunciados como “*pop star* da política”; “em vez de emagrecer, engordou”; “(...) e aquela escova caprichada depois de horas de salão foi-se a primeira chuva”; assim como a pergunta: “A senhora tem coração mole?” Na cobertura de Marina Silva, fala-se da “(...) filha Shalon, uma espécie de anjo da guarda que enche a mãe de carinho”; destaca-se que “Marina perdeu dois quilos na campanha”, menciona-se a “maquiagem levíssima, feita com produtos antialérgicos; na boca o batom mais natural do mundo. Raspas de beterraba para colorir os lábios da candidata verde. A construção de gênero na política pelo destaque à autoapresentação fica clara quando se observa o tratamento dado a José Serra: “O cidadão José Serra tem fama de dormir tarde, muito tarde (...). O homem não para”; “Palmeirense roxo”; “o candidato chega sério, e a caminho do estúdio ajuda uma funcionária a recuperar o sapato perdido”; “Serra só relaxa com a família” (JN, 2/210/2010). (MOTA; BIROLI, 2014, pp.212-213)

Ao chamar atenção para o peso, vaidade, tempo gasto para se preparar esteticamente atribuído as mulheres candidatas, em oposição a praticidade, vigilância e amabilidade e gentileza masculina para com o feminino, aludindo a ideia do proteger, do cuidar, ilustram bem como é construída pela mídia à visibilidade das mulheres de uma maneira distinta da dos homens.

Por isso o que muitas vezes se observa e se destaca enquanto narrativa midiática nas mulheres candidatas é o seu corpo: aspecto e características físicas, quando não, traços de sua personalidade como será bastante cobrado em relação a candidata Dilma.

Além da mudança na aparência física, como visto acima, Dilma precisou desconstruir a imagem de mulher mandona, autoritária e arrogante, atributos comumente dirigidos a partir do estereótipo do masculino. Assim que seu nome foi cotado para a disputa eleitoral diversas críticas

foram feitas pela imprensa a respeito de seu possível “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam se queixado ao Presidente Lula quando Dilma era Ministra da Casa Civil, reforçou essa representação de “mandona”. Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser” a candidata assim se expressou em seu *blog*:

Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou... Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas... Isso é princípio elementar de trabalho em grupo. (Trecho de entrevista publicado no Blog da campanha de Dilma)

Desse modo, a transformação em sua aparência foi aliada a mudanças de comportamento, suas aparições em programas de TV e no HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) buscavam mostrar uma Dilma mais calma, simpática e delicada, características compatíveis com a sensibilidade e tranquilidade que uma mulher “deve” ter. Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma afirmou que:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País. (Trecho de entrevista de Dilma postado no Blog da campanha de Dilma)

Outros obstáculos enfrentados pela candidata durante sua campanha foram às críticas feitas por seus adversários com respeito ao apoio e companheirismo do Presidente Lula. Dono de uma popularidade e aceitação extraordinárias, durante a campanha o Presidente portou-se como um verdadeiro “cabo eleitoral” de Dilma. As críticas enfatizavam que a candidata era apenas uma extensão do governo petista, afirmando inclusive que Dilma não teria propostas próprias e seu mandato seria uma

espécie de “fachada” gerida pelo Presidente. A candidata teve de mostrar competência e autonomia para enfrentar a oposição. Críticas como estas são comumente enfrentadas por mulheres quando se inserem no cenário político. O *slogan* de campanha “Para o Brasil Seguir Mudando” fazia referência ao governo Lula, desse modo, a candidata precisou mostrar que sua eleição seria uma chance de pôr ainda mais cuidado às questões sociais, que seria um governo ainda mais assertivo e sensível.

Assim como a candidata Marina Silva, a Internet foi forte aliada de Dilma durante toda a sua campanha. A divulgação de vídeos e textos acerca da necessidade de uma mulher Presidente quase todos os dias eram postados em um de seus *blogs*, a exemplo do poema abaixo descrito:

A **VIDA** é feminina/A **escolha** é feminina/A **bandeira** é feminina/A **esquerda** é feminina/A **revolução** é feminina/A **coragem** é feminina/A **luta** é feminina/A **resistência** é feminina/A **prisão** é feminina/A **tortura** é feminina/A **dor** é feminina/A **solidão** é feminina/A **liberdade** é feminina/A **justiça** é feminina/A **solidariedade** é feminina/A **fraternidade** é feminina/A **volta** é feminina/A **força** é feminina/A **determinação** é feminina/A **competência** é feminina/A **inteligência** é feminina/A **energia** é feminina/A **casa** é feminina/A **república** é feminina/A **recompensa** é feminina/A **candidatura** é feminina/A **aliança** é feminina/A **disputa** é feminina/A **defesa** é feminina/A **tolerância** é feminina/A **democracia** é feminina/A **esperança** é feminina/A **verdade** é feminina/A **“raça”** é feminina/A **eleição** é feminina/A **vitória** é feminina/A **certeza** é feminina/A **fé** é feminina/A **confiança** é feminina/A **Pátria** é feminina/A **Presidência** é feminina/A **FESTA** é feminina/A **DILMA** É PRESIDENTA DO BRASIL !!! (Poema postado no Blog da campanha de Dilma).

Da mesma forma que a Internet foi sua aliada na divulgação de suas propostas de governo e para conquista dos votos dos eleitores, também foi um dos principais canais de divulgação de boatos, cujo intento era de desestabilizar a sua candidatura. Todos os dias escândalos a seu respeito eram postos na rede: aceitação a prática do aborto, homossexualidade, tráfico de influência na Casa Civil, discussões com igrejas evangélicas e católicas.

Um bom exemplo dessa querela foi à construção de uma verdadeira arena de discussões em torno de um suposto pronunciamento da can-

didata Dilma que teria afirmado que “nem mesmo Cristo querendo lhe tiraria a vitória à Presidência do Brasil”. Tal frase foi amplamente replicada e enviada para centenas e centenas de internautas, levando inclusive a vários pastores, principalmente evangélicos, a construírem uma ácida oposição a um possível apoio a sua candidatura.

Em resposta a essa afirmativa, considerada pela candidata, como totalmente falsa, ela se reuniu, em Brasília, no dia 29 de setembro de 2010, com vinte e sete lideranças religiosas e emitiu o seguinte pronunciamento:

Quero repudiar a afirmação que colocam na minha boca de que eu disse, em algum momento, que ganharia as eleições. É uma campanha difamatória. Isso é uma falsidade, uma tentativa de sair do submundo da política e denegrir uma pessoa. Sou cristã e jamais utilizaria o nome de Cristo em vão. (Revista Carta Capital, Ano XVI, nº 616, 6/10/2010, p.24)

Em consulta ao blog de Daniel Pearl Bezerra, criador e editor geral do Blog da Dilma, há uma matéria escrita por Sandra de Andrade que ao comentar tal boato, acrescenta:

Embora muitas pessoas tenham acreditado no spam e se revoltado imediatamente, este não é verdadeiro. A candidata do PT a Presidência da República jamais disse tal frase. Vários sites e portais do meio gospel publicaram o e-mail **sem verificar fonte ou veracidade** do fato e assim disseminando ainda mais a mentira. (Blog de Daniel Pearl Bezerra)

Os títulos outorgados a candidata Dilma de satanista e de anti-Cristo ou ainda de que se acreditava maior que Cristo, foi a pauta de temas de muitos dias da campanha na *web*: *blog*, *Twitter*, *Orkut*, *Facebook* e *Youtube* foram algumas das redes sociais que alimentaram e reproduziram tais boatos a ponto de conseguirem desgastar a imagem pública da candidata e assustar a sua equipe de campanha sobre os riscos de uma possível derrota nas eleições.

No dia 29 de setembro de 2010 no *blog* de Daniel Pearl Bezerra é colocada uma fala da candidata Dilma Rousseff, narrada por assessores de sua campanha, defendendo-se das acusações de crer-se maior que Cristo:

Segundo o coordenador de comunicação da campanha de Dilma e candidato a Deputado Estadual por São Paulo, Rui Falcão, “ela nunca deu esta declaração. É uma calúnia. Dilma respeita todas as religiões e jamais usaria o nome de Cristo em vão. Ainda mais com esse tom de arrogância, que não é do temperamento dela, muito menos de soberba com os eleitores”. (Blog de Daniel Pearl Bezerra)

A exigência de uma filiação religiosa na cultura brasileira parece ser uma pré-condição imposta ao candidato a um cargo eletivo. Basta lembrarmos que em campanhas anteriores à Presidência do Brasil os boatos em torno do candidato Luis Inácio Lula da Silva de que seria ateu, obrigou-o a afirmar-se cristão católico, o mesmo ocorreu com a candidata Dilma Rousseff; a mesma teve que se dirigir a Igrejas Católicas e assistir missas para “provar” a seus eleitores e simpatizantes de que não era ateaia.

O interessante de toda essa celeuma é que, em verdade, não existe uma relação direta entre o exercício da atividade executiva com as preferências religiosas ou não do indivíduo; em outras palavras, uma coisa é o sagrado, outra, o profano. Ademais, no Brasil, o Estado é laico, no entanto no Brasil as coisas não funcionam bem assim. Como afirmou há muitos anos atrás Holanda (1936), no Brasil há uma constante invasão do privado no público, da família no Estado. Por isso que o “cartão de visitas” do candidato é se tem família, qual a sua religião e posição ideológica. Tais representações tão presentes no imaginário coletivo servem de modelo de percepção para o eleitor fazer a sua escolha em um determinado candidato. Daí a sua recorrência.

Outro tema impactante que congestionou as redes sociais foi a suposta orientação sexual da candidata Dilma Rousseff. Sendo uma mulher sozinha, separada do marido, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua orientação heteronormativa em dúvida. Foi colocada na rede a mensagem de que Dilma Rousseff manteve uma relação homoafetiva estável e de que a sua companheira estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão.

Sobre esse tema e na tentativa de desconstruir mais esse “boato”, Sandra de Andrade, postou o seguinte comentário:

Há em circulação um e-mail sobre uma amante lésbica de Dilma Rousseff, que pede pensão à candidata na Justiça. É fácil provar a falsidade deste e-mail. Na “pseudo-matéria”, a suposta amante de Dilma é defendida pelo advogado Celso Langoni Filho. Como todos sabem, após terminar o curso de direito, todo bacharel deve fazer o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Apenas com a aprovação neste exame é que alguém é considerado um advogado de fato. Aos aprovados, é dada a carteirinha do advogado com um número, que fica registrado em um arquivo nacional. O que eu fiz foi bem simples, acessei o arquivo nacional da OAB e procurei o “Dr. Celso Langoni Filho” para uma entrevista. Veja o resultado: não existe um advogado chamado Celso Langoni Filho. (Blog de Sandra de Andrade)

Novamente nos deparamos com um “tema tabu” na cultura brasileira. Schwartzberg (1978), afirma que uma das pré-condições para ser um estadista é este ter uma família – cônjuge, filhos, além de animais de estimação correndo pelo jardim. Só que obviamente esta família deve ser composta por um homem e uma mulher e jamais por dois homens ou duas mulheres. A “carta da manga” dos opositores e simpatizantes a outras candidaturas apostam nessa notícia acreditando no desgaste da imagem pública de Dilma Rousseff. No Brasil o “atestado de heterossexualidade” é outra condição para o indivíduo pleitear um cargo da envergadura da Presidência da República; é como se a orientação sexual interferisse diretamente na capacidade ou no direito do cidadão em assumir certos cargos ou como se não fosse lícito fazer certas escolhas.

Apesar dos avanços, do ponto de vista do Direito, na garantia da homoafetividade, como a recente aprovação e regulamentação do direito civil da união entre pessoas do mesmo sexo e da tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional que busca classificar como crime a homofobia, a sociedade brasileira ainda está bastante longe do respeito à orientação e a diversidade sexual. O preconceito campeia as relações homoafetivas e a prática da homofobia é mais comum do que podemos imaginar.

Concomitante a esse “circuito de boatos” (BARREIRA, 1988) outro ganha as redes na *web*: a questão da liberalização do aborto. Esse tema, juntamente aos temas da filiação religiosa e da orientação sexual, pautaram a campanha eleitoral, especialmente de Dilma Rousseff.

As redes sociais são invadidas por mensagens e listas de adesão pró

e contra a citada candidata por uma suposta defesa da prática do aborto. Acusada de “matar criancinhas”, Dilma novamente é obrigada a se defender das acusações e faz o seguinte comentário, reproduzido no *blog* de Daniel Bezerra:

Por ocasião do debate promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a candidata à presidência Dilma Rousseff reiterou sua posição em defesa da vida. Segundo ela, ‘o aborto é uma violência contra a mulher, mas precisa também ser discutido como uma questão de saúde pública’ e acrescenta: ‘não acredito que mulher alguma seja favorável ao aborto. Pessoalmente, não sou favorável ao aborto, mas, como Presidente da República, terei de tratar a questão das mulheres pobres que usam métodos absolutamente bárbaros e correm risco de vida.’ (Blog de Daniel Pearl Bezerra)

A boataria em torno dos temas aborto e relações homoafetivas intensificou a relação entre religião e política, aproximando esses campos e pautando a campanha eleitoral. Pastores evangélicos – pentecostais e neo-pentecostais, padres e bispos Católicos se fizeram presentes na *web* e produziram discursos abertos de negação do voto a candidatura de Dilma Rousseff e ainda incitaram abertamente que os fiéis/adeptos de suas Igrejas não votassem favoravelmente “na candidata do PT”, por suas posições favoráveis ao aborto e as relações homoafetivas.

Em várias entrevistas concedidas a diferentes revistas semanais, a candidata foi inquerida a responder sobre a sua posição sobre o aborto, em uma delas lê-se a seguinte resposta:

ÉPOCA: Qual a sua posição sobre o aborto?

Dilma: Nenhuma mulher, feminista ou não, é a favor do aborto. Se você é mulher, consegue imaginar o que o aborto produz numa pessoa, o nível de violência que é. É extremamente distorcida essa questão de falar que fulana ou beltrana é a favor ou contra o aborto. É a favor ou contra o quê? Sou a favor de que haja uma política que trate o aborto como uma questão de saúde pública. As mulheres que não tem acesso a uma clínica particular e moram na periferia tomam uma porção de chá, usam aquelas agulhas de tricô, se submetem a uma violência inimaginável. Por isso, sou a favor de uma política de saúde pública para o aborto. (Revista Época, nº 614, 23/02/2010, p.48)

A intensidade dos pronunciamentos via *e-mail*, *Twitter*, *Orkut*, *blog*, *Facebook* e principalmente *Youtube* de que Dilma seria favorável a prática do aborto foi tão expressiva que, segundo informações do Jornal O Estação, em 04 de outubro de 2010, a pesquisa no site de busca *Google* bateu recorde no acesso a vídeos que tratassem do tema Dilma + aborto:

A polêmica em torno do aborto foi potencializada por uma campanha “viral” na internet. Vídeos de pastores evangélicos pregando contra o voto no PT por causa da posição do partido em favor da descriminalização viraram hits. Um deles foi visto mais de 3 milhões de vezes nas últimas semanas. Outro vídeo muito propagado na internet mostra a contradição de Dilma sobre a legalização do aborto. Contém trecho dela defendendo a mudança da legislação em entrevista feita no fim de 2007, e depois exibia imagem recente da candidata dizendo ser contra a descriminalização. As buscas pelo binômio “Dilma + aborto” no Google cresceram 1.500% em setembro – o que dá uma indicação de como o tema passou a ser uma preocupação dos eleitores.

Tal preocupação levou alguns Pastores e Bispos das Igrejas Evangélicas e Católicas a tentar cessar com essas temáticas sob pena de se perder de vista questões bem mais importantes para a agenda de um Presidente da República:

O arcebispo metropolitano de São Paulo, cardeal dom Odilo Scherer, que também é membro do conselho permanente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), afirmou na manhã desta quinta-feira considerar que não é positiva para o debate eleitoral a polarização em torno da questão do aborto. Mas, para ele, os candidatos devem apresentar claramente suas ideias sobre o tema. (Jussara Seixas, 07/10/2010, <http://blogdadilma.blog.br/>)

A intervenção de religiosos na *web* parece ter sortido algum efeito pois assim que alguns deles se manifestaram. Se manifestaram, a discussão a discussão em torno dessa questão foi aos poucos se esvaziando de conteúdo.

Dilma mostrou também que apesar da sua baixa aceitação entre as mulheres no 1º turno, chegando a ficar abaixo de seu adversário, no 2º turno sua propaganda na TV e seu discurso ainda mais voltado para elas,

fez com que o eleitorado feminino desse boa parte de seus votos para a candidata. A aceitação de Dilma entre as mulheres tornou-se algo impressionante. O chamado “Movimento Lilás”, criado por eleitoras do *blog* “Mulheres com Dilma”, convocou todos os dias mulheres de todo o Brasil para atos específicos para elas em sua cidade;

Esta semana as mulheres sindicalistas estão colorindo São Paulo com as cores da vitória. Hoje, às 10 horas, elas organizam um ato em Presidente Prudente e, às 15h, em Bauru, para manifestar apoio a Dilma Rousseff... “A Semana Lilás é para colocar a mulher na política, pois precisamos de políticas públicas que atendam às mulheres e também a outros grupos excluídos, mas que necessitam de atenção especial como os negros, os jovens e os deficientes. E tenho certeza de que Mercadante é o candidato mais preparado para implantar estas ações”. (Depoimento de uma das dirigentes do movimento)

A escolha do nome do Movimento mostra uma certa delicadeza, um apelo à condição de gênero, pois o lilás em nossa sociedade é considerado uma cor feminina. “As candidaturas femininas constroem estratégias, elaborando um sentido cênico e uma estrutura discursiva, que aparecem como um ‘a mais’, um além que afirma alusões à universalidade de valores”. (BARREIRA, 2008, p. 71) O “Blog da Dilma” um dos mais acessados da rede, juntamente com “Dilma 13”, “Mulheres com Dilma” e “Galera da Dilma”, puseram os eleitores totalmente inteirados com todas as atividades de campanha da candidata

O emprego de expressões como “mulher mãe”, “mulher avó”, “mulher guerreira”, “mulher cuidadora”, foram frequentemente utilizadas em sua campanha. Estas buscavam mostrar que somente uma mulher poderia “fazer diferente”. “Querem eleger uma brasileira, experimentar um olhar feminino, cuidando das nossas crianças, experimentar um jeito ainda mais sensível de governar”. (Trecho do HGPE – 28/10/2010). Durante a campanha o nascimento de seu primeiro neto, garantiu a Dilma “qualidades” ainda maiores, agora além de mãe a candidata se tornava avó, ainda mais competente e capaz de entender as necessidades de seus eleitores. Declarações e fotos de Dilma com o neto foram postadas intensamente nos veículos de comunicação, as imagens da avó com seu neto no colo demonstravam atenção e cuidado.



Dilma e seu primeiro neto



Batizado de seu primeiro neto

Outro fato marcante, como já salientado, em sua campanha foi o epíteto dado pelo Presidente Lula a Dilma para ser “A Mãe do PAC”; o que emprestou a Dilma a condição de gestora de melhorias e ações na vida de milhares de brasileiros. Lula em discurso em um comício em Curitiba inovou ao preferir a seguinte frase. “Dê uma chance a sua mãe”, seu pedido soou como algo praticamente impossível de não ser aceito, pois os brasileiros “filhos” não poderiam negar algo a sua “mãe”.

“Agora as mãos de uma mulher vão nos conduzir, eu sigo com saúde, mas feliz a sorrir, pois sei o meu povo ganhou uma mãe...” A música que dava a entender ser o Presidente cantando para Dilma evidencia o “a mais” da candidata, sua sensibilidade e cuidado que só uma mulher pode ter. O apoio de grande parte das mulheres, de setores da CNBB e dos evangélicos, bem como de cristãos em geral, demonstrou que as acusações feitas contra Dilma não passavam de “tentativas desesperadas” de vencer a eleição.

A união de artistas e intelectuais em prol da eleição de Dilma também mobilizou o 2º turno do pleito, nomes como Chico Buarque, Gilberto Gil, Marilena Chauí e Oscar Niemayer, além de outros nomes de evidência no cenário intelectual e artístico do Brasil, declararam apoio e “vestiram a camisa” da candidata. A campanha e o reconhecimento de Dilma che-

garam à imprensa internacional, que a classificou como uma das cem mulheres mais fortes e influentes e do mundo.

As treze razões para se votar em Dilma, alusão ao número de seu partido, teve como base dos argumentos suas qualidades e valores de mulher e o apelo e apoio de todas as mulheres à sua candidatura:

1 - Dilma representa o novo Brasil que ajudamos a construir com Lula Presidente. À frente de importantes funções públicas e, principalmente, como Ministra do governo Lula, Dilma demonstrou competência, liderança e compromisso com o povo.

2 - Dilma é capacitada para disputar, vencer e governar o Brasil. Com competência e sensibilidade, ela vai dar continuidade às mudanças promovidas pelo Lula garantindo mais desenvolvimento e uma vida melhor para toda nossa gente.

3 - Dilma é uma mulher que sempre lutou pela democracia, desde a época de estudante e sabe muito bem a importância dela para o desenvolvimento de uma nação.

4 - Como a primeira mulher a dirigir o país junto com os brasileiros e as brasileiras, Dilma vai fortalecer e criar políticas públicas que garantam um Brasil cada vez mais justo e menos desigual.

5 - Na presidência, Dilma vai fortalecer programas que promovam o emprego e a geração de renda das mulheres. Vai também estipular ações que garantam a igualdade entre homens e mulheres no mercado e nas relações de trabalho, oportunidade de formação e qualificação profissional e de acesso a cargos de direção.

6 - Estamos com Dilma para darmos mais um passo importante para ampliar a participação das mulheres nos cargos de decisão dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário em todos os níveis.

7 - Queremos Dilma Presidente para implementar uma política de criação de creches e pré-escolas públicas.

8 - Dilma Presidenta para garantir às mulheres na cidade e no campo uma vida com qualidade.

9 - Dilma na presidência vai dar continuidade a programas que beneficiam mulheres e homens com a política de valorização do salário mínimo, o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e o Luz para Todos.

10 - Dilma Presidenta para consolidar a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher, fortalecer e melhorar a qualidade do atendimento do SUS.

11- Dilma Presidenta para garantir que a Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica contra a mulher, seja cumprida em todo o Brasil e para promover políticas capazes de reduzir todas as formas de violência contra as mulheres.

12 - Estamos com Dilma para Presidenta por que acreditamos que é possível e necessário promover a educação, a cultura, o lazer e a informação sem qualquer forma de discriminação e preconceito.

13 - Nós, mulheres, estamos com Dilma porque queremos ver o Brasil indo adiante, seguindo o caminho do desenvolvimento, da democracia, da solidariedade, das oportunidades, do respeito às diferenças. O Brasil que nós, brasileiras e brasileiros, merecemos. Por isso e muito mais votamos e pedimos também o seu voto para elegermos Dilma Presidenta. (Publicado em "Blog da Dilma")

Encerrada a competitiva campanha no dia 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff se elegeu a primeira mulher Presidenta do Brasil. Ela recebeu 55.752.829 votos, ou 56,05% dos votos contra 43.711.388, ou 43,95% dos votos de seu opositor José Serra, do PSDB. (Fonte: TSE). Pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher era eleita Presidente do Brasil, e num pronunciamento histórico já como Presidenta da República, enalteceu a capacidade da mulher e reforçou algumas das diferenças femininas exploradas durante a sua campanha:

Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão mais importante de minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que

ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade. A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas, e lhes dissessem: SIM, a mulher pode! (...) (Primeiro pronunciamento de Dilma Rousseff como Presidente eleita)

Estas análises introdutórias apresentadas até aqui nos levam a fortalecer a concepção de que a política brasileira a partir da histórica eleição de 2010 nunca mais será a mesma depois das candidaturas de duas mulheres à Presidência da República e com a vitória da candidata Dilma Rousseff, não só em 2010, mas com sua reeleição em 2014, e que, portanto, novos sentidos e significados da prática política desembocarão muito possivelmente, na construção de uma nova cultura política, pautada na presença contundente da mulher na política, mesmo com o desfecho de sua saída do poder, por meio de um processo de *impeachment*, no dia 31 de agosto de 2016, que a nosso ver foi um golpe jurídico, midiático, parlamentar e misógino, mas isso já é assunto para um outro artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. A Gramática do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: observações preliminares. In: NETO, Antônio Fausto, PINTO, Milton José. **O Indivíduo e as Mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras. Disponível em [https://www.ufjf.br/ladem/files/2009/08/insercao\\_social\\_e\\_exclusao\\_politica\\_das\\_mulheres\\_jul09.pdf](https://www.ufjf.br/ladem/files/2009/08/insercao_social_e_exclusao_politica_das_mulheres_jul09.pdf). Acesso em 20/10/2010

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

\_\_\_\_\_. **Imagens do feminino na Política**. XIMENES, Tereza. **Novos Paradigmas e Realidade Brasileira**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

\_\_\_\_\_. A expressão dos sentimentos na política. TEIXEIRA, Carla Costa, CHAVES, Christine de Alencar (org.). **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleode Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Imagens Ritualizadas**: apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Campinas-SP, Pontes Editores, 2008.

- BLAY, Eva. **As prefeitas, a participação política das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2004.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto & CASTRO, Valdir José de. **Comunicação e Sociedade do Espetáculo**. São Paulo, Paulus, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_. Política e Cultura Democráticas: O Público e o Privado Entram em Questão. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano I, nº 2, novembro de 1991.
- DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter “*anthropological blues*”. In: NUNES, Edson O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FIGUEIREDO, R. **O que é Marketing Político**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- GOMES, Wilson da Silva. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.
- \_\_\_\_\_. Duas premissas para compreensão da política espetáculo. In: NETO, Antônio Fausto, PINTO, Milton José. **O Indivíduo e as Mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, Claraluz, 2003.
- GOLDENBERG, Miriam. “Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada.” **Anais do XX ENCONTRO ANUAL DA AMPOCS**, Caxambu, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.
- MANHANELLI, C. A. **Eleições é guerra – Marketing para campanhas eleitorais**. São Paulo, Summus, 1992.
- MIGUEL, Malheiros Sonia. **Política de Cotas: mulheres na política**. Brasília, CEFEMEA, 1997.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu** (43) Julho-dezembro de 2014.
- PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (org.) **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1996.

- PORTELA, Daniel Pereira; BRASIL, Sandra. Hora de fisgar os indecisos. **Revista Veja**, edição 2178, Ano 43, nº 22, 18/08/2010, p.67
- PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no Pós-constituente. Brasília – DF, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos)
- ROCHA, Leonel. A construção do candidato Dilma. Revista *Época*, nº 614, 23/01/2010, p.38
- SIRKIS, Alfredo. **O Efeito Marina**: bastidores da campanha que mudou o rumo das eleições. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2011.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.
- TEIXEIRA, Carla Costa. Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla & BARREIRA, Irllys (org.) **Como se fazem Eleições no Brasil** – estudos antropológicos. Rio de Janeiro, Relume Dumará, s.d.
- TEIXEIRA, Carla Costa & CHAVES, Christine de Alencar. (org.) **Espaços e Tempos da Política**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2004.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- WEBER, Maria Helena. Mídia e Eleições: Relações (Mal)Ditas. In: NETO, Antônio Fausto, PINTO, Milton José. **O Indivíduo e as Mídias**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1996.

## A BELA, RECATADA E DO LAR E A MARIA LOUCA, OU DE COMO A MÍDIA MANIPULA A NOTÍCIA

Passada a euforia da vitória pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, nas Eleições 2014, em uma campanha marcada por denúncias e desrespeitos por parte dos candidatos que protagonizaram uma das campanhas mais vorazes e desconstrutivas para a democracia brasileira (quem não se recorda do uso do termo “leviana” tantas vezes propalado pelo candidato Aécio Neves as candidatas Dilma Rousseff e Luciana Genro e do “bate-boca”, alguns deles, pouco republicanos, ocorridos entre os candidatos?) um fato nos chamou sobremaneira a atenção: a forte presença da mídia escrita, televisiva e das redes sociais na tentativa de desconstrução da imagem pública (GOMES, 2004) da então eleita Presidenta Dilma Rousseff.

Fizemos questão de na semana seguinte a posse da Presidenta Dilma Rousseff vasculhar, por exemplo, a capa e o editorial de todas as revistas semanais brasileiras, porque acreditávamos, que ao modo da primeira vitória, em 2010, ela seria ovacionada e sua vitória comemorada pelo aspecto histórico que tal fato representava. Pois novamente marcava-se o seu protagonismo: a primeira mulher reeleita à Presidência do Brasil.

Para nossa decepção, nada disso ocorrera; só a Revista *Veja* trouxe a Presidenta na capa e ainda assim com a intenção muito clara de destacar os grandes desafios que ela teria que enfrentar, somada a uma grande parcela de dúvida, se de fato, ela conseguiria tal feito. As demais revistas: *ISTOÉ* e *Época* sequer fizeram menção a tal fato em suas capas, dedicaram não mais que duas páginas para noticiar tal fato histórico e escolheram, em seus editoriais, tratar de outros temas e assim, literalmente implodiram qualquer possibilidade de destaque a esse fato histórico para a cultura política brasileira; mesmo a revista *Carta Capital* que pode ser classificada com possuindo uma linha editorial mais de tendência ideológica de esquerda, fez menção a vitória da Presidenta, mas não dedicou a capa da revista a este feito histórico e poucas foram as laudas dedicadas ao tema da reeleição.

Observamos, através da leitura das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Carta Capital* uma tentativa extremamente competente de desconstruir, por parte das

duas primeiras, uma imagem pública<sup>1</sup> positiva da Presidenta. O que lemos, ainda durante a campanha presidencial, e continuamos lendo, no primeiro ano de seu governo, em 2015, e toda a movimentação em torno da abertura do processo de *impeachment*, em 02 de dezembro de 2015 e a sua saída definitiva da presidência do Brasil, em 31 de agosto de 2016, foi uma enxurrada de críticas ao seu governo e uma tentativa mordaz de associar à sua imagem a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, a incompetência para governar o Brasil. Obviamente todos sabemos que *Veja*, *ISTOÉ*, *ÉPOCA* são marcadamente revistas cujo intento é a defesa dos interesses dos oligopólios e grupos oligárquicos de direita e da elite brasileira é abertamente anti PT. Já a *Carta Capital*, dirigida por Mino Carta, e de tendência mais de esquerda, não tem construído um discurso tão ácido contra a Presidenta e ao seu governo, como faz as outras citadas revistas, mas igualmente não a tem poupado de críticas à sua administração.

Além dessa mídia acompanhamos em outros *mass media*, como a Internet, igualmente, uma escala crescente de discursos e práticas que buscaram desqualificar a Presidenta. Seja no formato de manifestações públicas, protestos contra a Presidenta – pedidos de *impeachment*, orquestrados e ocorridos no Brasil por manifestações de grupos que se auto intitulam de “Revoltados on-line”, “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o SOS Militares” – vemos se repetir o discurso de repúdio e de misoginia a ela dirigidos.

Nunca se viu e se leu tantas manifestações de desrespeito a uma figura pública. Mal a presidenta assumiu o governo as manifestações não cessaram de acontecer, em forma de palavras, altamente violentas, tais como: “Dilma vai tomar no cu”, “Dilma biscatona véia”, “Vai pra Cuba comunista de merda”, “Vaca”, “Vagabunda”, “balança que a quenga cai”, entre outros adjetivos, a Presidenta de viu isolada no poder e desconstruída sua imagem por uma saraivada de críticas, acusações e expressões de ódio que a cada dia, ganharam maior destaque e visibilidade midiática.

Some-se a todas essas verdadeiras expressões de ódio a publicação

---

<sup>1</sup> Utilizamos do conceito de imagem pública, a partir da definição de Gomes (2004, p.242) segundo o qual deve-se levar em conta que imagem pública não diz respeito somente a pessoa física, corpórea, mas uma ideia ou fato cognitivo a respeito da pessoa e construído através da comunicação, produção e emissão de discursos junto aos receptores. Segundo Gomes (2004, p.251), as imagens se fazem, principalmente, com discursos e ações.

de um artigo veiculado pela Revista *IstoÉ* que em sua edição de 06 de abril de 2016, traz em sua capa a imagem da Presidenta Dilma Rousseff, como se estivesse tendo um surto psicótico, acompanhada da manchete: “As explosões nervosas da Presidente: em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”. Na matéria da revista Dilma chega a ser comparada a Dona Maria I, a louca, a mãe de Dom João VI.

Tal revista nos chamou bastante atenção porque ao comparar a sua narrativa com uma outra matéria, desta feita veiculada pela revista *Veja*, publicada em 20 abril de 2016, no formato de Edição Extra para narrar sobre a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma, que em sua página 28, traz uma matéria intitulada “Bela, recatada e ‘do lar’”, para fazer menção a “quase” primeira-dama do Brasil Marcela Temer, temos duas narrativas totalmente distintas de apresentar duas mulheres, Dilma e Marcela e de como elas são enunciadas ao público leitor.

Com base no exposto, partimos de um recorte de gênero, com o objetivo de problematizar até que ponto essas duas narrativas tem por objetivo fazer perdurar os estereótipos de gênero a fim de constranger a ação política e administrativa das mulheres e a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, por meio de um processo que se retroalimenta. Ou seja, propomos uma espécie de confluência entre três temas: gênero, política e mídia. Embora saibamos que existe toda uma tradição de trabalhos acadêmicos para cada um dos pares de temas (tais como: estudos sobre gênero e política, sobre política e mídia, sobre gênero e mídia), a interseção das três temáticas ainda é campo pouco estudado no Brasil, como pondera Biroli (2010)

Acreditamos que propor tal interseção, tomando como caso para análise a visibilidade ou invisibilidade midiática da Presidenta Dilma Rousseff e da primeira dama Marcela Temer nos parece interessante na medida em que a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção de capital político nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação, como assevera Biroli (2010) Como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação

especificamente política.

## **“A BELA E A FERA” NA NARRATIVA JORNALÍSTICA**

Escreveu Charaudeau, em seu “Discurso das Mídias” (1996, p.38) que “a linguagem é cheia de armadilhas” e acrescentaríamos, armadilhas sobretudo simbólicas, pois o enunciado, antes de tudo, significa e, ao significar, oferece distintas possibilidades de interpretação.

No artigo de *Veja*, o qual aludimos acima, a esposa do vice, agora presidente Michel Temer, Marcela Temer, é apresentada ao leitor como uma mulher, no mínimo, especial e até certo ponto, destoante com o modelo de mulher do século XXI, ou seja, uma mulher plenamente inserida no mercado de trabalho e disputando espaços de pertencimento e equidade com o homem.

Escrita pela repórter Juliana Linhares, Marcela, em momento algum da matéria tem direito à voz, mesmo a matéria sendo sobre ela, ela não é citada em nenhuma parte; ao contrário outros interlocutores é que falam sobre ela.

Vale ainda observar que tal matéria foi escrita por uma mulher, e como asseveram Giulia Mendes Gambassi e Thais Tiemi da Silva Yamasaki, em seu artigo: “A bela e a fera” – as mulheres e a política no discurso midiático, a repórter em questão

além de não se encaixar no padrão “do lar”, por exercer uma atividade profissional que não é doméstica, em detrimento do que foi colocado como exemplo a ser seguido, reforça os parâmetros que endossam certas convenções estereotipadas e normatizadoras do feminino e do que é ser mulher. (GAMBASSI; YAMASAKI, 2016, p.153)

A narrativa se inicia com a seguinte formulação da jornalista Juliana Linhares:

A quase primeira-dama Marcela Temer, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice. (Revista *Veja*, 2474, Edição Especial, Ano 49, 20/04/ 2016, p.28)



Marcela Temer

Temos aqui, de início, a construção que a narrativa jornalística pretende apresentar: a antítese da mulher liberada, moderna e que reivindica pertencimento no espaço público por meio da ocupação no mercado de trabalho. Ela é apresentada como o protótipo da mulher bela, recatada e do lar, que vive o recato no jeito de se vestir e cujo sonho é ter mais um filho. O ideal de maternidade, que chega a ser até uma obrigação para as mulheres, é assim explicado pela psicanalista Rita Kehl:

(...) a feminilidade aparece aqui como um conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; partindo daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico – a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. (KEHL, 1998, p. 58)

Marcela é ainda considerada, pela matéria, como uma mulher de sorte por ser casada com Michel Temer, que mesmo com treze anos de casamento, continua a ser um homem romântico e apaixonado pela esposa. Para provar tal assertiva a autora narra sobre a iniciativa de Temer de levá-la a um dos restaurantes mais caros de São Paulo, cujo ambiente foi esvaziado, para que apenas os dois pudessem viver “uma romântica noite” e se tratem pelos apelidos de “Mar” e “Mi”.



Michel Temer e Marcela Temer

Michel Temer é apresentado na matéria como o “grande prêmio” conquistado por Marcela, pois, mesmo sendo 43 anos mais velho que ela, ele é o “tipo ideal” Weberiano (WEBER, 2004) de homem gentil, carinhoso, romântico, rico e muito bem-sucedido, assim, nos termos da matéria, o que a mulher poderia desejar mais?

Tem toda razão Bourdieu (2002) ao afirmar que:

Na dominação masculina as mulheres são objetos simbólicos atuando para o outro. “Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas e até mesmo apagadas. (BOURDIEU, 2002, p.39)

A matéria ainda faz questão de afirmar que Marcela é Bacharel em Direito, no entanto, nunca exerceu a profissão; que sua experiência no espaço público não tem relação com sua formação acadêmica e sim com atividades, que poderíamos estereotipar como “tipicamente femininas”: “trabalhou como recepcionista e concorreu, por duas vezes, a miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínea, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar.” (Revista *Veja* 2474, Edição Especial, Ano 49, 20/04/2016, p.29)

Novamente aqui se reproduz a visão estereotipada sobre os lugares e papéis histórico-socialmente e culturalmente construídos para o feminino e para o masculino. Matérias como estas ajudam a reafirmar os valores e uma dada moral presente em nossa sociedade:

Por toda parte, as atividades valorizadas são exercidas pelos homens; por toda parte, os mitos e discursos evocam a natureza inferior das mulheres; por toda parte, o masculino é designado por valores positivos e o feminino, por valores negativos; por toda parte se exerce a supremacia do sexo masculino sobre o sexo feminino. (LIPOVETSKY, 2000, p.232)

A matéria continua afirmando que “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar” e acrescenta:

Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma (...) Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros. (Revista *Veja* 2474, Edição Especial, Ano 49, 20/04/2016, p.29)

Vale a observação de que quem fala sobre Marcela no discurso, acima descrito, é sua irmã e sua estilista, e a escolha de atributos para classificá-la é a beleza e o recato, atributos tão valorizados numa “sociedade modelo” dos anos “perdidos nas brumas do tempo”, mas sempre acionados em tempos de fascismos, conservadorismos e defesas da “família, da moral e dos bons costumes”:

A reportagem quer mostrar que Marcela é uma mulher feliz com as escolhas que fez. Ela é a representação da *Good Housekeeping* – a mesma criada durante o “movimento de volta ao lar” dos anos 50 nos Estados Unidos -, a mulher que volta “para o seu nicho doméstico” alegremente, e não por falta de opção. Esse tipo de discurso faz parte de uma estratégia de dominação. (DEVULSKY, 2016, p.20)

E ainda:

Ao destacar os atributos de Marcela Temer por meio da “pequena frase”, a revista *Veja*, ao mesmo tempo em que retoma e faz circular um discurso tipicamente tradicional, segundo o qual “o lugar da mulher é em casa, cuidando do marido e dos afazeres domésticos”, reforça o es-

tereotipo de que as mulheres não têm aptidão para exercer atividades públicas. No entanto, não o faz explicitamente, apenas utiliza marcas linguísticas que permitem aderir a esses discursos. Trata-se dos termos “recatada” e “do lar”, que delimitam representações (no imaginário popular) sobre o papel da mulher na sociedade. (SOUZA, 2017, p.41)

A veiculação da matéria sobre “a bela, recatada e do lar” teve uma repercussão muito grande, e destacamos nesse sentido, a capa da revista *Piauí*, que cinco meses depois de lançada a matéria de *Veja*, no mês de setembro de 2016, satiriza com o ideário da mulher dona de casa que fica esperando a chegada do marido do trabalho, e o recebe, juntamente com seu filho e animal de estimação, com um sorriso nos lábios.



Capa da Revista *Piauí*

Ainda, segundo a matéria de *Veja*, o seu cabelereiro, Marco Antonio de Biaggi, chega a afirmar que “Marcela tem tudo para ser a nossa Grace Kelly”. (*Veja* 2474, Edição Especial, Ano 49, 20/04/2016, p.29)

Busca-se instaurar com essa narrativa do cabelereiro de Marcela, Marco Biaggi, a concretização da máxima de que o “sonho feminino” é não só realizar o casamento, mas viver uma espécie de “conto de fadas”.

Lembremos que Grace Kelly abandona uma carreira bem-sucedida de atriz estadunidense para se casar com o príncipe Rainier III de Mônaco e se tornar a princesa de Mônaco, no ano de 1956; alardeada por sua beleza estonteante e simplicidade no comportamento virou modelo a ser seguido pelas mulheres, assim, não é à toa tal comparação.



Marcela e Michel Temer

Para finalizar a matéria, a jornalista ainda destaca uma outra qualidade de Marcela, afirma ser ela “o braço digital do vice” e complementa:

Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana (...) e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. (Revista *Veja* 2474, Edição Especial, Ano 49, 20/04/ 2016, p.29)

Assim, a Marcela Temer, que pouco se tinha notícia nas mídias, principalmente em revistas que se auto identificam de jornalísticas como *Veja* dá tamanho destaque a uma jovem mulher. Acrescente-se ainda, que tal espaço midiático foi concedido nas páginas de uma edição extra da revista que tratou exatamente da abertura de *impeachment* da presidenta Dilma, no momento em que a Câmara de Deputados no dia 17 de abril, com 367 votos para sim, contra 146 não, permitiram ela ser julgada pelo Senado Federal.

Num sentido totalmente oposto ao “modelo de mulher” e de “com-

portamento feminino” proposto por *Veja* ao utilizar Marcela Temer como uma espécie de arquétipo ideal do “ser mulher”, a Revista *IstoÉ*, não sem coincidência, no mesmo mês de abril, no dia 06, exatamente 15 dias antes da publicação de *Veja*, estampa em sua capa a imagem da então Presidenta Dilma Rousseff como se estivesse tendo, no mínimo, um surto psicótico.



Capa da Revista *ISTOÉ*

Na matéria assinada pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, em oito páginas, o que vemos é a construção da imagem pública de uma mulher, no mínimo, à beira da loucura. Asseveram eles:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. (Revista *IstoÉ*, Ano 39, Nº 2417, 06/04/2016, p.34)

A narrativa construída pelos referidos jornalistas tenta desconstruir a imagem de Dilma impingindo a ela a característica de uma mulher que,

por não “suportar as pressões” por “tantas denúncias” a ela dirigidas e, na imanência de perder o cargo, reage da forma mais negativa e triste possível: destratando e desrespeitando os seus subordinados e depreendendo o patrimônio público. Com base em tal narrativa construída, cabe aqui apresentar o que formula Patrick Charaudeau (2006) quando defende que

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2006, p.39)

Vale salientar, que dias depois, circularam notícias dando conta de que a capa da *ISTOÉ*, na qual a imagem é da Presidenta como se estivesse gritando raivosamente, é na verdade, uma montagem grotesca, editada pela referida revista a partir de uma outra imagem que em nada se compara à transmissão da mensagem pretendida; trata-se, originariamente, de uma imagem da Presidenta comemorando um gol da seleção brasileira, por ocasião da Copa do Mundo, realizada no Brasil, no ano de 2014. Como pode ser visto na imagem abaixo:



O efeito de sentido esperado pela matéria e pela capa da aludida revista não é outro senão o de desqualificar Dilma Rouseff de suas competências para continuar a exercer o cargo de Presidenta do Brasil. Como o leitor pode continuar a defender uma gestora cuja saúde mental se encontra

tra tão debilitada? E continua a matéria a fazer suas denúncias de forma apócrifa já que nenhuma fonte é citada sobre a veracidade das informações coligidas:

Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (...) dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. (...) Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar. (Revista *IstoÉ*, Ano 39, N° 2417, 06/04/2016, p.34)

Quebrar móveis, depredar o bem público, “sustentar-se em pé” a base de calmantes, um deles, inclusive, utilizado para pacientes com esquizofrenia é o quadro deprimente que é apresentado sobre a saúde mental da Presidenta. E continua a narrativa sobre o seu descontrole mental, segundo os citados jornalistas, desta feita amparando-se no saber médico:

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. Na semana passada, um presidente de uma instituição estatal foi chamado por Dilma para despachar assuntos de sua pasta. Chegou ao Palácio do Planalto, subiu ao terceiro andar e falaram longamente acerca da saúde da empresa e especialmente sobre a economia do Brasil e o contexto internacional. Ao final da conversa, observando o visível abatimento do executivo, Dilma quis saber: “Por que você está cabisbaixo?”. Franco, ele revelou sua preocupação com o cenário de impeachment que se desenhava, especialmente com o então iminente rompimento do PMDB. Ao ouvir a angústia do seu subordinado, que não está há muito tempo

à frente da empresa, Dilma teve uma reação que tem se repetido sistematicamente: descartou totalmente a hipótese do seu impedimento. Ela exclamou: “Imagine, nada disso vai acontecer. Já temos garantidos 250 votos na Câmara”. O executivo tentou argumentar, mas foi novamente interrompido. A petista avaliou ser “até melhor” o rompimento com o PMDB, assim teriam a chance de “refundar” o governo. O presidente da instituição deixou a conversa completamente atônito. Considerou inacreditável a avaliação da chefe do Executivo. (Revista *IstoÉ*, Ano 39, N°2417, 06/04/2016, pp. 36-37)

No discurso acima se concretiza aquilo que Charaudeau (2006) vai denominar de efeito de verdade, ou seja, de que ele estaria baseado na convicção. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de credibilidade, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida.” (CHARAUDEAU, 2006, p.49)

O “saber médico” chancela o descontrole emocional da presidenta; o testemunho do presidente de uma estatal, cujo nome não é informado na matéria, corrobora com o “saber médico” restando então, ao leitor, a convicção de que Dilma perdeu o equilíbrio emocional. Para completar esse raciocínio, acrescenta a matéria:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. (...) Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País. (Revista *IstoÉ*, Ano 39, N°2417, 06/04/2016, p.37)

O artigo é concluído com a narrativa de um outro jornalista, Antonio Carlos Prado, que, subliminarmente, faz uma comparação do comportamento transloucado da presidenta com o comportamento exibido por Dona Maria I, mãe do regente Dom João VI, que entrará para a História conhecida com Dona Maria, a louca.

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. “Maria I, a Louca”, por exemplo, dizia ver o “corpo” de seu “pai ardendo feito carvão”, quando adversários políticos da Casa de Bragança tentavam alijá-la do poder. (Revista *IstoÉ*, Ano 39, N° 2417, 06/04/2016, p.39)



Atribuir o estatuto de loucura a uma pessoa simples do povo, que não desempenha um papel social de visibilidade na sociedade já é um problema, pois a loucura é um estado mental altamente estigmatizado em nossa cultura, para usar um termo utilizado por Goffman (1982), imagine essa pecha ser dirigida a maior autoridade pública do País!

Ao refletir sobre o papel da mídia, em especial as revistas semanais, dentre elas *ISTOÉ*, objeto de nossa análise, Biroli (2019) nos oferece uma importante linha de reflexão para demonstrar que o que aconteceu com Dilma Rousseff, durante o processo de *impeachment* pode ser classificado como violência política de gênero, que atingiu não só a ela, mas a todas as mulheres que busquem disputar e ocupar espaços de poder:

Em revistas semanais, a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destemperamento emocional. Em jornais diários, a construção da presidenta eleita em imagens que de certo modo anunciavam sua deposição dentro de um ambiente político no qual diferentes tipos de violência ganhavam legitimidade antecipava um ambiente político em que posições de recusa aos direitos humanos ganhariam maior espaço. (BIROLI, 2019, p. 79)

É neste sentido que a revista *ISTOÉ* tem uma clara intenção, tanto do ponto de vista da imagem, como de sua narrativa: construir um efeito de sentido que desqualifica a Presidenta Dilma de qualquer condição de continuar a governar o país.

## **COMPARAÇÕES ENTRE O “NÓS MULHERES”: O LUGAR DO FEMININO NA NARRATIVA MIDIÁTICA**

Tentando agora fazer um exercício de como os leitores possivelmente receberam as narrativas das duas revistas acima descritas vamos observar que, para além das intencionalidades discursivas nas duas matérias, chamou-nos atenção o lugar do feminino quando as duas mulheres Dilma e Marcela são apresentadas.

Em primeiro lugar, as duas têm uma importância social bastante diferente em termos de exposição midiática. Sobre Marcela, pouco sabemos

e sobre Dilma, há um maior conjunto de informações sobre sua biografia, pessoal e pública, apesar de ser pouquíssimo divulgado nos meios de comunicação de massa, por razões óbvias; assim o novo e o velho se apresentam para o deleite do leitor. No caso em tela com pelo menos um agravante: a imagem da Marcela, que é nova nas mídias, é de uma mulher equilibrada, feliz e bem realizada em sua vida privada; já Dilma, que é antiga na narrativa midiática, e comumente representada como uma mulher “dura, exigente e de pouco trato com seus subordinados”, é apresentada com uma inovadora faceta: a marca do descontrole emocional, chegando a ser, como vimos, comparada a Dona Maria, a louca.

Em termos simbólicos, uma, representa o novo que o país “almeja”, segundo a linha editorial de *Veja* que abertamente declarou na revista a premente e inevitável saída da presidenta por meio do *impeachment*, e o novo tempo, o novo Brasil, o novo governante e por que não dizer a nova mulher; mas cabe indagarmos: o que de novo Marcela apresenta para o leitor?

Ser bela, recatada e do lar, a rigor, não tem problema nenhum, mas como ponderou Diana Corso, psicanalista e escritora, em resposta ao *site* da Revista *Donna*:

Acho que a pobre Marcela, que eu não conheço, tampouco li seu perfil na revista, acabou, pelas suas opções, que ela é livre para fazer, carregando com o ônus da onda de retrocesso na liberação de costumes, que esse movimento que coloca seu marido no poder que está esboçando. (...) Então essa reação à essa frase, essa trapalhada mal-intencionada da revista *Veja*, é uma reação feminista, que acaba até fazendo um certo bullying com a Marcela, que acaba arcando com isso. Porque é uma reação das mulheres em defesa dos direitos adquiridos ainda nada afirmados e longe do ideal, mas é uma espécie de grande brincadeira. E quando brincamos, dizemos coisas sérias. Que nós não queremos ser recatadas, não queremos ser tomadas em nossa beleza como objeto de posse ou de consumo, e muito menos queremos ficar presas em nosso lar sem poder ter vida pública. Então, a existência dessa mulher, que é, digamos, um bem privado de um homem público (assim pelo menos ela foi pintada para opinião pública, talvez ela nem seja isso) nos coloca frente àquilo que temos lutado para não ter mais que ser. Queremos ter um lar, mas não ser do lar. Queremos ser recatadas quando bem entendermos e assim desejar-mos. E caso não sejamos recatadas, queremos

o direito de não sermos estupradas. Queremos ser belas, sim, mas do nosso jeito, não como uma boneca inflável. ”

Uma outra entrevistada da Revista *Donna*, Cláudia Tajés, escritora, vai mais além e assim se manifesta:

Não haveria nada de errado com a descrição se ela estivesse nas páginas de uma revista do início do século passado, *A Noiva Sonhadora* ou o *Magazine da Dona de Casa Feliz*, por exemplo. Ninguém estranharia porque as mulheres ainda eram, no mais das vezes, tratadas como propriedade do pai ou do marido, sem direito de expressão ou o respeito que qualquer cidadão merece. Mas um mundo que só fala no empoderamento feminino e seus derivados só pode debochar ao ver uma guria de 30 anos ser retratada desse jeito. Coitada dela, que também deve ter odiado tudo isso.

Ao ser assim apresentada a revista tenta imprimir um retorno nostálgico há um tempo que não existe mais no Brasil, pois obviamente a mulher ainda deseja casar-se, constituir uma família, ter filhos, uma casa, mas, igualmente, pode e é possível que anseie, igualmente, pela ocupação do espaço público, deseja seguir uma carreira profissional, prover seu próprio sustento, ter autonomia sobre seus desejos, seu corpo e seus sonhos de inserção na vida pública e na vida privada. Estamos, portanto, muito longe do Brasil Império, quando a mulher estava inserida em uma estrutura de subordinação e restrita às atividades domésticas. Sob a forte influência do sistema patriarcal, poucas eram as mulheres que durante esse período podiam lutar por seus direitos e emancipação. (BATISTA, 2008)

Ademais, vale a ponderação feita por Moore (2000) para quem:

(...) não há uma única feminilidade ou masculinidade com que as mulheres e os homens individuais possam se identificar em seus contextos sociais, mas sim uma variedade de feminilidades e masculinidades possíveis fornecidas pelos discursos concorrentes e contraditórios que existem, e que produzem e são reproduzidos por práticas e instituições sociais. No entanto, a sexualidade está intimamente ligada ao poder, de tal modo que o próprio poder e a própria força são sexualizados, isto é, estão inscritos na diferença de gênero e na hierarquia de gênero.

(MOORE, 2000, p.35)

Uma das consequências de tais narrativas midiáticas que estão presentes tanto em *Veja*, quanto em *ISTOÉ* é, a nosso ver, a deslegitimação das diversas expressões do feminino e de viver o feminino. O que se faz com a *persona* Marcela é também um desrespeito a ela, que sequer, como já dito alhures, é convidada a dizer algo sobre ela mesma, pois a ela é impingido uma única forma de viver o feminino e este, ainda por cima, exerce sobre ela, uma forma de controle, que a desconstrói como um indivíduo sujeito de direitos e de vontades:

(...) É o discurso do outro que constituí uma representação sobre Marcela e isso poderia funcionar como um recurso da reportagem, para fugir a uma possível culpabilização da moça. Mesmo sendo uma mulher branca, dentro dos padrões cisgênero e de uma classe social alta, sua voz é silenciada brutalmente. (GAMBASSI; YAMASAKI, 2016, p.161)

Na mesma esteira, o que se faz com Dilma, na matéria de *ISTOÉ* é a forma mais “nua e crua” da violência sexista e da violência política de gênero. A tentativa é de excluir a mulher dos espaços de poder, desqualifica-la de seu lugar de poder, como uma tentativa de demonstração de que este lugar não pertence ao feminino, ele é um nicho do masculino, nestes termos,

Entender a violência política sofrida por mulheres, todo o processo de subjugação pelo qual estas são submetidas, perpassa pela estruturação de uma cultura machista, marcada pela dominação do masculino, no qual tudo aquilo que é público, emancipatório, de prestígio, é destinado aos homens, cabendo às mulheres o lugar do privado, do cuidado, do que é contido e resguardado. Aos homens cabe a fala, a liderança, o destaque, o poder. Às mulheres fica reservado o silêncio, a obediência e a obrigação com tudo àquilo que diz respeito à esfera doméstica (do privado) (LIMA; COSTA, 2021, p.151)

Com o advento da modernidade, a crescente industrialização e a estruturação da família burguesa, ocorreram mudanças significativas nos papéis de gênero. Tais modificações puderam ser observadas no Brasil a partir do século XIX. Assim, couberam as mulheres a responsabilidade

pela educação dos filhos, os cuidados com a casa e até mesmo a transmissão de valores. Esse tipo de estrutura, que designou às mulheres todas as funções de domínio privado, possibilitou aos homens o envolvimento com as esferas políticas e econômicas, próprias do domínio público.

A partir da década de 1860 a atividade filantrópica passou a ser encarada como um meio para as mulheres das classes mais elevadas afastarem-se das limitações impostas pelo trabalho doméstico. À época, como destacam Coelho e Baptista (2009, p.87), iniciam-se as argumentações em torno das ideias abolicionistas, “onde muitas mulheres contribuíram com atividades para esses fins, embora ‘não em posição política’”.

A transição do século XIX para o século XX proporcionou diversas discussões que buscaram explorar as variadas concepções de um novo papel feminino na sociedade brasileira. Em 1891, ocorreu a elaboração da primeira Constituição Republicana Brasileira. A mesma debateu e vetou o sufrágio feminino. “Os que argumentavam contrariamente se referiam, por exemplo, à inferioridade feminina, tida por alguns como ‘natural’”. (COELHO; BAPTISTA, 2009, p.88). As mulheres eram definidas como a “parte moral da sociedade”, a base da família, na qual o lar, o casamento e a maternidade estruturavam sua existência social, cabendo aos homens o desenvolvimento de suas possibilidades e ambições de uma vida pública. Caberia a mulher, enfim, suprir o homem, seu companheiro, de todas as condições necessárias para a sua ascensão social e ela deveria ficar à sombra, nunca à frente, servindo de suporte para este.

Merece ainda destacarmos a repercussão que a matéria de *Veja* obteve nas redes sociais; foi criada a hashtag #belarecatadaedolar e o meme ‘bela, recatada e do lar’ para criticar essa construção “tipo ideal” weberiano (WEBER, 2004) do ser mulher. Tais reações nos parecem bastante salutares porque permite a sociedade pensar, escrever e reescrever seus papéis de gênero.





Fonte de todas as imagens: [www.blogclabioia.blogspot.com](http://www.blogclabioia.blogspot.com),  
acesso em 10/05/2016

Foram diversas as manifestações de repúdio por parte de grupos de movimentos feministas que demonstraram a sua rejeição a construção reducionista e sexista da mulher a partir da singularidade “bela, recatada e do lar”. Nesta esteira Nana Queiroz, criadora do movimento intitulado “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, no mesmo dia 20, data de publicação da edição Extra da revista *Veja*, publicou em sua *timeline* na rede social *Instagram* a seguinte declaração:

Essa manchete parou no século 19, então nada mais natural e positivo do que as mulheres mostrarem para a revista (e para a sociedade) que estamos no século 21 e que o valor da mulher não pode estar associado ao recato, ao âmbito privado e a uma moral muito antiga. No dia a dia percebemos, sim, que há um forte resquício desse pensamento. Ele se manifesta quando somos culpabilizadas por assédios e estupros, quando somos silenciadas em diversas situações. Mas se tem uma coisa que o movimento mostrou foi que nós não vamos aceitar mais sermos julgadas com base nisso e que as mulheres são (ou devem ser) tão livres quanto os homens. O protesto #belarecatadaedolar não é contra as mulheres que tomam a opção de viver uma vida tradicional, é con-

tra a ideia de que apenas esse tipo de mulher tem valor. (QUEIROZ, *Instagram*, 20/04/2016)

Ao estabelecer um padrão do que é ser mulher por meio da construção narrativa do “bela, recatada e do lar”, a revista não só tenta passar a ideia de que esse é o modelo a ser seguido pela mulher e de que, ao optar por outro, a mulher estaria fadada ao fracasso, a sua autodestruição.

Na verdade, vimos muitos problemas na tentativa de *Veja* apresentar a primeira-dama Marcela Temer como o fez, pois ela defende um modelo de ser mulher e de viver o feminino de uma maneira singular, deixando de lado, as múltiplas outras alternativas do ser mulher. Apesar de não esquecermos que *Veja* é uma revista hegemônica, e possui uma linha editorial com determinada ideologia elitista e conservadora, mas mesmo assim, intencionamos problematizar o “ser bela, recatada e do lar”, e suas consequências para a construção de uma sociedade onde não existem diferenças de gênero e que tais diferenças, tenham um espaço para serem questionados como construções culturais e não como naturalmente dadas entre os gêneros masculino e feminino.

Não obstante, não podemos deixar de considerar a observação formulada pela historiadora Mary Del Priori, que em entrevista concedida ao canal *bbc*, afirma que essa postura de ser do “lar, bela e recatada” representa “um Brasil que não está visível, que não está nas redes, que não está vinculado aos movimentos feministas, mas isso é parte de nosso país” (PRIORI, 2016). Mas tal ideia já seria pretexto para um outro artigo, principalmente em tempos de neo-conservadorismo como o que o Brasil está vivendo, particularmente durante o governo Bolsonaro. (LIMA, 2020)

Á propósito, ainda sobre essa questão, a revista *Carta Capital*, também do dia 20 de abril de 2016, em resposta a *Veja*, Edição Extra, assim se manifestou, em uma matéria na *web* intitulada: “Bela, recatada e do lar: a matéria da *Veja* é tão 1792”:

Nesta semana, a revista *Veja* fez uma matéria com Marcela Temer, esposa de Michel Temer e, logo na manchete, a definiu assim: “bela, recatada e do lar”. O texto soava elogios ao fato de Marcela ser discreta, falar pouco e usar saias na altura dos joelhos. Para boa feminista, meia imposição basta. Fica evidente a tentativa da revista de fazer uma opo-

sição ao que Dilma representa. Uma mulher aguerrida, forte, fora do padrão imposto do que se entende que uma mulher deve se comportar. Mas, é como se dissessem: mulher boa é a esposa, a primeira dama, a “que está por trás de um grande homem”. É evidente a misoginia da qual a presidenta Dilma vem sendo alvo. Um homem no lugar dela não teria a capacidade questionada e nem sofreria ataques tão violentos como os que Dilma vem sofrendo daqueles que não respeitam a legalidade. O discurso criminoso de Jair Bolsonaro, no dia da votação ilegítima do impeachment na Câmara, mostra isso. Bolsonaro fez alusão a Ustra, homem que comandou o DOI-Codi, e o chamou de “pavor de Dilma”, que foi torturada na ditadura. Independentemente das circunstâncias que se tenha ao governo, é evidente que ela vem sendo vítima de uma sociedade machista. A matéria de *Veja* confirma isso ao enaltecer Marcela Temer como a mulher que todas deveriam ser, à sombra, nunca à frente. Destaco que não critico aqui Marcela e mulheres que possuem estilo parecido. O problema é julgar que esse modelo deve ser o padrão. É não respeitar a mulher como ser humano, alguém que pode estar num lugar de liderança, e que tem o direito de ser como quiser sem julgamento à sua moral ou capacidade. Quando li a matéria, me lembrei das revistas “femininas” da década de 50 que criavam estereótipos da dona de casa feliz, sempre arrumada e maquiada. Mas, aí também lembrei que em 1792, Mary Wollstonecraft, escritora, já criticava essas imposições no livro “Reinvindicações dos direitos da mulher”, considerado um clássico feminista publicado recentemente pela Boitempo Editorial. (Revista *Carta Capital*, 20/04/2016)

A própria Presidenta Dilma ao ser entrevistada pelo portal da Mídia Ninja, no mesmo dia em que a matéria da Revista *ISTOÉ* vem a público, dia 20 de abril de 2016, assim comentou:

Embora seja difícil mensurar o quanto, é inegável que proliferaram argumentos e comportamentos misóginos ao longo de todo esse processo de impeachment. Um olhar crítico sobre a imprensa brasileira vai encontrar matérias afirmando meu desequilíbrio, minha dificuldade em lidar com situações difíceis, e tratando de forma pouco crítica adesivos e panfletos machistas e inaceitáveis em um País civilizado contra qualquer mulher. No Brasil, ainda persiste uma cultura da violência e da desigualdade de gênero, que encontrou neste processo, contra uma Presidenta, canais para sua expressão, porque servia aos objetivos dos

De fato, a declaração da Presidenta Dilma endossa as narrativas e os efeitos de sentido expostas nas revistas *ISTOÉ* e *Veja*. Enquanto a *ISTOÉ* busca defender a narrativa de que a Presidenta não pode mais ocupar o maior cargo público do País, por ter perdido as condições de equilíbrio mental para tal, pois está à beira de um surto psicótico, portanto, está mais do que comprovada pela matéria “a sua incapacidade de conduzir o País”, por sua vez, a revista *Veja*, busca desconstruir o lugar e o papel da mulher na sociedade, imprimindo, subliminarmente, a beleza e o comportamento passivo da primeira-dama, como modos corretos e aprovados socialmente de viver o feminino.

O ideal para a mulher, então, segundo as narrativas das supracitadas revistas, não é ocupar o espaço público, tampouco, disputar os espaços de poder político partidário com os homens, já que este espaço não é sua seara, sob pena de enlouquecer, por todo um processo de histerização; o ideal que deve ser seguido pela mulher é o de dona de casa, esposa e mãe, ou da “bela, recatada e do lar”, ou seja, a ocupação e administração do espaço privado, da casa, para se opor a rua, ao espaço público, se quisermos usar o modelo operacional e dicotômico proposto por Roberto DaMatta (1985). Enfim,

Há entre os discursos presentes nessas duas matérias uma relação dialógica: ambos reforçam e fazem circular estereótipos historicamente cristalizados, nos quais as mulheres são incapazes de exercer cargos públicos, visto que estão destinadas às funções “do lar”. Em outros termos, as matérias veiculam o discurso de que existem papéis tipicamente atribuídos às mulheres (o papel de dona de casa, exercido por Marcela Temer, por exemplo) e que, portanto, a presidenta Dilma Rousseff, considerada fora do padrão, deveria representar. (SOUZA, 2017, p. 47)

Em uma outra matéria da *web*, ao propor uma comparação entre Dilma Rousseff e Marcela Temer, a jornalista do Diário do Centro do Mundo – DCM, Nathali Macedo, assim se manifestou para sair em defesa do modelo de “mulher emancipada, livre e forte”, representado por Dilma Rousseff:

Ao contrário de Marcela, Dilma é tudo que o patriarcado não quer: não obedece aos padrões de beleza estabelecidos, não se curva diante da exigência de subserviência feminina que ainda persiste, não cultiva a delicadeza tradicionalmente feminina (afinal, não somos obrigadas!), luta com as próprias mãos, derrama o próprio suor, e o que é pior: é a mulher mais poderosa do país. No bom e velho nordestinês: uma mulher de grelo duro. A *Veja*, a direita e os golpistas (agora sendo redundante, já que se resumem à mesma coisa) não querem as mulheres poderosas. **Eles querem mais Marcelas e menos Dilmás. Mas continuarão só querendo.** (Portal Diário do Centro do Mundo)

Em contraposição a matéria produzida por *Veja*, a revista *IstoÉ*, quinze dias antes a publicação daquela, traz a presidenta Dilma em sua capa e a apresenta como uma mulher que seria exatamente o oposto de Marcela; ela não é bela, tampouco recatada e nem é do lar e ainda, como já afirmamos alhures, com um agravante: ela encontra-se psicologicamente perturbada, vivendo sob o uso de remédios para controlar a sua ânsia nervosa:

Apresentada como uma mulher com valores subversivos, que “pegou em armas” durante a ditadura, neurótica e sem controle emocional, a imagem da presidenta foi se construindo socialmente como a antítese da mulher “bela, recata e do lar”. Ora a mídia propugnava que o problema estava na incompetência do fato de ela ser uma mulher e isso não lhe dava condições de gerir um país e uma grande economia, ora a apresentava como alguém sem as características emocionais necessárias para ouvir as pessoas, os partidos, os políticos e fazer negociação. (GOMES, 2019, pp. 152-153)

O artigo produzido pela revista *ISTOÉ*, igualmente teve forte repercussão nas redes sociais, recebeu muitas críticas e ataques, principalmente dos movimentos de mulheres e de feministas classificando, de modo geral, a matéria como violentamente misógina contra a presidenta e a mulher que ocupa espaços de poder.

Ao apresentar a imagem pública de Dilma como alguém “fora de controle” a intenção muito clara é a de não só desconstruir e deslegitimar a presidenta, mas como consequência, deslegitimar a própria luta das mu-

Iheres por espaços de poder.

A edição da revista caiu como uma “bomba” nas redes sociais, levantando debates acalorados. No *Twitter*, a hashtag #IstoÉmachismo entrou para a lista dos assuntos mais comentados daquele dia.

Um dos motivos que justificam, inclusive o ódio construído sobre a Presidente por parte da sociedade brasileira, se deve, segundo Venício Lima, ao tratar do processo de *impeachment*, a ação dos conglomerados jornalísticos que buscam influenciar a opinião pública. Para ele:

Não há dúvida de que se pode identificar uma coordenação de calendário na realização seletiva de determinados vazamentos, na antecipação de ações da PF e no cronograma de divulgação de depoimentos sigilosos. Isso feito em sintonia muito clara com setores desses grupos oligopolizados. Essa evidência fez com que o reconhecimento da participação ativa dos oligopólios no processo tenha aumentado muito. Um analista com o mínimo de seriedade vai necessariamente constatar essa articulação. Nas análises sobre o mundo contemporâneo, constata-se uma crise generalizada da democracia representativa, o que não é uma particularidade brasileira. Há um reconhecimento crescente, no Brasil e no mundo, do papel fundamental que o controle do acesso ao debate público feito pelos oligopólios de mídia exerce. (Portal Revista CAROS AMIGOS)

Para que de fato a democracia representativa se estabeleça é necessário que o maior número de cidadãos tenham acesso a informação, e que tal informação seja digna de fé, entretantes, o que se observa, como acima pontuou Venício Lima é uma constante e forte presença dos oligopólios da mídia pautando as notícias e as figuras políticas, fato que nos leva, então, a colocar em suspeição, a possibilidade de existência da própria democracia e de sua viabilidade, já que ela mesma nasce a partir dessas contradições.

A disputa é uma disputa pela fala, pela narrativa de um discurso que se pretende objetivo e verdadeiro, mas que se encontra eivado de interesses outros para além da missão de informar.

Para responder a narrativa de *ISTOÉ* sobre o destempero da presidenta Dilma, Algumas mulheres e movimentos sociais foram convocados a refletir sobre tal acontecimento, conforme falas abaixo descritas:

- Isto é sexista, isto é machista, isto é golpista. Somos contra todo tipo e qualquer violência contra as mulheres, principalmente quando essa violência se abate contra a presidenta da República. (Eleonora Menicucci)
- Isto É invoca e reforça o estereótipo machista de que as mulheres são descontroladas emocionalmente, irracionais, e, conseqüentemente, não estão talhadas para o exercício do poder político. (União Brasileira de Mulheres de Santa Catarina)
- Coletivo feminista ThinkOlga, famoso pela campanha “Chega de fiu-fiu”, também publicou um texto de repúdio e acusou a revista de estar praticando “GashLighting” que é uma violência emocional baseada na manipulação psicológica que leva a mulher e todos a seu redor acharem que ela enlouqueceu ou é incapaz. (Coletivo feminista ThinkOlga).
- O apelo desesperado à misoginia feito pela Revista ISTOÉ na capa da sua atual edição é muito grave e, não por acaso, está em perfeita sintonia com os discursos machistas que a oposição de direita faz diariamente no parlamento e que são de embrulhar o estômago. (Deputado Jean Wyllys – PSOL-RJ) (Portal Notícias R7)

Com base nos discursos acima descritos vemos o grau de violência, de preconceito e misoginia dirigidos a Presidenta a partir da matéria da revista *ISTOÉ*, classificá-la como uma louca, à beira de um ataque de nervos é uma avaliação no mínimo, muito pesada a uma mulher e ainda por cima, na sua condição de estadista, ocupando o principal cargo público da República.

A matéria em tela causou danos não somente a Presidenta que viu sua imagem pública ser totalmente desfigurada por uma série de discursos apócrifos, no qual nome nenhum é citado pela matéria que comprove a veracidade de tantas informações que atestam seu desequilíbrio emocional, como também ajuda na reprodução de uma narrativa que se baseia na incompetência e/ou inabilidade da mulher para exercer cargos políticos.

É mais do que evidente que a Presidenta Dilma Rousseff, a partir da matéria e da capa da revista *ISTOÉ* foi vítima de violência política de gênero (LIMA, 2020), além de vítima de misoginia. De forma simplificada, a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres (TIBURI, 2020, p.106), e ainda:

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina de poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. (TIBURI, 2020, p.106)

Na esteira do pensamento de Márcia Tiburi, também concorda Nilma Lino Gomes (2019) que – ao escrever sobre o golpe de 2016, que depôs a Presidenta Dilma de seu cargo, em definitivo, no dia 31 de agosto de 2016, após sofrer sistematicamente ataques à sua integridade como mulher, gestora, mãe e avó – o que deu reforço simbólico, narrativo e representacional para ajudar, emblematicamente, na sua deposição do cargo de Presidenta do Brasil, foram os ataques misóginos e a violência política de gênero que a perseguiram durante todo o seu segundo governo:

A misoginia é de tal ordem que até revistas publicaram capas altamente machistas e estereotipadas com a imagem da presidenta eleita, insinuando que a mesma não estava bem das faculdades mentais, que estava descontrolada. Se essa deturpação ficasse retida apenas à mídia hegemônica ou veículos das redes sociais conservadores e contrários à presidenta e ao seu partido, já seria sério. Mas o pior é que, sendo formadores de opiniões, revistas e jornais, enfim, o mundo da mídia, conseguiu expandir a visão negativa da primeira mulher eleita presidenta no Brasil e no exterior. (GOMES, 2019, p.154)

Com base no exposto, temos sérias dúvidas que se o presidente fosse um homem se ele seria achincalhado da forma como foi a Presidenta Dilma. Afinal, expressões de braveza, irritação, uso de vocabulários considerados fortes, costumam ser características exaltadas ao masculino e rechaçadas ao feminino.

Concordamos plenamente com Miguel e Biroli (2011, p.18) quando afirmam ser “a mídia de massa um espaço de representação da política” e de fato o é. A disputa pela imposição de imagens públicas se constitui na grande característica das disputas eleitorais e da formação da opinião pública e a história tem demonstrado que, infelizmente, as mulheres estão em desigualdade em relação aos homens quando o que está em jogo é a disputa por espaços de poder e, exemplos, como os experienciados por

Dilma, como no caso da matéria da revista *ISTOÉ*, só corrobora com essa assertiva.

Como vimos ao longo do artigo, não é fácil ser do gênero feminino em uma sociedade marcada pela dominação masculina, mais difícil ainda, parece ser a disputa por espaços de poder político. Tal ambiente, marcado em sua maioria pelo gênero masculino, não vê com “bons olhos” a convivência, o diálogo e o trabalho em comum com o outro gênero.

Pela primeira vez assistimos a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do Brasil, a Presidência da República, e por ironia, assistimos, igualmente a sua queda. Assim, como uma última reflexão nos perguntamos e ao mesmo tempo deixamos para análises posteriores, se uma das causas que motivaram as práticas de misoginia e de desrespeito a mulher Dilma Rousseff e que eclodiu com o seu afastamento, não se deve a sua identidade de gênero? Será que se o presidente fosse um homem, teria ele recebido os mesmos ataques dirigidos a ela dirigidos? Cremos que não. E diríamos ainda mais: a presidenta Dilma incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida que é baseada na dominação masculina. Os discursos de emocionalmente doente, como alguns dos que reproduzimos nesse texto intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

O que se disse e como a primeira-dama foi apresentada ao leitor brasileiro acabou por servir de comparação, de exaltação de um modelo do “ser feminino” que se adequa sobremaneira a uma sociedade ainda marcada pelas práticas sexistas e machistas que definem, apesar de todas as conquistas dos movimentos feministas, os lugares do feminino e do masculino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, Brasília. 2009.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro, Relumê Dumará, Núcleo de Antropologia Política, 1998.
- BATISTA, Camila Lima. Análise histórica sobre os direitos políticos das mulheres no Brasil. In: **GT Política e Feminismo**. Coordenado por Ana Alice Costa e Maria Salete da Silva. Disponível em: [www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/politica.pdf](http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/politica.pdf). 2008.

- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. Cadernos Pagu, n° 34, Campinas, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2ª ed, 2002.
- CARTA CAPITAL. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792/>. Acesso em 05/05/2016.
- CAROS AMIGOS. <http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/6889-exclusao-de-vozes-e-caracteristica-da-historia-politica-do-brasil>. Publicado em 24/05/2016 e acessado em 05/09/2016.
- COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. **A história da inserção política da mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público**. Psicologia Política. V. 9, n. 17. 2009.
- CORSO, Diana. Bela, recatada e do lar, por que a expressão gerou tanta polêmica. <http://revistadonna.clicrbs.com.br/comportamento-2/bela-recatada-e-do-lar-por-que-a-expressao-gerou-tanta-polemica-nas-redes-sociais/> Postado em 24/04/2016. Acessado em 10/09/2016.
- COHN, Gabriel (org.) **WEBER**, Sociologia. São Paulo, Ática, 2004. (Coleção Grandes Pensadores).
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**, São Paulo, Contexto, 2006.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DEVULSKY, Suzana Brito. **Imprensa no contra-ataque: discurso machista e o impeachment da Presidenta Dilma**. Monografia, Graduação em Comunicação Social/Jornalismo. UFRJ, Escla de Comunicação, 2016.
- DELPRIORE, Mary. [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418\\_marydelpriore\\_entrevista\\_marcella\\_temer\\_np](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418_marydelpriore_entrevista_marcella_temer_np). Acesso em 25/04/2016.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador, EDUFBA, 2019.
- GOFFMAN, Erving. Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.
- GROSSI, Míriam Pillar & MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. In: Estudos Feministas. Ano 9, 2º semestre 2001.
- KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro, Imago, 1998.
- LIMA, Venício. **Mídia. Teoria e Política**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2004.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. Violência Política de Gênero e a participação das mulheres na política. In: LIMA, Eli-

zabeth Christina de Andrade; FORTUNATO, Maria Lucinete (org.) **Mídias Sociais, Gênero e Política no cenário brasileiro**. São Paulo, Mentis Abertas, 2021.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Bolsonaro, o homem que não ama as mulheres. In: ADILSON FILHO, José. **O Brasil em Tempos Sombrios**. São Paulo, LiberaArs, 2020.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

LINHARES, Juliana. Bela, Recatada e “do lar”. Revista **Veja**, Edição Extra. Título da capa: Impeachment SIM 367 x NÃO 146. Ano 49, (VEJA 2474), 20/04/2016.

MACEDO, Natali. A mulher pode escolher em ser bela. <http://jj-jovemjornalista.blogspot.com.br/2016/04/a-mulher-pode-escolher-em-ser-bela.html> Publicado em 23/04/2016. Acessado em 10/09/2016.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidades: Gênero, raça e violência. *Cadernos Pagú*, (14), 2000.

NOTICIAS r7. <http://noticias.r7.com/brasil/materia-que-comparou-dilma-a-maria-a-louca-gera-polemica-e-e-chamada-de-machista-04042016>. Acessado em 13/09/2016

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. UMA PRESIDENTE FORA DE SI. Bastidores do planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o País. Revista **ISTOÉ**. Título da capa: AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE. Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País. Ano 39, N° 2417, 06/04/2016.

PELEGRINO, A. Mídia Ninja. ‘Ser dirigido por uma mulher ainda é uma novidade que incomoda e perturba a ordem supostamente natural da sociedade’, diz Dilma. Disponível em: <https://ninja.oximity.com/article/A-maior-prioridade-neste-momento>. Acesso em 19/07/2016.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, Denise (org.). **Mulheres, Política e Poder**. Goiânia, Cânone Editorial, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

SOUZA, Marilena Inácio de. “Bela, recatada e do lar”: os desdobramentos midiáticos de uma pequena frase. **Veredas atemática**. Vol.21, n° 2, PPG Linguística, UFJF, Juiz de Fora, 2017. pp. 35-56.

TAJES, Claudia. Bela, recatada e do lar, por que a expressão gerou tanta polêmica. <http://revistadonna.clicrbs.com.br/comportamento-2/bela-recatada-e-do-lar-por-que-a-expressao-gerou-tanta-polemica-nas-redes-sociais/> Postado em 24/04/2016. Acessado em 10/09/2016.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira.

In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**.  
Salvador, EDUFBA, 2019.



## A CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PÚBLICAS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER NAS REVISTAS SEMANAIS

No dia 31 de Agosto de 2016, testemunhamos o último passo que consolidou um golpe articulado através do processo de *impeachment* aberto contra a presidenta Dilma Rousseff. Por 61 votos a favor e 20 contra, o Senado a afastou definitivamente do seu cargo. A trajetória que levou a este resultado começa oficialmente em 02 de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aprova a abertura do processo que levaria ao segundo *impeachment* sofrido por um presidente eleito em nossa recente democracia.

O embate, porém, teve início muito antes da data oficial acima citada. A saída do poder da primeira mulher presidenta do Brasil foi o resultado de uma pressão construída desde o seu primeiro mandato, em 2010, e que ganhou forte apoio nos “bastidores da política” com a sua vitória nas Eleições de 2014, até o seu afastamento definitivo. Inúmeras foram as motivações e interesses que levaram o legislativo, o judiciário, a mídia e a opinião pública a pressionarem pelo *Impeachment* de Dilma Rousseff, como diversos foram os episódios enfrentados até a sua saída. Um ponto importante a ser ressaltado foi o tratamento dado à Dilma Rousseff durante o seu processo de *impeachment*, momento no qual os meios de comunicação, de forma geral, e o jornalismo impresso, de maneira particular, produziram uma série de narrativas na tentativa muito clara de desconstruir a sua imagem como presidenta e como pessoa pública.

Não há como desconsiderar que alguns setores da chamada mídia hegemônica tem forte contribuição no resultado final do *impeachment*. De forma pouco sutil, o aspecto nada convencional de uma mulher, vista pelos olhos de uma sociedade ainda com fortes traços patriarcais, passa a ser enfatizada por grandes veículos de comunicação com cada vez mais recorrência. Um caso que merece destaque, por exemplo, foi a capa e a matéria da Revista *Isto É*, publicada em 06 abril de 2016 - ponto alto do período de campanha midiática *pró-impeachment* - que trouxe por meio de seu conteúdo textual e de manipulação de imagens, uma clara manifestação misógina contra a presidenta da República, classificando-a como “louca”, como alguém que perdeu as condições para governar o Brasil.

Nos chamou ainda a atenção a maneira como algumas revistas noti-

ciaram o processo que findou com o impedimento da presidenta. Dependendo da mídia em questão, foram dezenas de matérias produzidas ora acusando a presidenta e a responsabilizando por sua saída, ora a defendendo, por ser “vítima” de um golpe.

Em contrapartida, ao assumir interinamente a presidência do Brasil, por cento e oitenta dias, no período em que a presidenta Dilma foi afastada de seu cargo para responder ao processo de *Impeachment*, de 12 de maio a 31 de agosto de 2016, e após a sua posse definitiva ao cargo de presidente do Brasil, com o afastamento definitivo da presidenta, em 31 de agosto de 2016, o que observamos foi uma cobertura midiática bastante eufórica e com conteúdo positivo para a chegada de um “novo governante”, Michel Temer.

A partir dessa realidade é que este capítulo busca exatamente analisar a construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas matérias das revistas semanais, com o intuito de refletir, até que ponto, a condição de gênero não imprimiu uma certa forma de pensar e dizer sobre essas figuras públicas. Cujos resultados passamos a descrever abaixo.

Por fim, cremos que estamos aqui lidando não com uma simples disputa política ou um processo comum de *impeachment*. Partimos do pressuposto de que tal processo tenha sido, entre outras razões e motivações, atravessado por uma clivagem de gênero, marcadamente qualificada para desconstruir não só a imagem da Presidenta Dilma, mas de toda e qualquer governo feminino no comando, em decorrência de uma cultura sexista, machista e patriarcal que nunca digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do poder político no Brasil e que encontrou nos *mass media* um importante canal de veiculação e propagação de todo um ideário de gênero marcado, sobretudo, por um discurso misóginico e que ao mesmo tempo, em sentido contrário, construiu uma série de imagens e discursos para enaltecer a *persona* Michel Temer, como o estadista e como aquele que, como ele mesmo afirmou alhures, “iria colocar o Brasil nos trilhos”; e cabe à indagação: uma mulher não poderia fazê-lo? E, vale a pena a ressalva: trilhos, trens, ferro, são signos do masculino e da masculinidade, nada mais emblemático que isto.

Para realizar essas reflexões buscamos apontar as mudanças ou continuidades na elaboração das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer (enquanto *personas* públicas), construídas pela mídia hegemônica; a partir da análise das revistas *Veja* e *Carta Capital* buscando cobrir o pro-

cesso de *impeachment* que ocorreu em 02 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, e o período do primeiro ano de governo de Michel Temer, de 31 de agosto de 2016 a 30 de outubro de 2017. Pesquisamos também algumas revistas *Época* e *IstoÉ*, que foram selecionadas pelo seu conteúdo e manchete de capas, contribuindo para melhor compreensão da narrativa construída pelas quatro revistas de maior circulação no Brasil.<sup>1</sup>

A análise se construiu em etapas: na primeira delas realizou-se uma pré-seleção das revistas que seriam posteriormente analisadas, sem preocupação com o conteúdo narrativo, o critério para a seleção foi dado ao título das manchetes e a capa das mesmas. Ao todo para a análise foram selecionadas e lidas 51 revistas e estas passaram a compor o *corpus* de nosso material para análise.

Em linhas gerais, a proposta de metodologia que buscamos desenvolver foi a utilização de método qualitativo o qual visa à compreensão aprofundada dos fenômenos em estudo e, para tanto, os contextualiza e reconhece o seu caráter dinâmico, notadamente na pesquisa social. Entende-se que a quantificação de elementos não é o principal quesito da reflexão proposta; os elementos amostrais aqui elencados fazem parte de uma seleção que leva em consideração os aspectos necessários para a observação, percepção e análise do objeto principal da pesquisa.

A segunda etapa da metodologia foi recolher o material selecionado e analisá-lo através de fichas de leitura (para cada editorial, reportagem, coluna e artigo) com vistas a orientar à associação de categorias temáticas, para ao fim relacioná-las à construção de gênero. Precisamente ao término das leituras e finalizado os fichamentos de todo o material, seguimos para a terceira e mais longa etapa: compilação e análise dos dados recolhidos que constavam nas fichas de leitura. Cabe ainda explicar, a título de procedimento metodológico, que partir dos fichamentos, destacamos recortes/amostras dos discursos que mais se repetiam. E durante a manipulação destas amostras/recortes, buscou-se a associação ou distanciamento dos mesmos, com vistas a combiná-los em grupos (ou categorias temáticas), na tentativa assim de identificar tanto os diferentes discursos que se chocam sobre a posição da mulher na política, quanto aos padrões e regularidades presentes na construção das imagens do homem e da

---

<sup>1</sup> Para quem deseja aprofundar-se no tema consultar o artigo que analisa as representações da Presidenta Dilma e de Temer em capas das revistas nacionais sobre o *impeachment*: (BEZERRA; ARAÚJO NETO, 2018)

Mulher, com destaque para as *personas* públicas Dilma Rousseff e Michel Temer. Em suma, cada categoria presente nos resultados, foi nomeada de acordo com as amostras/recortes dos discursos encontrados mais recorrentes.

## **A CONSTRUÇÃO DAS PERSONAS DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER NAS REVISTAS SEMANAIS**

A leitura de uma revista ou jornal não é apenas decodificar a informação que está ali impressa e ilustrada com imagens, fotos e infográficos. Jornalismo é um gênero discursivo que é estabelecido com seu leitor por meio de um contrato de comunicação. Rossi (1980) enfatiza que jornalismo é uma batalha tanto pela mente quanto pelos corações de seus alvos: leitores, ouvintes e/ou telespectadores. O texto jornalístico é pensado para atender a esse leitor que busca algo além da notícia cotidiana, do furo jornalístico. Entre o lido e o escrito há uma identificação com o leitor, ou seja, a conquista de seu coração e sua mente. Textos e imagens conquistam a simpatia ou a antipatia do leitor. Para criar essa identificação as revistas se utilizam de muitas estratégias, como imagens, cores, diagramações e maneiras como essas marcas linguísticas vão auxiliar na construção de um discurso atual das revistas semanais (CRESTANI NETO, 2014).

Nestes termos, a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. Não apenas a representação de sujeitos como também de *ethos* discursivo: imagem de si (MAINGUENEAU, 2008). O *ethos* discursivo é parte constitutiva da enunciação. Compreendemos ainda que o “jornalismo, ao (re) produzir imagens visuais e mentais, produz discursos, ou seja, interdiscurso, pois está em constante relação com outros discursos, de diversas formações discursivas” (BERTASSO, 2015, p. 106). Podemos inferir que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade a partir dos discursos que emitem e as capas das revistas são o primeiro contato com o público leitor.

A revista tem a cara de seu leitor, pois quem a define é este. Desse modo, há necessidade de uma espécie de “contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2006) entre o que é veiculado e o que pensa previamente o leitor. Há um pré-discurso na mente do leitor antes mesmo dele

folhear o *magazine* e esses discursos não são necessariamente verbais: em sua maioria são icônicos. A identidade das revistas está exposta primeiramente nas capas. São elas que anunciam o conteúdo a ser abordado em seu interior e serve para reforçar a identidade com seu leitor, ou seja, para fortalecer um “acordo prévio” (BERTASSO, 2015).

Para compreendermos a imagem (tanto visual quanto mental) é importante entender o contexto social na qual ela foi produzida, pois ela carrega em si muitos símbolos e estes foram produzidos justamente a partir do *ethos* discursivo, tanto do ponto de vista do seu autor como do leitor (CHARAUDEAU, 2006; SCALZO, 2003). Essas imagens visuais e mentais são construídas a partir da cosmovisão do leitor que interpreta o mundo a partir do seu veículo predileto. Por isso mesmo, os periódicos utilizam de forma deliberada recursos gráficos e icônicos com a finalidade de golpear ou burilar a imagem pública de um indivíduo ou instituição. A imagem pública mantém a função de suplemento para obtenção da adesão popular, criando efeitos sobre a opinião pública, sobre as eleições e sobre a esfera pública de debate (GOMES, 2004). Do mesmo modo, a imagem pode ser “implodida” pela mídia construindo uma imagem negativa do candidato junto a um eleitorado específico, uma classe específica, um público específico.

É sabido que a “crise” da “era Dilma”, começa bem antes na agenda midiática, referimo-nos, por exemplo, ao ano de 2013, quando *Veja*, em sua edição de 26 de junho de 2013, traz estampado em sua capa a seguinte manchete: “Os sete dias que mudaram o Brasil” e trata exatamente das manifestações que tomaram “conta do Brasil”, o fortalecimento do movimento MBL – Movimento Brasil Livre, que, inicialmente, reclamava do aumento das passagens de ônibus, na cidade de São Paulo, e foi paulatinamente, ganhando força e adesão para um conteúdo político, que atravessou a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, com muitos protestos de brasileiros vestidos de verde e amarelo para criticar o governo de Dilma Rousseff e pedir o seu *impeachment*.

Como resposta às manifestações de rua, uma outra revista, *Carta Capital*, em sua edição de 13 de julho de 2013 traz em sua manchete à seguinte frase: “Dilma Rousseff à Comissão do *Impeachment*: “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça. Especial – o cheiro do golpe.”

Panelaços foram feitos para vaiar a Presidenta quando aparecia em

canal de televisão para pronunciamentos oficiais; enfrentou uma campanha para reeleição marcada por pressões e fortes manifestações de desrespeito. Observou-se, através da leitura das revistas semanais, uma tentativa extremamente competente de desconstruir a imagem pública positiva da Presidenta. O que lemos, ainda durante a campanha presidencial, e continuamos lendo, no primeiro ano de seu governo, em 2015, e toda a movimentação em torno da abertura do processo de *impeachment*, em dezembro de 2015 a maio de 2016 e seu julgamento e afastamento definitivo, em 31 de agosto de 2016, foi uma enxurrada de críticas ao seu governo e uma tentativa mordaz de associar à sua imagem a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, a incompetência para governar o Brasil.

Percebe-se que as revistas semanais que antecederam o período de processo de *impeachment*, apontam uma tendência da chamada “mídia hegemônica” em, semanalmente, alimentar a ideia de que o governo Dilma não se sustenta, que está próximo do fim.

Já o mesmo não pode ser dito em relação ao governo Michel Temer. Ao observamos o chamado “*pós-impeachment*” e a posse do então vice-Presidente Michel Temer por 180 dias, momento no qual o julgamento do *impeachment* estava a ocorrer para garantir a sua posse definitiva ao cargo de Presidente do Brasil, um fato nos chamou a atenção: uma produção midiática festejando a chegada ao poder de um novo nome e a promessa entusiasmada de que, doravante, o Brasil teria uma “nova chance de sair da crise” na qual estava enredado.

A Revista *Isto É*, edita no dia 18 de maio de 2016, quase um mês depois de em sua edição apresentar uma imagem negativa e misógina da ex-presidenta Dilma, traz em sua nova capa a imagem de Temer, muito bem fotografado, com uma expressão pensativa, dando um aspecto de quem está construindo planos para o governo, com uma postura de um estadista. A seguinte manchete é bastante expressiva “Dois anos para reconstruir o Brasil. Com Dilma e o PT fora do governo, Michel Temer assume a Presidência e renova a esperança dos brasileiros”. Moretzsohn (2016, p. 136) afirma que: “a mídia hegemônica fez todos os esforços para apresentar um quadro positivo, que produzisse esperança e colaborasse com a normalização do golpe”.



Revista Isto É, de 06/04/2016



Revista Isto É, de 18/05/2016

Portanto, com base no exposto, acreditamos lidar não com uma simples disputa política ou um processo de *impeachment*. Tal processo foi atravessado e exposto por uma clivagem de gênero, em decorrência de uma cultura machista e sexista e o meio político composto majoritariamente pelo sexo masculino, que não digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao campo político e usou contra ela esse discurso sexista e machista, por meio das mídias sociais e dos veículos de comunicação de massa. Estes, que por sua vez, são um importante canal de propagação de representações sociais, que oferece determinados significados ao público consumidor. Além do discurso misógino e qualificado para desconstrução da mulher, em contraposição vemos também uma série de imagens e discursos qualificando a *persona* Michel Temer como o estadista. A partir dessas evidências cabem os seguintes questionamentos que embasam a nossa análise: Até que ponto a questão de gênero não serviu e continua a servir de recorte para a narrativa midiática justificar a legitimidade da presença e/ou ausência de homens e mulheres nas disputas político-partidárias? Por que exatamente adjetivos pejorativos e desrespeitos serviram de manchete das capas de revista hegemônicas para desconstruir a imagem pública da então presidenta Dilma ao passo que adjetivos encorajadores e elogiosos foram utilizados, por esse mesmo veículo de

comunicação de massa, para construir positivamente a imagem pública do atual Presidente Michel Temer? As manchetes retratadas refletem conteúdos de misoginia para ambos, ou somente na desqualificação do gênero feminino?

## A CONSTRUÇÃO NARRATIVA A PARTIR DA CLIVAGEM DE GÊNERO

Dando prosseguimento a apresentação dos resultados, a partir das fichas de leituras como já explicitado, construímos as *categorias temáticas*. É notório que as categorias utilizadas compartilham semelhanças, pois estas conversam entre si; juntas representam um conjunto de ideias. Já que este estudo trata-se de análise documental, buscamos então, apresentar os resultados a partir da construção de quadros apoiando-se nestas categorias. É também pertinente explicar que as categorias de análise que apresentamos abaixo, possuem um título autoexplicativo com o fim de representar o conjunto de ideias que elas trazem. Assim, é conveniente apontar também como resultado que os nomes das categorias se construíram aqui em vista da recorrência das narrativas encontradas.

As Categorias de Temáticas propostas podem ser assim descritas:

**Categoria Temática I:** A mulher incompetente, sem habilidade política/  
O homem competente com habilidade política

**Categoria Temática II:** A mulher durona que não dialoga, nem atende aos padrões de governabilidade/  
O homem político conciliador e o estadista nato

**Categoria Temática III:** A louca desequilibrada, o isolamento de Dilma/  
O Temer estadista e o apoio do Congresso Nacional

A representação social de Dilma Rousseff como uma mulher sem competência e experiência políticas, como mera extensão malfadada de seu criador, o então presidente Luis Inácio Lula da Silva, pode ser observado nas duras narrativas construídas, principalmente pelas revistas hegemônicas: *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, vejamos alguns desses enunciados:

Hoje ela é um arremedo de mandatária que nada manda. Figura decorativa odiada pela sociedade. (Revista *IstoÉ*. 23 de março de 2016, p. 21).

Lula já foi capaz de eleger postes como Dilma Rousseff, mas não é curandeiro de pacientes desenganados. (Revista *Época*, 20 de abril de 2016, p. 50).

Se nunca se deu ao trabalho de distribuir os pequenos mimos que tanto aquecem o coração dos políticos, não foi apenas porque isso não é do seu feitio, mas porque os atalhos que a levaram à Presidência permitiram-lhe pular certas etapas. “Dilma nunca disputou uma prévia, nem tinha enfrentado uma campanha antes de virar Presidente da República. Recebeu o cargo numa bandeja. Não teve de aprender a seduzir.” Afirma um de seus ministros mais próximos. (Revista *Veja*. 11 de maio de 2016, p. 52)

A afirmação tácita, presente nos enxertos dos discursos em destaque, de que Dilma não possuiria capacidade política é uma grande falácia. Basta observar a sua biografia de mulher pública que não há como negar a sua experiência política. Isto pode ser rapidamente comprovado pelos cargos que ocupou, antes de ser eleita presidenta do Brasil. No entanto, o que parece estar em jogo não é sua suposta “incapacidade política”, mas o fato dela ser uma mulher técnica e pouco política, ou seja “a sua propagada falta de tato para conversar e atender à classe política e aos interesses privados que chegavam até ela na condição de ministra”, como pondera Céli Pinto (2018, p.25):

Quando Lula indicou Dilma como candidata do Partido dos trabalhadores (PT) para as eleições à presidência da república, as primeiras reações foram de que Lula, naquele momento com alta popularidade, elegeria qualquer um, uma mulher como Dilma, ou um poste. Como havia sido Secretária de Estado no Rio Grande do Sul, Ministra de Minas e Energia e da Casa Civil no governo Lula, não era possível desqualificá-la completamente, então se passou a considerá-la uma técnica, não uma política. (PINTO, 2018, p.25)

Convém acrescentar que o destaque dado pelas matérias acima descritas é de uma total e completa desconstrução não só da presidenta Dilma, mas de todas as mulheres que “ousam” disputar cargos na esfera política. Narrada como uma “extensão”, um poste do masculino, ou seja, de Lula, é apresentada como alguém desprovida de competência para exercer um cargo na política partidária. Maior desconstrução, impossível.

Esse tipo de representação sobre a incapacidade e/ou dificuldade da mulher em disputar cargos eletivos não é novidade no Brasil. Ainda há, mesmo a despeito da Lei de Cotas (Lei 9504/1997) para candidaturas femininas, de pelo menos 30% para cada um dos sexos, uma imensa dificuldade das mulheres disputarem, de “igual para igual” cargos eletivos:

Quando se analisa a presença de mulheres na política, o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo. Segundo dados da União Interparlamentar, atualizados em 1º de março de 2017, o Brasil ocupa o 153º lugar entre 194 países pesquisados, quanto à presença de mulheres nos parlamentos. (PINTO, 2018, p.24)

Antonia Pelegrino, por sua vez, ao refletir sobre a política representativa, cita Marielle Franco, brutalmente assassinada em 14 de março de 2018 e então candidata a vereadora pelo Rio de Janeiro e eleita em 2017, ao escrever para o *blog* #AgoraÉQueSãoElas, afirma como é difícil a disputa das mulheres por espaços de poder, em especial o poder político partidário. Sua reflexão destaca a presença do crivo de gênero e da cultura machista a insistentemente demarcar que o espaço da política não é lugar do feminino:

A disputa da política é um grande desafio, principalmente para nós mulheres. A lógica machista nos persegue a todo tempo e a sentimentos com intensidade, principalmente quando decidimos ocupar um espaço na institucionalidade política. E os reflexos disso são corriqueiros no cotidiano das nossas campanhas eleitorais, sejam feministas ou não. Imprimir a imagem do nosso rosto em um panfleto é quase um convite ao assédio, que vai desde pedidos de casamento até propostas da troca do voto por um beijo. Tudo com muito humor e sorrisos escancarados, como boa parte da estética do machismo, que na maioria das vezes, acaba com violência psicológica ou física contra a mulher, e alimenta a cultura do estupro. (PELEGRINO, 2018, p.65)

Outra representação na construção de uma imagem pública negativa da Presidenta, por parte da chamada mídia hegemônica, diz respeito a sua falta de capacidade para o diálogo, para negociar conflitos, buscar a conciliação com os que pensam diferente dela. Ou seja, à construção da imagem de uma estadista intransigente e arrogante, pouco afeita ao diálogo e a escuta:

Entre os muitos erros cometidos pela presidente afastada Dilma Rousseff, o desprezo pelo Congresso foi um dos mais devastadores. Ao dar as costas para o Parlamento, Dilma perdeu a capacidade de articulação política e anulou as chances de aprovação de projetos de interesse do governo. Político mais hábil e mais afeito ao diálogo, o novo presidente Michel Temer certamente não repetirá os mesmos equívocos. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.54.)

Dilma tem extrema dificuldade de reconhecer publicamente seus erros, como aversão à política, o jeito durão, a obsessão centralizadora e a inexperiência política que impossibilitou o diálogo com o Congresso e o PT. (Revista *Época*. 29 de agosto de 2016, p. 34)

Ao se construir uma visão de que Dilma iria propor e executar uma nova maneira de dialogar com o Congresso Nacional, ela carrega consigo os estereótipos: de durona, de gerentona, de pouco afável aos pedidos que lhe eram dirigidos e isto, obviamente, não se coaduna com um costume já instituído na “práxis política” regular brasileira.

Tais estereótipos a acompanharam por todo o período em que esteve na presidência do Brasil e acabaram, em grande medida, por justificar seu *impeachment*, pois na seara da política parece não existir espaço para “uma mulher durona”.

Ao denunciar o sexismo e o machismo presentes nos estereótipos construídos para desqualificar a presidenta Dilma e, conseqüentemente, construir uma imagem pública negativa dela, autoras como Céli Pinto, acrescentam o conteúdo de gênero fortemente utilizado para permitir o processo de *impeachment* a qual foi submetida:

Era fácil derrubar Dilma, era uma mulher, não um cacique do PT. Depois de tudo que aconteceu, ainda se ouvia, entre detratores e mesmo entre militantes da esquerda, que ela era dura, ela não tinha jogo de

cintura, ela não negociava, ela não cedia às tramas necessárias, ela não era política. Ela era apenas uma mulher. Mulheres não sabem fazer política, elas podem militar desde 16 anos, ser brutalmente torturadas, ocupar os principais cargos da República, mas serão tidas como não políticas, serão no máximo técnicas competentes, que caem porque não sabem compactuar. (...) (PINTO, 2018, p.31)

Em contrapartida, a visão das referidas Revistas quando a *persona pública* e o vice-presidente e, posteriormente, presidente Michel Temer, muda totalmente. Desta feita, a representação é a de um estadista centrado, competente e experiente na vida política. Exaltam-se suas características de competência política, temperamento ponderado e habilidade de ser um grande negociador e conciliador:

Michel Temer é advogado, tem 75 anos, mede 1,70 metro, é magro e naturalmente empertigado. Evita tomar água durante as refeições e caminha na esteira – só sai da linha diante de um prato de morangos com chantili. É formal e diplomático até quando explode. Cerimonioso, apresenta-se sempre em trajes impecáveis. Quase nunca fala palavrão em público e só conta “piadas de salão” – sem graça, como diz um amigo. Sua desenvoltura como articulador, aliado ao pendor pela conciliação de interesses – dotes reconhecidos até pelos desafetos –, impulsionou sua carreira. (Revista *Época*, 16 de maio de 2016)

(...) Temer, com sua mirada de conciliador, cabelos lisos, meticulosamente penteados para trás, cada fio em seu lugar como convém a um restaurador da ordem, garante que será firme no objetivo, embora cuidadoso. Há de se dar crédito às intenções do postulante. Muitos dos que convivem com Temer dissertam caudalosamente sobre seu talento aglutinador. Sabem que ele não é um iluminado da práxis, nem possui a clarividência dos estrategistas de complexos planos de recuperação econômica, mas defendem cegamente suas habilidades táticas. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.21)

(...) Temer aposta suas fichas e reputação nessa cruzada. Sonha escrever seu nome no panteão dos salvadores da pátria. Sabe que terá curtíssimo prazo para mostrar a que veio e sabiamente previu dias difíceis pela frente. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.20)

Desde o momento em que Temer assume interinamente a Presidência do Brasil, em 13 de maio de 2016, e assume definitivamente a Presidência em 31 de agosto de 2016, que os meios de comunicação hegemônicos festejam a sua chegada ao poder. Aclamado como aquele que vai colocar o “Brasil nos trilhos”, não cessam as expectativas de que, doravante, o Brasil se encontrará com um futuro promissor. Entrementes, as coisas não acontecem tal qual o “país das maravilhas”.

É importante observar que, mesmo acusado de envolvimento em esquemas de corrupção, envolvendo familiares, amigos íntimos e auxiliares próximos, que atravessará todo o seu governo, e que não nos cabe, no espaço desse texto detalhar, as revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, comprometidas em dar sustentação a seu governo, noticiam tais “escândalos” mas constroem uma narrativa que busca blindar o Presidente, desviando o foco da acusação para outros alvos. Senão vejamos:

Agora é oficial: o Brasil acaba de atravessar a maior recessão da história. (...) O cenário é favorável a essa retomada. Mas o fator mais importante (e que permite otimismo com o futuro) foi a correção de rota feita pelo governo. No campo político a administração de Michel Temer vê alguns de seus principais colaboradores sendo atropelado pela Lava-Jato. Mas na economia sua equipe é sólida e dispõe de alguns dos melhores da área no Brasil. (Revista *Veja*, 15 de março de 2017, p.59)

Acosado pela impopularidade, incomodado por delações de réus que o colocam em negociações do petróleo e ameaçado de cassação por um processo em vias de julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, Temer sobreviveu até agora devido à conjunção de forças políticas que preferiam sua permanência à incerteza da crise. (Revista *Época*, 22 de maio de 2017, p.37)

É notória a tentativa das revistas *Veja* e *Época* em desviarem a acusação de suposto envolvimento do Presidente Temer em esquemas de corrupção, pela tentativa, eficaz, de subliminarmente passar a mensagem de que “se com ele está ruim, sem ele pode ficar pior”. De que a sua saída, motivada por um processo de *impeachment*, poderia levar o País a uma crise sem precedentes, então ele está protegido, segundo a revista *Época*, “devido a uma conjunção de forças políticas” que não querem a “incerteza da crise”. Ora, em momento algum, as citadas Revistas questionam os

supostos delitos e envolvimento do Presidente, mas desviam a atenção do leitor, para “relevar” esses fatos “menores” – a corrupção, e pensar no Brasil e em sua saída “da crise”. E de fato, tais revistas caminharam, até o fim, alinhadas ao governo Temer, blindando-o e protegendo-o de toda sorte, fato que não aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff, como está sendo demonstrado.

Na contramão das narrativas produzidas por *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, a Revista *Carta Capital*, por assumir uma tendência “mais à esquerda”, pois é uma das poucas revistas de circulação semanal que assume, em seu editorial que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar, constrói uma espécie de contra discurso às narrativas propaladas pelas revistas acima citadas:

Chega a ser cômico supor que, apenas dois meses depois de empossado, Temer fosse capaz de reverter essas expectativas, como a manchete da Folha sugere nas entrelinhas e como afirmou peremptoriamente a TV Globo: “Em fevereiro deste ano, com Dilma na Presidência, 72% acreditavam que a inflação ia subir. Agora, com Michel Temer, caiu para 60%.” (Revista *Carta Capital*, 27 de julho de 2016, p.23)

É de se perguntar o que querem as elites brasileiras. Inventam um presidente frágil, sem legitimidade, biografia ou carisma, dão-lhe um mandato de pouco mais de um ano de tempo real e supõem que conseguirá propor e executar uma agenda reprovada pela quase unanimidade do País, na qual nem sequer ele acredita. Quem terão sido os gênios que imaginaram essa “solução”? (Revista *Carta Capital*, 19 de abril de 2017, p. 27)

Michel Temer, o agonizante, tornou-se uma espécie de Napoleão do Hospício Brasil. Jamais um chefe da nação esteve tão encrocado com a Justiça e cercado de tantos suspeitos, mas o Palácio do Planalto e o Congresso deliram. Com o circo em chamas, tentam fingir normalidade e insistem em votar reformas impopulares para “ferrar o trabalhador”, definição usada da tribuna do Senado por um figurão do PMDB. (Revista *Carta Capital*, 31 de maio de 2017, p.14)

Vale acrescentar que as notícias sobre o envolvimento do Presidente em esquemas de corrupção só aumentam e se avolumam em denúncias,

a ponto de *Veja* e *IstoÉ* por exemplo, serem quase “obrigadas” a noticiar tais acusações, mas mesmo assim, ainda ponderamos: a dosagem de desconstrução deste ainda é muito leve se comparada a saraivada de supostos envolvimento com corrupção e imensamente menor se comparada as narrativas grotescas e altamente desrespeitosas dirigidas a então Presidenta Dilma Rousseff; aliás, nem de longe tais narrativas colocam o governo Temer numa situação de desestabilidade, pois estes que o denunciam são, segundo as citadas revistas: “bandido notório” e um procurador “perseguidor” pois em sua acusação, pode-se encontrar “uma série de furos na acusação” contra Temer:

Desde que seu governo foi atingido na testa pela delação do empresário Joeley Batista, o “bandido notório”, Temer nunca viveu uma semana tão desastrosa. A Polícia Federal, encerrando uma etapa das investigações da delação, concluiu que existem evidências “com vigor” mostrando que Temer praticou ato de corrupção. (...) Temer, mesmo no exterior, encerrou a semana menor do que começou. (Revista *Veja*, 28 de junho de 2018, p.49)

Na noite de segunda-feira 26, Temer já começava a preparar o contra-ataque à denúncia formulada por Janot. Na madrugada, pouco dormiu. Preferiu reunir-se com auxiliares para analisar o texto do procurador. Encontrou uma série de furos na acusação e decidiu que precisava falar à nação. (...) Em seu pronunciamento, Temer indicou que está pintado para a guerra. O final pode ser outro, mas por ora o presidente vence o que se convencionou de chamar de “batalha da comunicação”. (Revista *IstoÉ*, 5 de julho de 2017, p.30)

Retomando um pouco as nossas categorias temáticas, é notória a construção negativa, por parte das revistas hegemônicas, quando o tema é a condução política da Presidenta Dilma, está é narrada, como já vimos acima, como uma mulher durona, que não dialoga com seus pares e que tampouco, atende aos padrões de governabilidade:

Dilma terá de exercitar nos próximos meses, diálogo e capacidade de persuasão, dois atributos em falta no Palácio do Planalto em sua gestão. Depende disso para salvar seu mandato. (Revista *Época*, 07 de dezembro de 2015, p.68)

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com seus subordinados. (Revista *IstoÉ*. 06 de abril de 2016, p.20).

A presidente nunca foi muito querida pelos servidores, pelos mesmos motivos que não é querida pelos políticos: seus arroubos de impaciência, o hábito de gritar e a rispidez no trato. (Revista *Época*. 18 de abril de 2016, p. 37)

Autocrítica nunca foi o forte da presidente, e isso certamente ajudou a fomentar a antipatia da população. Sua autossuficiência, suas certezas absolutas, a pouca disposição para ceder a contestações e a postura imperial em relação ao Congresso... tampouco ajudaram Dilma a conquistar aliados fiéis. (Revista *Veja*. Edição Extra, 20 de abril de 2016, p.19).

Pouco empenhada na arte de agradar, frequentemente frustra aliados carentes de afagos. No último dia 14, por exemplo, às vésperas da votação da Câmara que decidiu pela abertura do impeachment, convidou ministros e deputados da base para um café da manhã no alvoreada. Muitos dos parlamentares, governistas de primeira hora, nunca haviam pisado no palácio antes. (...) Se nunca se deu ao trabalho de distribuir os pequenos mimos que tanto aquecem o coração dos políticos, não foi apenas porque isso não é de seu feitio, mas porque os atalhos que a levaram à Presidência permitiram-lhe pular certas etapas. “Dilma nunca disputou uma prévia nem tinha enfrentado uma campanha antes de virar presidente da República. Recebeu o cargo numa bandeja. Não teve de aprender a seduzir”, afirma um de seus ministros mais próximos. (Revista *Veja*. 11 de maio de 2016, p.30).

(...) Temer sabia que, de todos os erros cometidos por Dilma Rousseff, a combinação de dois deles fora letal. A ex-presidente não ouviu e não enxergou, ou não quis ouvir e não enxergou, ou não quis ouvir nem enxergar, os sinais de descontrole econômico. Paralelamente, também se mostrava avessa ao convívio com os políticos, inclusive os de seu

próprio partido, o PT, que acabou lhe rendendo antipatias e inimizades terminais no Congresso. (Revista *Veja*, 15 de março de 2017, p. 63)

A falta de trato com a política e com os políticos, a incapacidade para o diálogo e o temperamento desagradável, autossuficiente e arrogante de Dilma são apontados pelos discursos das revistas acima descritas, como um dos elementos responsáveis pela sua ineficiência administrativa e por sua queda. Cabe-nos agora indagar: tais características de não misturar interesses republicanos com interesses privados dos parlamentares, por exemplo, não deveriam ser qualidades a serem exaltadas? Ou seja, como pondera Clara Araújo (2018):

(...) A “falta” e o “deslocamento” da presidenta desse campo das práticas políticas do varejo são os aspectos destacados quanto ao seu estilo de negociar. Isto ora parece decorrer de sua inexperiência política, ora de sua inapetência para função, ora à sua inabilidade, ou ainda aos três aspectos juntos. A ética como elemento constantemente acionado no discurso midiático, também não contou neste caso. Não se registram outras leituras possíveis, como por exemplo, a de que tal resistência poderia ser uma janela de oportunidades para estimular ou desnudar a forma viciada de negociação, abrindo caminho para outro formato de prática política. (ARAÚJO, 2018, p.40)

Não foram encontrados ou destacados pela mídia ou pelos *blogs* de movimentos que fazem oposição a presidenta Dilma quaisquer tipos de méritos ao seu ato de construir uma relação com o Congresso diversa da até então estabelecida. E pior, as críticas a ela dirigidas acabam por se identificar como uma falta e ausência de Dilma e não como uma proposta diversa de relacionar-se com o espaço da política. Indo um pouco mais adiante, é possível que tal visão desemboque, inclusive, numa generalização grosseira para o gênero feminino, isto é, à construção estereotipada de que a mulher política, o gênero feminino não tem condições de manter um diálogo e espírito de negociação com o parlamento e com a atividade executiva. Uma característica se transforma em uma falta ou um defeito.

Lilia Moritz Schwarcz (2019), ao descrever sobre Brasil, defende que os dois principais inimigos do país são o patrimonialismo e a corrupção e que, infelizmente a nossa República é vulnerável a tais ataques. Para ela:

O patrimonialismo, é resultado da relação viciada que se estabelece

entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal. “patrimônio” de quem detém o poder. (SCHWARCZ, 2019, p. 65)

Provavelmente a pretensa dificuldade da Presidenta Dilma em dialogar e negociar com o Congresso e sua negativa em tratar a política como “uma prática varejista” deva-se a sua tentativa de não patrimonializar a coisa pública a partir dos interesses privados, em não transformar o Estado em um bem privado a ser apropriado por interesses privados dos parlamentares. E tal postura, que deveria, a qualquer país democrático, ser aplaudido e exaltado como um valor, se consubstancia em um defeito, uma falta da Presidenta que vem estereotipada na forma de alguém que não quer e/ou não sabe dialogar.

Muitas das ações “desastrosas” de Dilma foram responsabilizadas ainda, pelos meios de comunicação hegemônicos, como resultado de sua “inexperiência na vida pública”, como já vimos alhures. No entanto, mesmo se isto fosse verdade, o que não é dada a vasta experiência política de Dilma em sua trajetória pública, ter experiência política nunca foi um pré-requisito para concorrer a um cargo político. Ao contrário, dependendo da situação, e aí entra a clivagem de gênero, para outras candidaturas, comumente masculinas, tal característica é até exaltada positivamente:

(...) valho-me de dois exemplos bem recentes, ilustrativos de tratamento diferenciado sobre trajetórias políticas baseadas na experiência de governo e na falta de experiência com eleições. São os casos do prefeito de São Paulo, João Doria Jr (PSDB) e, mais recentemente, o do presidente eleito da França, Emanuel Macron (Em Marche). Em ambos, o que foi apresentado como falta em Dilma se transforma, se reveste de sentido de virtude, não apenas nos discursos dos dois políticos, mas em especial na narrativa da mídia. Nesses candidatos, a inexperiência adquire a áurea de distanciamento da “velha” política e dos “velhos” políticos. (ARAÚJO, 2018, p.43)

Em oposição as narrativas acima descritas sobre a presidenta Dilma Rousseff, as mesmas ditas Revistas semanais hegemônicas apresentam o então interino e posterior, presidente Michel Temer como um “homem político”, um político polido, conciliador e um “estadista nato”:

Michel Temer, o constitucionalista por convicção, ex-professor de direito, advogado e político curtido na arte da negociação, começa a escrever uma nova história para o País. De uma maneira ou de outra, nada será igual ao que passou. E as chances de melhora do ambiente são ao menos promissoras. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.20)

Medidas econômicas levam tempo para surtir efeito. As bases do crescimento vivido na era Lula foram construídas no mandato de Fernando Henrique Cardoso. Com extrema boa vontade, pode-se dizer que a melhoria na renda do trabalhador durante o primeiro mandato de Dilma era fruto de decisões tomadas pelo seu antecessor. Nesse ponto, Michel Temer não teve a mesma sorte. A herança recebida por ele é nefasta e tudo indica que seu mandato terminará sem que o legado positivo fique claro. Mas o presidente improvável tem a chance de escrever seu nome na história como aquele que recolocou o país nos trilhos – e isso não é pouco. (Revista *Veja*, 15 de março de 2017, p. 63)

Eram 13 horas da quinta-feira passada quando o vice-presidente da República, Michel Temer, cortou um pedaço de queijo branco sobre a mesa de reuniões da antessala de seu gabinete no Anexo II do Palácio do Planalto. Prestes a se tornar presidente da República, o peemedebista mal tem tempo para se alimentar e já perdeu dois quilos e meio. (...) Diz o vice: “Eu quero entrar para a História”. Ele acha que conquistará um lugar no panteão da República se encerrar o ciclo de recessão, viabilizar os investimentos privados e estimular a geração de empregos. É a sua grande aposta. É a sua grande largada. (Revista *Veja*, 4 de maio de 2016, p.44)

Competência, ponderação e equilíbrio são as principais características atribuídas ao presidente Temer, ao “homem político” que assume o seu “legítimo lugar”: a política. O homem forte, que deseja “entrar para a História” colocando o “País nos trilhos”, como acrescenta Flávia Biroli (2018):

Assim que Rousseff foi deposta, o ministério de homens brancos de Michel Temer passou a desfilas seus corpos e a disparar declarações sexistas que indicavam sua distância em relação as transformações sociais em curso no país e sua convicção de que o lugar das mulheres

é na vida doméstica, garantindo assim o protagonismo masculino. O ambiente que as performances sexistas do novo *establishment* se tornaram possíveis é aquele em que a competência das mulheres para a vida pública e, especificamente, para a política foi abertamente contestada. (BIROLI, 2018, p. 78)

Bem diferente das representações construídas sobre a presidenta Dilma que chega a ser comparada a uma louca, pela Revista *IstoÉ*, do dia 06 de abril de 2016, ou seja, “a estigmatização de Rousseff como incompetente politicamente se deu no recurso a estereótipos convencionais de gênero, nos quais a mulher é associada ao destempero emocional.” (BIROLI, 2018, p.79)

Na matéria assinada pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, em oito páginas, o que vemos é a construção da imagem pública de uma mulher, no mínimo, à beira da loucura. Asseveram eles:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturridos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 34)

A narrativa construída pelos referidos jornalistas tenta desconstruir a imagem de Dilma, impingindo a ela a característica de uma mulher desequilibrada que, por não “suportar as pressões” por “tantas denúncias” a ela dirigidas e, na imanência de perder o cargo, reage da forma mais negativa e triste possível: destratando e desrespeitando os seus subordinados e depredando o patrimônio público. Com base em tal construção narrativa, cabe aqui apresentar o que formula Patrick Charaudeau (2006) quando defende que

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de

efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2006, p.39)

O efeito de sentido esperado pela matéria da aludida revista não é outro senão o de desqualificar Dilma Rousseff de suas competências para continuar a exercer o cargo de presidenta do Brasil. Como o leitor pode continuar a apoiar uma gestora cuja saúde mental se encontra tão debilitada? E continua a matéria a fazer suas denúncias de forma apócrifa já que nenhuma fonte é citada sobre a veracidade das informações coligidas:

Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (...) dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. (...) Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 34)

Quebrar móveis, depredar o bem público, “sustentar-se em pé” a base de calmantes, um deles, inclusive, utilizado para pacientes com esquizofrenia, é o quadro que é apresentado sobre a saúde mental da Presidenta. E continua a narrativa sobre o seu descontrole mental segundo os citados jornalistas, desta feita amparando-se no saber médico:

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p. 36-37)

No discurso acima, se concretiza aquilo que Charaudeau (2006) vai denominar de “efeito de verdade”, ou seja, de que ele estaria baseado na convicção. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de credibilidade, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida.” (CHARAUDEAU, 2006:49)

O “saber médico” chancela o descontrole emocional da presidenta, restando então, ao leitor, a convicção de que Dilma perdeu o equilíbrio emocional. Para completar esse raciocínio, acrescenta a matéria:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. (...) Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p.37)

O artigo é completado pela narrativa de outro jornalista, Antonio Carlos Prado, que, subliminarmente, faz uma comparação do comportamento transloucado da presidenta com o comportamento exibido por Dona Maria I, mãe do regente Dom João VI, que entrará para a História conhecida com Dona Maria, a louca.

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuentes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do

Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. (Revista *IstoÉ*, 6 de abril de 2016, p.39)

A repercussão da matéria publicada pela Revista *IstoÉ* foi evidente no meio acadêmico, tanto no bojo das Ciências Sociais quanto do Jornalismo, pois tamanha foi a sua violência de gênero, a sua tentativa de desconstrução do feminino, que suscitou reflexões tais como a proposta por Birolí (2018):

A ideia de que se tratava de uma mulher perdendo o controle, incapaz de reagir com sensatez à crise política, atravessou todos os registros e esteve presente em maior medida do que outras abordagens na mídia empresarial. O conteúdo sexualmente violento ganhava espaço na internet ao mesmo tempo em que a violência de gênero se expressava na mídia empresarial pela estigmatização de Rousseff e das mulheres como não capazes de atuação na política, sobretudo em contexto de crise. (...) (BIROLI, 2018, p.80)

Não há como questionar o forte teor sexista e misógino presentes nas narrativas propostas pela mídia hegemônica, no caso em tela, presentes na Revista *IstoÉ*. A violência contra o gênero feminino e os estereótipos de gênero dirigidos a Dilma, sem dúvida alguma, ajudaram a pautar a viabilidade do *impeachment* e a construção de uma imagem pública altamente negativa da presidenta e, conseqüentemente, da mulher na política.

Os fatos que antecederam e sucederam ao processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, até o seu afastamento definitivo, foram cobertos pela mídia hegemônica como um resultado da própria intransigência daquela e não como resultado de uma forte e contundente oposição do Parlamento a que ela permanecesse no poder. Já em Dezembro de 2015, ainda no primeiro ano de governo da Presidenta, já se falava e foi aberto, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o processo de *impeachment*:

(...) O processo de *impeachment* é uma luz a se insinuar no fim do túnel em meio ao breu. Para empresários, líderes políticos – até do próprio PT- e a maioria da população a saída de Dilma do poder significa a

oportunidade real de o Brasil escapar do atoleiro em que se encontra rumo ao resgate da credibilidade, à retomada da confiança e à construção de uma unidade nacional. Todos acreditam que Dilma perdeu a condição de protagonizar uma transição sem traumas em direção à superação da crise. (Revista *IstoÉ*, 9 de dezembro de 2015, p.34)

As notícias, durante o processo de *impeachment* até o seu fim são marcadas por uma narrativa que constrói a ideia de que a presidenta ficou só, totalmente alijada do poder e, principalmente, do apoio de seus pares e do Brasil. Chega a ser desolador sua situação de total e completo abandono:

Dilma tem se restringido a área privativa (...), nunca esteve tão só, tão reclusa neste casulo do poder. A Presidência da República é, por natureza, uma posição institucional na qual o ser investido está sempre cercado de muita gente, mas solitário em sua essência. Com o poder esvaindo-se, Dilma, no entanto, tem estado sozinha até nessa vida prática (Revista *Época*, 18 de abril de 2016, p. 36).

Na cadeira, mas sem poder Dilma será mais que um “pato manco (...) Será uma presidente zumbi a vagar no limbo de um palácio vazio, alijada das decisões de um país que há tempos não governa. (Revista *Veja*. Edição Extra, 20 de abril de 2016, p.15).

No Palácio da alvorada, recolhida aos aposentos privativos do 2º andar, evita até mesmo lidar com os servidores, que trata como espiões ou espectadores incômodos de seu calvário. (Revista *Veja*. 11 de maio de 2016, p. 51).

A experiência da solidão, do estar e sentir-se abandonada não se coaduna com outra narrativa, desta feita, proposta por Carta Capital, que não só denuncia o “golpe de 2016”, como apresenta a Presidenta como uma mulher honesta e vítima de uma armação jurídica, parlamentar e midiática para destituí-la do poder:

Ensaia-se um novo, inédito modelo de golpe de Estado e os impávidos inovadores mostram a cara. De Sergio Moro a Gilmar Mendes a José Serra a Fernando Henrique Cardoso. Da Globo, jornalões e revistas

a Eduardo Cunha. Da facção peemedebista em busca da rasteira mais eficaz nos aliados a risco ao vice-presidente Michel Temer, que já conta as favas e monta futuro governo. (Revista *Carta Capital*, 30 de março de 2016, p.20)

É golpe, é golpe sim! (...) A despeito das afirmações em contrário de pançudos alquimistas do engano, envoltos em prosopopeia. E dos editoriais dos jornais e programas, e das colunas e reportagens dos sabujos midiáticos, de lida tão árdua com o vernáculo, mas de fantasia acesa. (...) Qual a verdade factual? A presidenta Dilma errou bastante, ninguém, no entanto, poderá acusa-la de desonestidade. Está a ser julgada, porém, por uma corja de corruptos na comparação com os quarenta ladrões de Ali Babá, estes figuram como medíocres aprendizes. (Revista *Carta Capital*, 6 de abril de 2016, p. 16)

Não é exagero ou despropósito a afirmação de que um dos elementos motivadores para a construção de uma imagem negativa da presidenta Dilma foi a misoginia. Nos termos de Márcia Tiburi (2018):

(...) a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. (TIBURI, 2018, p. 106)

As revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, se prestaram à construção de narrativas eivadas de ódio contra a mulher Dilma Rousseff, e não sem coincidência, as manifestações públicas ocorridas no Brasil, a partir de 2013, e que pediam o *impeachment* da presidenta, traziam fartas mensagens, em forma de cartazes ou mesmo de falas, de conteúdo misógino. Uma delas nos marcou em especial, uma faixa, conduzida por dois manifestantes com a seguinte frase: “balança que essa quenga cai”.

A desconstrução da mulher política, por meio da misoginia, tem sido uma eficaz ação para retirar a mulher da disputa por espaços de poder político partidário, como se ele devesse continuar, para sempre, como o espaço do masculino:

No contexto da misoginia, fala-se mal de mulheres de muitos modos, seja inventando uma essência para elas, seja ocultando as heterodena-  
minações que pesam sobre elas, seja criando e intensificando as ideolo-  
gias femininas, tais como a ideologia da maternidade, da juventude,  
da sensualidade, todas essas que fazem parte do sistema do machismo  
estrutural. Todo esse sistema ideológico não prevê mulheres no poder.  
Porque o poder é coisa que os homens querem para eles. É evidente  
que toda mulher vai ter que pagar um preço imenso quando tomar  
para si alguma coisa desejada pelos homens. (TIBURI, 2018, p.110)

Indagamos se não seria suficiente a mídia hegemônica classificar a  
presidenta Dilma apenas de incompetente, o que já seria obviamente um  
absurdo, mas por quê em suas narrativas ela se estendeu tanto a ponto de  
classificá-la como “louca”, pato manco, zumbi, arrogante, grosseira, en-  
tre outros adjetivos? Um dos pontos de reflexão que justificam tamanha  
violência e até mesmo o ódio a ela dirigidos, é o machismo, o sexismo e a  
misoginia. O medo da mulher ocupar os espaços de poder “tradicional-  
mente” classificados como espaços do masculino e não do feminino. Por  
isso o “preço” pago por Dilma foi tão alto. Foi muita “ousadia” querer  
ocupar o principal cargo político do Brasil: a presidência da República  
e por duas vezes ostentar os títulos de primeira mulher eleita e reeleita  
para governar o Brasil.

Não à toa que enquanto Dilma é vista de maneira negativa pelas prin-  
cipais revistas hegemônicas semanais, como alguém sem qualificativos  
para governar o País, sem experiência política, polidez e capacidade de  
negociação e conciliação, como vimos, a imagem pública de Michel Te-  
mer passa a ser, insistentemente positivada e construída como a de um  
estadista preparado e detentor do apoio do Parlamento brasileiro:

Mas pode-se dizer que Michel Temer, positivamente, quer fazer um  
governo em nada parecido com o de Dilma Rousseff. O substituto re-  
presenta uma vasta aliança, uma gente transformadora para a qual  
convergem as esperanças de mudança da maioria, inequivocamente  
demonstradas em manifestações de rua e pesquisas de opinião. Já na  
afastada Dilma, a mistura de arrogância, desfaçatez e hipocrisia atinge  
a calibragem perfeita. Sua capacidade de golpear a verdade, sob a tu-  
tela firme de agitadores e saqueadores do estado, passou dos limites.  
(Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p.21.)

No Palácio do Jaburu, próximo de se deslocar para o Planalto, onde tomaria posse como presidente e nomearia seu ministério, Michel Temer parecia tranquilo e aliviado. Havia finalmente terminado de escalar seu primeiro escalão. Assessores e futuros ministros, como Romero Jucá, Eliseu Padilha, Márcio Freitas e Elsinho Mouco davam os últimos retoques no discurso que Temer faria a nação, enquanto que, na biblioteca, o pequeno Michel brincava desprovido da dimensão do desafio imposto a seu pai. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 25)

O homem preparado, o estadista nato que conhece a “arte da conciliação” é apresentado pela mídia hegemônica como uma espécie de “ungido”, um ser especial que vai redimir o país de suas mazelas causadas por “aquela mulher” – como Dilma era tratada por alguns jornalistas, políticos e palestrantes. Temer representa a luta de “Golias contra o dragão”; aliás, ouvimos certa feita, por ocasião das eleições em 2014, um sacerdote afirmar, em plena realização de sua homilia, numa missa realizada na véspera da eleição, “que todos, no domingo, ao votarem, iriam derrotar o dragão vermelho”. Nada mais simbólico que isto.

Temer representa ainda, segundo as narrativas das revistas semanais, à exceção de *Carta Capital*, o retorno da “velha política”, da política da conciliação, negociação e dos “acordos republicanos”:

É evidente que um governo precisa de alianças e base parlamentar para aprovar projetos no Congresso. Não à toa, Temer montou o chamado ministério de expressão parlamentar. Dos escolhidos, 13 são deputados ou senadores. Mas os acordos têm de ocorrer de modo republicano. As siglas precisam apresentar nomes qualificados que aceitem se submeter a uma orientação programática. (Revista *IstoÉ*, 18 de maio de 2016, p. 25)

Apesar do bombardeio da crise, o presidente Michel Temer aparenta serenidade. Na tarde de quinta-feira, ao receber VEJA, em seu gabinete no Planalto, só demonstrou emoção em três momentos: ao falar da repercussão do escândalo em sua família, ao defender o coronel João Baptista Lima Filho e ao garantir que não deixará o cargo. “Não saio daqui. Não saio mesmo”. (Revista *Veja*, 7 de junho de 2017, p. 54)

Assim, o que podemos aventar, a partir do exposto, é que os jogos do poder e o tabuleiro da política ganha um novo contorno com a che-

gada a presidência de Temer. Novamente homens brancos, ricos e heterossexuais reassumem o poder e passam a ditar as regras da governança no Brasil sob a batuta da mídia hegemônica, representado pelas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* que também defendem o espaço da política como o lugar do masculino. Pelo menos foram essas as ideias que as narrativas midiáticas das revistas semanais nos tentaram passar, com exceção da *Carta Capital* que, ao seu modo e que, segundo também, seus interesses e mercado, tudo fez para defender Dilma, denunciar o golpe de 2016 e desconstruir a imagem pública de Temer.

Por fim, a partir das reflexões construídas nesse texto, acreditamos lidar não com uma simples disputa política por acesso a determinados cargos. As disputas por espaço de poder, em especial as travadas na história recente no Brasil pelo cargo da Presidência da República, protagonizados pela Presidenta Dilma Rousseff e seu Vice, Michel Temer, foram atravessadas e expostas por uma clivagem de gênero, em decorrência de uma cultura machista e sexista e um meio político composto majoritariamente pelo sexo masculino, que nunca digeriu totalmente a ascensão de uma mulher ao campo político e usou contra ela um discurso sexista e machista, por meio das mídias sociais e dos veículos de comunicação de massa. Estes que são um importante canal de propagação de representações sociais, que oferecem determinados significados ao público consumidor.

Além do discurso misógino e qualificado para desconstrução da mulher, em contraposição vimos também uma série de imagens e discursos qualificando a *persona* Michel Temer como o estadista. A partir dessas evidências cabem os seguintes questionamentos: até que ponto a questão de gênero não serviu e continua a servir de recorte para a narrativa midiática justificar a legitimidade da presença e/ou ausência de homens e mulheres nas disputas político-partidárias? Por que exatamente adjetivos pejorativos e desrespeitosos serviram de manchete das capas e narrativas de revista hegemônicas para desconstruir a imagem pública da então presidenta Dilma ao passo que adjetivos encorajadores e elogiosos foram utilizados, por esse mesmo veículo de comunicação de massa, para construir positivamente a imagem pública do atual Presidente Michel Temer? As manchetes retratadas refletem conteúdos de misoginia para ambos, ou somente na desqualificação do gênero feminino?

Acreditamos que conseguimos comprovar a tentativa de construção de uma imagem pública positiva para o gênero masculino e uma nega-

tiva para o gênero feminino, protagonizados pelas personas Dilma e Temer, a partir das narrativas das revistas hegemônicas semanais, e que infelizmente, ainda nos parece longo, penoso e muito difícil o caminho a ser trilhado pelas mulheres que “ousam” disputar espaços de poder.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda & ARGOLLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador, EDUFBA, 2018.

ALZUGARAY, Caco; MARQUES, José; SIMAS FILHO, Mário. Temer quer fazer História. Editorial ISTOÉ. Revista **ISTOÉ**. Título da Capa: DOIS ANOS PARA RECONSTRUIR O BRASIL. Com Dilma e o PT fora do governo, Michel Temer assume a Presidência e renova a esperança dos brasileiros. Confirmado o impeachment, ele terá pouco tempo para recolocar o País no rumo. Ano 39, nº 243, 18/05/2016.

ALVARENGA, Bianca. UM SINAL DE LUZ. A maior recessão da história brasileira começa a ficar para trás, graças a queda da inflação, ao ajuste nas contas públicas e a um empurrãozinho da economia mundial. Revista **Veja**, Título da capa: DEPOIS DA MAIOR RECESSÃO DA HISTÓRIA...surge um sinal de luz. Edição 2521, ano 50, nº11, 15/03/2017. pp.58-63.

BARROCAL, André. NAPOLEÃO NO HOSPÍCIO. Encastelado, Temer diz que sai, insiste nas reformas e por um dia apela às baionetas, enquanto o congresso trama eleição indireta. Revista Carta Capital. Título da capa: O BRASIL MERGULHA NA INCERTEZA. O CONGRESSO APOSTA NAS ELEIÇÕES INDIRETAS PARA CONCLUIR AS REFORMAS ANTIPOPULARES INICIADAS PELO DESCARTÁVEL TEMER, ENQUANTO AS RUAS PEDEM DIRETAS JÁ!. Ano XXIII, Nº 954, 31/05/2017. pp. 14-20.

BARROS, Mariana. DILMA CAI NO LIMBO. Ao contrário de Collor, que deixou o cargo em 48 horas, a presidente ainda pode manter-se na cadeira por quase um mês. Revista **Veja** - Edição Extra. Título da capa: IMPEACHMENT SIM 367 x 146 não. Edição especial - Ano 49 (VEJA 2474, abril de 2016. pp.14-19.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial, 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>.

BERTASSO, Daiane. Ethos discursivo e jornalismo de revista: as imagens de si de *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* por meio de suas capas. **Interin**. Curitiba, v. 19. n.1. p. 103-119, jan./jul. 2015.

BEZERRA, Fábio Alexandre Silva; ARAÚJO NETO, José Alves de. Investigando representações da presidenta Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer em capas de revistas nacionais sobre o impeachment. **LETRAS**, Santa Maria, Vol.28,

n.56, jan./jun. 2018. p.71-98.

BONIN, Robson; BRONZATTO, Thiago. TEMER FICOU MENOR. Com as novas acusações, desta vez da Polícia Federal e do doleiro do PMDB, o presidente está diminuído – e, no começo da crise, por pouco não renunciou ao cargo. Revista **Veja**, Título da capa: O PRESIDENTE ENCOLHEU. Com as acusações de que praticou corrupção “com vigor” e orientou a partilha do dinheiro da Caixa Econômica, Temer fica menor que o cargo – e sua situação tem tudo a piorar. Edição 2536, ano 50, n° 26, 28/06/2017. pp. 48-55.

BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. A LARGADA DE TEMER. Às vésperas da votação do impeachment, o vice arregaça as mangas e toma as primeiras decisões: vai demitir todos os ministros de Dilma, caso não peçam demissão, promete reduzir o número de ministros, monta um pacote de privatizações e escala Meirelles e Serra para atrair o capital externo. Revista **Veja**, Título da capa: AS APOSTAS DE TEMER. Edição 2476, ano 49, n° 18, 04/05/2016. pp. 42-47.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador, EDUFBA, 2018.

CARTA, Mino. A REINVENÇÃO DO GOLPE. Cogita-se de um gênero inédito, judiciário-policial-midiático, mas os mandatários são os mesmos. Revista **Carta Capital**. Título da capa: OS ENSAÍSTAS DO GOLPE. Ano XXII, N° 894, 30/032015. pp. 20-22.

\_\_\_\_\_. É GOLPE SIM! Perdoem os leitores a exclamação, mas a arrogância e a desfaçatez dos conspiradores passaram da conta. Revista **Carta Capital**. Título da capa: BRASIL, 2016, 1964. Por que o impeachment, nas condições atuais, é golpe. Ano XXII, N° 895, 06/04/2016. pp. 16-17

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo, Contexto, 2006.

COIMBRA, Marcos. TEMER, DE MAL A PIOR. A popularidade de peemedebista evapora na mesma proporção em que cresce a rejeição às reformas. Revista **Carta Capital**, Título da capa: TITANIC: o desfecho inevitável do Golpe de 2016. Ano XXIII, N° 948, 19/04/2017. pp.24-27.

\_\_\_\_\_. O detalhe que falta a Temer. Revista **Carta Capital**, Título da capa: OS APUROS DE TEMER. Um tribunal internacional condena o *impeachment* e novos constrangimentos esperam pelo interino na olimpíada. Ano XXII, N° 911, 27/07/2016. p.23.

CRESTANI NETO, Milena. **As estratégias jornalísticas para despertar o interesse e manter a atualidade nas capas de revistas semanais de informação** – uma análise semiótica. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

FERNANDES, Talita. A Presidente afastada. Perto do desfecho, Dilma atua para documentaristas e se concentra em representar o papel de vítima de um golpe. Luzes! Câmera! Ação! Revista **Época**, Título da capa: O ÚLTIMO ATO. N° 950, 29/08/2016, pp. 32-37.

FIGUEIRA, Ary. TEMER RESISTE? Revista **ISTOÉ**, Título da capa: O DESTINO

DO PRESIDENTE, O PAÍS QUER SABER: TEMER CAI OU FICA? Ano40, N° 2481, 05/07/2017. pp. 28-34.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, Carlos José. A hora de se retirar. Editorial ISTOÉ. Revista **ISTOÉ**, Edição Histórica. Título da capa: BASTA! Ano 39, n° 2415, 23/03/2016. pp. 20-21.

OYAMA, Thaís. Os últimos dias de Dilma Rousseff. Revista **Veja**, Título da capa: TCHAU, QUERIDA TCHAU QUERIDO. Com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública. Edição 2477, Ano 49, n° 19, 11/05/2016. pp.51-57.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. UMA PRESIDENTE FORA DE SI. Bastidores do planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o País. Revista **ISTOÉ**. Título da capa: AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE. Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País. Ano 39, n° 247, 06/04/2016. pp. 32-39.

\_\_\_\_\_. A pior travessia. O processo de impeachment da presidente, a se desenrolar nos próximos meses, será a via-crúcis de Dilma Rousseff, para o País, representa uma luz no fim do túnel da crise. A oportunidade para que seja construída uma união nacional necessária para a reversão de expectativas e a retomada da credibilidade. Revista **ISTOÉ**, Título da capa: COMEÇA O IMPEACHMENT. O QUE FALTA PARA ELA SAIR? Abertura do processo de afastamento da presidente deve tirar o Brasil da paralisia. Empresários, líderes políticos até do PT e a maioria da população anseiam pela saída de Dilma e por um pacto nacional que resgate a credibilidade do País. Ano 38, N° 2401, pp. 32-39.

PELLEGRINO, Antonia. Política Representativa. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. Arte, Cultura, Política e Universidade. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Dilma - uma mulher política. In: RUBIM, Linda & ARGOLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador, EDUFBA, 2018.

POLICARPO, Júnior. "NÃO SAIO DAQUI. NÃO SAIO MESMO". O presidente reafirma que não pretende deixar o cargo, defende os assessores denunciados e suspeita de uma conspiração contra o governo. Revista **Veja**, Título da capa: EXCLUSIVO; O FUTURO DE TEMER DEPENDE DELES. A Polícia Federal encontrou recibos de despesas de familiares do presidente no escritório do coronel, e a Procuradoria aposta na delação do deputado da mala. Edição 2533, Ano 50, n°23, 07/06/2017. pp.54-55.

RIBEIRO, Aline; HAIDAR, Daniel. O PRESIDENTE INTERINO. Formal, cerimonioso e de poucos votos, Michel Temer é um político que ascendeu graças à habilidade

de se manter no poder. O Presidente accidental. Revista **ÉPOCA**, Título da capa: P Presidente accidental. Michel Temer aposta na equipe econômica e monta um ministério para ter o Congresso a favor. Ele precisa mostrar rapidamente que está **à altura do desafio**. N° 935, 16/05/2016. pp.42-47.

RIZZO, Alana. Quando o poder dá lugar à solidão. Os aliados políticos se foram. Os funcionários mais próximos buscam emprego. Até em casa, no Palácio da Alvorada, Dilma Rousseff está sozinha e reclusa. Revista **ÉPOCA**, Título da capa: A solidão de Dilma. N° 931, 18/04/2016. pp. 34-39.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. Editora Brasiliense, 1980. (Coleção primeiros passos).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SIMAS FILHO, Mário; PARDELLAS, Sérgio; MOURA, Pedro Marcondes de. Temer Presidente: O Brasil tem pressa. Michel Temer assume a Presidência com a missão de resgatar a confiança do País, retomar os investimentos e promover um pacto nacional. O tempo joga contra ele. Revista **ISTOÉ**. Título da Capa: DOIS ANOS PARA RECONSTRUIR O BRASIL. Com Dilma e o PT fora do governo, Michel Temer assume a Presidência e renova a esperança dos brasileiros. Confirmado o impeachment, ele terá pouco tempo para recolocar o País no rumo. Ano 39, n° 243, 18/05/2016. pp. 22-30.

## DESFAZENDO PERFORMANCES DE GÊNERO “ATRAVESSADAS” NA MÍDIA: A IMAGEM PÚBLICA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

É inegável o alcance dos *mass media* no Brasil. Eles se desenvolvem, sobretudo, sob a administração de pequenos grupos de aliados, de grupos de famílias e exercem um papel importante em diversos domínios, como lazer, economia e na prática política. No que diz respeito a esta a chamada mídia hegemônica cumpre um papel central nos processos de *marketing* político, impulsionamento de campanhas, gestões e, um ponto a ser focado neste capítulo, nos processos de construção da imagem pública e visibilidade de atores políticos. Cabe desde já acrescentar que a visibilidade pública de mulheres candidatas ou exercendo cargos é mínima, quando comparada a visibilidade auferida aos homens políticos.

Como se não bastasse, a situação de sub-representação do feminino nos espaços públicos de poder é algo que, a cada dia, se torna mais visível. Para “dirimir” tal situação, algumas medidas foram tomadas, a exemplo das Cotas Eleitorais, de no mínimo 30%, para cada um dos sexos nos Partidos Políticos, criada no ano de 1997. No entanto, tal lei, não tem logrado o sucesso esperado (GROSSI e MIGUEL, 2001). Mas cabe igualmente ponderar que, como afirmam Mota e Biroli (2014), garantir a presença delas nesses espaços não implica necessariamente em representatividade ou mesmo atenção para pautas demandadas por outras mulheres. Além disso, tampouco se tem a garantia de perspectivas que viabilizem uma política feminista e crítica às hierarquias advindas do sistema de gênero e dos marcadores sociais da diferença inexoravelmente atrelados a ele.

Nesse ensejo é válida a ressalva para o fato da própria ideia de representatividade ser problematizada por vertentes do feminismo, vista como uma possível armadilha de um sistema identitário fixo e restrito. De acordo com Butler (2015), a política de representação produz os sujeitos que deseja representar, isso se dá por meio de processos linguísticos e discursivos, a serviço de determinadas estruturas. Esses processos também reverberam legitimações e exclusões, através de hierarquizações e outras dinâmicas.

Pensando nos limites dessas identidades e dessa maneira de fazer política Butler assevera que

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente pela linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais buscam a emancipação. (BUTLER, 2015, p. 20)

Mas se nos encontramos no marco das políticas identitárias e só através delas temos conseguido pequenos, mas importantes avanços em nossas pautas, como proceder? Abandonar essas categorias? Como subverter essa ordem? A autora formula que a urgência não é de abandoná-las, mas que as mulheres devem se munir de abordagens ancoradas em perspectivas interseccionais; não bastando, sugere ainda, que o empenho seja em tão somente construir processos genealógicos que analisem criticamente a construção de tais categorias e suas implicações.

Diante do exposto, um dos problemas mais recorrentes é o uso da categoria “mulheres” sem que sejam feitas as devidas ponderações. É descabido o pressuposto ou o uso que a entende como um grupo homogêneo, desconsiderando as diversas maneiras existentes de “ser mulher”, de vivenciar essa identidade ou mesmo de não se reconhecer enquanto sujeito dela, mas, arbitrariamente, ser enquadrado enquanto tal por estruturas de poder e instituições.

Veremos nas páginas que seguem exemplos de discursos veiculados pelos meios de comunicação na campanha presidencial de 2010 e 2014 que se valeram de apelos a estereótipos de gênero, sobretudo no que diz respeito às então candidatas à presidência da República, Dilma Rousseff e Marina Silva. Ocorre que as próprias, em muitos momentos, também recorreram a tal recurso que, ironicamente, foi utilizado contra elas mesmas em diversas ocasiões quando tiveram, por exemplo, suas aparências questionadas e, no caso específico da ex-candidata Dilma, também sua sexualidade; além de um corolário de práticas de natureza misóginas e sexistas a ela dirigidas durante a campanha eleitoral de 2014, o primeiro ano de seu governo e o processo de *impeachment* que culminou com o seu afastamento definitivo no dia 31 de agosto de 2016.

Dito isto, nesse capítulo nos empenhamos em compreender os processos de construção da imagem pública, ou mesmo desconstrução, principalmente nos meses que antecederam o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff a partir de atributos que apelaram à abordagem de sua

vida privada, performance de gênero e especulações das mais variadas, e por vezes violentas, acerca de sua sexualidade e orientação sexual.

## O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Nos deparamos com frequência com a veiculação, em diversos espaços, de discursos que estereotipam as relações de gênero, geralmente com base no binômio feminino x masculino e definições de “papéis” a partir dele. Os meios de comunicação, em sua variedade, também o fazem, e aqui daremos a eles uma atenção especial pelo fato de serem potenciais formadores de opinião de uma época e de um povo.

Os referidos estereótipos se constituem com base em práticas discursivas de estruturas de poder orquestradas por uma lógica construída por meio do que Foucault (1988) chamou de dispositivo da sexualidade. Este que, por sua vez, tem por base o controle de corpos e comportamentos a partir de discursos normativos sobre o sexo e da produção de técnicas utilizadas em processos de normalização da sexualidade.

Desse modo, como parâmetro para todas as relações sexuais é instituída a heteronormatividade, com ela são postuladas e estabelecidas preocupações com a coerência entre aparato biológico, identidade e performance de gênero, desejo e prática sexual dos sujeitos. Para o ativista trans Paul Preciado (2011) tais mecanismos estão a serviço do controle da vida em diversos âmbitos e sob os mais diversos argumentos, como por exemplo a preocupação com a saúde, com o bem-estar da população, o progresso econômico de determinada nação, entre tantos outros.

Foucault (1988) chega ao estudo do dispositivo da sexualidade por meio de análises sobre o poder nas sociedades ocidentais em, principalmente, três fases. Cabe evidenciar que não há uma brusca cisão entre elas, mas processos de transformações inscritos em dados períodos históricos que preservam algumas características, se desfazem de outras e incorporam novas. O poder soberano, exercido em meados da Idade Média, foi caracterizado pela centralidade do rei na sociedade e por um controle dos corpos por meio de severas punições e sanções que chegavam à pena de morte, exercida de forma pública.

Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, no século XVIII há a emergência das sociedades disciplinares, que

se estendem e têm seu ápice no início do século XX. A principal característica do poder disciplinar é a vigilância, os indivíduos têm a impressão de serem observados a todo momento e temem isso, ainda que não o sejam.

Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, dá-se a emergência do que se denomina biopoder, uma tecnologia de poder que não se afasta da disciplina dos corpos, mas num movimento de agregação implementa novas estratégias de controle que se encarregam de administrar minuciosamente o corpo social.

O biopoder é então exercido por meio de biopolíticas que se empenham na administração do corpo-espécie através de dispositivos de segurança e tecnologias de controle, na administração do corpo social. Deriva daí o que Deleuze (1990), denomina de sociedades de controle, instaladas no século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial.

No contexto do pânico racial táticas biopolíticas desempenharam um papel importante no controle da reprodução e do corpo das mulheres, é também nesse período que seus corpos são esquadrihados pela ciência hegemônica e lhes são atribuídas a histeria como característica e a maternidade como destino, servindo esta última como atenuante da primeira de acordo com tal ciência.

Ainda seguindo essa lógica, Gadelha (2013) afirma que o próprio dispositivo da sexualidade atua sobre os corpos femininos a partir de uma estratégia normalizadora de histericização, que consiste em desqualificá-las e disseminar a ideia de que são incapazes de sentir qualquer desejo sexual, que são criaturas eminentemente infantis e frágeis, incapazes de tomar decisões assertivas, de que sua principal função é procriar, educar seus/filhos/as e cuidar do lar.

Diante disso institui-se a noção de que a maternidade é a única condição que proporciona completude e realização às mulheres. Essa maternidade está associada a um padrão de comportamento e relacionamento heterossexual, desestabilizado e subvertido por diversas mulheres que se identificando enquanto heterossexuais não são casadas nem são mães, que sendo mães não se identificam com a heterossexualidade, que dividem a maternidade com outra ou outras mulheres, que sendo mães e independentemente de sua identidade de gênero são incômodas à heteronormia por performarem o que ela entende por masculinidade, dentre outras tantas possibilidades de existências abjetas demais diante da norma.

Esses discursos que produzem “verdades” em relação aos corpos e sexualidades se instituem a partir de uma lógica de dominação que racionaliza o sexo por meio de processos normalizadores. Eles se dão com base em uma norma que, de acordo com Gadelha (2013), não tem como intuito expiar ou reprimir os corpos, mas estabelecer uma regra a ser seguida a partir de comparações que demarcam diferenças, hierarquizam comportamentos, atuam numa perspectiva homogeneizadora e excluem o que é considerado impróprio, pervertido. Vale salientar que de acordo com Preciado (2011) essa norma e os processos de normalização estão ligados diretamente ao saber médico, embora o extrapolem e à medicalização da vida.

## **ABORDAGENS MIDIÁTICAS E IMAGENS INVASIVAS SOBRE DILMA ROUSSEFF**

Para fazermos menção a exemplos concretos, do quão rechaçados são esses corpos e comportamentos julgados impróprios, podemos lembrar de acontecimentos da campanha presidencial no ano de 2010 quando, pela primeira vez na história do país, uma mulher foi eleita ao cargo de chefia do Estado. A campanha foi permeada por abordagens bastante problemáticas em relação às mulheres em geral e as duas então candidatas, Marina Silva, do Partido Verde – PV, e Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

Nos mais variados espaços houve uma forte insistência em discorrer sobre a vida privada delas, sobre a constituição de suas famílias, casamentos, filhos e outros aspectos; ao passo que sobre o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, o conteúdo veiculado sobre sua vida pessoal remetia no máximo a seus gostos por artes, bebidas e afins. Além disso, sobre as candidatas, muito se falou sobre suas aparências físicas, a pouca vaidade de ambas e a escassa feminilidade na *performance* de Dilma Rousseff.

Com base na análise de entrevistas cedidas pelas candidatas e candidato, citados acima, ao Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, e suas falas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, Mota e Biroli (2014) apontam que outra peculiaridade da referida campanha foram as abordagens feitas, principalmente, sobre políticas públicas para

mulheres e questões relacionadas à maternidade, ao entendimento naturalizado e essencialista do binômio quase inseparável nos discursos: mulher-mãe. Nas palavras delas,

As representações do feminino focam no indivíduo quando tratam de elementos que seriam “naturais” à identidade feminina compartilhados *por toda e qualquer mulher*. Já quando políticas relacionadas às demandas das mulheres aparecem – como as políticas voltadas para a saúde da mulher, o que se observa é que o discurso sofre um rearranjo e mulheres passam a ser tratadas como grupo, com interesses e demandas definidas. Esse rearranjo não rompe com a primeira forma de representá-las porque essas demandas e interesses seriam desdobramentos de sua identidade “feminina” – tratados de forma homogênea, de modo que *todas as mulheres* aparecem como mães. Reduz-se, assim, o espaço para que outros interesses e demandas das mulheres, enquanto grupo, sejam tematizados. (MOTA; BIROLI, 2014, p.08)

Segundo as autoras a reprodução desse estereótipo que essencializa o “ser mulher” nas entrevistas ocorridas no Jornal Nacional ora é feita pelos âncoras que as entrevistaram, ora pelas próprias candidatas. Por estas um marcante recurso utilizado são as analogias que fizeram entre a postura da mulher-mãe-dona de casa e o caráter mais “zeloso” ou “cauteloso” que teriam para governar, como vantagens inerentes por serem mulheres. Aqui, fazemos menção ao que Felipe Miguel (2001), criticamente, denominou de “política de desvelo” e Irllys Barreira de “singularidade do feminino” (1998).

A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina, colocando em seu lugar o desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade. (MIGUEL, 2001, p. 260)

A maternidade aparece como um destino inexorável e quase sagrado. Corroborando com essa perspectiva outro assunto que esteve em pauta foi o aborto, o que as propostas de Dilma, Serra e Marina previam para a questão. Argumentos religiosos, questões “morais” e bioéticas, como de praxe, foram mobilizados em diversos momentos e o problema figurou um elemento potencialmente decisivo no resultado das eleições. Quem eventualmente declarasse apoio a mudanças alinhadas a qualquer princípio de flexibilização da legislação vigente no sentido de facilitar o procedimento, ou mesmo legalizar, poria sua candidatura em grande risco.

O tema sobre a descriminalização do aborto ocupou quase toda a pauta do primeiro turno das eleições de 2010. As Igrejas Católica e, principalmente Evangélica, saíram em defesa de criminalizar e não oferecer apoio político ao candidato que afirmasse ser favorável ao aborto e, não só isso, “exigiram” um pronunciamento público sobre sua posição. Não só o tema do aborto, ganhou visibilidade, mas, igualmente, a “defesa da família”, obviamente da família heteronormativa.

Ao fazer uma rápida busca no *google* e construir algumas frases tais como: “imagens de misoginia contra Dilma”, “memes com Dilma Rousseff”, “charges sobre a presidenta Dilma” etc, surgem algumas dezenas de um histórico triste de materiais em forma de imagens, montagens, *memes*, charges, fotografias de manifestações públicas que, em sua grande maioria, buscaram desconstruir da forma mais violenta possível, a *persona* Dilma Rousseff, como mulher e como gestora pública. Isso tanto foi encontrado sobre o tema aborto, mas sobre diversos outros temas considerados “polêmicos”.

Assim, nas páginas que se seguem algumas dessas produções midiáticas aqui são reproduzidas, optamos em não as identificar a partir de seu endereço na *Web* porque elas todas estão disponíveis na internet e de ampla circulação pública.



A candidata Dilma foi uma das mais pressionadas para indicar, publicamente, a sua posição sobre o aborto e a união entre pessoas do mesmo sexo:

Dilma começou a despertar desconfiança de parte dos religiosos, assim que o líder evangélico Silas Malafaia postou um vídeo em que acusava a candidata petista de ser favorável à descriminalização do aborto e à união entre pessoas do mesmo sexo. (...) O clima que já era ruim, piorou na manhã do domingo 26, quando os petistas foram surpreendidos com milhares de panfletos que foram distribuídos nas portas das igrejas católicas e que pediam aos fiéis que não votassem em Dilma. (Revista *IstoÉ*, Ano 34, nº 2134, 6 out/2010, p.54)

Para buscar “atenuar” a antipatia e ojeriza das igrejas ao seu nome Dilma teve que se “curvar” e buscar negar toda a propaganda a ela dirigida. Para tanto, realizou eventos com vários líderes religiosos para desmentir que seria favorável ao aborto e, principalmente que teria dito que “nem Cristo tiraria a vitória dela no primeiro turno”. Como se não bastasse, a Dilma se viu obrigada a escrever o que chamou de “Carta ao Povo de Deus” para amenizar a desconstrução de sua imagem no setor religioso.

Em resposta a interferência da religião. A política, Janine Ribeiro assim se expressou: “É um absurdo mexer com o preconceito das pessoas, em vez de se discutir a realidade. É uma baixaria usar a religião, de forma fácil e errada, nas eleições”. (Revista *IstoÉ*, Ano 34, Nº 2135, 13 out/2010, p.40)

O próprio Silas Malafaia afasta-se do apoio dado a outra candidata, Marina Silva, quando sente dela uma indefinição quanto a sua posição sobre o aborto, disse ele: “Desce do muro, minha filha! O cristão tem que dizer a que veio, senão boto chumbo na hora.” (Revista *Veja*, Edição 2185, Ano 43, Nº 40, 6 out/2010, n.66)

O pastor evangélico, Silas Malafaia, chegou a colocar sua imagem em um *outdoor* para defender o que ele chamou de “defesa da família”, ou seja, da união entre um homem e uma mulher, reforçando a construção da heteronormatividade, como modelo de união correta.



(Revista *IstoÉ*, Ano 34, N° 2135, 13/010/2010, p. 40.)

Nessa “viagem” pelas redes sociais, foi comum encontrar *memes* que associam a Presidenta a comportamentos, temperamentos e ações de animais. Abaixo, por exemplo, ela é comparada a um cão raivoso, por muitos denominado de fera. Além da força simbólica da imagem ainda vem acompanhado um discurso que a classifica como terrorista e abortista, querendo com tal currículo ser a “mãe do Brasil”. Ora, pensando em termos subliminares, quem quer ter uma mãe a favor do aborto e uma terrorista? À propósito, o termo mãe do Brasil foi construído pelo *marketing* de campanha da candidata, a partir de um outro epíteto proposto por Lula, ainda quando ela era Ministra da Casa Civil, de 21 de junho de 2005 a 31 de março de 2010, a “mãe do PAC”. Lula também era conhecido pelo epíteto o “pai dos pobres”, o “pai do Brasil” etc.



Merece destaque outras imagens, charges, cartazes expostos em manifestações, disponíveis na internet, cujo intento é desumanizar Dilma Rousseff. Isto é, através da animalização ela é identificada a animais,

que por sua vez são, de alguma maneira, nocivos para os seres humanos, como é o caso dos roedores, em geral, e do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue; e os animais considerados com pouca inteligência, como a anta e o burro, além de outro sentido para o burro como representante da força bruta.



Cabe nesse espaço do capítulo trabalharmos um pouco com a concepção de misoginia, já que defendemos que Dilma foi vítima de violentas práticas misóginas que, certamente, é por ser mulher que foi tão fácil “bater nela”, desconstruí-la como mulher e como *persona* pública; que muito do que realizou em atos administrativos e que, por ventura, mereceram críticas de setores da sociedade civil, e que de alguma maneira sofreu abalos para o apoio ao seu governo, se formos comparar com outros presidentes homens, nem de longe eles foram hostilizados e desrespeitados publicamente e publicitariamente, por serem homens, como foi Dilma, por ser mulher, basta uma rápida pesquisa na *internet* para tal comprovação. Como assevera Gomes (2019):

O mais interessante é que se passarmos em revista os diversos homens presidentes e primeiro-ministros do mundo, encontraremos tais carac-

terísticas (sobre o seu governo) comprovadas pela forma como fizeram política e passaram pela gestão, mas não me lembro de ouvir ou ver tais características atribuídas ao fato de serem homens, mas, sim, péssimos políticos ou gestores ruins. O gênero não contava nesses momentos de crítica aos governos masculinos. (GOMES, 2019, p.153)

Assim, uma das formas para desconstruí-la, como já dito, foi por meio do recurso a seu gênero e a sua condição de mulher. E neste caso a misoginia, enquanto categoria analítica, nos ajuda a compreender esse processo. Para Tiburi (2019),

A misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema de dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. (TIBURI, 2019, p.106)

Os processos eleitorais se apoiam num jogo de estratégias e em 2010 não foi diferente. No entanto, surge uma particularidade, as candidatas, diante de uma sociedade regida por valores misóginos e sexistas, além de um cenário político majoritariamente ocupado por homens, tiveram que construir narrativas que as tornassem confiáveis, por meio das quais atestariam que estavam qualificadas para ocupar o cargo ao qual concorriam.

Mota e Biroli (2014) elencam duas principais dessas estratégias, quais sejam: ambas enfatizaram diversas vezes o fato e a importância de ser a primeira mulher na história do país a ocupar a Presidência da República. Além disso, procuraram sobressaltar em suas falas o diferencial existente aí, se eleitas, guiariam seus mandatos pela lógica do cuidado, apoiada no estereótipo de gênero, por meio das analogias citadas acima. Nesse ensejo nos cabe atentar para o fato de que Serra, ou outros candidatos, não precisarem mobilizar argumentos sensibilizadores em função de seu gênero para provar que são capazes de ocupar qualquer cargo político.

Cabe ainda outra ressalva no que diz respeito a essa tentativa de construção de uma imagem, ou mesmo desconstrução de outra, quando as autoras defendem que

Estas narrativas estão presentes principalmente no caso da candidata Dilma, que por ter um perfil anterior visto como masculinizado, parece

ter grande necessidade de adicionar à sua imagem tais características femininas. (MOTA; BIROLI, 2014, p.09)

Essa masculinidade foi associada também por boatos e veículos midiáticos a uma suposta lesbianidade, com diversas características físicas e comportamentais dela sendo apontadas, mas não só, como também abertamente zombadas. A lesbianidade nesse ensejo transgride o paradigma heteronormativo, uma vez que lésbicas podem performar diversas feminilidades e masculinidades, ultrapassam ou habitam as fronteiras da norma de modo que, por vezes, seus corpos são dados como ininteligíveis, “anti-naturais”.

Essa abjeção se torna alvo de ataques conservadores, violentos, e de uma dinâmica de negação, orquestrada por retaliações que se dão das mais variadas maneiras, sendo a lesbofobia uma delas. Convém acrescentar que uma parte significativa dos crimes cometidos contra pessoas LGBTQIAP+ acontecem com requintes de crueldade, com um viés punitivo onde, por exemplo, nos crimes contra gays, travestis e transexuais ocorre empalamento e contra lésbicas a mutilação de sua genitália e/ou o dito estupro corretivo.

Outro exemplo é como várias pessoas que são oposição ao PT chamam tanto Lula quanto Dilma de “ladrões”, mas, não sem coincidência, somente Dilma tem sua sexualidade questionada (talvez por não se encaixar no modelo de feminilidade exigido para as mulheres, por ser uma mulher divorciada ou por ser, novamente, uma liderança com poucos traços do que se espera de uma mulher patriarcal em qualquer espaço; a docilidade, a gentileza e a necessidade de agradar a todos sobre o que se espera de uma mulher) ou é duramente chamada de “mulher macho” ou de “masculina”, não por se assemelhar com indivíduos masculinos e da forma como eles pensam e agem social e politicamente, mas sim por ousar não se enquadrar no que a feminilidade exige de indivíduos femininos.

Não à toa um tema que congestionou as redes sociais durante a campanha de 2010 da Presidenta Dilma foi a sua orientação sexual. Sendo uma mulher sozinha e divorciada, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua condição heterossexual em dúvida. Foi postado na rede a mensagem de que ela teria mantido uma relação homoafetiva estável com uma moça chamada Verônica, que havia trabalhado em sua casa

como doméstica, e de que estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão. (Consultar, *Blog da Dilma*, acesso em 24/12/2012)

**AMANTE DE 15 ANOS DE DILMA,  
AFIRMA QUE ELA É LÉSBICA E  
EXIGE DELA PENSÃO! FEITIÇO  
VIROU SOBRE O FEITIÇEIRO.**



Notem que na figura, amplamente divulgada em *sites* e redes sociais, e posteriormente comprovada como uma imagem *Fake News* (2021), são vários os sentidos e significados apresentados; ou seja, toda uma simbólica que desrespeita e desconstrói o direito a que as pessoas possam viver livremente a sua orientação sexual representadas pelo termo “sapatão” para designar a lesbianidade; além do crime supostamente cometido por Dilma em se relacionar amorosamente com uma mulher de menor idade.

Novamente nos deparamos com outro “tema tabu” na cultura brasileira. Schwartzberg (1978), afirma que uma das pré-condições para alguém ser um estadista é este ter uma família – cônjuge, filhos, além de animais de estimação. Só que esta família deve ser composta por um homem e uma mulher e jamais por dois homens ou por duas mulheres. A “carta da manga” dos opositores e simpatizantes a outras candidaturas apostam nessa imagem acreditando no desgaste de Dilma Rousseff.

No Brasil o “atestado de heterossexualidade” é outra condição para o indivíduo pleitear um cargo da envergadura da Presidência da República; é como se a orientação sexual interferisse diretamente na capacidade do cidadão em assumir certos cargos políticos ou como se não fosse lícito ter esse direito.

Assim quando brasileiros usam o termo sapatão (bem como outros termos que façam referência à lesbianidade de forma ofensiva) para se referir a uma mulher que faz parte da política, independentemente da sexualidade da mesma, como as dirigidas a Dilma, isso se faz, entre outras coisas, com o objetivo de fazer com que mulheres sintam-se impulsiona-

das a se distanciar desta mulher ao invés de apoiá-la e de lutar com e por ela, como também, de desqualificá-la como estadista por sua “suposta” orientação sexual.

## OUTROS MOMENTOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MISOGINIA DIRIGIDOS A DILMA ROUSSEFF

Para melhor ilustrar e analisar situações emblemáticas durante os dois governos de Dilma, selecionamos algumas ocasiões de suas aparições públicas que demonstram cabalmente expressões de misoginia da qual ela foi vítima, por exemplo, na abertura da Copa das Confederações, realizada no Brasil, em junho de 2013. A Presidenta Dilma ao ser anunciada no Estádio, recebeu de parte da “torcida” um sonoro “Hei Dilma, vai tomar no cú”. Ficamos a imaginar o susto que ela sentiu, a vergonha que teve, ao observar, num estádio cheio e com transmissão mundial, ser recepcionada de maneira tão agressiva.



Tal xingamento não é somente uma demonstração isolada de misoginia; desde que assumiu a presidência, Dilma foi alvo de todo tipo de manifestação preconceituosa, que vai desde as críticas ao seu guarda-roupa – facilmente podem ser consultados *sites* que ridicularizam o seu jeito de vestir-se: por exemplo, o vestido, usado na cerimônia da posse em primeiro janeiro de 2015, de renda, foi comparado a um pano de botichão de gás e a um pano de mesa, ao contrário de ela ser efusivamente aclamada como a primeira mulher do Brasil a ser eleita e reeleita Presidenta,

os *memes* não cessaram de ser viralizados para passar a ideia de que a Presidenta não sabe sequer, se vestir.



Convêm rememorarmos que em sua posse, em primeiro de janeiro de 2011, quando foi eleita a primeira mulher Presidenta da República do Brasil, tal fato foi observado pelos meios de comunicação hegemônicos, por meio de capas de revistas, da cobertura jornalística em canais de televisão, mas igualmente não deixaram de se produzir notícias sobre a “beleza estonteante da mulher do vice-presidente Michel Temer”.

Algumas matérias chegaram a noticiar que a beleza de Marcela conseguiu ofuscar a posse da Presidenta. Como Marcela era pouco vista em público, os *mass media* encontraram um pretexto para lhe dar visibilidade, no mesmo sentido em que desqualificava o fato histórico da posse da primeira mulher a governar o Brasil. Vejamos a seguinte imagem que descreve o que estamos a afirmar, acompanhado de uma matéria de *O Globo*, publicada no dia 01 de janeiro de 2010 e escrita pelo jornalista Renan Setti:



RIO - A presidente Dilma Rousseff até que se esforçou, com seu novo corte de cabelo e vestindo um tailleur marfim para sua posse, mas foi a beleza estonteante da mulher do vice-presidente Michel Temer que capturou olhares e cliques de homens Brasil afora. E o Twitter é prova disso: Marcela Temer começou a ser citada no site por volta das 16h30m, quando subiu a rampa do Planalto, e pouco mais de uma hora depois já estava entre os assuntos mais comentados no microblog no mundo. Com o corpo esguio dos seus 28 anos - 42 anos mais jovem que o marido -, a vice-primeira dama vestia uma saia justa clara de cintura alta e uma blusa que deixava os braços de fora. Ao lado dos governantes no parlatório, sob os flashes e câmeras que transmitiam ao vivo a cerimônia, Marcela despertou amores à primeira vista no Twitter.

“Na posse da Ddilma, quem deu show foi Temer...não o Michel, mas a Marcela Temer!!! Ela foi a verdadeira atração!!!” disse o usuário do Twitter Francisco Antonio Dias. “Carla Bruni para quê, se nós temos Marcela Temer?! Cancela a compra dos caças que nós já encontramos um avião!!!! #PosseDilma”, escreveu outro usuário. Em segundos surgiu a hashtag #marcelatemernaplayboy, usada para quem já torce por uma capa da revista com a vice-primeira dama. Assim que ela apareceu em frente às câmeras, gaiatos criaram um perfil falso para Marcela no Twitter, @marcelatemer. “Já fui modelo e miss. Agora sou vice-primeira-dama. rrsrsrs”, dizia a descrição. Em uma hora conseguiu 445 seguidores.

(<https://oglobo.globo.com/politica/beleza-da-vice-primeira-dama-rouba-cena-na-posse-da-dilma-2844111>. Acesso em 01/01/2010)

Cabe ainda acrescentar que a narrativa acima descrita tenta desqualificar a presença da mulher nos espaços de poder; quando o jornalista destaca no início da matéria a roupa e o cabelo da Presidenta, afirmando que ela até tentou se esforçar para chamar a atenção mas foi ofuscada pela beleza da vice-primeira dama, e não para o fato histórico da eleição da primeira mulher a assumir a presidência do Brasil.

Ainda na esteira de ridicularizar as roupas usadas pela Presidenta, também compararam uma outra blusa sua a penugem de uma galinha d'angola, numa demonstração que a Presidenta não sabe se vestir, e em não sabendo se vestir, não demonstra nenhum conhecimento sobre o bom gosto impresso pela feminilidade:



Uma outra blusa, vestida pela Presidenta, foi comparado ao tecido utilizado para cobrir um estofado, blusa esta vestida pela Presidenta no dia em que se dirigiu ao Senado Federal, no dia 31 de agosto de 2016, para fazer a sua defesa, pessoalmente, do processo de *impeachment* e por 14 horas responder, cara a cara e corajosamente, a todas as perguntas feitas pelos Senadores da República, no entanto este fato, não fora noticiado pelos *mas media*, ao contrário, a roupa que vestia serviu de pretexto para viralização de mais um *meme*:



E, ainda, um suposto vestido seu foi comparado a palha que recobre uma pamonha de milho. Certamente a Presidenta Dilma não usaria o vestido que o *meme* apresenta, ele também é uma produção, mas o significado que se tenta construir é que ela não passa de uma pamonha, para além do significado léxico da palavra pamonha, como um alimento à base de milho, pamonha, em termos regionais, também significa uma pessoa abestalhada, alienada do mundo, cretina. No outro meme, o sentido que se tenta passar é que ela nem é uma mulher, por não usar rosa, tampouco, um homem, por não usar azul, mas é um ser abjeto, uma pamonha pronta

para ser comida, engolida.



Assim que o nome de Dilma foi escolhido para a disputa eleitoral, no ano de 2010, críticas foram feitas pela imprensa a respeito de seu “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam se queixado ao Presidente Lula quando ela era Ministra da Casa Civil, reforçou a sua representação de uma mulher “mandona”.

Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser” a candidata assim se expressou em seu *Blog*, em 24 de dezembro de 2012:

Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou. Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas. Isso é princípio elementar de trabalho em grupo.

Ao ser entrevistada pelo Jornal “*The Washington Post*”, no dia 25 de junho de 2015, a Presidenta afirmou crer que muito do que tem sofrido em termos de críticas ao seu governo, passa por um recorte e preconceito de gênero, ao ser indagada pelo seu estilo de “*micromanager*”, ou seja, de chefe controladora ou centralizadora, ela assim se manifestou:

Alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo masculino coloca o dedo em tudo? Eu nunca ouvi falar disso”, comparou. “Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual ou um viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que coloca o nariz em tudo e estou cercada de homens meigos”, contestou.

Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma asseverou durante a campanha de 2010, em seu *Blog*:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País.

Nunca é demais lembrar que vivemos em uma sociedade patriarcal e essencialmente *falocêntrica*, ou seja, cingida pela superioridade masculina. O patriarcado exacerba a ideia de que mulheres, seus corpos e mentes são moldados por falos ou homens, moldados por sua vida sexual. Mulheres então são julgadas, independentemente de terem muitas relações sexuais com machos ou não se relacionarem com eles. A mulher que na disputa por espaços de poder, particularmente no ambiente da política, ousa ser incisiva ou ter pulso forte; a mulher que reivindica seu espaço num meio masculinizado como a política, sofre tentativas sucessivas de silenciamento. Um exemplo que ilustra tal intento foi protagonizado pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB) que durante discussão das medidas provisórias 664 e 665, em maio de 2015, foi agredida fisicamente pelo Deputado Federal Roberto Freyre (PPS) e verbalmente, pelo também Deputado Federal Alberto Fraga (DEM) que, em uma atitude extremamente machista e com a intenção de desqualificá-la afirmou: “a mulher que participa da política como homem e fala como homem também tem que apanhar como homem”.

Ser associada a uma bruxa também foi algo recorrente durante a campanha de Dilma Rousseff, principalmente na campanha Eleitoral de 2010 e durante seus dois governos. Silvia Federici (2019, p.62), irá defender que a perseguição às mulheres e a “caça às bruxas” ocorreram não tão somente como uma maneira de penitenciar a mulher por sua danação, mas como uma forma de subtrair o feminino da nascente ordem burgue-

sa, do nascente capitalismo, do mundo da política, deslocando-a e obrigando-a a viver na subserviência e subordinação histórica de uma ordem justaposta desde sempre: a dominação masculina e o nascente capitalismo: “por que as caças as bruxas foram dirigidas principalmente contra as mulheres? Como se explica, que ao longo de três séculos, milhares de mulheres se tornassem a personificação do “inimigo no meio de nós” e do mal absoluto?”, indaga a autora (FREDERICI, 2019, p.62).



Em plena campanha a questão do aborto vira uma arma para os conservadores e fundamentalistas religiosos que passam a repercutir, principalmente nas redes sociais, a imagem de Dilma como uma bruxa:

Como a eleição termina no dia 31, em pleno Halloween, nas redes sociais a candidata do PT, Dilma Rousseff, passou a ser tratada por seguidores de José Serra, do PSDB, como uma bruxa a quem será preciso queimar. (...) (Revista *Carta Capital*, Ano XVI, N°617, 13 out/2010, p.20)

A imagem da mulher como bruxa, sorrateira, perigosa, libidinosa e mordaz, além de sua imagem como uma representação demoníaca, a mulher que engana o homem, com suas artimanhas, também vem acompa-

nhada dessa perseguição às mulheres com o advento do capitalismo. A antiga ordem comunal, no qual a mulher desempenhava um importante papel no seio do grupo social, a sua liderança e capacidade de aglutinar as outras mulheres numa espécie de “*communitas*” (TURNER, 2013), passa a ganhar um significado totalmente oposto.

A mulher que praticava a “*gossip*”, ou seja, a união, o trabalho comunitário e a vida comunitária, comuns na Idade Média, ganha um novo significado, totalmente oposto, no nascente capitalismo: “*gossip*” passa a significar fofoca; ou seja, a mulher passa a ser vista como alguém de conversa “fútil, maledicente, isto é, uma conversa que provavelmente semearia a discórdia, o oposto da solidariedade que a amizade entre mulheres implica e produz.” (FREDERICI, 2019, p.75)

Pronto, estão montadas as estruturas léxicas para significar a mulher: um ser perigoso, libidinoso, fofoqueiro e maledicente. Cabe, doravante ao homem, isolar e excluir a mulher das “tentações” de sua “danação”. Ela é um ser impuro, danoso, enganador. A imagem da serpente astuta e traiçoeira definem bem o significado que será auferido a mulher. Assim, o espaço da rua, do mundo do trabalho, do acesso ao saber, a fala, a convivência comunitária ao mundo da política, da economia, da ação social e coletiva serão vedados a mulher. Tais espaços e atribuições passam a ser do homem.

Em contrapartida, a mulher terá como espaço a casa, o privado, a vida reclusa em “quatro paredes”, sem acesso ao estudo, à vida coletiva, a participar e decidir sobre os destinos políticos e econômicos de sua sociedade. Sua atribuição será, para fazer menção a um jargão antigo, mas bastante utilizado atualmente, a de ser exclusivamente a “bela, recatada e do lar”.

Segundo essa visão, que busca ser a visão dominante, ter um lar, casar e ter filhos deve ser a única ambição de uma mulher. O respeito ao seu marido, à família e aos preceitos religiosos devem ser os seus preceitos. Não à toa que na era moderna uma mulher não casar era motivo de muita vergonha, a ponto de essa mulher, quando sua mãe e pai faleciam tinha como destino o convento, a casa de um irmão, ou a morte. A “vitalina” não teria outro destino.

A estratégia e saída encontrada pela lógica do patriarcado foi prender as mulheres na instituição do casamento: “as mulheres foram forçadas a participar desse suposto contrato. Os costumes sociais destituíram as

mulheres da oportunidade de ganharem o seu próprio sustento, de modo que o casamento era a sua única chance para elas terem uma vida decente.” (PATEMAN, 1993, p.236)

A opressão feminina, a destituição de seus direitos, a dominação masculina, a lógica do patriarcado (SOIHET, 1989), entre outros motivos, levaram a que o feminismo surgisse como um movimento de questionamento à ordem vigente. (GARCIA, 2015)

Ao questionar problematiza-se uma realidade secular que parece desconectada no tempo e espaço: como fazer prevalecer valores, costumes e práticas culturais que subtraem o feminino dos mesmos direitos e acessos outorgados ao masculino?

Igualdade, partilha, acesso, empoderamento, participação passam a ser palavras de ordem na busca pela autonomia do feminino. Mas tais conquistas, tais lutas não foram, não são e não serão facilmente conquistadas. Ao contrário, a mulher que “ousa” pensar e viver diferente será drasticamente castigada, violentada em seus direitos, quando muito, morta pela violência imposta pelo patriarcado, e a violência, nesse caso, é uma violência de gênero, que dirige ao gênero feminino a sua maior força e ação (SAFFIOTI, 2015).

Outro acontecimento marcante de prática misógina dirigido a Presidenta ocorreu no dia 08 de março de 2015, Dia Internacional da Mulher. Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e televisão, discursava para os brasileiros e para as mulheres em seu dia e recebeu, concomitantemente, um “panelaço” ocorrido em várias cidades brasileiras.

Posteriormente observou-se que tal “panelaço” ocorrera preferencialmente em áreas nobres das cidades como uma forma de retaliação a ela. Não obstante, o que chamou atenção não foi o “panelaço” em si, costume já existente, por exemplo, no País vizinho, Argentina, onde a população costuma ir às ruas para realizar “panelaços” para reivindicar diversas melhorias em seu País, mas os adjetivos utilizados para agredir Dilma, tais como: “vaca”, “puta”, “arrombada” enquanto as painéis eram batidas; a jornalista Marina Rossi, no Jornal *El País*, de março de 2015, assim se expressou:

Durante o pronunciamento em rede nacional de Dilma Rousseff no Dia Internacional da Mulher em 2015, centenas de brasileiros, em 12 capitais do país foram até as janelas e sacadas dos prédios e bateram pane-

las para se manifestar contra a presidenta. Piscaram as luzes de casa, buzinaaram nos carros e gritaram. Além do barulho da colher no teflon, foi possível ouvir xingamentos, como ‘vaca’, ‘puta’ e ‘arrombada’, direcionados à presidenta.



Tais demonstrações de ódio exacerbaram uma contundente expressão de misoginia, além de tudo, como asseverou Leonardo Sakamoto, em seu *blog*, em março de 2015:

É preciso muita coragem para gritar a plenos pulmões que alguém é “vaca” da janela do apartamento, com todos os vizinhos e os transeuntes na rua olhando. Coragem ou a certeza de que nada vai acontecer. Porque talvez a pessoa saiba que vivemos em uma sociedade misógina, que premia esse tipo de comportamento. Uma sociedade que é incapaz de fazer críticas ou demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões de gênero. Chamar de “vaca” não é fazer uma análise da honestidade e competência de alguém que ocupa um cargo público e sim uma forma machista de depreciar uma mulher simplesmente por ser mulher. De colocá-la no seu “devido lugar”, que é fora da política institucional.

A violência simbólica por trás do uso do termo “vaca”, como explicitado acima, revela ainda, um desejo e intenção expressas de desconstrução do “outro”, de desqualificar o seu lugar social, como indevido, como um não-lugar (AUGÉ, 1994). Como não sendo o ambiente da política, particularmente da presidência do Brasil, o lugar adequado para a

mulher porque ela nada mais é que uma “vaca”. Nada mais misógino e machista que isso.

Quaisquer xingamentos à Dilma diminuem ou reduzem a sua condição pelo fato de ela ter nascido mulher, este é que é o problema e não o “panelaço” em si, no entanto, a própria escolha de uma panela para protestar contra ela parece algo bastante emblemático. Luzia Álvares (2015), ao comentar, para o *blogspot*, sobre o uso de panelas, e não de outro objeto, assim assevera:

Por que utilizar justamente uma panela para protestar contra a primeira presidenta mulher eleita em nosso País? Certamente há objetos muito mais eficazes para se fazer barulho, então qual a razão da escolha das panelas? Cogitar de coincidência parece pouco verossímil, sobretudo em se tratando de uma sociedade notadamente misógina e patriarcal como é o caso da nossa. A intenção por trás do objeto escolhido é, sem dúvida, construir esta óbvia alegoria machista que visa introyetar subliminarmente a mensagem de que o lugar de Dilma é na cozinha, e não no Palácio do Planalto.

Nestes termos, então, tanto o objeto panela, quanto os adjetivos “vaca”, “vagabunda” são a expressão de uma prática violentamente misógina e igualmente de ódio dirigidos a Dilma. Destruí-la, desconstruí-la como mulher e como estadista parece ser a condição para aplinar o descontentamento por ela ter sido eleita.

Outra forma violenta de prática misógina foram as produzidas em formas de cartazes expostos em manifestações que aconteceram ao longo dos anos de 2014, 2015 e, principalmente, durante o processo de *impeachment* da Presidenta, em frases com conteúdos violentos, postadas em diferentes redes sociais, em vídeos, em montagens de imagens, charges etc.

Uma delas, sugeria a Dilma sentar numa mandioca; esse conteúdo fálico tenta passar a ideia de uma experiência erótica a ser vivido por ela, mas é também uma crítica a uma fala da Presidenta exaltando a mandioca como um produto nacional.



Numa rápida pesquisa na *web* sobre o que se produziu sobre Dilma nas charges, *memes*, imagens, e claro, discursos, é uma escala crescente de narrativas que tentam desqualificá-la como mulher e como gestora. Sejam nas redes sociais, como o *Facebook* em páginas que se intitulam: “Dilma Sapatão” ou “Dilma Vadia”, “*Impeachment* da “maldita” Dilma”, entre outras postagens do *WhatsApp* que estimularam o ódio contra a Presidenta e contra o PT, seja no formato de manifestações públicas, protestos contra a Presidenta – pedidos de *impeachment*, orquestrados e ocorridos no Brasil por manifestações de grupos que se auto intitularam de “Revoltados *on-line*”, “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “SOS Militares” – se repetiram os discursos de repúdio e misoginia a ela dirigidos. Como nos ensina Butler (2018, p.92): “(...) Tanto a ação quanto o gesto significam e falam, tanto como a ação quanto como reivindicação; um não pode ser finalmente separado do outro.”

Nunca se viu e se leu tantas manifestações de desrespeito a uma figura pública. Mal a Presidenta assumiu o governo, em 2015, que as manifestações de rua não cessaram de acontecer, acompanhadas em forma de frases violentas, tais como: “Dilma biscatona véia”, “Vai pra Cuba comunista de merda”, “Vaca”, “Vagabunda”, “Balança que a quenga cai” entre outros adjetivos, escritos em formas de cartazes que foram expostos em diferentes dias de manifestações pelas ruas do Brasil. Nesses termos, concordamos com Ana Kiffer (2019), para quem:

O ódio, aqui, não é tanto (ou não apenas) uma dimensão psicológica, um foco da vida afetiva da subjetividade, mas especialmente uma

energia e uma intensidade que altera os pactos discursivos, os laços simbólicos, os protocolos cívicos (com suas regras do que pode ser dito). (...) Antes de tudo, o ódio é um terremoto, um estremecimento raivoso dos *protocolos da expressão democrática*, face às formas, aos canais, às vias de expressão de sentidos e afetos nos quais se conjugam as representações unificadas do “popular”, do “cidadão”, do “nacional-popular”, do “povo trabalhador”, etc. (...) Uma heterogeneidade que irrompe e altera os protocolos e as liturgias do democrático. (KIFFER, 2019, pp.16-17)

Como se não fosse suficiente todas as práticas de misoginia a ela dirigidas foi surpreendente a circulação pelas redes sociais de imagens de montagens feitas com o corpo da presidenta em que ela aparece de pernas abertas. Tais adesivos, segundo a montagem realizada, foram colados no bocal do tanque para abastecimento de veículos, e que quando abastecidos, passassem a ideia de que a bomba de gasolina penetrava Dilma sexualmente:





A partir da interpretação esboçada, subjaz a existência de relações de poder, de dominação e de resistência, de conformação ou de embate à hierarquia e, sobretudo, do desejo incessante por parte de grupos partidários de ideologias arbitrárias em preservar a manutenção da monovalência dos signos, as desigualdades sociais e históricas de gênero e os desníveis de poder entre os gêneros, o que se traduz em condições para manter uma ordem social que favorece seus interesses específicos, principalmente no que tange à detenção do poder político como apanágio exclusivo do masculino, guiado por códigos sexistas, o que exclui as mulheres e busca delimitar o lugar que se quer dar ou negar a elas na esfera pública e política. (PRIORI; POLACO, 2016, p.43)

Tais adesivos foram colocados à venda no *site* de compras “Mercado Livre”, mas diante da ação da então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio da ministra Eleonora Menicucci, encaminhou ao Ministério Público Federal, à Advocacia Geral da União (AGU) e ao Ministério da Justiça, pedindo providências para responsabilizar quem produziu e veiculou tais adesivos. O produto estava disponível no *site* “Mercado Livre”, mas diante da repercussão negativa, retirou o anúncio do ar.

A violência simbólica de tal adesivo é tão evidente que chega a ser cruel. O adesivo simula inclusive algo que deveria ter recebido o repúdio de todas as mulheres, porque ele simula um estupro e nesse caso, um estupro coletivo. Simbolicamente é como se Dilma, ao ser coletivamente estuprada estivesse sendo punida por não ser capaz de conseguir impedir o aumento do preço da gasolina:

Isto demonstra que a ideia de punição adotada pelo discurso enuncia- do perpassa uma questão de gênero, ao submeter Dilma Rousseff ao referencial falocêntrico, ou seja, o falo é entronizado como um atributo corretivo da insubordinação feminina e política. O falo é usado simbolicamente como uma arma para ferir e punir. (...) o falo pode ser constituído como um símbolo de virilidade, que toma por base as dife- renças entre os corpos biológicos para fundamentar a diferença social e as hierarquias entre os gêneros. (PRIORI; POLACO, 2016, p.48-49)

Em algumas notas de repúdio de movimentos organizados em defesa dos direitos das mulheres foi possível encontrar enunciados tais como o descrito abaixo, em julho de 2015:

A liberdade de expressão tem limites regulados em lei. Qualquer tenta- tiva de protestar contra o aumento do combustível ou contra a chefe do Executivo brasileiro ultrapassou os direitos de imagem, e passou a con- figurar afirmação de violência contra a mulher. A imagem da mulher no adesivo, remetem a mensagem de uma violência sexual, o que por si é uma expressão inadmissível de suportar diante do atentado a digni- dade sexual que convivemos cotidianamente. Além disso, a mulher em questão é a Presidenta da República, o que reforça a violência sexista que enfrenta a mulher na política. As mulheres brasileiras se sentem ofendidas, desrespeitadas. Expressões como essa não retratam o exer- cício de democracia. É escárnio, deboche, é violência contra a mulher!

A aposta no escárnio, no deboche e na violência contra a mulher ex- pondo a Presidenta Dilma a essa experiência vexatória e de violência a essa situação ridícula e extremante misógina parece, por fim, ter um des- fecho bastante estratégico do ponto de vista do senso comum e dos seto- res mais conservadores da sociedade brasileira: desconstruir o feminismo porque ele é uma força que põe em perigo e pode desestabilizar a domi- nação masculina e a ordem do patriarcado presente em nossa cultura, na sociedade e na política.

Antes de concluir esse tópico nos remetemos a mais duas outras si- tuações marcadamente misóginas, sofridas por Dilma. A primeira diz respeito a uma matéria que foi publicada pelo Jornal Correio Popular, no dia 21 de março de 2016, intitulada “uma pessoa para namorar Dilma”, escrita pelo jornalista Joaquim Mota:

Trabalhando há décadas com casais, relações amorosas e eróticas, pude sempre observar que todos vivemos melhor, mais seguros e dispostos a lidar com as dificuldades e enfrentar desafios quando temos uma companhia ao nosso lado.

Os seres humanos “somos” carentes e gregários, “precisamos” de tempo e espaço para as interações afetivas e da intimidade sexual confortável e prazerosa.

S. Freud já anunciava que o ser humano que melhor vive é o que ama e trabalha.

As mulheres, com sua força espiritual decisiva, dedicam-se exponencialmente ao vínculo amoroso com seus companheiros, parceiros, familiares e amigos.

O mais importante ser humano do Brasil é uma mulher, a Presidente da República. E, no momento atual, é pessoa mais focalizada, criticada e comentada por todos.

Vê-se que ela se esforça, empenha-se de várias formas, mas está tensa, tendenciosa, só se dedica ao trabalho de se manter no cargo.

Se abra-se o coração para um relacionamento, tendo a companhia de alguém para compartilhar os eventos e as emoções, talvez pudesse expandir os horizontes e sair um pouco desse escafandro de guerrilheira e autoridade obstinada.

É claro que essa postura guerreira e laboriosa já teve sua aplicação devida. Ela foi muito importante como militante combativa e protagonista política.

No entanto, agora, Dilma deve pensar e agir mais como mulher, mãe e avó. E decidir afetuosamente, pelos milhões de brasileiros que equivalem a seus filhos.

Rita Lee profetizou que o mundo seria muito melhor se fosse governado por mulheres. Elas evitariam guerras, competições desnecessárias e promoveriam o amor.

Amir Klink indicou que se um homem estivesse em risco de naufrágio, necessitaria de uma mulher, pois, ao invés de competir com o mar, como faria o homem, a mulher acharia um jeito paciente e competente de contornar as águas revoltas.

Está na hora da nossa mulher mais importante fazer algo nobre, afetivo e dignificante: sair do governo. Ela salvaria o País e a sua biografia. Seria mais fácil se Dilma começasse um namoro. Uma pessoa com quem compartilhasse a cama, que acariciasse o seu corpo, motivasse seu espírito, que lhe sussurrasse a verdade do estrago em que vive o

Brasil. Desse modo, mobilizaria a sua alma feminina e ela passaria a sentir os brasileiros ao invés de os enfrentar.

Alguns insinuam que ela só namoraria uma mulher. Não importa, poderia até ser melhor. Se a bússola sexual de Dilma for homo, hetero ou bierótica, não vem ao caso. O interessante é que a orientação final seja um norte decisivo e construtivo: o amor inteligente.

Afeto e inteligência que liberem os filhos brasileiros dessa crise infernal e defina para Dilma um destino biográfico respeitoso e digno.

O longo discurso, acima descrito, coloca claramente a visão misógina que se pauta no medo do feminino, ou seja, no medo da mulher emancipada, que opta por uma experiência de vida na qual a figura masculina não serve de couraça de proteção afetiva e de dependência de que natureza for; ao observar-se à figura de mulher tão “dura”, o autor apela, para a feminilidade de Dilma, que precisa se sensibilizar pois afinal é “mulher, mãe e avó” e portanto, assim deve ver o Brasil, como um ente feminino e seu povo, como seus filhos.



Por acaso, o leitor já leu tal comparação e necessidade de tratamento ser cobrado ao gênero masculino? Já foi solicitado a um político ver o seu país com o olhar de homem, pai ou avô? É por isso que esse discurso, não só é eivado de estereótipos do gênero feminino como igualmente, caracteriza-se por uma construção misógina e altamente violenta a figura da mulher política.

Por último, propomos algumas reflexões sobre uma matéria digital veiculada pela revista *ISTOÉ*, em primeiro de abril de 2016, e distribuída em seu formato impresso em seis de abril, e que traz na capa a imagem de uma Dilma enlouquecida e com a seguinte manchete: “As explosões nervosas da Presidente. Em surtos de descontrole com a iminência de seu

afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.



A capa, produzida para reproduzir a imagem de que Dilma estivesse realmente louca, na verdade é uma montagem: “mesmo a foto que ilustra a capa era manipulada: uma imagem tirada quando a presidente comemorava um gol do Brasil na Copa do Mundo foi tratada por computador e apresentada como sendo o flagrante de um ataque de raiva contra algum subordinado.” (MIGUEL, 2019, p.138-139)



Escreveu Charaudeau, em seu “Discurso das Mídias” (2006, p.38) que “a linguagem é cheia de armadilhas” e acrescentaria, armadilhas, sobretudo, simbólicas, pois o enunciado, antes de tudo, significa e, ao significar, oferece distintas possibilidades de interpretação.

Na matéria assinada pelos jornalistas Sérgio Pardellas e Débora Bergamasco, em oito páginas, o que se vê é a construção da imagem pública de uma mulher, no mínimo, à beira da loucura. Asseveram eles:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 34)

A narrativa construída pelos referidos jornalistas tenta desconstruir a imagem de Dilma, impingindo a ela a característica de uma mulher desequilibrada que, por não “suportar as pressões” por “tantas denúncias” a ela dirigidas e, na imanência de perder o cargo, reage da forma mais negativa e triste possível: destratando e desrespeitando os seus subordinados e depredando o patrimônio público. Com base em tal construção narrativa, cabe aqui apresentar o que formula Charaudeau (2006) quando defende que:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.” (CHARAUDEAU, 2006, p.39)

O efeito de sentido esperado pela matéria da aludida revista não é outro senão o de desqualificar Dilma Rousseff de suas competências para continuar a exercer o cargo de presidenta do Brasil. Como o leitor pode continuar a apoiar uma gestora cuja saúde mental se encontra tão debilitada? E continua a matéria a fazer suas denúncias de forma apócrifa já que nenhuma fonte é citada sobre a veracidade das informações coligidas:

Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (...) dispara palavrões aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. (...) Há duas semanas, ao receber a informação da chamada “delação definitiva” em negociação por executivos da Odebrecht, Dilma teria, segundo o testemunho de um integrante do primeiro escalão do governo, avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos. Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar.” (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 34)

Quebrar móveis, depredar o bem público, “sustentar-se em pé” a base de calmantes, um deles, inclusive, utilizado para pacientes com esquizofrenia é o quadro que é apresentado sobre a saúde mental da Presidenta. E continua a narrativa sobre o seu descontrole mental segundo os citados jornalistas, desta feita amparando-se no saber médico:

O modelo consagrado pela renomada psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross descreve cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao lidar com a perda ou a proximidade dela. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p. 36-37)

No discurso acima se concretiza aquilo que Charaudeau (2006) denomina de efeito de verdade, ou seja, de que ele estaria baseado na convicção. “O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de credibilidade, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida.” (CHARAUDEAU, 2006, p.49)

O “saber médico” chancela o descontrole emocional da presidenta, restando então, ao leitor, a convicção de que Dilma perdeu o equilíbrio emocional. Para completar esse raciocínio, acrescenta a matéria:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. (...) Os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p.37)

O artigo se encerra com a narrativa de um outro jornalista, Antonio Carlos Prado, que, subliminarmente, faz uma comparação do comportamento “transloucado da presidenta” com o comportamento exibido por Dona Maria I, mãe do regente Dom João VI, que entrará para a História conhecida com Dona Maria, a louca.

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. Sua fórmula, no entanto, pouco resultado obteve com a paciente Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que a história registra como “Maria I, a Louca”. Foi a primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal e, por decorrência geopolítica, a primeira rainha do Brasil. O psiquiatra observou que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram na medida em que ela era colocada sob forte pressão. (PARDELLAS; BERGAMASCO, 2016, p.39)

A referida matéria produziu, nas redes sociais, pelo menos uma dezena de matérias denunciando o caráter machista e misógino desta notícia sobre o comportamento supostamente “transloucado” da Presidenta, chegando a revista, como visto, compará-la a “Maria I, a louca”:

Um ataque às mulheres! É um acinte, um desrespeito e uma violência contra todas as mulheres a capa da *Revista IstoÉ* com um texto vexaminoso, utilizando todos os estereótipos e adjetivos machistas e misógi-

nos, para desqualificar uma mulher na Presidência do Brasil!

Tal intento, ao que tudo indica não é só o de passar a ideia de que a Presidenta estaria mentalmente desorientada e emocionalmente perturbada, mas de desconstruí-la como mulher estadista, novamente reforçando o ideal machista de que o lugar da mulher não é na política, muito menos no mais alto cargo do poder do Brasil, por ser a mulher, emocionalmente frágil, perturbada quando sofre pressão ou quando é levada a ter que tomar “sérias decisões”. Mais uma vez a tentativa extremamente violenta, é o de desqualificar a mulher para a vida pública:

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. (TIBURI, 2018, p.106)

Em outras palavras, o que Tiburi (2018) assevera acima, é chamar a atenção para uma prática sistemática de impedimento para que a mulher ocupe espaços de poder, seja ele na política ou em outras atividades laborais. As “engrenagens” da misoginia, da estigmatização de gênero e do sexismo são acionadas para exatamente frear, impedir, tais inserções.

Enfim, a realidade é permeada de contradições e disputas ideológicas. O âmbito da política não diverge e não se desenvolve sozinho, isolado, mas numa troca constante de informações e peças com a mídia e com as construções sociais de determinado povo. Diante disso, ainda que imperceptivelmente, Dilma, ao se utilizar de discursos que reforçaram estereótipos de gênero, caiu, ela mesma, nas armadilhas que eles trazem, por não atender em um ou noutro aspecto os padrões impostos pela heteronorma. Mas, em meio à nossa estrutura social, era praticamente inconciliável a adoção de outro discurso e a possibilidade de ser eleita.

Outras situações invasivas e até mesmo violentas continuam a acontecer e se acentuaram durante o processo de *impeachment* sofrido pela ex-presidenta. Na falta de argumentos e provas plausíveis sobre qualquer crime de responsabilidade, o que justificaria o impedimento de seu mandato, diversos artifícios foram mobilizados a fim de deslegitimá-la.

Vadia, “malcomida”, sapatão e louca, como vimos, foram só algumas das palavras dirigidas a ela.

Julgada incapaz de concluir seu mandato e acusada de jogar a economia do país na “lama”, foi impedida de continuar no cargo que conseguiu por meio de votos legítimos até o fim do mandato. A capa revista *IstoÉ* de abril de 2016, como visto, chamou Dilma de louca e histérica, e não restam dúvidas de que se em seu lugar estivesse um homem as retaliações enveredariam por outro caminho e sob a patente de outros argumentos.

Ademais, as performances de ódio, tão bem expostas por Butler (2021), os gestos de empunhar cartazes, escritos em caixa alta, que expressam palavras de ordem contra as ações administrativas e a vida privada da Presidenta, as palavras, formando frases de efeito na internet para igualmente a desqualificar, são antes de qualquer coisa, “ação simbólica” que ganha aderência na relação direta com que são adotados por uma determinada coletividade.

Muitos dos que participaram alimentando o discurso do ódio (KIFFER, 2019) e do ressentimento (HAROCHE, 2004) contra a Presidenta Dilma, parecem agir com a obstinação de quem, movido pela dor, espera por meio da expressão do ressentimento minorar suas mazelas.

A Presidenta Dilma, enfim, incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida que é baseada na dominação masculina. Os discursos de misoginia a ela dirigidos intencionaram, ao nosso ver, entre outras coisas, abalar o feminismo, o empoderamento feminino, personificado na primeira mulher eleita e reeleita Presidenta do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Luzia. Mulheres na Política e Misoginia. Disponível em: <http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politica-e-misoginia.html>. Acesso em 09/03/2015. Acesso em 10 de março de 2015

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e

estereótipos. *Cadernos Pagu*, n° 34, p. 269–299, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade.

Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e a política das ruas** – notas para uma teoria performativa de assembleia. 1º edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. São Paulo, Editora Unesp, 2021.
- CASTRO, Mary Garcia. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo, Contexto, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Post Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34. 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad: M.T.C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. Trad. Heci Regina Candiani, São Paulo, Boitempo, 2019.
- GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões**, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 3ª ed., São Paulo, Editora Claridade, 2015.
- GROSSI, Mírian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos Feministas**. 2001, p. 167-206.
- GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- KIFFER, Ana. Ódios políticos e política do ódio. Lutas, gestos e escritas do presente. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento. In: BRESCIANI, Stella; Naxara, Márcia (orgs). **Memória e (Res)Sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. 2ª edição, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016**. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.
- \_\_\_\_\_. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In: **Estudos Feministas**. 2001. p.253-267.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Homens e Mulheres na Mídia. In: **Caleidoscópio Convexo**. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora UNESP, 2011. p. 125-165.
- Movimento de Mulheres repudia adesivos com mensagem sexista e uso da imagem da presidenta. Disponível em: <http://portal.ptns.org.br/2015/07/nota-de-repudio-movimento-de-mulheres-repudia-adesivos-com-mensagem-sexista-e-uso-da-imagem-da-presidenta/>. Acesso em 02/07/2015
- MOTA, Joaquim. Uma pessoa para namorar Dilma. **Jornal Correio Popular**. Cam-

pinas/SP. 21/03/2016

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos anormais. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol 19. Nº 1. Florianópolis. 2011.

PRIORI, Claudia; POLATO, Adrana Delmira Mendes. Signos ideológicos e conceitos axiológicos: uma proposta interdisciplinar para leitura de um adesivo obsceno. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 17(2), 2016.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2ªed, São Paulo, Expressão Popular, 2015.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. "O Gênero na Política. A Construção do 'Feminino' nas Eleições Presidenciais de 2010". **Cadernos Pagu**, vol. 43, 2014, p. 197-231.

ROSSI, Marina. **Mulheres na Política e Misoginia**. Disponível em: <http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politica-e-misoginia.html>. Acesso em 09/03/2015. Acesso em 10 de março de 2015

ROUSSEFF, Dilma. <http://blogdadilma.blog.br/>. Acesso em 27/04/2010

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://blogdadilma.blog.br/>. Acesso em 24/12/2012

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/dilma-diz-que-desemprego-preocupa-e-que-sofre-preconceito,e013feb3d0c31b74785cfac1b9001256xpi9RCRD.html> Acesso em 05/06/2016

SAKAMOTO, Leonardo. Precisa de coragem para chamar uma mulher de vaca da janela do prédio. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-chamar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/>. Acesso em 08/03/2015

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**. Estrutura e a antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

## O EMPODERAMENTO FEMININO NOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF, A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTA DO BRASIL

Quando a primeira mulher se candidata à presidência do Brasil, nas Eleições de 2010, vem para a disputa com força e com reais condições de sair vitoriosa, pelo apoio partidário recebido, pelo apoio de seu principal apoiador, o então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, e óbvio, pelos atributos pessoais e públicos que fazem da candidata Dilma possuir uma bela e destacada trajetória política que eu não me cansava de festejar e refletir: se ela sair vencedora, a primeira mulher presidenta do Brasil, isso vai ser muito interessante e importante para o “empoderamento das mulheres”; ou seja, Dilma pode perfeitamente servir de modelo para outras mulheres acreditarem em seu potencial, em sua força e o seu governo pode ser um excelente ambiente, igualmente, de empoderamento do feminino, por meio de ações, escolhas e políticas públicas que venham a fortalecer o poder de todas as mulheres.

E, de fato, Dilma Vanna Rousseff é eleita para presidir o Brasil, e como se não bastasse, também é reeleita, nas Eleições de 2014. Tal fato, principalmente nas Eleições de 2010, foi efusivamente noticiado, não daria comemorado, pela chamada mídia hegemônica do País.

E Dilma, estratégica e sabiamente, durante os seus dois governos, o segundo deles interrompido por um processo de *impeachment*, que se configurou como um golpe parlamentar, jurídico, midiático e misóginos, levando-a a perder o poder definitivamente no dia 31 de agosto de 2016, soube se utilizar de discursos que buscaram empoderar o feminino, seja em seus pronunciamentos de posse, ou em várias de suas falas em diferentes cerimônias, principalmente dirigidas as mulheres. Ela raramente se eximiu de conclamar à presença e a participação das mulheres no espaço público e no poder, seja executivo, legislativo ou judiciário; fato que leva a crer que sim, ela contribuiu para o empoderamento das mulheres nos espaços de poder, mesmo tendo sido vítima de discursos e práticas misóginas, como ela mesma revelou, em recente artigo sobre a violência política de gênero. (ROUSSEFF, 2021)

Assim o objetivo deste capítulo é o de analisar os discursos proferidos e as entrevistas concedidas pela Presidenta Dilma durante sua vida pública, com especial atenção a seus dois governos de 2010 e 2014, o pro-

cesso de *impeachment* e o *pós-impeachment* em duas principais fontes: entrevistas concedidas para revistas semanais e discursos oficiais para destacar exatamente o conteúdo narrativo de empoderamento do feminino, por ela expresso.

Em outras palavras, o intento é destacar como Dilma soube fazer uso da categoria gênero feminino, como uma estratégia de enaltecer e ao mesmo tempo, encorajar a presença das mulheres em espaços tais como: na política e em diversos outros campos profissionais até então considerados como majoritariamente masculino.

## **ALGUMAS NOTAS SOBRE O EMPODERAMENTO FEMININO**

A palavra empoderamento surge, principalmente no bojo dos estudos feministas, como um processo de conquista da autonomia, da auto-determinação do feminino. Nestes termos, o empoderamento feminino estaria para além de um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia ou para erradicar a pobreza, como o termo também sugere, ou seja o empoderamento, tal como concebemos, não é um fim em si próprio.

Adotamos nesse texto a perspectiva teórica proposta por Sardenberg (2006) para quem:

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. (...) O objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. (SARDENBERG, 2006, p.02)

Para tanto, necessário se faz, antes de mais nada, a mulher tomar consciência de sua situação de opressão motivadas por uma prática de dominação patriarcal buscando questionar, desestabilizar tal ordem de dominação.

Acreditamos que a ex-Presidenta Dilma Rousseff pode exemplificar uma mulher que buscou empoderar-se, ou seja, livrar-se das amarras da opressão patriarcal. Não só na sua atuação e militância política contra a ditadura civil militar ocorrida no Brasil, mas na sua atuação político-partidária demonstrou ser uma mulher bastante consciente de “seu lugar” na sociedade (AMARAL, 2011). Não se dobrou ao machismo, ao sexismo,

tampouco a dominação do patriarcado. Lutou e conquistou o seu espaço na esfera pública e conseguiu o fato inédito na história política brasileira de ser a primeira mulher eleita e reeleita para o mais importante cargo da política brasileira, a Presidência da República.

Nesses termos, ela também não se esquivou em construir narrativas ensejando o empoderamento de outras mulheres, por exemplo, em seu discurso de posse, em seu primeiro governo, destaca a figura da mulher ao afirmar que todos os pais deveriam olhar para suas filhas e afirmar: “a mulher pode!”.

Concordamos com Stromquist (2002), para quem:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente). (STROMQUIST, 2002, p.232)

Em outras palavras, podemos afirmar que empoderar-se é adquirir a capacidade de fazer escolhas estratégicas para a sua vida; ser livre de quaisquer amarras, para viver segundo suas escolhas. O empoderamento implica, também, na perda da posição de privilégio concedido aos homens pelo patriarcado. Assim, como bem assevera Costa, citada por Sardenberg (2006):

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (COSTA *apud* SARDENBERG, 2006, p. 07)

O empoderamento é uma construção, um processo de conscientização, de reflexão e de mudança de perspectiva de atuação pessoal e públi-

ca, uma mudança na maneira de se “colocar no mundo”. Igualmente, os agentes do empoderamento podem ser vários. Por exemplo, uma mulher que conquistou posições antes impensadas para o feminino, como é o caso de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita e reeleita para a Presidência do Brasil, pode ser uma espécie de “facilitadora”, uma “incentivadora” do processo de empoderamento, trazendo novas ideias e informações que, não apenas conscientizam, mas também induzam ou encorajam a ação para a prática política, para a disputa das mulheres por espaços de poder, para a conquista de postos de trabalho, etc.

Como vai defender Collins (2019, p.32): “como desenvolver uma política de empoderamento sem entender como o poder se organiza e funciona?” Uma outra categoria teórica que merece destaque é a noção de “campo político”, no sentido de Pierre Bourdieu (1989). O campo político, segundo Bourdieu (1989), é um campo de lutas referentes não apenas aos posicionamentos e *status* nesse espaço de relações, mas também, e, sobretudo, à conservação ou transformação dos limites, das margens que estruturam e dão legitimidade às hierarquias reconhecidas e às exclusões sistemáticas.

Observamos, por exemplo, que no contexto do campo político de disputas à presidência do Brasil, particularmente nas Eleições em que Dilma Rousseff foi candidata, bem como durante os seus dois governos, que a questão de gênero ficou evidente através da polarização entre Dilma Rousseff (PT) e seus opositores do sexo masculino. E tais disputas, marcadas por um confronto acirrado, foram atravessadas, todo o tempo, por meio do reforço ou confirmação de divisões, distinções, hierarquias e estereótipos de gênero reforçadas na cobertura midiática por meio dos noticiários em telejornais, nas revistas hegemônicas semanais, nas redes sociais etc.

Nessa conjuntura de disputas a produção de uma imagem pública positiva exigiu da candidata e depois da Presidenta Dilma Rousseff, um árduo trabalho de construção cotidiana de todo um ideário de que sim, a mulher pode não só chegar ao poder, mas nele permanecer.

Uma questão que precisa ser explicada desde já é o que entendemos por poder, pois é dele que deriva à noção de empoderamento:

(...) o poder corresponde à habilidade humana, não apenas para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um in-

divíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome (ARENDE, 2001, p.36)

Admitindo a capacidade de empoderamento e de poder em conjunto e que quanto mais se incentiva o crescimento econômico, cultural, social e político das mulheres por meio de políticas públicas de governo e por ações de organizações não governamentais maior a possibilidade de se empoderarem no sentido de ganharem autonomia, trazemos o exemplo da ação da gestão pública, representada pelo Programa Bolsa Família, implementado pelo Governo Lula, e continuado no Governo Dilma, “como um exemplo de programa destinado às mulheres, que permitiu que elas conseguissem o mínimo de autonomia ao serem responsáveis pela retirada da renda, alterando a dinâmica de relações de poderes de diversas famílias.” (BERTH, 2020, p.76). O que reforça a máxima de que o empoderamento é um processo, e não um fim em si mesmo. Resultados de pesquisa empírica endossam essa assertiva:

A antropóloga Walquíria Domingues Leão Rêgo, professora titular na Universidade Estadual de Campinas, e o filósofo italiano Alesandro Pinzani, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, analisaram, durante cinco anos, mulheres destinatárias do programa no interior de Alagoas, no Vale do Jequitinhonha, no interior do Maranhão e na periferia de São Luís em um importante exercício de ouvir sobre a transformação da realidade a partir das próprias mulheres por meio de entrevistas, em vez de análises distantes e questionários rígidos. Os pesquisadores relataram que aumentou o número de mulheres que procuram métodos anticoncepcionais; que elas passaram a se sentir fortalecidas para enfrenar o assédio dos maridos; e que aumentou o número de mulheres que pediram o divórcio. (SANCHES, 2012, p.76)

Nesses termos, o empoderamento está, então, relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, não se trata meramente a carência ou precariedade de recursos, mas na falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas, e exige uma expansão das capacidades humanas e das liberdades reais, em outras palavras:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais garantindo a elas a autonomia para controlar o próprio corpo, a sua sexualidade, o seu direito de ir e vir, bem como um repúdio à violência, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008, p.02)

A Presidenta Dilma Rousseff foi convidada a prefaciar o livro, recém-publicado no ano de 2021, em comemoração aos 100 anos de luta das mulheres pelo voto, e nele narra como seu governo, juntamente com o Governo Lula, propiciou o empoderamento das mulheres; para tanto, ela nos oferece uma série de dados que traduzem tal assertiva:

As mulheres eram 59% dos estudantes que receberam financiamento para cursar uma universidade. Também eram mulheres 53% dos beneficiários do ProUni e 59% dos matriculados no Pronatec. Elas se tornaram maioria nas universidades públicas. As mulheres somaram 92% dos titulares do Bolsa Família; 90% dos donos de moradias do Minha Casa Minha Vida; e em nome das mulheres estiveram 94% das centenas de milhares de cisternas instaladas no semiárido nordestino, que salvaram milhões de famílias da seca e da fome. (ROUSSEFF, 2021, pp.13-14)

Um dos caminhos possíveis de empoderamento é também, criar as condições para que as mulheres tenham acesso a bens e serviços antes vistos como de exclusividade do homem, seja ele o pai, esposo, irmão etc. No momento no qual políticas públicas permitem a melhora substancial das condições econômicas, educacionais e sociais das mulheres isso gera um empoderamento, uma situação de maior poder frente a sociedade e as relações sexuais e de gênero.

Uma outra iniciativa no Governo Dilma foi exatamente a equiparação dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas. Essa conquista, fruto em grande parte, do movimento de mulheres domésticas e do movimento feminista, trouxe para essa classe de trabalhadoras a conquista de direitos há muito desejada. E mesmo sabendo da realidade e precariedade do trabalho doméstico, mesmo admitindo sua desvalorização social e exploração do trabalho da mulher, tal conquista merece ser comemorada pois garante direitos há muito reivindicados:

A emenda constitucional que assegurou às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos de todos os trabalhadores foi uma revolução no país da herança escravocrata. Graças à nova legislação, o número de domésticas recebendo FGTS subiu de 71 mil, em 2001, para 1,3 milhão em 2015. O contingente de mulheres ocupadas em trabalhos formais, com carteira assinada, férias e 13º salário, aumentou 60%. E aumentou também, em 58%, o oferecimento de recursos da Previdência às mulheres. (ROUSSEFF, 2021, p.14)

Outra política pública foi a criação das Leis Maria da Penha e do Femicídio. Dados oficiais demonstram como ainda é expressivo o número de mulheres assassinadas, estupradas e vítimas de violência doméstica. Mesmo com as Leis de amparo à mulher, ainda é muito séria a situação da mulher no Brasil, entretanto, não há como negar que as referidas Leis têm servido para frear e, principalmente dar visibilidade midiática a violência contra mulher:

(...) A lei Maria da Penha e, em seguida, a Lei do Femicídio, que transformou a violência contra a mulher pelo fato de ser mulher em crime hediondo. Estruturamos, com leis e com obras, como a Casa da Mulher Brasileira, uma rede de âmbito nacional para proteger a mulher da violência. (ROUSSEFF, 2021, p.14)

Dilma Rousseff, na narrativa abaixo, se credencia, juntamente com o Governo Lula como tendo construído um governo cujo objetivo principal fora o de imprimir justiça social, empoderando os grupos sociais à margem da sociedade, entre eles, as mulheres.

Fruto deste movimento de empoderamento feminino, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher presidenta da República em 2010, e a reelegeu em 2014. Por quatro eleições consecutivas, a maioria do povo escolheu dar seu voto ao Partido dos Trabalhadores, que disse não ao neoliberalismo e se dedicou a corrigir séculos de exclusão social. Isto se deu por meio de governos liderados por Lula e por mim que adotaram como prioridade a atenção aos direitos humanos, aos trabalhadores, às mulheres, aos negros, aos pobres e às minorias. (ROUSSEFF, 2021, p.13)

Destacar o empoderamento feminino, destacar a importância da mulher e se colocar como uma representante pública na defesa dos interesses da mulher, além de se colocar como alguém que irá trabalhar para que a mulher tenha visibilidade em seu governo, são frases por diversas vezes ditas pela Presidenta. Abaixo destacamos algumas dessas falas, que já são frases históricas, graças as falas, os discursos oficiais e as entrevistas concedidas por Dilma.

## “SIM, A MULHER PODE” E O EMPODERAMENTO FEMININO

A saga da ex-Presidenta Dilma se inicia ainda no ano de 2009, quando ela é Ministra da Casa Civil e descobre que está com um câncer linfático e em entrevista coletiva informa aos brasileiros que vai passar por uma cirurgia para tratar da doença. No dia 28 de março de 2009, ela é operada e no mesmo dia, às 11 da noite recebe alta do hospital e afirma: “estou me sentindo muito bem. Posso voltar ao trabalho.” (Revista Veja, 06/05/2020, edição 2111, p.64)





Imagens de Dilma no ano de 2009, inclusive sua peruca, após tratamento de quimeoterapia

Já curada do câncer e ao conceder uma entrevista à Revista Nordeste, ela é indagada sobre essa experiência;

**Nordeste:** Recentemente a senhora passou pela descoberta de uma grave doença que vem conseguindo superar. Como se sente hoje em relação a isso?

**Dilma:** Estou de bem com a vida, passei a dar valor a todos os gestos, não só aos pequenos, a tudo: o sol batendo na nuvem, andar no lago, tudo, tudo. Ninguém passa por isso impunemente. É uma coisa que a gente pensa: “recebi esse problema, mas ganhei uma dádiva junto.” (SANTOS; CAVALCANTI, 2009, p.12)

Outra pergunta feita a ela, pela mesma revista, foi sobre a visão que a mídia possui de a classificar como uma mulher dura, ao que ela responde:

A primeira vez que falaram que eu sou uma mulher dura foi quando assumi a Casa Civil. Mas nenhum dos homens desse governo é duro então cheguei a afirmar que sou uma mulher dura cercada de homens meigos. Há nessa história um pouco de estereótipo e de preconceito, do ponto de vista de que uma mulher não pode assumir um cargo desses. Além disso sou uma pessoa que faz tudo com muita paixão e cobro de mim mesma isso, o que deve ter contribuído para formar essa imagem. (SANTOS; CAVALCANTI, 2009, p.12)

Buscar o seu empoderamento pessoal e se colocar como uma mulher candidata capaz de exercer o cargo de Presidenta do Brasil, foi uma característica marcante nos pronunciamentos públicos de Dilma. Tanto nas Eleições de 2010 quanto na de 2014 ela buscou destacar suas competências de gestora, enquanto Secretária Estadual e Ministra de Estado, além de sua história política pessoal, de alguém que lutou contra a ditadura militar e suportou quase três anos de prisão e de tortura para não entregar seus companheiros de luta.

Em entrevista concedida ao repórter Ricardo Batista Amaral, que escreveu a sua biografia, informa que ela foi presa no dia 16 de janeiro de 1970, numa sexta-feira, as quatro horas da tarde, e acrescenta: “nos 22 dias seguintes, Dilma Rousseff conheceria o inferno da tortura, aonde se chegava cruzando a cancela do DOI-Codi na rua Tutóia. Ela só voltaria a andar pelas ruas depois de passar dois anos e dez meses num presídio da ditadura” (AMARAL, 2011, p.71).

A participação política de Dilma não começou com a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores. Parte fundamental de sua trajetória se deu muito antes, na juventude, quando ingressou na luta armada de esquerda contra a ditadura militar (1964-1985). Na época, se tornou membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e, depois, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) - organizações que defendiam a resistência armada contra o regime militar. (...) Dilma foi condenada em primeira instância a seis anos de prisão. Após o cumprimento dos três primeiros, o Superior Tribunal Militar reduziu a condenação a dois anos e um mês. (...) (ROSA, 2018, p. 23)



Ficha de Dilma quando presa e imagem dela sendo interrogada pelos militares

Assim, como exposto, Dilma fazia parte da organização de resistência à ditadura VAR-Palmares quando foi presa e, por não ser objetivo nesse capítulo tratar da experiência de clandestinidade de Dilma Rousseff, como de sua atuação política na luta contra a ditadura civil militar no Brasil que perdurou por quase 30 anos, faremos aqui apenas um pequeno registro de suas memórias sobre o que foi a sua experiência na prisão, a partir de um relato que ela concedeu ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, que escreveu o livro intitulado: *Mulheres que foram à luta armada*, no ano de 1998. No ano de 2003, o citado jornalista procurou Dilma para atualizar informações de seu livro que seria reeditado e ela lhe ofereceu as seguintes informações, abaixo descritas:

Entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar “mata!”, “tira a roupa”, “terrorista”, “filha da puta”, “deve ter matado gente” (...). A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti que ali a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro...

**Por onde a tortura começou?**

Palmatória, levei muita palmatória.

**Quem torturava?**

O Albernaz e o substituto dele, que se chamava Tomás. Eu não sei se

é nome de guerra. Quem mandava era o Albernaz, quem interrogava era o Albernaz. O Albernaz batia e dava soco. Ele dava muito soco nas pessoas. Ele começava a te interrogar. Se não gostasse das respostas, ele te dava soco. Depois da palmatória eu fui pro pau de arara.

### **Dá pra lembrar?**

Mandaram eu tirar a roupa. Eu não tirei porque a primeira reação é não tirar, pô. Eles me arrancaram a parte de cima e me botaram com o resto no pau de arara. Aí começou a prender a circulação. Um outro xingou não sei quem, aí me tiraram a roupa toda. Daí, depois, me botaram outra vez.

### **Com choques nas partes genitais, como acontecia?**

Não. Isso não fizeram. Mas fizeram choque, muito choque, mas muito choque. Eu lembro nos primeiros dias, que eu tinha uma exaustão física, que eu queria desmaiar, não aguentava mais tanto choque. Eu comecei a ter hemorragia.

### **Onde eram esses choques?**

Em tudo quanto é lugar. Nos pés, nas mãos, na parte interna das coxas, nas orelhas. Na cabeça é um horror. No bico do seio. Botavam uma coisa assim, no bico do seio, uma coisa que prendia, segurava. Aí cansavam de fazer isso porque tinha que ter um envoltório pra enrolar, e largavam. Aí você se urina, você se caga todo, você...

### **Quanto tempo demorava uma sessão dessas?**

Nos primeiros dias, muito tempo. A gente perde a noção. Você não sabe quanto tempo nem que tempo que é. Sabe por quê? Porque para, e quando para não melhora, porque ele fala o seguinte: "Agora você pensa um pouco". Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar de ladrilho, que era um banheiro no primeiro andar do DOI-Codi. Com sangue, com tudo. Te largam. Depois você treme muito, você tem muito frio. Você está nu, né? É muito frio. Aí voltava. Nesse dia foi muito tempo. Teve uma hora que eu estava em posição fetal.

### **Dá pra pensar em resistir, em não falar?**

A forma de resistir era dizer comigo mesma: "Daqui a pouco eu vou contar tudo o que sei". Falava pra mim mesma. Ai passava um pouquinho. E mais um pouco. E ai você vai indo. Você não pode imaginar que vai durar uma hora, duas. Só pode pensar no daqui a pouco. Não pode pensar na dor.

### **A Sra. Aguentou?**

Eu aguntei. Não disse nem onde eu morava. Não disse quem era o Max (Carlos Araújo). Não entreguei o Breno (Carlos Alberto Freitas),

porque tinha muita dó. (...) Primeiro, eu não queria que meus companheiros estivessem numa situação daquelas. Segundo, eu tinha medo que algum deles morresse.

Palmatória, pau de arara, choque, o que mais?

Não comer. O frio. A noite. Eles te botam na sala e falam: “Daqui duas horas eu volto pra te interrogar”. Ficar esperando a tortura. Tem um nível de dor que você apaga, em que você não aguenta mais. A dor tem que ser infligida com o controle deles. Eles têm que demonstrar que têm o poder de controlar a tua dor. (AMARAL, 2011, pp.72-74)

Trazer para esse texto a narrativa, oferecido por Dilma, parece-nos extremamente importante para demonstrar que desde muito cedo, ainda em sua juventude e nos primeiros anos da vida universitária, ela não ficou alheia ao que estava acontecendo no Brasil, ou seja, um ambiente marcado pela censura, pela perda das liberdades, pelo medo e pela prisão e tortura de centenas de jovens idealistas que acreditavam ser possível fazer frente ao regime militar para devolver ao Brasil a democracia. E para nós, isso é uma forma de empoderamento do feminino. Merece ainda registro, um outro importante acontecimento de sua trajetória pessoal, ainda quando estudante universitária:

Em razão da posição política assumida frente ao regime, foi expulsa da Faculdade de Economia de Belo Horizonte e proibida, pelo decreto nº 477, do AI5, de voltar à universidade pelos próximos três anos. Somente em 1973, livre da prisão, Dilma Rouseff mudou-se para Porto Alegre e voltou a cursar Economia, dessa vez na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se formou na profissão. (ROSA, 2018, p. 24)

A propósito desse tema e de sua capacidade para enfrentar embates, quando ainda Ministra da Casa Civil, já tendo sido Ministra de Minas e Energia, no primeiro governo de Lula, de 2003 a 2005, Dilma Rouseff compareceu ao Senado Federal, no dia 07 de Maio de 2008 e o então Senador da República Agripino Maia, da Comissão de Infraestrutura assim a indagou:

**Senador José Agripino Maia (DEM):** A senhora deu uma entrevista em 2003 e publicada pela **Folha** em 2005 em que diz. «A prisão é uma coisa em que a gente se encontra com os limites da gente. É isso que

é muito duro. Nos depoimentos a gente mentia feito doido. Mentia muito, mas muito», «Mentia para sobreviver.” Era o regime de exceção, condenável por todos nós. “A senhora mentiu na ditadura, mentirá aqui?”

**Dilma Rousseff:** Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. Eu tinha 19 anos, fiquei três anos na cadeia e fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para os seus interrogadores, compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade, diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso (aplausos) e isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho, e eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, senador, porque aguentar a tortura é algo difícilíssimo, porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. Nós somos humanos, temos dor, e a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande senador, a dor é insuportável, o senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho de ter mentido, eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros, da mesma tortura e da morte. Não tenho nenhum compromisso com a ditadura em termos de dizer a verdade. Eu estava num campo e eles estavam noutra e o que estava em questão era a minha vida e a de meus companheiros. E esse país, que transitou por tudo isso que transitou, que construiu a democracia, que permite que hoje eu esteja aqui, que permite que eu fale com os senhores, não tem a menor similaridade, esse diálogo aqui é o diálogo democrático. A oposição pode me fazer perguntas, eu vou poder responder, nós estamos em igualdade de condições humanas, materiais. Nós não estamos num diálogo entre o meu pescoço e a força, senador. Eu estou aqui num diálogo democrático, civilizado, e por isso eu acredito e respeito esse momento. Por isso, todas as vezes eu virei aqui nessa comissão. Então, eu começo a minha fala dizendo isso, porque isso é o resgate desse processo que ocorreu no Brasil. Vou repetir mais uma vez: Não há espaço para a verdade, e é isso que mata na ditadura. O que mata na ditadura é que não há espaço para a verdade porque não há espaço para a vida, senador. Porque algumas verdades, até as mais banais, podem conduzir a morte. É só errarem a mão no seu interrogatório. E eu acredito, senador, que nós estávamos em mo-

mentos diversos da nossa vida em 70. Eu asseguro pro senhor, eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, eu combati a ditadura militar, e disso eu tenho imenso orgulho.

Resposta mais oportuna e inteligente Dilma não poderia dar. Assim, neste mesmo momento no qual foi arguida já despontavam as suas características de uma mulher empoderada. Ou seja, que possui um histórico pessoal e político que a autoriza a ter ocupado os espaços de poder que reivindicou para si. Entrementes, nada foi fácil na luta pela conquista dos espaços de poder para ela. Exatamente por ser mulher, as dificuldades de acesso, as desconfianças quanto a sua capacidade, as discordâncias quanto as suas posições político-ideológicas fizeram com que o caminho a ter que percorrer até chegar à Presidência e nela permanecer, não foram nada fáceis, tendo que, literalmente, “matar um leão por dia” para atingir seus objetivos.

Segundo a Revista *Época* Lula decidiu apostar em Dilma como sua candidata no fim do ano de 2008: “na manhã de 24 de dezembro, o deputado Ricardo Berzoini foi visitar o presidente no Palácio da Alvorada para desejar-lhe Feliz Natal. Foi recebido por Lula sem terno, apenas de calça e camisa social. Lula convidou Berzoini para sentar. “Ricardo eu estou convencido de que o nome é o da Dilma mesmo”, disse. “você precisa iniciar as conversas internas no partido”. (ROCHA, 2010, p.40)

Não à toa, que tão logo fora informado pelo até então Presidente Luis Inácio da Silva de que Dilma o sucederia no Palácio do Planalto, a resistência foi grande, dentro do próprio PT, entre os partidos aliados, na própria sociedade: “uma mulher candidata à Presidente do Brasil?” e, obviamente, em alguns setores da mídia hegemônica não afáveis a sua candidatura. Assim que uma das formas eficazes encontrada pelos meios de comunicação foi a comparação de Dilma a uma espécie de poste de Lula, ou seja, a narrativa de que, em sendo eleita, ela na verdade não governaria, pois atrás dela, nos bastidores, na antessala do governo, estaria Lula a governar, de fato. Assim, em uma de suas entrevistas, ela lançou o seguinte desafio, ao ser comparada a uma espécie de poste de Lula:

Voce acha que como Ministra da Casa Civil, eu sou um poste? (...) Duvido. Duvido que os grandes experientes em gestão tenham o nível de experiência que eu tenho. Duvido. (Revista *Época*, 22/02/2010, p.45)



Ainda na mesma entrevista ao ser indagada sobre a resistência do voto das mulheres ao seu nome e esta resistência ser maior do que entre os homens, ela assim ponderou, o que destaca o potencial de empoderamento feminino:

(Tal resistência) É simples. As mulheres são mais críticas e analíticas. Vai passar um tempo, elas vão analisar, analisar, analisar. Espero que essa não seja a realidade depois. Quem me chamou a atenção para isso foram outras mulheres candidatas. As mulheres precisam primeiro confiar, levam um tempo maior a tomar posição. Mas depois que tomam, nada nem ninguém as demove. (Revista *Época*, 22/02/2010, p.48)

Cabe agora indagar um pouco: como Dilma pode ser classificada como poste de Lula, ou principalmente de não ter experiência política, com o rápido currículo assim descrito: depois de passar quase três anos presa, volta a Porto Alegre e conclui, no ano de 1977 o curso de Economia pela UFRG; em 1980 ajuda a fundar o PDT no Rio Grande do Sul; em 1986, com a vitória de Alceu Collares (PDT) para a prefeitura de Porto Alegre, é nomeada Secretária municipal da Fazenda; em 1990, já com Alceu Collares governador do Rio Grande do Sul, é nomeada para a Fundação de Economia e Estatística e, posteriormente, Secretária de Energia. No ano de 1999, já no governo de Olívio Dutra (PT), volta a ocupar a Secretaria Estadual de Energia; em 2002 é escolhida para coordenar a equipe de infra-estrutura do governo de transição; em 2003 toma posse, no Governo Lula, como ministra de Minas e Energia; em junho de 2005 substitui José

Dirceu na Casa Civil e se torna responsável pela coordenação administrativa e política do governo. Em 2007 é nomeada coordenadora do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. (ROSA, 2018)

Os estigmas de ser Dilma “à sombra de Lula”, uma espécie de “fantoches de seu antecessor” foi exaustivamente representada em discursos verbais, escritos, mas também por meio de imagens, como as construídas em diferentes revistas hegemônicas, levando a candidata a ter que, por diversas vezes, “provar” e/ou “demonstrar” a sua competência para governar o Brasil. Abaixo reproduzimos um discurso produzido pelos jornalistas Fernando Vieira e Rodrigo Barros para a revista *Rolling Stones*, em abril de 2010:

Às vezes, não basta estar no lugar certo e no momento exato. É preciso também ter ao lado a pessoa ideal. À sombra do Presidente da República mais popular do universo na atualidade, até onde se sabe a ex-ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, se vê diante de um acontecimento inusitado: passar a protagonista em uma história na qual sempre figurou como coadjuvante. Ilustre desconhecida no cenário nacional até pouco tempo atrás e totalmente estranha às urnas, nem que para uma eleição do clube das “Luluzinhas” ou da “guerrilha cor-de-rosa”, Dilma foi montada no cavalo selado que surgiu a sua frente. (VIEIRA; BARROS, 2010)

Narrativas como estas tentam fortalecer a ideia de que Dilma não teria condição alguma de concorrer, quiçá sair vitoriosa no pleito eleitoral, se não fosse pelo apoio de Lula. A partir do exposto então convém questionar: a condução para candidatar-se é ser nacionalmente conhecido? Todos os candidatos, até o momento da campanha de 2010, eram nacionalmente conhecidos? Ou eles tiveram, como fez Dilma, que “ir à luta” para se tornarem conhecidos e, conquistarem o voto do eleitor? É possível afirmar, com toda certeza, que a vitória de um(a) candidato(a) se dê pelo padrinho político que o apoia? Por que só a candidatura de Dilma mereceu tal destaque de que nada precisou fazer porque tudo já estava preparado para ela por Lula?



Na verdade, isso é mais uma estratégia não só para desconstruir a candidatura de Dilma, mas de todas as mulheres. O que se intenta é demonstrar a incapacidade das mulheres de ocuparem espaços de poder. Dilma não só nunca foi um “poste de Lula”, como conseguiu, com muita coragem, altivez e competência, construir sua própria imagem pública, tornar-se conhecida e mostrar que a mulher, pode sim, participar da política.

Ao ser eleita, no segundo turno, no dia 31 de outubro de 2010, contra o candidato José Serra do PSDB, com 56% dos votos, em entrevista concedida a Revista Nordeste, ela foi indagada sobre os motivos pelos quais Lula a escolheu para sucedê-lo e assim ponderou, reforçando o seu empoderamento político de mulher gestora:

O Presidente Lula me escolheu quatro vezes. A primeira foi na transição do governo de Fernando Henrique para o governo Lula, em 2002. O presidente me chamou para fazer a coordenação da área de infraestrutura porque me conhecia das reuniões do Instituto de Cidadania.

Depois ele me escolheu para ser ministra de Minas e Energia. E, em 2005, para ser ministra da Casa Civil. Por último, me escolheu para ser pré-candidata para levar à frente o projeto de governo. Acho que me escolheu porque acompanhei com ele a construção de todos os grandes projetos. (Revista *Nordeste*, 50ª edição, novembro de 2010, p. 02)

Vencida a eleição, o primeiro pronunciamento da ex-Presidenta Dilma ao ser eleita em 2010 foi emblemático no sentido de enaltecer a mulher e o seu empoderamento. Tamanho destaque dado ao feminino, certamente, nunca ocorrera, em pronunciamentos de ex-presidentes masculinos. Foi, de fato, um pronunciamento que entra para a história exatamente pelo ineditismo do Brasil eleger a primeira mulher para exercer o cargo de Presidenta do Brasil:

(...) Mas eu queria me dirigir a todos os brasileiros e as brasileiras, meus amigos e as minhas amigas de todo o Brasil. É uma imensa alegria estar aqui hoje. Eu recebi de milhões de brasileiros e de brasileiras a missão, talvez a missão mais importante da minha vida. E esse fato, para além da minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país, porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que esse fato até hoje inédito se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis e nas entidades representativas de toda a nossa sociedade. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Eu gostaria muito que os pais e as mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas e dizer: 'Sim, a mulher pode'. A minha alegria é ainda maior pelo fato que a presença de uma mulher na Presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. (...)

A vitória da primeira mulher presidenta do Brasil rendeu a Dilma várias capas de revistas semanais e Jornais diários. Não há como não registrar esse fato inédito:



A exaltação a mulher e o seu empoderamento se repete no discurso da Presidenta eleita, durante cerimônia de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral, no dia 17 de dezembro de 2010:

(...) Sem sombra de dúvida, é uma imensa emoção receber este diploma da Corte responsável pelo processo eleitoral brasileiro. É uma grande emoção, tanto do ponto de vista da minha trajetória política, como também da minha situação como mulher brasileira. (...) Foi esse mesmo sentimento de mudança e avanço que fez o povo eleger agora uma mulher presidenta, uma mulher presidenta. Para além da minha pessoa, esse fato demonstra a crescente maturidade da nossa democracia. Esse fato rompe com os preconceitos, desafia os limites e enche de esperança um povo sofrido e, também, de orgulho as mulheres brasileiras. (...) Recebo este diploma com alegria e humildade, e uma enorme disposição de empenhar todo o meu esforço para retribuir a confiança recebida nas urnas. Honrar as mulheres, cuidar dos mais frágeis e governar para todos é o que me anima e estimula ao trabalho nos próximos anos. (...)

Chamar a atenção para as mulheres, de que governará para honrá-las, pode até ser, como certamente é, uma estratégia política da Presidenta de buscar apoio desse grupo da sociedade e de se colocar como alguém com uma demanda determinada, por ser mulher e por defender que vai honrar a todas. É neste sentido que o empoderamento presente nas duas falas acima da Presidenta pode ser pensado como uma “aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência”. (BERTH, 2020, p.13)

Em pronunciamento à nação da Presidenta da República, no Parlatório do Palácio do Planalto, no dia 01 de janeiro de 2011, salienta, que através de seu ineditismo de chegar a presidência do Brasil, a mulher promove a melhoria da sociedade, bem como o fortalecimento da democracia:

(...) Eu estou feliz, como raras vezes estive na minha vida, pela oportunidade que a história me deu de ser a primeira mulher a governar o Brasil. Mas eu estou muito emocionada pelo encerramento do mandato do maior líder popular que este país já teve. Ter a honra do seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guardam para a vida toda. (...) Para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia. (...)

Já em seu discurso de posse na Câmara de Deputados, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional, em 01 de janeiro de 2011, a Presidenta Dilma exalta, novamente, o ineditismo de ser a primeira mulher a assumir o cargo de Presidenta do Brasil e que, tal feito, servirá, assim espera, para “abrir as portas” para outras mulheres exercerem cargos da envergadura da presidência do Brasil:

(...) Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (...)

Ao repetir, em seus primeiros discursos oficiais, que vai trabalhar para “honrar as mulheres”, tal narrativa pode ser vista como uma tentativa de empoderar as mulheres, pois ele é um caminho para emancipação, através do enfrentamento do machismo, do sexismo, da misoginia, que muitas vezes são práticas utilizadas para desestimular, amedrontar a mulher a lutar por espaços no mundo do trabalho e nos espaços de poder.

Dentre os vários discursos proferidos por Dilma, durante os seus dois governos, selecionamos aqueles que destacaram o empoderamento do feminino. Tal é o fato durante seu discurso por ocasião da cerimônia de início do “Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania”, no dia 01 de março de 2011, em Irecê, no Estado da Bahia:

(...) Eu ajudei nesses oito anos (o governo Lula), mas agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva. O Brasil precisa saber que chegou também mais, mais... eu acho mais cedo do que muitos imaginavam, a hora e a vez das mulheres darem a sua parte nessa história. Não só porque eu cheguei à Presidência da República e eu sou uma mulher; porque eu concordo, eu não cheguei aqui só por conta da minha história ou de todas as lutas que eu travei ao longo da vida. Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. (...) e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras. E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Viva as mulheres do nosso país!

Ao discursar defendendo a presença da mulher no poder e ao buscar classificar a mulher a partir de certos atributos, como o carinho, o cuidar, o ser mãe, Dilma apela para a existência de um certo essencialismo da política, isto é, a construção e uma singularidade do feminino que, ao ser introduzida na prática política, se pauta na ideia de que a mulher ao chegar ao poder muda as formas, os destinos e os resultados da prática política. (BARREIRA, 1998)

Uma das falas nas quais a Presidenta busca destacar o empoderamento feminino ocorreu durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres, em 19 de setembro de 2011; vejamos um trecho de seu discurso:

(...) Depois de amanhã serei a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral. Gostaria de compartilhar essa honra com todas as mulheres aqui presentes, em especial com a subsecretária Michelle Bachelet, a primeira mulher da América do Sul a ser eleita Presidenta do seu país. A criação da ONU Mulheres significou, na visão do Brasil, um passo à frente para a ação coordenada em prol daquelas que representam não uma minoria e, sim, mais da metade da humanidade. Demonstra que, longe de ser um tema acessório, a questão de gênero é hoje prioridade da agenda internacional. Apesar de alguns avanços notáveis, a desigualdade permanece. Em pleno século XXI, são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza extrema, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de Saúde, os conflitos e a violência sexual. Em geral, as mulheres ainda recebem salários menores pela mesma atividade profissional e têm presença reduzida nas principais instâncias decisórias. A crise econômica e as respostas equivocadas a ela podem agravar esse cenário, intensificando a feminização da pobreza. Por isso, combater as consequências e também as causas da crise é essencial para o empoderamento das mulheres. (...) O Brasil está comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como com os principais instrumentos internacionais sobre gênero. (...) Em meu país, ainda resta muito a ser feito para ampliar a participação política das mulheres. Fui eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil 121 anos depois da Proclamação da República e 78 anos depois da conquista do voto feminino. Somos 52% dos eleitores, mas apenas 10% do Congresso Nacional. Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios – dez Ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras. (...) O Brasil criou, em nível ministerial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, cujo objetivo é incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas. Tais ações são desenvolvidas com intensa participação das brasileiras, por meio da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que, neste ano, terá sua terceira edição. (...)

Um outro fato inédito acontece no primeiro ano de mandato: sua participação na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas. Dilma discursa como a primeira mulher a abrir os trabalhos deste órgão, além de ser ela a primeira Presidenta do Brasil, é igualmente, a primeira mulher a abrir os trabalhos da ONU, um enorme privilégio para

ela e por que não para todas as mulheres.

A assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) é, por excelência, a plataforma política de maior grau democrático no ambiente internacional, uma vez que todos os Estados-Membros da ONU possuem direito a voto e estão representados por Chefes de Estado, de Governo, ou Ministros das Relações Exteriores. (PIMENTEL; PANKE, 2017, p.25)

Como era de se esperar a Presidenta Dilma abre seu discurso na ONU, exaltando a sua vitória e a presença da mulher na política. Tal fato, imprime visibilidade a mulher e o seu direito de ocupar todos os espaços no mundo do trabalho e espaços de poder, por sua competência e direito. Abaixo, um enxerto desse discurso histórico:

Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,  
Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres. Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino. E são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje. (...) No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm nas mães a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos. Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas. Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me, aqui, representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje. Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade. E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU. Muito obrigada." (...)

Não há como desconsiderar um dado de relevância na presença de Dilma na abertura dos Debates da ONU no ano de 2011 pois sua presença inaugura uma situação inédita: é ela, uma mulher, que pela primeira vez, abre os trabalhos desta instituição. "Por este motivo, percebe-se que a esta dimensão é aquela que recebe destaque naquele momento.". Em outras palavras; " o discurso daquele ano é construído em um tom ativista visando à igualdade de gênero e defendendo o direito das mulheres." (PIMENTEL; PANKE, 2017, pp.28-29)

Em consulta ao *site* da Biblioteca da Presidência foi possível ter acesso a todos os discursos proferidos por Dilma, e dentre eles, coletamos e analisamos aqueles que traziam o tema da mulher como central. Assim, abaixo, destacamos os principais deles como o discurso realizado durante a cerimônia de outorga da Ordem Nacional do Mérito a educadoras brasileiras, em 21 de março de 2011, fato igualmente inédito dirigido as mulheres educadoras:

(...) É a primeira vez que a Ordem Nacional do Mérito, criada em 1946, condecora educadoras brasileiras. Trata-se, hoje, de uma dupla homenagem. É uma homenagem à educadora, mas também é uma homenagem à mulher brasileira neste mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher.

Tem sido uma longa trajetória de mulheres dedicadas à educação, e

a nossa sociedade tem de tomar consciência disso. Quando a maioria das mulheres ainda estava restrita a viver dentro de casa, personagens como Nísia Floresta, Helena Antipoff ou Cecília Meireles ensinavam, dirigiam os primeiros colégios para meninas e escreviam livros pioneiros em defesa dos direitos femininos. Essas brasileiras superaram preconceitos e abriram caminhos para dar à mulher, no Brasil, o espaço a que ela tem direito como profissional e como cidadã. É impressionante o quanto avançamos, desde então. Hoje, na educação básica, as mulheres são maioria quase absoluta. Dos mais de 1 milhão e 900 mil professores e professoras que atuam nessa área, no Brasil, é importante saber que 1 milhão e 600 mil são mulheres, ou seja, 81%. São a maioria avassaladora das educadoras e das professoras. O mesmo acontece nas direções das escolas. A presença feminina é predominante. Mais de 85% das escolas públicas de educação básica no Brasil são dirigidas por mulheres. Por isso que nas mãos delas está o futuro dos nossos jovens e das nossas crianças. (...)

Um outro discurso da Presidenta Dilma que buscou empoderar uma parcela considerável das mulheres brasileiras que vivem da agricultura, ocorreu durante a solenidade de encerramento da Marcha das Margaridas, no dia 17 de agosto de 2011, em Brasília – DF, isto é, seu discurso objetivou promover e impulsionar grupos e comunidades de mulheres agricultoras na melhoria de suas condições de vida, até então carentes de uma série de benefícios:

(...) Estou aqui, no primeiro ano do meu governo, como a primeira mulher a presidir o Brasil, para conversar com vocês, para conversar com vocês e responder à pauta de reivindicações das mulheres do campo, pauta que nós recebemos no último dia 13. (...) Ser mulher brasileira, moradora do campo e militante popular exige coragem, altivez e um coração generoso, exige grandeza de alma para enxergar longe e buscar realizar, aqui e agora, as transformações que o mundo rural e o Brasil tanto necessitam. Vocês são um exemplo de garra, um exemplo de tenacidade e um exemplo de coragem. O Brasil, por isso, depende muito desse exemplo para alargar, para ampliar ainda mais os espaços de justiça social para nossos filhos e nossos netos. Eu sei que as mulheres representam em torno da metade da população rural. As mulheres formam a base, elas são o alicerce generoso que dá suporte a milhões de famílias e a milhões de nossas crianças. (...)

Um outro momento de forte ênfase da Presidenta em destacar e reivindicar a presença da mulher na sociedade foi por ocasião da cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, realizado em 12 de dezembro de 2011, em Brasília:

(...) Eu quero dizer para vocês que esta é uma das conferências mais importantes para mim, porque esta conferência, ela traz aqui, neste momento, em Brasília, uma representação das mulheres deste nosso país que estão aí lutando, não só pelos direitos de cada uma das mulheres brasileiras, mas também mostrando a sua capacidade de organização, de participação, e, sobretudo, representando o empoderamento da mulher. Para mim, primeira mulher Presidente da República, é muito importante estar aqui na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. No meu discurso de posse, eu disse que pretendia – e pretendo – honrar, em cada ato e em cada decisão, cada uma e todas as mulheres brasileiras. E quero dizer a vocês que essa é uma orientação que parte do fundo da minha experiência de vida, e também é um compromisso com cada uma das mulheres deste país, que são mulheres mães, mulheres militantes, mulheres capazes de atuar na cultura, mulheres que dão contribuição na área da saúde, mulheres empregadas domésticas, que ajudam muitas famílias a criarem seus filhos e, muitas vezes, não são reconhecidas. (...)

O enxerto do discurso, acima descrito, repete, enfaticamente o tom ativista com vistas a reivindicar à igualdade de gênero para defender o direito das mulheres. Direito este conquistado, segundo Dilma, com muita luta e competência.

No segundo ano de seu governo, em 2012, a Presidenta Dilma, em seus pronunciamentos oficiais, continua a exaltar a figura da mulher, mas também por meio de atos concretos, promove uma série de políticas públicas que visam atender e/ou qualificar a mulher para um melhor atendimento a sua saúde, a maternidade e a inserção no mercado de trabalho. Em discurso proferido por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 08/03/2012, a Presidenta destaca algumas ações concretas dirigidas as mulheres: o número expressivo de mulheres com acesso ao bolsa família: “Noventa e três por cento dos cartões do Bolsa Família estão em nome de mulheres, são mais de 19 milhões de mulheres que vão ao banco todo mês buscar e administrar recursos para ajudar no sustento da família.”

No que diz respeito ao Programa Minha Casa, Minha Vida, informou a Presidenta que “quarenta e sete por cento dos contratos da primeira etapa do Programa, foram assinados por mulheres”.

No que diz respeito à formação profissional, o governo criou o Programa Mulheres Mil, que visa oferecer formação profissional e tecnológica a milhares de mulheres até o ano de 2014, bem como, para oferecer maior autonomia as mulheres, o seu governo está construindo, até 2014, “seis mil novas creches e pré-escolas.” A Presidenta ainda destacou em seu discurso a criação do Programa Rede Cegonha, “que beneficiou 930 mil gestantes, em mais de 1.500 municípios. Em 2011 foram realizados 20 milhões de consultas pré-natais pelo SUS, um aumento de 133% em relação ao ano de 2003.” Afirmou ela, por fim, nesse mesmo discurso:

(...) Minha chegada à Presidência significou um momento único de afirmação da mulher na sociedade brasileira. Não esqueço isso um só minuto, e sei que nenhuma de vocês esquece disso quando olha para mim. Minha eleição reforçou, em alguns setores da sociedade, uma tendência de enaltecimento da força da mulher. (...)

Nesse mesmo discurso pode-se ainda registrar a tentativa de favorecimento coletivo do empoderamento feminino a partir a seguinte narrativa:

(...) A mulher é um ser empreendedor, precisa, portanto, de oportunidade. A mulher é uma pessoa, antes de tudo, dedicada e trabalhadora, precisa, portanto, de emprego e de capacitação para o trabalho. Temos estimulado programas de capacitação, microcrédito e igualdade no emprego. Temos procurado apoiar a luta das mulheres em todas as áreas, sejam elas cientistas, profissionais liberais, operárias ou empregadas domésticas. (...)

Em um outro evento, por ocasião do Fórum de Mulheres Líderes, sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável, ocorrido no dia 21 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, discursou a Presidenta:

(...) Muito foi conquistado pelas brasileiras nos últimos anos. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Po-

líticas para as Mulheres, elaborado com a participação da sociedade, e a Lei Maria da Penha, que torna crime a violência contra mulher, inclusive a violência doméstica, são alguns exemplos. Trabalhamos em prol das mulheres da cidade, do campo, da floresta, do sertão. De trabalhadoras urbanas, agricultoras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas. De líderes políticas, de empresárias, enfim, de todas as mulheres que ousam e que vão, sistematicamente, levantando sua cabeça e entrando no mundo do trabalho, na sociedade como agentes e como sujeito e, sobretudo, eu queria aqui enfatizar, como líderes, como as mulheres aqui presentes, a qual eu faço uma especial homenagem. (...)

No dia 19 de fevereiro de 2013, por ocasião do 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Dilma ao discursar na ocasião, novamente repete a mensagens dirigidas a mulher e renova seu compromisso com elas:

(...) Quando eu tomei posse como primeira mulher presidente, eu disse que um dos meus compromissos era honrar as mulheres do meu país é a forma que eu tenho de expressar que eu devo às mulheres camponesas, que eu devo às mulheres trabalhadoras urbanas, que eu devo as mulheres desse país inteiro. (...)

Já no dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2013, a Presidenta Dilma, em seu pronunciamento à nação, em cadeia nacional de rádio e TV, destacou a necessidade de diminuição da desigualdade de gênero, afirmou ela:

(...) Nenhum país moderno pode desperdiçar a energia e o talento das mulheres, sob o risco de deformar o seu presente e comprometer o seu futuro. A desigualdade de gênero não é apenas socialmente maléfica, como economicamente destrutiva. Por sabermos disso, somos o governo com o maior volume de políticas públicas em favor da mulher em nossa história, mas precisamos e vamos fazer muito mais. (...) O Brasil, como único país emergente onde, nos últimos anos, diminuiu a desigualdade social, tem a responsabilidade de diminuir, ainda com mais rapidez, a desigualdade entre homens e mulheres. (...)

A defesa das mulheres e seu consequente empoderamento pessoal e profissional, pode-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que não ficou restrito apenas nas retóricas discursivas do Governo Dilma; de fato, várias ações foram implementadas para melhorar, empoderar e proteger a vida das mulheres brasileiras. Um exemplo foi a criação do Programa Mulher: Viver sem Violência. Em seu pronunciamento de lançamento desse Programa, no dia 13 de março de 2013, afirmou a Presidenta:

(...) somos o governo com o maior volume de políticas públicas em favor da mulher em nossa história. E eu digo isso porque na minha posse eu disse que ia defender e priorizar em todas as políticas o povo brasileiro e honrar as mulheres. Hoje é mais um dia em que nós afirmamos esse compromisso, porque honrar as mulheres significa ter consciência da sua situação em nosso país e defender as mesmas oportunidades e uma política antidiscriminação. Agora, com o programa Mulher: Viver sem Violência, que aprofunda toda luta que foi desenvolvida nesses últimos anos, começando pela Lei Maria da Penha, que nos honra com sua presença hoje e passando pela reafirmação da própria lei, no sentido de que não será mais um caso de conivência a violência contra a mulher. Será penalizada. Terá processo. Resultará em ato e delito. Então, hoje, aqui, com o programa Mulher: Viver sem Violência estamos dando mais um passo. Sabemos que é preciso fazer muito mais e sempre para combater a violência contra a mulher. (...)

Com base nos enxertos dos discursos da Presidenta, acima descritos, é possível afirmar que sua tentativa em melhorar as condições de vida as mulheres brasileiras promovendo aquilo que alguns autores denominam de empoderamento estrutural. Ou seja, a máxima de que:

O empoderamento estrutural ou político requer um processo prévio de empoderamento social, uma atmosfera favorável à participação efetiva de todos os cidadãos nas decisões políticas relevantes. As condições estruturais são conformadas de forma a promover a interação e mútuo apoio entre indivíduos e organizações, entre organizações governamentais e não-governamentais visando melhorar as condições de vida e o alcance de objetivos pessoais e coletivos. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.741)

A partir do ano de 2013 o Governo Dilma começa a passar por várias turbulências. Manifestações contra o seu governo ganham aderência por meio das mobilizações de grupos de jovens que se reúnem e se manifestam nas ruas contra o aumento de R\$ 0,20 nas passagens de ônibus na cidade de São Paulo. O movimento ganha visibilidade, a prefeitura volta atrás e desiste de aumentar as passagens. Até este momento, tudo sem grandes consequências: uma pauta de reivindicação legítima e que não tinha absolutamente nada a ver com o governo de Dilma Rousseff.

No entanto, as mobilizações de rua acabam sendo cooptadas por diferentes setores da sociedade, setores da economia, grupos políticos de direita, partidos de oposição ao Governo Dilma, setores da população insatisfeitos com as ações dos governos petistas de Lula e Dilma, por jovens idealistas que ganham forte adesão de outros jovens em mobilizações como o MBL – Movimento Brasil Livre, (FIGUEIREDO, 2014) principalmente nas redes sociais que passam a realizar, a partir de 2014, e principalmente em 2015, mobilizações de ruas pedindo o fim da corrupção na política, depois se pede absolutamente tudo, numa reivindicação desenfreada como se o País estivesse vivendo um caos político e econômico, movimentos contra a Copa do Mundo, sediada em 2014 no Brasil até mobilizações a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma. (BUCCI, 2016).

A partir desse cenário de tencionamento constante, a Presidenta tenta, por meio de alguns discursos oficiais e pronunciamentos públicos, como no dia 21 de junho de 2013, se colocar solidária as manifestações e ao que chamou de “clamor das ruas” e promete mudanças:

(...) Minhas amigas e meus amigos,

Todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. (...) Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia. O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chega-

mos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas. Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia – o poder cidadão e os poderes da República. (...)

Infelizmente o pronunciamento da Presidenta não logra o sucesso esperado e cada vez mais as manifestações de rua vão se personificando e ganhando um conteúdo político com discursos e práticas anti-PT, conseqüentemente, anti-Dilma. Desconstruir sua administração com movimentos como “Não vai ter Copa”, e o “Fora Dilma”, tomam conta das ruas.

A Presidenta continua a pelo menos em seus discursos oficiais, reproduzir a narrativa de que as manifestações de rua são práticas democráticas e que imprimem aos jovens brasileiros um importante protagonismo, enquanto agentes da transformação social. Tal narrativa se repete em seu discurso durante a cerimônia oficial da chegada de Sua Santidade o Papa Francisco, ao Rio de Janeiro, em 22 de junho de 2013, para a realização concomitante da Jornada Mundial da Juventude:

Sua Santidade Papa Francisco,  
Senhoras e senhores,

Com grande alegria, Papa Francisco, dou-lhe as boas-vindas ao Rio de Janeiro e ao Brasil. É uma honra para o povo brasileiro recebê-lo. Honra redobrada, em se tratando do primeiro Papa latino-americano.

Sua Santidade,

O Brasil e seus mais de 50 milhões de jovens acolhem, de braços abertos, os peregrinos de dezenas de países que vieram para esta grande celebração que é a Jornada Mundial da Juventude. (...)

Em seu discurso de 16 de maio, Vossa Santidade manifestou preocupação com as desigualdades agravadas pela crise financeira e o papel nocivo das ideologias que defendem o enfraquecimento do Estado, reduzindo sua capacidade de prover serviços públicos de qualidade para todos. Manifestou sua preocupação com a globalização da indiferença, que deixa as pessoas insensíveis ao sofrimento do próximo. Compartilhamos e nos juntamos a essa posição. Estratégias de superação da crise econômica, centradas só na austeridade, sem a devida atenção aos enormes custos sociais que ela acarreta, golpeiam os mais pobres e os jovens, que são pelo mundo afora as principais vítimas do desemprego. Geram xenofobia, violência e desrespeito pelo outro. (...) Esse foi o

sentimento que moveu, por exemplo, nas últimas semanas, centenas de milhares de jovens a irem às ruas. Democracia, como sabe Vossa Santidade, gera desejo de mais democracia, e inclusão social provoca cobrança de mais inclusão social, qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida. (...)

O Governo Dilma sente a pressão vinda da rua, tenta acalmar o clamor das ruas e a força das mobilizações sociais, com um pacote de ações econômicas, na esperança de atender as reivindicações daqueles que ocuparam as ruas: a exemplo de seu discurso no dia 09 de setembro 2013, momento no qual sanciona a lei que destina recursos dos *royalties* do petróleo para as áreas de educação e saúde; ou seu discurso no dia 22 de outubro de 2013, durante a cerimônia de sanção da Lei que institui o Programa Mais Médicos, ou seja, iniciativas de Políticas Públicas que, naquele momento de turbulências políticas, de forte oposição ao seu governo, não logram o resultado esperado.

No dia 30 de outubro de 2013 a Presidenta Dilma discursa em comemoração dos 10 anos do Programa Bolsa Família e na oportunidade ela retoma seu discurso de buscar o empoderamento da mulher e afirma:

(...) Esta talvez seja uma grande mudança promovida pelo Bolsa Família, no perfil da nossa sociedade: reconhecimento objetivo e concreto do papel fundamental da mulher. E eu posso dizer isso sem preconceito, porque eu sou testemunha, porque muito me honra ter sido ministra no governo do presidente Lula, e é muito importante que todo mundo saiba que foi a sensibilidade de um homem, pelo reconhecimento do papel que sua mãe desempenhou na sua vida, que leva a esse reconhecimento do poder feminino. Sensibilidade do presidente Lula, que foi um homem que percebeu a importância que a mulher tem no núcleo familiar, e a reconheceu. Portanto, o Bolsa Família, dessa forma, promoveu o aumento do poder feminino. (...)

No ano de 2014, ano de Eleições para presidência da República, as manifestações de rua perduram e ganham ainda mais aderência. A Presidenta dá continuidade ao seu governo e, sempre que possível, em suas falas públicas e oficiais, tenta apaziguar a nação, descrever às ações de governo e imprimir, sempre, o caráter democrático de sua gestão.

Em pronunciamento no dia 08 de março de 2014, dia Internacional

da Mulher, volta a exaltar a figura feminina e de como seu governo tem permitido, por meio de suas ações, o empoderamento das mulheres:

(...) As mulheres são a maior força emergente no mundo, e o Brasil está contribuindo, de forma decisiva, para que essa força se amplie e se torne cada vez mais presente. Das 20 maiores economias mundiais somos, proporcionalmente, a que tem mais mulheres empreendedoras. Mulheres que abrem seus próprios negócios e enfrentam, com coragem e competência, as dificuldades para crescer e prosperar. Nos últimos onze anos, das 36 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza, mais da metade são mulheres. Igualmente são mulheres, mais da metade das 42 milhões de pessoas que alcançaram a classe média. O Brasil criou, nos últimos três anos, 4 milhões e 500 mil empregos. Mais da metade desses empregos, com carteira assinada, foram conquistados pelas mulheres. (...) Mas isso ocorre, também, porque o Brasil criou novas linhas de crédito para as mulheres e, neste item, somos, hoje, destaque no mundo. Vejam o caso do programa Crescer, que é destinado a financiar pequenos empreendedores e oferece dinheiro barato e sem burocracia para a pessoa montar ou ampliar seu próprio negócio. Um dinheiro que pode ser usado como capital de giro ou na compra de máquinas e equipamentos. Pois bem: de 2011 para cá, mais de 60% de todas as operações foram feitas por mulheres. Esta é uma prova contundente de como a mulher brasileira é guerreira e empreendedora, como sabe buscar o que quer. (...) Minhas amigas e meus amigos, o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois, quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar. Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular, e das 1 milhão e 600 mil casas já entregues pelo Minha Casa, Minha Vida, 52% estão no nome de mulheres. No acesso à terra também é assim: 72% das propriedades da reforma agrária são de mulheres. Ao mesmo tempo, o governo tem oferecido mais crédito e assistência técnica para as trabalhadoras rurais. São mais mulheres produzindo alimentos, tomando decisões e conquistando autonomia. Fortalecemos, assim, o papel da mulher na família, na sociedade urbana e no mundo rural. Essas novas oportunidades garantem maior autonomia e independência às mulheres e são decisivas para romper o ciclo de violência em que muitas delas ainda vivem. No entanto, precisamos avançar e criar novos instrumentos. O

programa *Mulher, viver sem violência* integra vários serviços em defesa da mulher. Nas 26 casas da mulher brasileira que estamos implantando vamos acolher e proteger as mulheres, colocando vários serviços em um mesmo lugar. O lema dessas casas é coibir a violência e dar oportunidade às mulheres.

Minhas amigas e meus amigos,

Como a primeira mulher a ocupar a presidência do país, vejo com imensa alegria vários programas criados nos últimos anos. (...)

Não há como desconsiderar que efetivamente, o Governo Dilma realizou uma série de ações para melhorar as condições de acesso ao trabalho e aumento de renda das mulheres brasileiras, o que se lamenta é que muito pouco ou quase nenhuma dessas ações ganharam visibilidade midiática; as revistas hegemônicas semanais, a exemplo de *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, bem como os Telejornais exibidos pelo Sistema Brasileiro de Comunicação, Grupo Bandeirantes, Sistema Globo e Grupo Correio, optaram por uma linha editorial claramente opositora aos governos do PT, tal fato aconteceu, durante os dois governos de Lula e se repete, de maneira ainda mais agressiva, no Governo Dilma.

No dia 10 de junho de 2014, a Presidenta fala em cadeia de rádio e televisão, sobre a Copa do Mundo 2014, a se realizar no Brasil:

A partir desta quinta-feira, os olhos e os corações do mundo estarão voltados para o Brasil, acompanhando a maior Copa da história. Pelo menos três bilhões de pessoas vão se deixar fascinar pela arte das 32 melhores seleções de futebol do planeta. Para o Brasil, sediar a Copa do Mundo é motivo de satisfação, de alegria e de orgulho. Em nome do povo brasileiro, saúdo a todos que estão chegando para esta que será, também, a Copa pela paz e contra o racismo; a Copa pela inclusão e contra todas as formas de violência e preconceito; a Copa da tolerância, da diversidade, do diálogo e do entendimento. (...) Meus queridos jogadores e querida Comissão Técnica,

Debaixo da camisa verde-amarela vocês materializam um poderoso patrimônio do povo brasileiro. A Seleção representa a nacionalidade. Está acima de governos, de partidos e de interesses de qualquer grupo. Por isso, vocês merecem que um dos legados desta Copa seja, também, a modernização da nossa estrutura do futebol e das relações que regem nosso esporte. O Brasil precisa retribuir a vocês e a todos os despor-

tistas, tudo o que vocês têm feito por nosso povo e por nosso país. O povo brasileiro ama e confia em sua Seleção. Estamos todos juntos para o que der e vier. (...)

Não sabia a Presidenta, infelizmente, que no dia da abertura da Copa do Mundo no Brasil, ao ser anunciada no Estádio recebe uma sonora vaia que é transmitida para todo o mundo, sem se falar no também sonoro “Dilma vai tomar no cú”. Imagino a vergonha e desgosto que ela deve ter passado. Dias depois se descobriu que as vaias vieram do setor de ingressos mais caros da Copa, numa nítida comprovação de que tal manifestação fora da direita e de uma elite conservadora e ressentida.

Infelizmente, também, não previa a Presidenta que as cores verde e amarelo, que ela destaca como as cores do Brasil para homenagear a seleção brasileira, foram também usurpadas como emblema de nacionalidade brasileira, para vestir os corpos de uma multidão ensurdecida a pedir a sua saída da presidência.

Em tempos de guerra, muito mais do que paz, a Presidenta enfrenta o turbulento e pesado ano de 2014, concorre as eleições e sai vencedora, numa das campanhas mais disputadas da recente democracia no Brasil. Vai ao segundo turno com o candidato do PSDB, Aécio Neves, que obtém 48,36% dos votos válidos e ela, 51,64% dos votos.

Diante de uma disputa tão apertada, a já vitoriosa Presidenta, que entra para a História como a primeira mulher eleita e reeleita para presidir o Brasil, sente uma forte oposição política ao seu governo. O próprio candidato derrotado, Aécio Neves, promete, em seu primeiro pronunciamento no Senado Federal depois das Eleições, fazer uma oposição “sem tréguas” ao Governo Dilma, e de fato, o fez.

Em seu discurso, no dia 18 de dezembro de 2014, durante a solenidade de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral a Presidenta Dilma renova o seu compromisso constitucional e, em sua narrativa, é possível observar o “clima” de rejeição, má vontade, oposição para com ela, não à toa, o seu discurso é frio, formal, sem festa:

(...) Estamos aqui cumprindo o desejo da maioria do povo brasileiro e legitimados pelo poder mais forte da democracia, que emana do voto popular. Por força deste imperativo, recebo este diploma renovando meu juramento de obedecer, em qualquer circunstância, às leis do meu

país. Como também, o de usar de minha autoridade para fazer com que elas sejam respeitadas, não importa que sacrifício se torne necessário. Cumprir a vontade popular é uma missão generosa porque em lugar de nos oprimir, ela nos liberta; e em lugar de nos enfraquecer, ela nos fortalece. Ser a primeira mulher eleita - e agora reeleita - para ocupar o mais alto cargo da nação deixa minha alma plena de alegria, plena de responsabilidade e de destemor. Mas enche também meu coração, sobretudo, de esperança - e é esta esperança que quero compartilhar com todo o povo brasileiro. Somos uma nação construída com os signos da coragem, da fé e da esperança, como eu disse. E estes signos nos dão, certamente, a força vital para seguir adiante. (...) Sou daquelas mulheres, como muitas brasileiras, que não desistem, que nem se deixam vencer pelas adversidades. Sou daquelas mulheres, como as brasileiras que dedicam toda sua existência, e são capazes de dar a vida por amor à sua família, a seu povo e ao seu país. É com muita esperança, é com muita fé e coragem que, mais uma vez, convoco a todas as mulheres, a todos os homens de boa vontade que me acompanhem nessa caminhada de transformação e de mudanças do Brasil. Muito obrigada.

Em sua fala a Presidenta tenta passar a ideia de que a vontade soberana do voto é que a reconduz ao poder e que ela, saberá honrar tal vitória ao acionar a sua coragem, a sua fé e esperança. Entrementes, o mesmo “clima frio” se repete em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em 01 de janeiro de 2015, e será, esse ambiente, o Parlamento Brasileiro, que literalmente dará “as costas” a Dilma, momento no qual, em 02 de dezembro do mesmo ano, o então Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) abre um processo de *impeachment* contra ela, a partir da aceitação de um documento escrito por Hélio Bicudo e pelos juristas Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

(...) Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação. Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse pro-

jeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar. (...) Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. (...) Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo. (...)

Já em seu discurso no Parlatório do Palácio do Planalto a Presidenta novamente se coloca como alguém que vai trabalhar para honrar o seu mandato e ampliar todos os direitos conquistados:

(...) Estamos aqui, eu e o vice-presidente Michel Temer, para cumprimentar vocês. Eu agradeço a vocês terem vindo de todos os cantos do nosso país nessa marcha da esperança para dizerem “sim” ao futuro do Brasil. Agradeço a cada uma companheira e a cada um companheiro. Quero dizer para vocês que eu sinto imensa alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira, dessa mulher que nós sabemos que são milhões de guerreiras anônimas que dão vida e carinho ao nosso país. (...) Nós que estamos aqui e todos os brasileiros acreditamos nessa terra porque nos últimos 12 anos aqui não se discrimina os pobres, não se esquece dos jovens, não se esquece dos negros, não se abandona as mulheres. Hoje, depois de 12 anos de governo popular e de grandes transformações, o povo brasileiro tem o direito de dizer, como uma orientação para o meu novo mandato: nenhum direito a menos, nenhum passo atrás, só mais direitos e só o caminho à frente. Esse é meu compromisso sagrado perante vocês. Esse é o juramento que faço nessa praça.

Como dito, o discurso da Presidenta conclama a união e a construção de um pacto social que permita a ela implementar ações em seu governo em prol dos mais desassistidos de nossa sociedade, entre eles, as mulheres, no entanto, esse apoio ao “pacto” não chega e o que vai se ver doravante no Brasil é uma verdadeira guerra de disputa pelo poder, envolvendo os principais setores e instituições da sociedade.

No dia 03 de fevereiro de 2015, ela participa e discursa na inauguração da primeira casa Mulher Brasileira, na cidade de Campo Grande - MS tal iniciativa visa criar um ambiente de acolhimento às mulheres vítimas da violência, se torna uma ação de governo extremamente importante, criando as condições de empoderamento da mulher vítima de violência buscar quebrar o ciclo da violência sofrida e contar com uma rede de apoio a lhe acolher e proteger.

(...) Qualquer homem ou mulher vítima de violência fica fragilizado, a mulher ainda mais, porque a violência, na proporção que ocorre com a mulher se deve apenas ao fato de ela ser mulher e isto é algo que nós, aqui, nessa Casa da Mulher Brasileira, que é um passo na aplicação da Lei Maria da Penha - por isso a importância da luta da Maria da Penha - aqui hoje nós concretizamos um dos principais instrumentos que vão estar em cada estado, esse instrumento vai estar em cada estado. Serão 27 Casas da Mulher Brasileira e nessas casas o que nós queremos é viabilizar o ataque conjunto de todos os órgãos do estado brasileiro, de todos os órgãos da federação, das polícias, da Defensoria Pública, do Ministério Público, de todos os órgãos responsáveis juntos atuando de forma unificada para garantir que, de fato, o estado brasileiro, não importa que governo, tenha tolerância zero em relação à violência que se abate sobre a mulher. Nós vamos oferecer nessas casas também, orientação para emprego, garantia de oportunidades, garantia de que a mulher tenha reforço na sua autonomia, aumento das suas oportunidades, garantia de acesso a emprego e a melhor renda. Nós vamos garantir, e é uma questão que achei fundamental em todas as áreas, na procuradoria, nas polícias, em todas as áreas atuando conjuntamente aqui na defensoria, nós temos assistentes sociais e psicólogas. Por quê? Porque é o reforço também da autoestima para que a mulher escolha um novo caminho, ela vai escolher um novo caminho. Mas ela vai escolher um novo caminho que é o caminho de rejeitar a violência que se abate sobre si mesma se ela tiver apoio também dos órgãos públicos, dos poderes e da sociedade. (...)Tolerância zero contra o agressor. Tolerância zero contra a violência. Obrigada.

Já no dia 08 de março de 2015, a presidenta, enquanto discursa em rede nacional de rádio e televisão, foi recepcionada por um contundente “panelaço”, que foi transmitido imediatamente, pelas redes de televisão, para demonstrar o “descontentamento da população” com o seu

governo. Abaixo, os principais trechos do discurso da Presidenta no qual ela, por questões conjunturais do momento político vivido, escolhe como pontos principais de seu discurso, fazer um levantamento das ações gerais de seu governo, não apenas as ligadas as mulheres, mas conclama o povo à pacificação; vale destacar que ela em seu discurso demonstra estar apreensiva com a falta de apoio vinda de “todos os lados”. No que diz respeito a avanços em seu governo dirigidos a mulher, ela anuncia que vai sancionar, a Lei do Feminicídio, uma importante Lei, juntamente com a Lei Maria da Penha, de combate à violência contra a mulher:

(...) Minhas amigas mulheres homenageadas neste dia, Por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras. Vou sancionar, amanhã, a Lei do Feminicídio que transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira.

Já em seu discurso que informa sobre a Lei do Feminicídio, por ela sancionada, a Presidenta oferece várias informações e dados que comprovam o alto grau de violência contra a mulher no Brasil e destaca, portanto, a importância desta Lei que passa a tipificar como crime o homicídio da mulher pelo fato de ser mulher. A partir de então passa a ser comum falar e se denunciar no Brasil práticas tais como a misoginia, o sexismo e o machismo. Sem dúvida, não só a Lei, mas o espaço de publicização para se denunciar a violência contra a mulher, é uma forma de conceder e possibilitar o empoderamento feminino, exatamente por meio dessas políticas públicas e ações governamentais. Vejamos, abaixo, os principais pontos do discurso da Presidenta Dilma:

(...) Nós sabemos que 15 mulheres são mortas por dia no Brasil e isso, é importante registrar, eu vi várias análises na imprensa nos últimos dias, apenas pelo fato de serem mulher. (...) Então nós, hoje, estamos afirmando aqui a importância de se combater a violência, tanto pela intolerância, quanto pelo preconceito. No Brasil, é importante sinalizar que, por ano, 500 mil mulheres são vítimas de estupro e estimamos que apenas 10% dos casos chegam à polícia porque as pessoas que so-

frem, as mulheres que sofrem, muitas vezes têm medo e vergonha de denunciar. (...) O machismo faz parte dessa matriz, dessa matriz de intolerância, preconceito que, muitas vezes, para não dizer que necessariamente, resulta em violência. O machismo é um mal a ser combatido porque ele discrimina, ele humilha, ele maltrata, agride e, no limite, como eu disse, mata. (...) Daí a importância dessa lei transformar em crime hediondo a violência que resulta em assassinato pelo fato de ser mulher, tanto doméstica como não-doméstica. (...) Por isso, essa lei que eu assinei, tipificando o feminicídio, é um ato histórico. É um ato histórico para todas nós, mulheres. A partir de agora, o crime, o chamado homicídio, até então chamado de homicídio, quando cometido contra as mulheres apenas por sua condição feminina, passa a ser enquadrado como um assassinato qualificado, o feminicídio, o que aumenta a pena a ser aplicada nesses casos. (...) Além disso, eu quero dizer que nós combatemos a violência contra a mulher porque achamos que a mulher tem direito a uma vida plena, tem direito a se realizar, tem direito à sua integridade física desde a infância, mas, sobretudo, também tem direito a lutar por ter uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, ter espaço de realização. Ter direito a não ser subjugada, ter direito de trabalhar e ganhar o mesmo que os homens, ter direito de ser avaliada por sua capacidade, por sua competência e não receber retornos diferenciados pelo fato de ser mulher. (...) E aí eu queria dizer o seguinte: que nós, quando tratamos a mulher como protagonista, o que nós queremos é dar poder a ela. Por isso, no Bolsa Família, é preferencialmente a mulher que recebe o cartão do Bolsa Família. Por isso, no Minha Casa, Minha Vida a mulher tem preferência também por ter a propriedade no seu nome, porque isso é poder. (...) Então, a Lei Maria da Penha é uma defesa que nós construímos junto com... todas nós construímos, junto com políticas que empoderam as mulheres.

Outra importante ação governamental proposta pelo Governo Dilma Rousseff foi o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento a violação de Direitos Humanos na Internet, ocorrido no dia 07 de abril de 2015. A própria Presidenta foi sistematicamente vítima da falta de controle sobre o que se publica na Internet, como foi sobejamente comprovado em alguns capítulos desse livro. Vejamos os principais pontos de seu discurso:

(...) No Brasil, assim como em âmbito internacional, infelizmente, as redes sociais têm sido palco de manifestações de caráter ofensivo,

preconceituoso, discriminatório, de grave intolerância. Escondidas no anonimato que as redes sociais permitem ou no distanciamento que promovem, algumas pessoas se sentem à vontade para expressar todo tipo de agressão e difusão de mentiras, ferindo a honra e a dignidade de outras pessoas. Usam a extraordinária liberdade de expressão da internet para desrespeitar direitos consagrados pela civilização. (...) Temos total compromisso com o enfrentamento às violações dos direitos humanos na internet. Por isso, estamos criando a primeira Ouvidoria de Direitos Humanos online e, por meio do portal Humaniza Redes, serão recebidas as denúncias de violações de direitos humanos que ocorrem nas redes, e também aquelas que já são atendidas pelo Disque 100, que ocorrem no mundo *of line*, no mundo cotidiano real. (...)

No dia 02 de junho de 2015, a Presidenta inaugura a segunda Casa da Mulher Brasileira, desta feita na cidade de Brasília - DF, e em seu discurso de inauguração novamente destaca a importância dessa casa no amparo e proteção às mulheres vítimas da violência. Disse ela também, ao longo de seu discurso:

(...) A Casa da Mulher Brasileira significa proteção, abrigo e apoio. Proteção contra a violência, abrigo contra a opressão e a agressão e apoio para recomeçar a vida, como ato fundamental de cidadania. É isso que se trata aqui hoje quando olhamos para a Casa da Mulher Brasileira. (...) Nós buscamos, aqui, romper com o sofrimento das mulheres, aquele sofrimento calado, aquele sofrimento em que, fragilizadas pela agressão, as mulheres têm de ter onde recorrer, onde se sentir protegidas e não podem andar de um lado para o outro, em busca de proteção e apoio. Dois números mostram a importância da Casa da Mulher para a aplicação da Lei Maria da Penha. (...) Nós estamos construindo e entregando a Casa da Mulher Brasileira nas 27 capitais do País, e aqui na capital da República. (...) É imperativo denunciar desrespeito, a intolerância e o machismo que, sob a proteção do espaço privado do lar, discrimina a família e compromete a sociedade como um todo. Tolerância zero com a violência contra as mulheres exige ação do Estado. E é isso que a Casa da Mulher Brasileira se dispõe a fazer e representar. (...) Meu governo tem uma dupla missão em relação às brasileiras: prevenir e combater a violência cometida contra elas. Mas tem também uma outra finalidade, um outro objetivo, que é criar as condições para que as mulheres conquistem, cada vez mais, autonomia

econômica e poder de dirigir as suas vidas e de participar na sociedade. As mulheres têm que ser sujeitas e protagonistas da sua própria vida. Isso significa empoderamento da mulher.

Pela segunda vez, no dia 24 de setembro de 2015, ano de celebração da 70ª AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas, a Presidenta Dilma discursa e abre os trabalhos no Debate Geral, mantendo o costume protocolar. (PIMENTEL; PANKE, 2017). No entanto, ao contrário de seu discurso no ano de 2011, no qual o tema igualdade de gênero foi central, bem como os direitos das mulheres, para a realidade do discurso de 2015 praticamente esses temas não aparecem. No entanto, não deixa de ser importante a presença da mulher, representada por Dilma, para imprimir visibilidade ao feminino.

Vale destacar que a presença de Dilma, dentro do mais importante foro mundial, geraria, segundo a análise de Pimentel e Panke, uma nova representação social do papel político da mulher:

No que tange às Nações Unidas, a representatividade da mulher teve melhoras com Ban ki-Mon no cargo de Secretário-Geral da organização. Conforme Letra (2016), desde 2007, Ban nomeou mais de 150 mulheres para cargos de alto nível, cerca de 25% das Missões de Paz são chefiadas por mulheres, antes de Ban não havia mulheres como representantes especiais em campo. (PIMENTEL, PANKE, 2017, p.30)

Já no dia 27 de setembro de 2015 a Presidenta Dilma discursa em Nova Iorque – EUA, por ocasião do Encontro de líderes globais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: um compromisso para ação. No discurso a Presidenta aproveita a ocasião para não só exaltar a mulher e sua importância na sociedade, mas também para “prestar contas” das ações do governo dirigidas à mulher brasileira, as quais, sem dúvida, imprimiram uma situação de empoderamento das mulheres brasileiras:

(...) Há 20 anos, o mundo assistiu, em Pequim, à 4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Essa conferência consagrou três inovações que se tornaram fundamentais na luta das mulheres, o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque de que a igualdade de gênero tem múltiplas dimensões: trabalho, educação, combate à violência, legislação,

etc. As mulheres brasileiras foram agentes e beneficiárias dessa ampliação de autoconsciência, dessa luta e das conquistas daí advindas. (...) O combate à violência contra mulheres e meninas, no Brasil, foi fortalecido pela Lei Maria da Penha, que criminaliza a agressão contra a mulher. Demos agora mais um passo com a sanção da Lei do Feminicídio, que transformou em crime hediondo e inafiançável o assassinato de mulheres por motivação de gênero. Estamos implantando, em todo o País, a Casa da Mulher Brasileira, para dar apoio, assistência e proteção às mulheres vítimas de violência. As mulheres também vêm sendo protagonistas do processo de inclusão social em curso no Brasil. Elas são as principais receptoras das políticas de renda e de acesso à moradia, à saúde e à educação. (...) Em nome do governo brasileiro, trago uma mensagem de firme compromisso com a implantação da Plataforma de Ação definida em Pequim e com os avanços que incorporamos ao longo do tempo. Com a igualdade de gênero, com empoderamento da mulher, com a realização dos direitos da mulher em todas as áreas. Esse é o nosso compromisso. (...)

Como já aludido ao longo desse texto, Dilma Rousseff encontrou enormes dificuldades para exercer o seu segundo mandato, as manifestações na rua permaneceram como um “caldeirão” e se intensificaram ao longo do primeiro semestre do ano de 2016; a crise política e a base de apoio político do Governo Dilma se esfacelam e diante de conflitos de interesses entre principalmente o PT e seu principal partido de apoio, o PMDB, se construíram os “ingredientes” para se ter um ambiente propício a abertura de um processo de *impeachment* contra ela. E, de fato, no dia 02 de dezembro de 2015, em pronunciamento à imprensa, a Presidenta discursa, ainda sob o sentimento de surpresa com indignação, sobre este acontecimento:

(...) Ainda hoje, eu recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro. São inconsistentes e im procedentes as razões que fundamentam este pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas, na busca de satisfazer meus interesses. Meu passa-

do e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública. Nos últimos tempos, em especial nos últimos dias, a imprensa noticiou que haveria interesse na barganha dos votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Em troca, haveria o arquivamento dos pedidos de impeachment. Eu jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu País, bloqueiam a Justiça ou ofendam os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública. (...)

Pronto: a partir desse fatídico dia a Presidenta Dilma não teve mais um dia sequer de sossego para governar em paz. Não nos cabe no espaço desse artigo analisar sobre os pormenores e implicações políticas e jurídicas do processo de *impeachment* pois este não é o objetivo neste capítulo, no entanto, o que merece registro é que, a partir de então, a Presidenta irá gastar uma energia enorme para se defender e vai receber de um setor da sociedade apoio, mas de outro, uma forte oposição, que só tende a ganhar maior visibilidade quanto mais se aproxima do dia da votação final do *impeachment*, em 31 de agosto de 2016.

A sequência de trechos de discursos abaixo descritos, tratam, principalmente das manifestações de apoio recebidas pela Presidenta, contrários ao *impeachment*. À exemplo de seu pronunciamento durante encontro com juristas pela legalidade e em defesa da democracia, no dia 23 de março de 2016:

Primeiro, eu queria dizer que eu recebo, com muita satisfação e honra, os manifestos assinados por juristas, por advogados, por professores, por membros do Ministério Público, por defensores públicos, por estudantes, enfim, por todos aqueles que militam nessa ampla área, que é a área do direito, da verdade e da justiça do nosso país. (...) Eu dirijo-me a vocês com a consciência tranquila de não ter cometido qualquer ato ilícito, qualquer irregularidade que leve a caracterizar crime de responsabilidade. (...) Eu denuncio aqui, por conta disso, a estratégia do “quanto pior melhor”, que parte das oposições assumiu desde o início do meu segundo mandato, inconformada com os resultados das urnas. Essa estratégia do “quanto pior melhor” ela vem sendo uma ação sistemática, anti-republicana e antidemocrática que se manifesta e se mani-

festou em pautas-bomba e na busca de motivos falsos e inconsistentes para tirar o mandato a mim outorgado pelo povo brasileiro. (...) Não cometi nenhum crime previsto na Constituição e nas leis para justificar a interrupção de meu mandato. Condenar alguém por um crime que não praticou é a maior violência que se pode cometer contra qualquer pessoa. É uma injustiça brutal. É uma ilegalidade. Já fui vítima desta injustiça uma vez, durante a ditadura, e lutarei para não ser vítima de novo, em plena democracia. Neste caso, não cabem meias palavras: o que está em curso é um golpe contra a democracia. Eu jamais renunciarei. (...)

No dia 31 de março de 2016 a Presidenta Dilma recebe artistas e intelectuais para o ato denominado: em defesa da democracia e discursa longamente fazendo um levantamento de sua vida pessoal e militância política e de como vê o processo do qual está sendo acusada. Um belo discurso, que deve ser lido em sua íntegra, mas que destacamos aqui, os principais trechos:

(...) Por respeitar e defender a Constituição-cidadã, tenho dito que está em curso um golpe no Brasil. Reafirmo com toda ênfase: não cometi qualquer crime de responsabilidade e, por isto, o pedido de impeachment em análise na Câmara dos Deputados não tem base legal para ter prosseguimento. Há muitos fatos que desautorizam o processo de impeachment e tornam a insistência nesta aventura um golpe. Os decretos de suplementação orçamentária de 2015, apresentados como suposta razão para meu impedimento, têm previsão legal. As contas de meu governo em 2015 ainda não foram nem mesmo entregues ao Tribunal de Contas da União, pois os prazos legais não se esgotaram, e não foram analisadas por este tribunal nem pelo Congresso Nacional. Como é possível fazer o impeachment de uma governante por atos que não configuram crime de responsabilidade? Como é possível fazer o impeachment de uma governante por supostas irregularidades em suas contas se estas contas ainda não foram analisadas pelo Congresso, como manda a Constituição? (...) A defesa do Estado Democrático de Direito nos une e é por ele que estamos agregando forças. A democracia é um valor que todos sabemos ser fundamental preservar e defender e é por ela que vamos dialogar muito e com todos os que se dispuserem a fazê-lo. Muito obrigada.

Outro importante apoio recebido pela Presidenta Dilma veio de um grupo de mulheres, também intitulado de Encontro com mulheres em defesa da democracia, no dia 07 de abril de 2016. Nele Dilma se sentiu à vontade para discursar sobre o papel da mulher na sociedade, o empoderamento feminino e, obviamente, sobre o *impeachment*, que para ela, se vier a se concretizar é um golpe a democracia.

(...) Queria cumprimentar todas as companheiras mulheres aqui presentes; mulheres com histórias de vida diferentes, mulheres diversas: negras, mulheres índias, mulheres brancas, mulheres miscigenadas; mulheres brasileiras, que têm em comum o fato de terem muito orgulho de serem mulheres. Então, boa tarde para vocês. (...) O desprezo pelas diferenças está na origem do preconceito, a gente sabe disso. O preconceito é o motivador da intolerância. A gente também sabe disso. A intolerância é o ambiente em que nascem todas as formas de violência – o insulto, a ofensa, a agressão física, o espancamento, o estupro, o assassinato... Violências que atingem os negros, atinge as mulheres, os jovens, a comunidade LGBT, sobretudo, as mulheres negras, os jovens negros, os indígenas e os diferentes. Dependendo de quem olha, porque a diferença não está na pessoa, está em quem olha para a pessoa. O preconceito, a intolerância e a violência não podem vencer. Queremos viver em um país em que as diferenças sejam aceitas, os direitos sejam respeitados e as leis sejam cumpridas. (...) Por isso, neste momento, a luta pela legalidade e pela democracia e contra o golpismo também é uma luta contra a misoginia, o machismo e a violência de gênero. Eu estou enfrentando, desde a minha reeleição, a sabotagem de forças contrárias e mantendo o controle, o eixo e a esperança. (...) Sou mulher, sim, com muito orgulho. Sou feminina e sou forte; sou sensível e sou firme; sou doce e sou decidida; sou o que tenho de ser, sou o que for, o que preciso for, eu serei. Sou o que for preciso para lutar pelos meus direitos, pelos direitos do meu povo para lutar pelas liberdades, pela democracia, pelo fim das desigualdades de gênero, pela igualdade de oportunidades para transformar esse País em um grande País. Por isso eu encerro dizendo: viva as mulheres brasileiras, mulheres a favor da democracia, a favor do povo brasileiro.

No dia 12 de abril de 2016 é a vez do encontro da Educação pela Democracia, em apoio a Dilma. A cada encontro Dilma tem um recado a dar e resultados de seu governo a apresentar:

(...) Educação, que é parte intrínseca da construção de uma nação democrática. O efetivo direito à educação transforma as pessoas, - nós sabemos disso, nós vemos isso, nós vivemos isso - reorganiza a sociedade e muda o país. Para alguns, isso é muito ameaçador. Para nós, é a necessária semente de um Brasil de oportunidades para todos. Por isso, nos últimos 13 anos, nós demos prioridade aos investimentos em educação. Lembro alguns resultados dessa escolha, e sabe por que lembro? Porque muitas vezes nós não conseguimos vê-los na imprensa. Nós criamos, sim, 18 universidades e 173 campus universitários; implantamos 422 novas escolas técnicas federais; contratamos 49 mil professores por concurso para fazer frente à expansão e interiorização dessa rede federal; 4 milhões de jovens entram nas universidades privadas graças ao ProUni e ao Fies. Com o Pronatec, 9,5 milhões mulheres e homens, jovens e trabalhadores fizeram curso de formação profissional e serão mais 2 milhões esse ano. Aprovamos o Fundeb e o Plano Nacional de Educação. (...) Pela primeira vez em nossa história, jovens pobres estão entrando nas universidades públicas e nas particulares, estão ganhando bolsas no exterior. Hoje, 35% daqueles que concluem os cursos universitários são os primeiros em suas famílias a chegar a um curso superior e se formar. (...)

No dia 10 de maio de 2016 a Presidenta Dilma discursa na cerimônia de abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e nele, novamente reitera o empoderamento feminino e de forma, espontânea, faz sua própria leitura do processo de *impeachment* e suas consequências para a emancipação e garantia dos direitos das mulheres:

(...) A história ainda vai dizer quanto da violência contra a mulher, quanto de preconceito contra a mulher tem nesse processo de *impeachment* golpista. Nós sabemos que um dos componentes desse processo tem sempre uma base no fato de eu ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular, a primeira presidenta eleita do Brasil. E eu quero dizer para vocês que uma parte muito importante da minha capacidade de resistir decorre do fato de eu ser mulher. Mas, além disso, decorre do fato de eu ter plena consciência que eu tenho de honrar as mulheres do meu País, mostrando que nós somos capazes de resistir e de enfrentar. Nós temos uma força que não se confunde com a brutalidade. A nossa força não está em sermos ferozes, em sermos irascíveis, raivosas. A nossa força está em sermos lutadoras, guerreiras e extremamente sensí-

veis e capazes de amar, até porque temos essa imensa capacidade que é dar a vida. (...) Porque eu sou uma figura incômoda, porque enquanto eu me manter de pé, de cabeça erguida, honrando as mulheres, ficará claro que cometeram contra mim uma inominável injustiça, enorme injustiça. A renúncia é algo que satisfaz a eles, não a nós. (...) Eu quero dizer a vocês que eu não estou cansada de lutar, eu estou cansada é dos desleais e dos traidores. (...) Nós temos um lado, o nosso lado é o lado que garante que as mulheres hoje sejam aquelas que recebem o cartão do Bolsa Família, que dá prioridade à titularidade da mulher no Minha Casa Minha Vida, que combate a violência contra a mulher, que aprovou a Lei do Feminicídio. Nós somos aquelas que queremos a casa da mulher brasileira porque queremos uma forma eficaz, efetiva, de garantir acolhimento, proteção às mulheres vítimas de violência. Nós queremos um País em que a intolerância, em que o preconceito não tenha espaço para crescer. Nós queremos um País em que sejamos cidadãos diferentes, porém não desiguais. É esse o país pelo qual todos nós lutamos. (...) É isso que está em curso no Brasil: uma verdadeira eleição indireta. E nós temos de dar nomes aos bois. Esse é um processo conduzido pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em aliança com o vice-presidente da República. Os dois proporcionaram ao País esta espécie moderna de golpe. Um golpe feito não com as armas, um golpe feito não com baionetas, um golpe feito rasgando a nossa Constituição.

No dia 12 de maio de 2016, a Presidenta Dilma faz uma declaração ao povo brasileiro por meio da imprensa:

(...) Queria, primeiro, dizer a vocês e dizer, também, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, que foi aberto pelo Senado Federal o processo de impeachment e determinada a suspensão do exercício do meu mandato pelo prazo máximo de 180 dias. O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal.

O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais. (...) Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem de votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente pelo meu impeachment. Mergulharam o País em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar à força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar, e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é impeachment: é golpe. (...) Por isso, quero dizer a vocês, a todos vocês que eu tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. (...) O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política. (...)

Mas o *impeachment*, disfarçado de golpe veio, e no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff é deposta de seu cargo definitivamente. Em um longo discurso, proferido no Senado Federal para se defender no dia 29 de agosto, perante seus julgadores, Dilma relata a sua vida como mulher pública, a sua passagem pela presidência e apresenta, com detalhes, os crimes dos quais está sendo acusada e justifica o porquê deles não se constituírem em crime de responsabilidade, uma vez que são atos administrativos corriqueiros, inclusive praticados por seus antecessores. Num ato de coragem, apresenta a sua versão sobre o seu julgamento, isto é, do que está em jogo com tal processo e apela para o bom senso do Senado, que a julgue com justiça.

(...) Entre os meus defeitos não está a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado. Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. (...) Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconcei-

tos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. (...) Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram. Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública. Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado, resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito. (...) Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder que não cometi nenhum crime de responsabilidade. (...) Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. (...) O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. (...) Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores. (...) As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil. (...) Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu.

No dia 31 de agosto de 2016, após sair o resultado oficial do afastamento definitivo da Presidenta Dilma, ela fez um pronunciamento à nação e com palavras, que até hoje se concretizou em verdades enuncia o

que estava por vir:

(...) Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

(...) O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social. Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. (...) Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias

faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

O que vimos, daí em diante foi o Governo de Michel Temer colocar em prática uma gestão que voltou às costas para o trabalhador, as mulheres, e os direitos das minorias em sua totalidade. (LIMA, 2017) Ascende ao poder um governo dos brancos, e da elite conservadora heteronormativa. Nas eleições de 2018, chega ao poder um homem, que como afirmei alhures (LIMA, 2020), não ama as mulheres, ao contrário, as desrespeita, coloca-as sob o domínio e subordinação do masculino. O que se observa no Brasil de 2022, além de uma triste pandemia do Corona Vírus, que ceifou, até agora, quase setecentas mil vidas, é o governo do ódio, da intolerância, da defesa das armas, do silenciamento e do ostracismo dirigido as minorias. Formulou Dilma, em recente publicação de um livro, o qual prefaciou, que o (...) “ciclo de empoderamento das mulheres foi interrompido pelo Golpe de 2016. E está sendo destruído de forma devastadora pelo atual governo.” (PRESTES, 2021, p.14)

Fazemos coro com sua avaliação. No Brasil de hoje é mais do que correta a avaliação de que as mulheres perderam o seu protagonismo; não existem sequer políticas públicas voltadas para o seu empoderamento. Ao contrário, prevalece a ideia da mulher como um ombro do homem, como sua coadjuvante, nunca protagonista.

Assim, a avaliação que fazemos do Governo Dilma é de que sim, pelos seus discursos, aparições públicas e pelas políticas públicas implementadas, ela empoderou as mulheres brasileiras. Ela imprimiu um respeito e altivez as mulheres permitindo que estas encontrassem ambientes para fugir da violência de gênero; que possibilitou o acesso a programas do governo onde elas tivessem o protagonismo; acesso ao crédito, a educação, como uma forma de ascensão social. A cada momento em que nos seus discursos, destacou a mulher, a chamou para o embate e para a luta; para a coragem por lutar por sua autonomia, Dilma sim, buscou promover o empoderamento das mulheres brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Ricardo Batista. *A Vida quer é Coragem. A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.
- ANTONINO, Rafael Maracajá. *Impeachment e misoginia nas redes sociais: decodificando o conservadorismo pós 2013*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2018.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. 3.ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- BARREIRA, Irllys. *Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relumê Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1998.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. Coleção Feminismos Plurais, São Paulo, Jandaíra, 2020.
- BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos. Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- CARDOSO, G. *A mídia na sociedade em rede*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo, Contexto, 2006.
- CRESTANI NETO, Milena. *As estratégias jornalísticas para despertar o interesse e manter a atualidade nas capas de revistas semanais de informação – uma análise semiótica*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. 2014. 137f.
- DANTAS, Fernanda Argolo. *“Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar”*. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil, Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar Cultura e Sociedade, UFBA, Salvador, 2019. 271f.
- DILMA ROUSSEFF E A RESPOSTA QUE DEMOLIU O SENADOR AGRIPINO MAIA. Disponível em: <http://anistiapolitica.org.br/abap3/2012/05/29/video-dilma-rousseff-e-a-resposta-que-demoliu-o-senador-agripino-maia-dem-rn-2/>. Acesso em 21/02/2022.
- DISCURSOS DA PRESIDENTE ELEITA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE DIPLOMAÇÃO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/registro-historico-2013-discurso-da-presidenta-eleita-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-diplomacao-no-tribunal-superior-eleitoral>. Acesso em 11/08/2019.
- DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO A NAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPUBLICA DILMA ROUSSEFF NO PARLATÓRIO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em 11/08/2019.
- DISCURSOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE INICIO DO MÊS DA MULHER, TRABALHO E CIDADANIA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio>. Acesso em 11/08/2019.
- DISCURSOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE

CERIMÔNIA DE INÍCIO DO MÊS DA MULHER, TRABALHO E CIDADANIA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discursos-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inicio-do-mes-da-mulher-trabalho-e-cidadania> . Acesso em 11/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE COLÓQUIO DE ALTO NÍVEL SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NOVA IORQUE - EUA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discursos-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua>. Acesso em 11/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE OUTORGA DA ORDEM NACIONAL DO MÉRITO A EDUCADORAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discursos-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-outorga-da-ordem-nacional-do-merito-a-educadoras-brasileiras>. Acesso em 11/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE COLÓQUIO DE ALTO NÍVEL SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NOVA IORQUE - EUA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discursos-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua>. Acesso em 11/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA PRONUNCIAMENTO A NAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPUBLICA DILMA ROUSSEFF EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TV POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>. Acesso em 11/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE FORUM DE MULHERES LÍDERES SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. RIO DE JANEIRO- RJ. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>. Acesso em 11/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF NO ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - MMC. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discursos-da-republica-dilma-rousseff-no-1o-encontro-nacional-do-movimento-de-mulheres-camponesas-mmc> . Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO A NAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TV POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher-1> . Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF NA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TV. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA OFICIAL DE CHEGADA DE SUA SANTIDADE O PAPA FRANCISCO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-oficial-de-chegada-de-sua-santidade-o-papa-francisco>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CELEBRAÇÃO DOS 10 ANOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-celebracao-dos-10-anos-do-programa-bolsa-familia-brasil-DF> . Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF EM CADEIA DE RADIO E TELEVISÃO SOBRE A COPA DO MUNDO 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-de-radio-e-televisao-sobre-a-copa-do-mundo-2014>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE SOLENIDADE DE DIPLOMAÇÃO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL BRASÍLIA - DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/>

ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-solenidade-de-diplomacao-no-tribunal-superior-eleitoral-brasilia-df . Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO A NAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF NO PARLATÓRIO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-no-parlatorio-1>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA CASA DA MULHER BRASILEIRA CAMPO GRANDE - MS. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-primeira-casa-da-mulher-brasileira-campo-grande-ms>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO A NAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE SANÇÃO DA LEI DE TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-da-lei-de-tipificacao-do-feminicidio>. Acesso em 18/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA INTERNET HUMANIZA REDES. BRASÍLIA - DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-pacto-nacional-de-enfrentamento-as-violacoes-de-direitos-humanos-na-internet-humaniza-redes-brasilia-df>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA. BRASÍLIA - DF. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-inauguracao-da-casa-da-mulher-brasileira-brasilia-df> . Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE ENCONTRO DE LÍDERES GLOBAIS SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO E EMPoderAMENTO DAS MULHERES UM COMPROMISSO PARA A AÇÃO. NOVA IORQUE - EUA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pre>

sidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-de-lideres-globais-sobre-igualdade-de-genero-e-empoderamento-das-mulheres-um-compromisso-para-a-acao-nova-iorque-eua. Acesso em 19/08/2019

DISCURSOS DA PRESIDENTA. PRONUNCIAMENTO A IMPRENSA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-palacio-do-planalto>. Acesso em 19/08/2019

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE ENCONTRO COM JURISTAS PELA LEGALIDADE E EM DEFESA DA DEMOCRACIA. BRASÍLIA - DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-juristas-pela-legalidade-e-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE ENCONTRO COM ARTISTAS E INTELLECTUAIS EM DEFESA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-artistas-e-intelectuais-em-defesa-da-democracia-brasilia-df>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE ENCONTRO COM MULHERES EM DEFESA DA DEMOCRACIA. PALÁCIO DO PLANALTO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-mulheres-em-defesa-da-democracia-palacio-do-planalto>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE ENCONTRO COM DA EDUCAÇÃO PELA DEMOCRACIA. PALÁCIO DA PLANALTO. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-da-educacao-pela-democracia-palacio-do-planalto>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF DURANTE CERIMÔNIA DE ABERTURA DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. BRASÍLIA - DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-da-4a-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-brasilia-df>. Acesso em 19/08/2019.

DISCURSOS DA PRESIDENTA. DECLARAÇÃO A IMPRENSA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF. BRASÍLIA - DF. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-brasilia-df>. Acesso em 19/08/2019.

FIGUEIREDO, Rubens (org.) Junho de 2013. A sociedade enfrenta o Estado. São Paulo, Summus Editorial, 2014.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo, Paulus, 2004.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n°4, 2009. pp. 733-743.

ÍNTEGRA DO DISCURSO DE DILMA NA ABERTURA DA ASSEMBLÉIA DA ONU. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/09/veja-integra-do-discurso-de-dilma-na-abertura-da-assembleia-da-onu.html>. Acesso em 24/02/2022.

ÍNTEGRA DO PRONUNCIAMENTO DA PRESIDENTE ELEITA DILMA ROUSSEFF. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/leia-integra-do-pronunciamento-da-presidente-eleita-dilma-rousseff.html>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

ÍNTEGRA DO DISCURSO DE POSSE DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NO CONGRESSO. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>. Acesso em 11/08/2019.

ÍNTEGRA DO DISCURSO DE DEFESA DE DILMA NO SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em 19/07/2017.

ÍNTEGRA DO DISCURSO DE DILMA APÓS IMPEACHMENT. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/integra-do-discurso-de-dilma-apos-impeachment.html>. Acesso em 18/04/2019.

LIMA, V.A. de. Televisão e Poder: A Hipótese do Cenário de Representação Política, CR-P. In: O Enredo Eleitoral. *Revista Comunicação e Política*, Vol. 1, n°1, Agosto-novembro. Rio de Janeiro, Cebela, 1994. p.05 a 22.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A vingança e um prato que se come frio. In: SLAVIERO, Cleusa (org.). *Um Ano de Golpe. Crônicas da resistência*. Curitiba, ComPactos, 2017.

\_\_\_\_\_. Bolsonaro, o homem que não ama as mulheres. In: ADILSON FILHO, José. *O Brasil em Tempos Sombrios*. São Paulo, Editora LiberArs, 2020.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, Marlene C. de Oliveira Lopes; CKAGNAZAROFF, van Beck. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte/MG, jun de 2008. pp.01-15.

MIGUEL, Luis Felipe. O Jornal Nacional e a reeleição. In: *Política e Mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília-DF, Editora Plano, 2002. p.61 a 85.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; PANKE, Luciana. Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas: os discursos de 2011 e 2015. *Encuentro Latino Americano*. Vol.4, n° 2, December 2017. pp. 24-38.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PRESTES, Ana. 100 Anos de Luta das Mulheres pelo Voto. Argentina. Brasil. Uruguai. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você, 2021.

ROCHA, Leonel. A construção da candidata Dilma. Ela chegou ao governo como a ex-guerrilheira durona, que dominava reuniões com planilhas e dados. Sai como uma política treinada por Lula na arte de caçar votos. Revista Época, nº 614, 22/02/2010.

ROSA, Larissa. É Presidenta, não Presidente. A misoginia como elemento edificante do processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Belo Horizonte, Letramento, 2018.

SANCHES, Mariana. O Bolsa-Família e a revolução feminina no sertão. Marie Claire, 21 nov. 2012 (16 out. 2015). Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2012/11/o-bolsa-familia-e-revolucao-feminista-no-sertao.html>. Acesso em: 05/03/2018.

SANTOS, Walter; CAVALCANTI, Hylida. As muitas faces de uma única mulher. Revista Nordeste, Ano 4, 38ª edição, setembro de 2009.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. In: I Seminário Internacional: Trilhas de Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO. NEIM/UFBA, Salvador, 2006.

STROMQUIST, Nelly P. “Education as a means for empowering women”. In: PAPPART, S. Rai & K. Staudt (eds). Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world. London, Routledge, pp.22-38.

SCALZO, Marília. Jornalismo de revista. São Paulo, Contexto, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

VIEIRA, Fernando; BARROS, Rodrigo. De repente a candidata! Disponível em: <http://rollingstone.uol.com.br/educacao/43/de-repente-candidata-dilma-rousseff#imagem0>. Acesso em: 16 out.2017.



## MISOGINIA E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO DIRIGIDAS A PRESIDENTA DILMA VANNA ROUSSEFF E PARLAMENTARES

Talvez uma das figuras públicas, na história recente do Brasil, que sofreu toda espécie de achincalhamentos nos mais variados meios midiáticos foi a Presidenta Dilma Rousseff. Desde quando se candidata e é apresentada pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, como sua sucessora, ela teve que provar, todo o tempo, que tinha competência para gerir o País.

No entanto, por mais que ela tentasse conquistar, não só o voto do eleitor, mas convencer de que seria uma boa Presidenta para o Brasil, na contramão de sua tentativa, o que ela recebeu de volta foi uma sequência de narrativas que tentavam, todo o tempo, a desestimular a ser candidata, a enfrentar a campanha eleitoral e, finalmente, governar.

Dilma é só uma mulher, uma mulher forte, com história de vida pública extraordinária, com um currículo de práticas de gestão que a autoriza não só ser candidata, mas exercer o maior cargo do Brasil, com o apoio de toda uma sociedade, ou pelo menos parte dela, mas, ela é só uma mulher e, ao apelar para essa narrativa de gênero, não queremos, em absoluto, ter “peninha da mulher”, ou colocá-la na posição de “coitadinha”. Nada disso! Mas não há como deixar de observar, e principalmente pontuar, que não é nada fácil ser mulher no Brasil. Um país marcado por fortes traços conservadores, sexistas, machistas, e como se não bastasse, misóginos.

Eleita e reeleita como a primeira mulher para presidir os destinos do Brasil, numa situação inédita para o País, ela governa por cinco anos e oito meses, de 2011 a 2016; momento no qual, em 02 de dezembro de 2015 é aceito, pelo então Presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha, a abertura do processo de *impeachment* da Presidenta.

Inúmeras foram as motivações e interesses que levaram o legislativo, o judiciário, a mídia e a opinião pública a pressionarem pelo *Impeachment* de Dilma Rousseff, como diversos foram os episódios enfrentados até a sua saída. Um ponto importante a ser destacado é o tratamento a ela dado durante o seu julgamento, momento no qual os meios de comunicação hegemônicos, de forma geral, e o jornalismo impresso, de maneira particular, produziram uma série de narrativas e de imagens na tentati-

va muito clara de desconstruir a sua imagem como Presidenta e *persona* pública, particularmente fazendo uso de violência política de gênero. Assim, admitimos desde já, que o *impeachment* sofrido pela Presidenta Dilma foi um golpe parlamentar, jurídico, midiático e misógino, que se consolidou no dia 31 de agosto de 2016, com sua saída definitiva do governo do Brasil.

Esse capítulo trata exatamente de comprovar que um dos instrumentos que tornaram possível o *impeachment* de Dilma Rousseff foi exatamente a produção midiática em forma de narrativas e imagens nos diversos meios de comunicação de massa, particularmente revistas semanais, redes sociais, além da produção de *charges*, *memes*, *cartuns*, adesivos e imagens fotográficas que buscaram desqualificar a Presidenta Dilma Rousseff, publicadas desde o período das primeiras campanhas eleitorais de Dilma Rousseff até o *Impeachment* que interrompeu o seu segundo mandato.

Um caso que merece destaque, por exemplo, foi a capa e a matéria da Revista *IstoÉ*, publicada em 06 de abril de 2016 - ponto alto do período de campanha midiática *pró-impeachment* - que traz, por meio de seu conteúdo textual e de manipulação de imagens, uma clara manifestação de violência política de gênero contra a Presidenta da República, classificando-a como “louca” e como tendo perdido a condição de continuar a governar o País, defendendo, abertamente, a necessidade de seu afastamento eminente do cargo. A imagem de capa é de uma Presidenta com aspecto de desesperada, como se realmente tivesse surtado. E na manchete da revista lê-se a seguinte narrativa: “As explosões nervosas da Presidente”.

Numa rápida pesquisa é possível selecionar diversas fontes com o objetivo de desconstruir a imagem pública da *persona* Dilma Rousseff. Com base no exposto, o capítulo propõe analisar as narrativas e imagens, sejam elas fotográficas, em forma de *memes*, de *cartun* veiculadas na grande mídia impressa e na Internet, que trazem um conteúdo explícito de práticas de misoginia e de violência política de gênero durante as campanhas eleitorais e mandatos da Presidenta Dilma Vanna Rousseff até a consumação do *impeachment* que culminou na interrupção de seu segundo mandato. O capítulo cobrirá os anos de 2010 a 2016.

Com o intuito de destacar o fato de que a violência política de gênero se dirige a todas as mulheres que disputam espaços políticos partidários e que exercem cargos políticos, não sendo, portanto, tal violência restrita

a Dilma Rousseff, trazemos no capítulo depoimentos de várias parlamentares que expressam como, em suas atuações públicas, tem igualmente sido vítimas de tal violência.

Nossa análise é feita a partir de um recorte de gênero, com o objetivo de problematizar até que ponto tais narrativas e imagens reforçam os estereótipos sobre o feminino, a fim de constranger a ação política e administrativa de Dilma Rousseff e demais parlamentares, por meio de um processo que se retroalimenta.

## **AFINAL, O QUE É VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO?**

Entender a violência política de gênero sofrida por mulheres, todo o processo de subjugação pelo qual estas são forçosamente submetidas, perpassa pela estruturação de uma cultura machista, marcada pela dominação do masculino, no qual tudo aquilo que é público, emancipatório, de prestígio, é destinado aos homens, cabendo às mulheres o lugar do privado, do cuidado, do que é contido e resguardado. Aos homens cabe a fala, a liderança, o destaque, o poder e a ocupação do espaço da rua (do público). Às mulheres estão reservados o silêncio, a obediência e a obrigação com tudo aquilo que diz respeito a esfera doméstica (do privado).

Essa divisão de papéis sociais, a divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2020), acabam por implicar numa série de obstáculos quanto a entrada e permanência de mulheres na vida pública e política (aqui entendida como política formal e partidária). Com base nesse contexto, nossa análise busca apresentar elementos que permitam compreender esse processo histórico e cultural, no qual lugares de homens e mulheres são delimitados.

Para tanto, nos acostamos em autoras tais como Mary Beard (2018), que propõe uma discussão pensando a tradicional literatura ocidental, especificamente a Odisseia, de Homero, a fim de nos levar a refletir onde começa, na cultura ocidental, o silenciamento das vozes femininas no âmbito público. A autora propõe, ainda, uma reflexão em torno da existência de uma espécie de “barreira invisível”, na qual uma série de mecanismos são incorporados à cultura ocidental, com o intuito de silenciar as mulheres, afastando-as, assim, dos centros de poder e decisão. Nesse sentido, é ensinado aos homens que eles têm o controle do pronunciamento, do

discurso público, assim como também, o “direito” de corrigir, de interromper ou mesmo de silenciar as mulheres.

Uma visão de longo alcance é oferecida pela autora no que se refere ao que ela classifica como a “culturalmente constrangedora relação entre a voz das mulheres e a esfera pública de discursos, debates e comentários – política em seu sentido mais amplo”. (BEARD, 2018, p.18-20). Sua intenção é chamar a atenção para o fato de que o “discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres não faziam: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero”. (BEARD, 2018, p.28).

Este se trata de um discurso tradicionalmente estabelecido e do qual ainda somos herdeiros. Somos herdeiros do discurso clássico – Antiguidade, o discurso público, a retórica boa ou ruim é baseada nessa época, na qual o gênero é uma parte importante de sua construção. A fala das mulheres ainda é vista com estranheza e dúvida, elas são estridentes, se fazem de vítimas, fazem lamúrias. Esses tipos de comentários, tentam retirar a autoridade e força da fala feminina, são termos que buscam devolvê-las à esfera doméstica, de sujeição e silêncio.

Existe uma necessidade, uma verdadeira disputa por espaços de poder entre o masculino e o feminino e a tentativa, principalmente do masculino, é o de coibir qualquer espaço de ação e de fala do feminino. Esses ataques, cerceamentos, muitas vezes ameaças, até mesmo a sua integridade física, são estruturantes do que se define como violência política de gênero, e tal ação, como será visto com mais detalhes no próximo item, é praticada, insistentemente, para retirar a mulher da cena política.

A esfera pública e a privada na modernidade, se definiriam, respectivamente, uma com base em princípios universais, na razão e na impessoalidade, e a outra nas relações de caráter pessoal e íntimo. A construção e atribuição de estereótipos de gênero às mulheres, as colocam como naturalmente dedicadas à esfera doméstica e familiar, qualquer outro tipo de comportamento que fosse contrário ao pressuposto, seria valorado como desvio.

As dificuldades de inserção e de permanência de mulheres nos espaços de poder, no espaço da política, encontram-se intrinsicamente relacionadas a essa divisão de papéis. A sobrecarga no ambiente doméstico, imposta às mulheres, muitas vezes não lhe oferecem as condições necessárias e igualitárias de alcance para ocupações no espaço público. Para

tanto, a redefinição dessas esferas e a relação entre as mesmas, é necessária, pois deste modo, se garante justiça social (FRASER, 2006), permitindo assim que o acesso a qualquer uma delas, não seja definido ou hierarquizado pelo sexo. Essa desconstrução implica diretamente em igualdade de oportunidades para que homens e mulheres disputem, participem e construam, legitimamente, uma vida pública e política.

A presença e participação de mulheres na política – aqui entendida como partidária e institucional – é uma realidade; o quadro de sub-representação no qual estão inseridas, também. Nesse sentido, é importante pensar a prática da violência política de gênero, em toda sua extensão, como um fenômeno diretamente relacionado à situação de sub-representação feminina. Os autores que se dedicam a investigação e teorização de tal fenômeno, concordam que, ainda que em números desproporcionais e desiguais as mulheres, nas últimas décadas, têm participado cada vez mais de forma ativa e qualificada do cenário político. (COELHO; BAPTISTA, 2009), Desse modo, também, tem cada vez mais incomodado e causado estranheza àqueles não habituados a dividir um espaço que historicamente, culturalmente e socialmente, se instituiu como masculino.

Acreditamos que a grande mídia teve papel preponderante na formação de um grupo de consumidores de informação de massa, que absorveu esse discurso e o propagou em outros *mass media*. Nestes meios – enfatizamos aqui o poder de alcance da Internet – temos acompanhado uma verdadeira escala crescente de discursos e imagens que tentaram, sucessivas vezes, desqualificar a Presidenta Dilma Rousseff. Seja no formato de manifestações públicas, textos, vídeos, *charges*, *memes*, abaixo assinados *on-line*, dentre outras formas de pressões e ataques – orquestrados e ocorridos no Brasil por grupos que se auto intitulam de “*Revoltados on-line*”, “*Vem pra rua*”, “*Movimento Brasil Livre*” (MBL) ou *SOS Militares*” – o discurso de misoginia e de violência política de gênero que foram a ela dirigidos. Acreditamos que toda essa construção de violência destinada as mulheres que disputam e ocupam espaços de poder não acontece por acaso; tais práticas fazem parte de um contexto social que, por meio do discurso da mídia de massa, revela que apesar dos avanços importantes nas lutas feministas por direitos e espaço dentro da nossa sociedade, muito ainda há que se alcançar, particularmente no âmbito da disputa política.

Acreditamos que, ao fim e ao cabo, as tentativas de desqualificar o

feminino – por meio da noção de violência política de gênero, ou seja de uma série de mecanismos sistemáticos que atentam contra a mulher em situação de vida pública e política, seja através de agressões, de xingamentos, de tentativas de calá-las, de interrompe-las, de expor sua vida íntima e sexual – tem, na verdade, por intento impedir a presença e a participação das mulheres num meio construído e tradicionalmente ocupado pelos homens.

Neste sentido, a literatura acadêmica, sobretudo na América Latina, tem definido a violência política de gênero, em termos de violência física, e também sexual, psicológica, simbólica e econômica ou patrimonial, que engloba agressões, ameaças, diferentes tipos de assédio, estigmatização, exposição da vida sexual e afetiva, restrição a atuação e fala das mulheres, tratamento desigual por parte dos partidos – a verba destinada pelos fundos partidários para as candidaturas femininas, são consideravelmente menores do que aquelas destinadas as candidaturas masculinas, ainda que os partidos sejam hoje obrigados por lei a destinar 10% dessa verba para as campanhas de mulheres.

Esse tipo de violência que recai sobre as mulheres políticas (tanto na política institucional/partidária, como no ativismo), tem como objetivo constranger, barrar, diminuir, limitar e deslegitimar, a atuação de mulheres num espaço que foi socialmente atribuído como de privilégio dos homens.

As autoras Krook e Sanín (2016), veem a violência contra as mulheres na política como um rompimento da democracia, que tenta sistematicamente impedir um setor da população de exercer seus direitos políticos. Para as autoras, se trata de algo que viola os direitos humanos das mulheres, além de ser uma discriminação baseada no sexo e no gênero:

*La violencia contra las mujeres en la política puede entenderse como una forma de discriminación contra la mujer en el ámbito político, que restringe el acceso a los derechos y libertades en función del sexo, y busca mantener relaciones de poder desiguales entre hombres y mujeres. (KROOK & SANÍN, 2016, p.478)*

Tomando como base as definições de Krook e Sanín (2016) a violência política de gênero se manifesta em pelo menos cinco ações: a violência física compreende aquela que atinge a integridade física de uma mulher ou de algum familiar, com o intento de atacá-la, incorporando assim

também, a violência sexual. A violência psicológica se refere a ocorrência de danos à saúde mental/emocional, aos atos que tem como objetivo inferiorizar/prejudicar socialmente as mulheres. A violência econômica ou patrimonial, se define como a limitação ou diminuição do acesso de mulheres aos recursos financeiros, que para os homens estão facilmente acessíveis. Por último, a violência simbólica seria um meio disciplinador que permite aos homens sua manutenção de poder na hierarquia social. Os estereótipos de gênero, são recursos utilizados nesse sentido, para deslegitimar a atuação de mulheres na política.

No Brasil, Marlise Matos, do departamento de Ciência Política da UFMG, trouxe o tema da violência política de gênero (ou sexista) para o debate político acadêmico no I Encontro Nacional da Rede de Pesquisa e Feminismos e Política na UNB, em fevereiro de 2018. Em uma de suas contas pessoais, em uma mídia digital, a pesquisadora definiu esse tipo de violência como uma “forma de violência baseada no gênero com vistas a manutenção dos privilégios masculinos nesse campo político”. A autora ainda acrescenta que esta se baseia na interrupção e/ou cerceamento da fala feminina e na manipulação psicológica para que haja desestabilização. Ainda há o repúdio, o rechaço à própria figura feminina, baseados em argumentos e construções machistas.

Devido a recorrência destes episódios de violência política dirigidas às mulheres, alguns países têm aprovado uma legislação específica com o intuito de combater esse fenômeno. O primeiro desses países foi a Bolívia, com a Lei 243 – *Ley Contra el Acoso y Violencia Política Hacia las Mujeres*, aprovada em maio de 2012 e que define como crimes o assédio e a violência política contra mulheres.

No México, a violência política de gênero foi tipificada na reforma da legislação referente à violência contra as mulheres – *Ley General de Acceso de las Mujeres a Una Vida Libre de Violencia* e no Código Federal de *Instituciones y Procedimientos Electorales*, aprovados em 2013, pelo Senado. O Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación (TEPJF) do México, no ano de 2016, divulgou um documento para esclarecer quando a violência política contra as mulheres se baseia no gênero:

1. *Se dirige o se ejerce sobre una mujer por ser mujer, tiene un impacto diferenciado y/o afecta desproporcionadamente a las mujeres.*
2. *Tiene por objeto o resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce y/o ejercicio de los de-*

*rechos político-electoral de las mujeres. 3. Es simbólico, verbal, patrimonial, económico, físico, sexual y/o psicológico. 4. Se da en el marco del ejercicio de derechos político-electoral o en el ejercicio de un cargo público (sin importar el hecho de que se manifieste en el ámbito público o privado, en la esfera política, económica, social, cultural, civil, etcétera; tenga lugar dentro de la familia o unidad doméstica o en cualquier relación interpersonal, en la comunidad, en un partido o institución política). 5. Es perpetrado por el Estado, colegas de trabajo, superiores jerárquicos, partidos políticos, medios de comunicación, un particular y/o un grupo de personas. (DIOS, 2016, p.73)*

Também em 2016, o Peru aprovou o Plano Nacional Contra *la Violencia* de Género (Decreto nº 8, 2016), que contempla a violência física, psicológica, econômica ou patrimonial e sexual.

No decreto, essa modalidade corresponde a ‘qualquer ação, conduta ou omissão entre outros, baseada em seu gênero, de forma individual ou grupal, que tenha como objeto ou por resultado menosprezar, anular, impedir, obstaculizar ou restringir seus direitos políticos, contrariando o direito das mulheres a uma vida livre de violência e o direito das mulheres a participar nos assuntos políticos e públicos em condições de igualdade com os homens’. ([blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres](http://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres). Acesso em 10/06/2021)

No Brasil, diante de um quadro de intensificação e recorrência da violência política de gênero, sobretudo, a partir das eleições dos anos de 2014 e 2018, a Câmara dos Deputados, através da Secretaria da Mulher e da Primeira Secretaria, tardiamente, em relação aos outros países da América Latina, em dezembro de 2019, promoveu discussões e campanha de enfrentamento a esse tipo de prática. Desde então o canal Ligue 180 foi definido para receber denúncias relacionadas a esse tipo de violência, o Fale Conosco da Câmara é também um meio que pode ser utilizado para o mesmo fim. Todo ato que tenha como objetivo excluir, impedir ou restringir o acesso de mulheres ao espaço público, ou ainda as induzir a decisões contrárias à sua vontade, é caracterizado como violência política de gênero.

A violência política de gênero pode ocorrer tanto no seu meio virtual – ataques em páginas pessoais na rede, *fake news*, *deepfakes* – como também no meio físico – na rua, em plenária, em eventos públicos – podem

ainda sofrer ataques na vivência com seus próprios partidos, como também no interior de suas casas. Tal violência se constrói de maneira gradativa, através da prática de diversas ações: enquanto candidatas, como foi o caso da Presidenta Dilma Rousseff; ou elas estão sujeitas a essa violência principalmente, por meio de ameaças, interrupções, desqualificação de sua conduta, violação de sua intimidade, difamação e ainda, desvio de recursos financeiros de suas candidaturas para candidaturas masculinas.

É importante frisar que essas ações não se limitam às mulheres em situação de campanha, mulheres que já ocupam um cargo político, como as duas Presidências de Dilma Rousseff, também estão propensas a tais situações. Na condição de eleitas, o que também pode ocorrer, no caso de mulheres parlamentares são as não indicações à comissões como titulares ou líderes de seu partido, a interrupção constante em seus lugares de fala, a exclusão de debates, o questionamento quanto a sua forma de se vestir ou a sua aparência física, além da exposição e julgamento de aspectos referentes a sua vida íntima e privada – o estado civil das mulheres, seus relacionamentos amorosos e a maternidade, constantemente se tornam pauta em detrimento da sua trajetória e atuação enquanto mulher pública e política.

O acirramento do período eleitoral e da disputa pelo poder acaba por gerar a violência política/eletoral, que recai sobre homens e sobre mulheres. Ao contrário do que ocorre com a violência política de gênero que ataca mulheres na sua condição de mulher, enquanto gênero e não enquanto indivíduo ou sujeito político, como ocorre com os homens. Esta se volta aos corpos das mulheres, se estrutura nos estereótipos de gênero e na definição e delimitação de papéis sociais tradicionais.

Em agosto do ano de 2020, a fim de comemorar os 12 anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), a Procuradoria da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara, debateu a violência política dirigida às mulheres. No Brasil, ainda não existe nenhum tipo de lei, de punição frente a esse tipo específico de violência. Há um PL 349/2015 de autoria da Deputada Federal Rosângela Gomes, no sentido de coibir os preconceitos voltados às mulheres desde que se candidatam. Assim, ficou caracterizado o que vem a ser violência política de gênero:

Pode ser caracterizada como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso

ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas e durante o mandato. (Câmara.leg.br/noticias/698624-camara-lanca-campanha-contraviolencia-politica-de-genero-com-foco-nas-eleicoes-municipais/. Acesso em 10/05/2021)

Algumas parlamentares, diretamente vítimas de tal violência, como Jandira Feghali, do PCdoB-RJ, por exemplo, ao serem instadas a definirem o que para elas venha a ser tal experiência, assim refletem:

o conceito de violência política de gênero ganhou relevo histórico recentemente (..). As redes de violência e opressão são construídas das mais variadas formas, até chegarem às redes de ódio, que se expressam nas plataformas de comunicação, mas também fora delas. (FEGHALI, 2021, p. 90)

E acrescenta:

A Organização das Nações Unidas tem pautado a violência política como tema central. Faz estudos desde 2016, nos quais apontou “sexismo, assédio e violência contra mulheres em 39 países, em 5 regiões e 42 parlamentos”. 81,8% das mulheres sofreram violência psicológica; 46,7% das mulheres temeram por sua segurança e de sua família; 44,4% sofreram ameaças de morte, estupro, espancamento ou sequestro; e 25,5% violência física. (FEGHALI, 2021, p. 90)

Outra parlamentar, Jô Moraes, do PCdoB-MG, complementa:

A prova mais cabal da dificuldade na percepção dessa violência específica está no fato de que somente em dezembro de 2020 foi apreciado, no plenário da Câmara dos Deputados, o projeto de lei que “Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher”. O PL de nº 349/15 estava parado há cinco anos naquela casa, tendo que enfrentar ainda outro tanto de tempo de espera no Senado para virar lei. (MORAES, 2021, p. 114)

Os discursos das parlamentares, acima descritos, encontram vários pontos de convergência: apontam para o notório descaso e silenciamento

do parlamento e da sociedade civil para com a violência política de gênero sofrida pelas mulheres; o que denota que não só é premente a mudança nas leis que realmente punam, inclusive criminalmente, quem atenta contra os direitos das mulheres de se candidatarem e de exercerem, com tranquilidade, os seus cargos políticos, mas que haja, de fato, por parte da sociedade, uma valorização e respeito para com essas mulheres políticas, imprimindo respeito e legitimidade as suas conquistas e ocupação de cargos políticos.

Estamos, neste sentido, na seara da cultura, dos valores e dos costumes e é sabido o quanto é difícil mudar significados e sentidos simbólicos tão cristalizados social e culturalmente. Mexer nos lugares definidos como masculinos e femininos é também ressignificar lugares de poder e de fala (FOUCAULT, 1979) e nem sempre os agentes sociais estão dispostos a tais rearranjos, donde se conclui que essa querela não é tão fácil e simples de ser resolvida.

A violência política de gênero se manifesta de diferentes formas, sejam as mais sutis ou mais escancaradas; o fato é que tais práticas tem servido, eficientemente, para desgastar, enfraquecer e até levar a desistência de mulheres a disputarem espaços de poder, e quando neles estão, fazê-las recuar e até mesmo, desistirem de seus mandatos; eis o que formula Anielle Franco, irmã da Vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, PCdoB-RJ, barbaramente assassinada, junto com seu motorista Anderson, no dia 14 de março de 2018, cujos mandantes do crime, permanecem incólumes:

O efeito da violência política é impedir mulheres de se candidatarem, é interferir no exercício de seus mandatos e, por fim desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, a influir no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência dela. (FRANCO, 2021, p.17-18)

Outra forma de se manifestar a violência política de gênero é exatamente a partir de práticas misóginas; há muito pouco tempo, ao modo do conceito de violência política de gênero, é que vai ser feita menção ao termo misoginia. Tal termo ganha aderência e visibilidade, inclusive em reflexões acadêmicas, com a passagem de Dilma Rousseff na presidência

do Brasil. Mas, o que vem a ser misoginia? Marcia Tiburi (2018) oferece esse significado:

A misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença. (TIBURI, 2018, p.106)

Enfim, as imagens errôneas construídas sobre o feminino; as visões machistas sobre a fragilidade e a incapacidade das mulheres para exercerem cargos políticos; o constante conflito entre construção e/ou desconstrução dos gêneros masculino e feminino, enquanto essencialidade e presos a uma matriz biológica, estariam, entre outros elementos, na raiz da violência política de gênero. Necessário pois, repensar e problematizar tais visões para que se desconstruam tais essencialidades e oposições, para finalmente, aderir-se a ideia que a política e sua prática não possui gênero e sim que cidadãos, no pleno direito de suas capacidades e legítimidades políticas, trabalham em prol do bem-estar da coletividade e do social.

## **COMO SE MANIFESTA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO?**

A violência política de gênero se manifesta de diferentes formas, sejam as mais sutis ou mais escancaradas; o fato é que tais práticas têm servido, eficientemente, para desgastar, enfraquecer e até levar a desistência de mulheres a disputarem espaços de poder, e quando neles estão, fazê-las recuar e até mesmo desistirem de seus mandatos. É o que formula Anielle Franco, irmã da Vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, PCdoB-RJ, assassinada, junto com seu motorista Anderson, no dia 14 de março de 2018, cujos mandantes do crime, permanecem incólumes:

O efeito da violência política é impedir mulheres de se candidatarem, é interferir no exercício de seus mandatos e, por fim desestimular, de-

sanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, a influir no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência dela. (FRANCO, 2021, p.17-18)

Outra forma de se manifestar a violência política de gênero é a partir de práticas misóginas; há muito pouco tempo, ao modo do conceito de violência política de gênero, é que vai ser feita menção ao termo misoginia. Tal termo ganha aderência e visibilidade, inclusive em reflexões acadêmicas, com a passagem de Dilma Rousseff na presidência do Brasil. Mas, o que vem a ser misoginia? Marcia Tiburi (2018) fornece esse significado:

A misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença. (TIBURI, 2018, p. 106)

Em consonância com a visão proposta pela citada autora para refletir sobre a misoginia, a Presidenta Dilma Rousseff, PT-RS também credita a visão de que as práticas misóginas são propícios artificiais da violência política de gênero para a desistência e/ou desencantamento das mulheres para a prática política; afirma ela:

A misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na atividade parlamentar. (ROUSSEFF, 2021, p. 49)

Para Dilma, a mulher que ousa fugir dos padrões estipulados pelo patriarcado e reivindica a ocupação de espaços até então definidos e normatizados como espaços do masculino está fadada a sofrer toda espécie de práticas misóginas, pela “ousadia” em querer “ser mais” do que fora determinado ao gênero feminino:

A mulher que sai do padrão patriarcal será identificada como fria, arrogante, sedenta de poder, não confiável e moralmente suspeita, uma vez que ela passou a reivindicar espaços aos quais não tem direito, deixando de cumprir seu papel como mulher em um sistema que favorece os homens. (ROUSSEFF, 2021, p. 60)

Uma das razões inclusive aludidas pela Presidenta que justificaria o golpe de 2016, com a sua conseqüente saída da presidência do Brasil, por meio do processo de *impeachment*, foi o uso exaustivo de práticas misóginas, principalmente pelos meios de comunicação de massa:

A misoginia não foi por si só o único instrumento ou mesmo dimensão de um golpe de Estado como o que aconteceu no Brasil em 2016. Serviu aos golpistas e foi usada pela mídia para construir um ambiente de rejeição à primeira mulher presidenta da República. (ROUSSEFF, 2021, p.60)

Marcia Tiburi (2018), ao escrever um artigo no qual relaciona o processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma a um conjunto diversificado de práticas misóginas, estava, mesmo sem usar o termo, fazendo menção a violência política de gênero, para ela:

(...) O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina de poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam. (TIBURI, 2018, p. 106)

A intencionalidade da violência política de gênero de impedir, de barrar, de maneira subliminar ou abertamente, à inserção das mulheres nos espaços de poder estaria, segundo a ex-Deputada Federal Maria do Rosário, PCdoB-RS, articulada a todo um processo cultural cujo intento é fazer prevalecer o espaço da política como um espaço do masculino:

O primeiro aspecto da violência política contra as mulheres encontra-se na histórica exclusão dos espaços institucionais. A ausência ou ínfima representação institucional das mulheres não é um acaso, mas resul-

tado de um processo cultural articulado e para manter as instituições políticas sem a presença feminina, mesmo no período em que foram conquistados formalmente direitos civis igualitários. (ROSÁRIO, 2021, p. 139-140)

Segundo a ex-Deputada, não é à toa que a violência política de gênero se expressa, com toda a sua força; ela diz respeito a submissão histórica das mulheres no espaço privado, as dificuldades seculares das mulheres para conseguirem autonomia sobre suas vontades, projetos profissionais e desejos:

(...). À sub-representação corresponde um não empoderamento político feminino no Brasil – nas instâncias de poder e de decisão –, a despeito das lutas feministas de um século e corresponde também o lugar econômico de submissão histórica das mulheres no âmbito doméstico e familiar. (ROSÁRIO, 2021, p. 140)

E acrescenta:

O núcleo central da violência política de gênero, seja qual for seu veículo, é desvalorizar a mulher, destruir sua imagem pública, minar a confiança que inspira nos demais, marcar publicamente sua vida familiar e sua existência com valores que rivalizam com grupos determinados e mesmo com o senso comum sobre os papéis que ela “deva” exercer como mulher. Tais práticas isoladas ou combinadas configuram-se como violência política de gênero. (ROSÁRIO, 2021, p. 141)

As imagens errôneas construídas sobre o feminino; as visões machistas sobre a fragilidade e a incapacidade das mulheres para exercerem cargos políticos; o constante conflito entre construção e/ou desconstrução dos gêneros masculino e feminino, enquanto essencialidade e presos a uma matriz biológica, estariam, entre outros elementos, na raiz da violência política de gênero. Necessário pois, repensar e problematizar tais visões para que se desconstruam tais essencialidades e oposições, para finalmente, aderir-se a ideia de que a política e sua prática não possui gênero e sim que cidadãos, no pleno direito de suas capacidades e legítimidades políticas, trabalham em prol do bem da coletividade, não é este o ideal da política e da democracia? Mas, infelizmente, não é bem assim

que as coisas acontecem.

## CASOS CONCRETOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO CONTRA A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E OUTRAS MULHERES POLÍTICAS

A violência política de gênero, como já observado, se manifesta em praticamente todas as fases da prática política das mulheres. A campanha contra a violência política de gênero, divulgada pela Agência Câmara de Notícias (2020), proposta pela Câmara de Deputados, cuja iniciativa fora da Secretaria da Mulher, com apoio da Primeira-Secretaria da Casa, no mês de outubro de 2020, propôs uma série de situações para ilustrar como e sob que motivações a mulher pode ser vítima de violência política de gênero, esteja ela na condição de candidata ou no exercício de seu mandato.

A Presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, sofreu, por diferentes canais midiáticos, principalmente *memes*, diversas ameaças para desestabilizar a sua candidatura e possibilidade de governar. Um dos temas comuns popularizados, como produto midiático, foi a sua incapacidade para governar e desconhecimento das questões econômicas e políticas do Brasil.

O produto midiático *meme* são releituras de imagens, vídeos ou textos, cabe ainda esclarecer que eles surgiram nas sociedades midiaticizadas, enquanto um fenômeno cultural e não apenas são constantemente reproduzidos, mas também são reelaborados mediante as novas demandas de diferentes contextos, ou seja,

cada indivíduo utiliza o sentido do meme e o ressignifica continuamente em cada replicação a fim de compartilhar novos enunciados e adquirir um determinado capital social (ARAÚJO, 2012, p. 17).

Além disso, aqueles que produzem os *memes* normalmente imprimem neles alguma característica que provoque o riso, seja através do humor, sarcasmo, piada, ironia ou deboche para que assim consigam obter uma circulação viral, isto é, para que tais *memes* se tornem um sucesso entre os internautas, como os que são analisados ao longo do capítulo. Natalia Botelho Horta (2015), em sua dissertação de mestrado, trabalha

com o *meme* em uma perspectiva semiótica na busca de compreendê-lo como uma linguagem da internet. Concordamos e seguimos com suas orientações teórico-metodológicas neste estudo, uma vez que percebemos o *meme* como uma junção de linguagem verbal e não verbal que juntos constroem e dão sentido ao mundo.

Alguns enunciados da Presidenta viraram *memes* nas redes sociais; um deles sobre a questão de se criar alternativas de energia no Brasil, uma delas por meio da estocagem de vento, isso foi dito em uma entrevista coletiva concedida pela Presidenta Dilma, oportunidade em que estava na ONU, para realizar o seu discurso de abertura na Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 07 de outubro de 2015.

Na oportunidade, ela narra sobre esse importante meio de produção de energia, mas logo a sua fala é distorcida pelos *memes* que tentam apresentar a Presidenta como alguém incompetente, por acreditar ser possível estocar vento, tal fato, posteriormente se mostrou totalmente viável e uma tecnologia que inclusive, tem sido experimentada por alguns cientistas: “De acordo com a Agência Fapesp, cientistas britânicos, da Faculdade de Engenharia e Ciências Físicas da *University of Birmingham* estão desenvolvendo uma tecnologia que possibilita a utilização de ar líquido como forma de otimizar a implementação de fontes renováveis como a solar e a eólica.” (<https://www.ecycle.com.br/estocar-vento/> . Acesso em 16/12/2021)





Na série de *memes*, acima ilustrados, a Presidenta Dilma é apresentada como louca, como alguém de “cabeça oca”, ou seja, que não tem nada na cabeça e como alguém que vira chacota mundial, quando várias celebridades políticas e religiosas riem de sua fala. E isso é violência política de gênero.

Já Benedita da Silva, por exemplo, atualmente, no quarto mandato como Deputada Federal pelo PT-RJ, descreve como é vítima de violência de gênero, por duas motivações: por ser mulher e negra;

Imaginem, em 1982, em plena ditadura, eu, mulher negra e favelada tornei-me a primeira vereadora do Rio de Janeiro. Claro que não foi nada fácil. Aqueles homens bem nascidos, ricos, não gostavam muito de uma mulher por lá, ainda mais negra e que morava na favela. Houve campanha de difamação, agressão por palavras e gestos. Episódios de racismo velado e também de tipo descarado. (SILVA, 2021, p.35)

O depoimento, acima descrito, revela duas das principais facetas na estrutura social e cultural do Brasil: a questão de classe e a de raça; acrescente-se a esse panorama, a de gênero. Aliás, quando se pensa sobre a questão de gênero no Brasil não é possível deixar de lado suas diversas

interseccionalidades, entre elas a de classe e a de raça. Benedita é um exemplo vivo de sucessivas práticas de violência política de gênero.

O descrédito para com a administração da Presidenta em decorrência de sua incapacidade para governar foi uma constante nos dois governos de Dilma. Antes mesmo de governar, quando ainda estava em campanha, nas Eleições de 2014, por exemplo, em um debate televisivo ocorrido entre os candidatos, transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, ao findar o debate os jornalistas se dirigiram aos candidatos presentes e quando chegou o momento de Dilma fazer uma avaliação de sua participação no confronto com os candidatos, ela, ao vivo, sofreu uma síncope, provavelmente motivada por uma queda de pressão; ela solicita uma cadeira para sentar-se e pede um segundo para se restabelecer, e de fato, logo melhora e se coloca à disposição para ser entrevistada, mas este fato, imediatamente viraliza como uma “prova” de que a candidata apanhou tanto de seu principal oponente, Aécio Neves, que não “suportou a lapada”:



Vale ainda acrescentar que “falar mal da mulher” é uma das mais eficazes estratégias para inibir, desestimular a disputa, presença e participação das mulheres por espaços de poder. Luana Tomaz, docente da UFPA, em seu *post* na rede social *Facebook* assim asseverou sobre a campanha eleitoral de 2014:

Independente de qualquer partido ganhar as eleições, sei que a misoginia saiu vitoriosa. A Dilma foi chamada de gorda, insinuaram que era lésbica porque é divorciada (...), riram da queda de pressão dela (...). Dilma e Luciana foram chamadas de levianas, o coque de Marina ganhou mais atenção do que as propostas dela (...) tantos obstáculos que as mulheres precisam superar para chegar ao poder que não estranha termos baixo percentual de vagas da câmara, por exemplo. (Jornal “O Liberal-PA, 24/10/2014)

A tentativa de despersonalizar e invisibilizar (CARNIEL, 2018) a Presidenta também foi uma proposta sistemática na produção de *memes*.

A primeira categoria congrega um conjunto de manifestações que deslegitimam o estatuto político e a própria existência de Dilma como ser autônomo, tornando-a invisível ou insignificante. Ao enunciar a relação dela com o ex-presidente Lula como sendo de dependência ou mesmo de completa identidade, tais *memes* ecoam a advertência feita por Araújo (2010) sobre a tendência de supervalorizar a importância do patriarcado ou líder político nas carreiras eleitorais das mulheres. (...) (CARNIEL, 2018, p. 535)

A série de *memes*, abaixo ilustrados, demonstram cabalmente a tentativa de colocar a Presidenta como alguém sem capacidade própria, sem brilho ou carisma para governar:



Um outro exemplo que ilustra bem essa situação de violência política de gênero, foi também vivida pela então candidata a vice-Presidente do Brasil, Manuela D'Ávila, que, em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, no mês de junho de 2018, foi sucessivas vezes interrompida em sua fala pelos seus entrevistadores. Foram exatamente 62 interrupções, contra, por exemplo, 08 interrupções vividas pelo então candidato a presidência do Brasil, Ciro Gomes, do PDT, quando entrevistado pelo mesmo programa. Instada a explicar sobre as diferenças na condução do referido programa, afirma ela:

Atribuo à cultura arraigada do machismo e da misoginia. Em nossa sociedade é mais fácil encontrar plateia naquilo que desconstrói a mulher, né? Mas eu sempre gosto de ver o lado positivo das coisas. O episódio do Roda Viva já tinha acontecido mil vezes comigo: os jornalistas sempre me interromperam, sempre tentaram me ensinar sobre aquilo que eu faço. ([Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica](http://Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica). Acesso em 19/05/2021)

Restringir, cortar, ou mesmo invisibilizar a presença e a fala das mulheres políticas parece ser outra promissora estratégia de desconstruir a participação da mulher nos espaços de poder. Não é raro tal fato acontecer no ambiente da mídia. Flávia Biroli (2014) faz menção a isso quando afirma que, na maioria das vezes, escolhe-se um homem parlamentar para comentar sobre fatos cotidianos da atividade parlamentar e que é raríssimo uma mulher parlamentar desenvolver sua fala; noutros termos, daí se deduz, que há uma tentativa, muito eficiente, dos *mass media* de invisibilizar a atuação das mulheres no parlamento e na gestão governamental, imprimindo, com destaque e privilégio, visibilidade e escuta a fala masculina.

A Presidenta Dilma Rousseff foi sucessivas vezes desqualificada como alguém competente para exercer o cargo de Presidenta. Ela é apresentada pelas revistas hegemônicas, *Veja*, *Istoé* e *Época*, como “um poste” de Lula, uma espécie de fantoche deste, como alguém que não tem brilho próprio. (LIMA, 2020). Algumas das capas de revista trabalham tentando passar essa mensagem, além de outras, para naturalizar como um fato já decidido, o processo de *impeachment* e sua saída em definitivo do governo.



Antônio Fausto Neto (2019) ao comentar sobre a produção das capas de revistas onde o corpo da Presidenta é exposto assevera que “discursos jornalísticos investem e fazem do corpo da presidente enunciado em fotografias, seu objeto, capturando-o e constituindo-o no principal significante de suas manifestações desde o desencadeamento à consumação do *impeachment*.” (FAUSTO NETO, 2019, p.17)

Nas quatro capas acima ilustradas, o que se tem é a tentativa de construção da imagem pública (GOMES, 2004) da Presidenta como alguém sem capacidade de governar, pois a presença constante (e obrigatória) do seu antecessor, o Presidente Lula, é que garante a ela as condições de governabilidade. Então à sombra, representada por um poste, e a mão de Lula a guiar sua campanha e, posteriormente, seu governo, a desqualifica como alguém capaz de administrar o País. Em consequência dessa visão estereotipada sobre o feminino na política, se fortalece a representação contida nas duas outras capas, ou seja, a ideia de que, sem saber governar, perde seu poder e apoio político e nada mais resta, senão, contar as horas e os minutos para ela, finalmente, deixar o poder.

Vale salientar: o corpo é discurso. Referimo-nos não ao corpo físico, mas o corpo publicado, o corpo no sentido da imagem, do corpo discursivo, assim, importa os dizeres sobre o corpo. Assim falam sobre o corpo e sobre o sujeito.





Formula Fausto Neto (2019):

O corpo em oferta pertence a arquivos de vários reais, mas dele fragmentos são pinçados e postos a serviço de uma determinada angulação que é tencionada e/ou demandada pelo trabalho da enunciação; fragmentado em vários ‘pedaços’ é, ao mesmo tempo, potencializado e dinamizado para que a enunciação possa fazer emergir determinado tipo de referente. (FAUSTO NETO, 2019, p.19)

Nas outras quatro capas, acima ilustradas, não só o corpo da Presidenta está exposto, mas como ele diz muito sobre a mensagem que se deseja transmitir: na primeira capa de *ISTOÉ*, o rosto da Presidenta é exibido como se ela estivesse de cabeça baixa, envergonhada pelos seus supostos “7 crimes” e não tivesse coragem de enfrentar os brasileiros. Na segunda capa da Revista *Época*, a Presidenta aparece de corpo inteiro, mas onde se vê apenas uma parte lateral de seu corpo, com mãos voltadas para as costas, ela olha para a frente, sozinha e em completo abandono, daí o enunciado que acompanha a capa: “a solidão de Dilma”, ou seja, ela perde o apoio político, inclusive de sua base eleitoral e lhe resta apenas, a solidão do poder.

A terceira capa é emblemática porque brinca com o enunciado “fora do baralho”, a capa de *Veja* é uma forte violência simbólica de gênero; a capa, propositadamente traz a imagem da Presidenta, numa foto quando toma posse e nela vê-se nitidamente, rasgões, pedaços da página rasgada para demonstrar a sua destruição, complementada com a ideia de que ela já é carta fora do baralho. No entanto, essa capa é do dia 20 de abril de

2016, como todas as outras, aqui ilustradas, são de dois, três meses antes do julgamento final do processo de *impeachment* que só acontece em 31 de agosto, então o que se observa é uma sentença condenatória já construída na narrativa das revistas hegemônicas semanais, a inevitabilidade do crime de Dilma já fora comprovado, e as revistas apenas anunciam o seu desfecho. A própria capa de *Veja*, traz o seguinte enunciado, abaixo, da imagem da Presidenta: “Com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”.

As mesmas intenções de naturalizar o *impeachment* da Presidenta como um fato impossível de ser revertido, é apresentado pela *ISTOÉ*, publicada no dia 17 de agosto, dias antes do julgamento final do *impeachment* pelo Senado Federal, o corpo de Dilma é apresentado como se ela estivesse saindo de uma porta, supostamente a porta do Palácio do Planalto, seguido do enunciado em caixa alta: A hora de sair. Abaixo, lê-se o seguinte: “Dilma já leva seus pertences para Porto Alegre e planeja exílio de oito meses pela América Latina. Os crimes contra ela ficaram evidentes, e com a sua iminente retirada, a gestão que levou o país a ruína econômica será finalmente uma página virada”. Cabe indagar: Como sabe Dilma que foi punida por crime de responsabilidade fiscal se o seu julgamento ainda não ocorreu? Então por que ela estaria já iniciando a sua mudança para sua cidade, Porto Alegre? Por que ela necessita exilar-se? Está fugindo de quê? E que organismo oficial afirma que seu governo levou o Brasil a ruína? Onde estão os dados oficiais para demonstrar tais fatos econômicos? Mas mesmo assim, a revista foi distribuída em todo o território nacional antecipando fatos que ainda sequer ocorreram e desinformando a população pela ausência de dados oficiais que demonstrassem, cabalmente, que a Presidenta, por meio de seu governo, arruinou a economia brasileira.

A perseguição dos meios de comunicação hegemônicos contra os governos do PT, não é fato novo; ao comentar sobre a sua campanha eleitoral no ano de 2014, Dilma Rousseff destaca como a mídia hegemônica, principalmente o *Grupo Globo*, trabalhou incansavelmente para desconstruir a sua candidatura fazendo uso de uma narrativa que a apresenta como uma mulher sem os atributos necessários para ser reeleita. Entre as várias manchetes produzidas não só pelo *Jornal O Globo*, mas também pela *Folha de São Paulo*, Dilma seleciona a seguinte manchete: “Debate

acalorado tem ataques pessoais, no fim, Dilma passa mal”, no qual se repete o mesmo mantra misógino, e explica:

Os ataques não foram mútuos, partiram apenas de Aécio, que é poupado no título. Mas a manchete sugere que eu tive um mal-estar após o debate por não ter resistido aos ataques pessoais que sofri. De novo, a imposição da tradição patriarcal, que relaciona as mulheres à fragilidade, à delicadeza e ao despreparo. A manchete convida o leitor a pensar dessa forma. (ROUSSEFF, 2021, p. 54)

A atribuição da falta de competência, ou de que a política é o lugar do homem e não da mulher, são estereótipos comumente utilizados para desqualificar a presença da mulher nos espaços de poder. Atribuir que uma candidata é o “poste” de outro político, portanto que ela não possui brilho e competências próprias; além da qualificação da mulher como um ser frágil, sensível e delicado, são tentativas violentas de afastar a mulher do ambiente político. Alguns *memes* tentam construir essa imagem sobre a Presidenta, ou seja, alguém incompetente para governar o País:





Ser mulher é não ser homem, é ser mãe e não ser pai, pq pai não é mãe e mãe é a mulher que nao é o homem pq o homem é o pai.  
Feliz dia da mulher |

Dilma Rousseff



Assim, “não seria exagero afirmar que todos os *memes* contrários a Dilma têm potencialmente a intencionalidade de humilhar e ridicularizar, na medida em que expressam o anseio político de deslegitimar a autoridade usando do humor ou do grotesco para esculhambar e escrachar.” Formula Fagner Carniel (2018, p.536)

O resultado de tantas imagens que desconstroem não só a Presidenta Dilma mas todo o feminino servem, na verdade à manutenção das estruturas de poder excludentes, baseadas em interesses, opiniões e perspectivas normalizadas, ofuscando, por meio do humor, a história da desigualdade estrutural que desemboca na situação de sub-representação das mulheres nos espaços de poder. A violência política de gênero, portanto, por meio de *memes* e outras maneiras de comunicação, se prestam ao papel de fortalecer a máxima de que o lugar da mulher, não é, definitivamente na política partidária, tampouco em cargos de representação democrática.

A violação da intimidade da mulher política, a exposição publicitária de sua vida privada, com quem se relaciona, de preferência, amorosamente, como vive no dia-a-dia é um expediente corriqueiro nas várias produções midiáticas cujo interesse é desviar a atenção do leitor para as atividades da parlamentar e/ou da gestora pública para suas ações de trabalho. Um dos exemplos sobre esse tipo de narrativa midiática é uma matéria que foi publicada pelo Jornal Correio Popular, no dia 21 de março de 2016, intitulada “uma pessoa para namorar Dilma”, escrita pelo jornalista Joaquim Mota:

Trabalhando há décadas com casais, relações amorosas e eróticas, pude sempre observar que todos vivemos melhor, mais seguros e dispostos a lidar com as dificuldades e enfrentar desafios quando temos uma

companhia ao nosso lado.

Os seres humanos “somos” carentes e gregários, “precisamos” de tempo e espaço para as interações afetivas e da intimidade sexual confortável e prazerosa.

S. Freud já anunciava que o ser humano que melhor vive é o que ama e trabalha.

As mulheres, com sua força espiritual decisiva, dedicam-se exponencialmente ao vínculo amoroso com seus companheiros, parceiros, familiares e amigos.

O mais importante ser humano do Brasil é uma mulher, a Presidente da República. E, no momento atual, é pessoa mais focalizada, criticada e comentada por todos.

Vê-se que ela se esforça, empenha-se de várias formas, mas está tensa, tendenciosa, só se dedica ao trabalho de se manter no cargo.

Se abrisse o coração para um relacionamento, tendo a companhia de alguém para compartilhar os eventos e as emoções, talvez pudesse expandir os horizontes e sair um pouco desse escafandro de guerrilheira e autoridade obstinada.

É claro que essa postura guerreira e laboriosa já teve sua aplicação devida. Ela foi muito importante como militante combativa e protagonista política.

No entanto, agora, Dilma deve pensar e agir mais como mulher, mãe e avó. E decidir afetuosamente, pelos milhões de brasileiros que equivalem a seus filhos.

Rita Lee profetizou que o mundo seria muito melhor se fosse governado por mulheres. Elas evitariam guerras, competições desnecessárias e promoveriam o amor.

Amir Klink indicou que se um homem estivesse em risco de naufrágio, necessitaria de uma mulher, pois, ao invés de competir com o mar, como faria o homem, a mulher acharia um jeito paciente e competente de contornar as águas revoltas.

Está na hora da nossa mulher mais importante fazer algo nobre, afetivo e dignificante: sair do governo. Ela salvaria o País e a sua biografia. Seria mais fácil se Dilma começasse um namoro. Uma pessoa com quem compartilhasse a cama, que acariciasse o seu corpo, motivasse seu espírito, que lhe sussurrasse a verdade do estrago em que vive o Brasil. Desse modo, mobilizaria a sua alma feminina e ela passaria a sentir os brasileiros ao invés de os enfrentar.

Alguns insinuem que ela só namoraria uma mulher. Não importa, po-

deria até ser melhor. Se a bússola sexual de Dilma for homo, hetero ou bierótica, não vem ao caso. O interessante é que a orientação final seja um norte decisivo e construtivo: o amor inteligente.

Afeto e inteligência que liberem os filhos brasileiros dessa crise infernal e defina para Dilma um destino biográfico respeitoso e digno.

O longo discurso, acima descrito, coloca claramente a visão misógina que se pauta no medo do feminino, ou seja, no medo da mulher emancipada, que opta por uma experiência de vida na qual a figura masculina não serve de couraça de proteção afetiva e de dependência de que natureza for; ao observar-se à figura de mulher tão “dura”, o autor apela, para a feminilidade de Dilma, que precisa se sensibilizar pois afinal é “mulher, mãe e avó” e portanto, assim deve ver o Brasil, como um ente feminino e seu povo, como seus filhos.



Por acaso, o leitor já leu tal comparação e necessidade de tratamento ser cobrado ao gênero masculino? Já foi solicitado a um político ver o seu país com o olhar de homem, pai ou avô? É por isso que esse discurso, não só é eivado de estereótipos do gênero feminino como igualmente, caracteriza-se por uma construção misógina e altamente violenta a figura da mulher política.

Na mesma esteira da violência política de gênero sofrida pela Presidente Dilma, na campanha de 2020 à Prefeitura de Porto Alegre a candidata do PSOL-RS, Manuela D'Ávila relatou a violência de gênero por ela sofrida durante sua campanha e por ocasião dos debates entre os candidatos. Disse ela saber que um parlamentar por quem houvera se relacionado há pelo menos dez anos atrás também era candidato ao mesmo cargo que ela e que, ao participar de um dos debates televisivos, em um dos blocos o debate deveria acontecer entre eles dois e para sua surpresa,

relata ela:

Fui surpreendida por um conjunto de ataques absolutamente violentos sobre mim, minha honra e meu caráter. (...) eu me pus a pensar: a serviço de qual de meus adversários essa candidatura laranja de um ex-namorado havia sido construída? Entendi, de maneira clara, que ele faria uso, para me atacar, da legitimidade que homens com os quais mulheres se relacionaram têm socialmente. (...) (D'ÁVILA, 2021, p. 127-128)

E acrescentou, ainda um pouco mais dessa experiência de violência política de gênero:

Alguns dias depois, teríamos o único debate televisivo do primeiro turno, na Bandeirantes. Quando cheguei, preparada e entusiasmada para apresentar nossas ideias, vi vários candidatos rindo, trocando piadas com aquele candidato vulgar. Os sorteios – nunca tive sorte com eles – fizeram com que no primeiro bloco eu perguntasse para esse candidato. Na réplica, um ataque pessoal em que ele dizia que eu havia traído todas as minhas amigas, amigos e a ele, “claro”, usou com ironia. De qual traição ele falava? Pessoal ou política? Pouco importa para quem escuta. Mulheres públicas são sempre as loucas, as burras, putas, abjetas e nojentas. (..) Saí do debate sentindo uma solidão e uma vergonha indescritíveis e que só cresceriam nos dias seguintes. (D'ÁVILA, 2021, p. 128-129)

A exposição da vida pessoal, como a experiência narrada acima, além do uso violento de frases chulas e misóginas, dirigidas as mulheres, principalmente no ambiente virtual, tem sido uma constante. O *WhatsApp* por meio da produção de *Fake News* tem sido o ambiente privilegiado para a desconstrução de reputações das mulheres políticas.

Ser fotografada em sua intimidade, realizando atividades corriqueiras do cotidiano, como ir à praia, ao *shopping* pode se transformar para a mulher política em um risco dessas imagens serem utilizadas em seu desfavor, para se transformar em humor, travestido de violência sexista de gênero.



O corpo, assim exposto, ao invés de servir para demonstrar a liberdade e autonomia da Presidenta em superar estigmas e estereótipos sobre a idade, a beleza plástica insistentemente buscada como um modelo de felicidade, serve como fragmentos, colocados à serviço de uma determinada angulação de enunciação com vistas a passar certo tipo de mensagem para desmoralizar, ridicularizar o corpo da Presidenta.

Ser chamada de ladra, incompetente, puta, vaca, vagabunda, até mesmo ser constantemente agredida em *memes*, leva-nos a pensar sobre a banalização do corpo e da vida das mulheres no Brasil. Tal fato tem reflexo, inclusive no expressivo número de feminicídios no País. A despeito dos avanços quanto a proteção da violência contra as mulheres como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, as mulheres não estão livres da violência sexista.

A série de *memes* abaixo, apresentam a Presidenta sendo barbaramente agredida, chegando seu rosto a ser transfigurado por marcas da violência. O outro *meme* é estarrecedor, não só para a dignidade da Presidenta,

mas para a de todas as mulheres; o *meme* remete ao caso do ex-goleiro de futebol do clube Flamengo, “Bruno Fernandes e de seu colega Macarrão (Luiz Henrique Romão), condenados pelo sequestro, cárcere privado e homicídio de Eliza Samudio em 2013, modelo que estava grávida de Bruno.” (CARNIEL; RUGGI; RUGGI, 2018, p. 540).



Tais *memes* trazem consigo a naturalização da violência contra a mulher, é um total desrespeito não só com a Presidenta Dilma, mas com todas as mulheres que veem seus corpos serem agredidos e, pior, ainda sofrendo a mais dura crueldade, que é a perda da vida, como sugere o segundo *meme*, tal como aconteceu na “vida real” com Eliza Samudio, que por engravidar e ter um filho não desejado por seu companheiro Bruno é morta, ao que tudo indica, com requintes de crueldade, pelo cúmplice e amigo de Bruno, Macarrão. O terceiro *meme* desrespeita todas as mulheres quando afirma que, sob pretexto de não sofrer o *impeachment* a Presidenta engravidada e consegue não ser demitida, como manda a legislação

trabalhista. Novamente vê-se repetir a máxima de que o lugar da mulher não é exercendo atividades laborais fora de casa, pois por engravidar, ela leva ao prejuízo e excesso de gastos aos diferentes setores e espaços laborais. Aqui, a mulher é punida porque, por um ato eminentemente natural, seu corpo gesta. E ainda: “O que os *memes* contra Dilma inseridos nessa categoria demonstram é que as mulheres políticas não estão imunes às ameaças de agressão, justamente por ser um ponto que transpassa toda a vivência misógina.” (CARNIEL; RUGGI; RUGGI, 2018, p. 541).

Para ilustrar esse tipo de violência de gênero no parlamento brasileiro destacamos a experiência vivida por Manuela D’Ávila, no ano de 2018, quando concorreu à vice-presidência do Brasil, disse ela sobre as ofensas sofridas:

E então, entre 2014 e 2020, tornei-me um dos alvos preferenciais das máquinas de destruição de reputação de mulheres e “colhi os frutos” dessa destruição permanente e continuada nas eleições de 2018, quando todos os atributos negativos construídos a meu respeito foram utilizados ao mesmo tempo: a Manuela hipócrita que defendia o socialismo mas fazia enxoval milionário em Miami; a Manuela “drogada” com tatuagens horrorosas e olheiras profundas; a Manuela vagabunda que tinha fotos (falsas) nuas circulando por aí. (...) (D’ÁVILA, 2021, p. 125)

E acrescenta à sua própria experiência, a sofrida recentemente pela vereadora Isa Penna, do PSOL-SP:

Quando a eleição acabou eu pensei que levaria muito tempo para uma mulher pública viver situações de violência como aquelas que eu havia vivido. Dias depois, a deputada Isa Penna (PSOL-SP) foi apalpada em seus seios dentro do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo. Quando tentou denunciar, teve que pedir silêncio diante de um plenário indiferente à violência que ela havia sofrido e que fora amplamente documentado. (D’ÁVILA, 2021, p.133-134)

Manuela D’Ávila, na citação acima, faz menção a um caso mais recente e de grandes proporções, que ocorreu no final de 2020 na Assembleia Legislativa de São Paulo. A deputada Isa Penna, do PSOL-SP, já em atividade política, no interior da Assembleia, foi apalpada em seus seios, tocada sem seu consentimento, por outro deputado, Fernando Cury, do CIDADANIA-SP, durante ses-

são na casa legislativa. A deputada que se encontrava de costas conversando com o presidente da Casa, através da bancada, foi surpreendida pela chegada por trás do deputado que passou a mão e permaneceu, na lateral de seu corpo, na altura dos seios, toda a cena foi registrada em vídeo. “Eu estava de costas, só senti a mão dele escorregar na minha lateral. No momento em que eu senti, virei e falei para ele: ‘Quem você acha que você é? Você está louco? Passar a mão em mim assim?’ E empurrei, tirei a mão dele”. No mesmo dia, a deputada registrou boletim de ocorrência e denúncia formal junto ao Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro. A deputada pediu a investigação e cassação do mandato do deputado pela prática da violência. No decorrer do mês de fevereiro de 2021, a denúncia foi aceita pelo conselho e segue para investigação.

A Deputada Federal, pelo PSOL-RJ, Jandira Feghali, ao relatar sobre as experiências sofridas de violência política de gênero, oferece um rolário de práticas abusivas, que buscaram, sobretudo, a difamar moralmente. Afirmou ela ter sofrido muitíssimo na Campanha de 2006, momento em que concorria a uma vaga ao Senado, pelo Rio de Janeiro, numa ampla coligação de partidos de esquerda – PT, PCdoB e PSB. Relata ela:

Panfletos apócrifos, de papel couché, de boa gramatura, que me acusavam de ser assassina de crianças inocentes, eram espalhados por toda a cidade, em pontos de alto fluxo de pessoas. (...) Cartazes com minha própria altura foram colados em várias paredes da cidade do Rio de Janeiro, com minha imagem portando uma adaga suja de sangue de uma criança, com o *slogan* “assassina de inocentes”. Imagem que impactou minha filha de treze anos quando deu de encontro com um desses cartazes na rua. (...) Programas de rádio e TV foram feitos com esse conteúdo, associando às minhas posições no parlamento que eu seria contra a vida e defensora da morte e do aborto. (FEGHALI, 2021, p. 94-95)

E acrescenta:

Como se já não bastasse tudo isso, na véspera e no dia da eleição, tivemos mensagens por SMS em todos os celulares ligados às redes OI e TIM dizendo: “Não vote em Jandira Feghali, ela não acredita em Deus, é a favor do aborto e é responsável pela morte de milhões de crianças inocentes”. (FEGHALI, 2021, p. 95)

Não é de hoje que as campanhas eleitorais têm se caracterizado mais por pautas “morais e dos costumes” do que por proposituras concretas de ação dos candidatos. Parece ser mais impactante ao *marketing* político mexer com questões que são ainda muito fortes no Brasil, pois sendo o país conservador que é, trazer à baila questões tais como: aborto, casamento homoafetivo, feminismo, menor idade penal, entre outros temas com pautas morais, despertam, imediatamente, a atenção do cidadão.

O que se observa é que tais temas impactam muito mais as campanhas femininas do que as masculinas. Colocar em “xeque” a reputação, a moral das mulheres candidatas, ganha, cada vez, maior visibilidade e aderência.

A cada eleição surgem novas denúncias de que algumas mulheres que se candidatam a diferentes cargos, principalmente para o parlamento, são utilizadas, na verdade, como “candidatas laranjas”, isto é, mulheres que são selecionadas pelos Partidos Políticos ou para comporem os 30% das vagas exigidas pela Lei de Cotas, vigente desde o ano de 1998, ou para delas se subtrair a verba pública de campanha para as candidaturas masculinas:

Segundo reportagem do dia 4 de fevereiro da Folha de São Paulo, quatro candidatas a deputada federal pelo PSL-MG receberam R\$ 279 mil de verba pública de campanha, sendo que pelo menos R\$ 85 mil foram destinados a empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores do atual ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em MG e foi o deputado federal mais votado no Estado. (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>, acesso em 03/04/2021)

Sobre essa questão, formula a ex-Deputada Federal, Célia Leão, do PSDB-SP: “Essa história de dizer: ‘Ah! Mas no nosso partido ficou vaga, vai faltar’. Então põem a ‘laranja’. Põem a mexerica, põem a banana, põem o que quiser, mas as mulheres tem de participar.” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 178)

Sem dúvida, uma das principais demandas das mulheres que se candidatam ou que estão exercendo cargos políticos é o respeito e os devidos direitos garantidos pela Justiça Eleitoral, as suas candidaturas e seus mandatos, além da luta pela paridade na representação política, assim se

manifesta a ex-Deputada Federal Iara Bernardes, do PT-SP:

Queremos paridade na representação política, não queremos mulheres nem homens em excesso ou insuficiência, mas em oportunidades iguais. Se homens e mulheres dividem o ônus e a responsabilidade na construção do nosso País, é preciso também dividir o ônus e a responsabilidade de decidir sobre os destinos. (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.179)

A luta por igualdade, pelo direito a uma campanha igualitária e sem privilégios de gênero, de classe, de raça etc., tem sido uma forte reivindicação no ambiente político das mulheres, como também uma bandeira do feminismo, de superação do patriarcado, do machismo e da misoginia

A exclusão das mulheres parlamentares na participação de Comissões, de Mesas Diretoras, na liderança de seu Partido Político é uma experiência constante no dia-a-dia das parlamentares. Muitas, com total competência e experiência política são muitas vezes preteridas pelo simples fato de serem mulheres, assim apresentou dados do ano de 2021, a militante política e professora aposentada, Silvana Conti:

Dos 530 deputados, só 77 são mulheres; dos 11 cargos da Mesa Diretora (incluindo os suplentes) as deputadas ocupam apenas dois; e das 25 comissões permanentes somente 4 são presididas por mulheres, e somente 12 senadoras entre 81 eleitos. A baixa representatividade das mulheres brasileiras na política se reflete também na ocupação de cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados, Das 25 comissões permanentes da Casa, apenas 4, ou seja 16%, são presididas por mulheres neste ano. ([Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica](http://Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica). Acesso em 19/05/2021)

Experiência ainda mais patética, que seria a não participação em funções de destaque no Parlamento, é o relato da Deputada Federal Talíria Petrone, de ser “barrada” pelos seguranças, por não a reconhecerem como parlamentar, ou ser desrespeitada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça:

Se o primeiro dia como vereadora foi difícil, estar no Congresso Nacional, no centro da política brasileira, tem sido ainda mais desafiador.

Quantas vezes fui barrada na porta, mesmo com o broche me identificando como deputada? Até na posse fui barrada! Em reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, na qual representava meu partido, já fui chamada de favelada louca (...); já tive que ouvir de deputados coisas como “façam essa menina se calar”. (PETRONE, 2021, p. 205-206)

A tentativa de desqualificar a mulher tratando-a, de maneira pejorativa, como “essa menina”, “aquela mulher”, como fizeram tantas vezes alguns parlamentares para se referirem a ex-Presidenta Dilma Rousseff, além de “favelada louca” são xingamentos de forte conteúdo e violência política de gênero, cujo intento é inibir a fala e a atuação da mulher nos espaços de poder.

Outra prática de violência corriqueira são as mulheres parlamentares ou gestoras serem interrompidas em seus lugares de fala.<sup>1</sup> A atual Deputada Federal pelo PSOL-RJ, Talíria Petrone, eleita a nona Deputada mais votada pelo seu Estado, nos oferece mais um depoimento elucidativo sobre a prática de violência política de gênero, e, principalmente, de como as mulheres políticas “pagam” um alto preço ao decidirem ocupar espaços de poder:

Não é fácil nem confortável disponibilizar nossa vida para a tarefa parlamentar. Minha experiência – que infelizmente não é isolada – foi extremamente violenta desde o primeiro dia e segue sendo. Uma violência que se manifesta de muitas formas. Quantas vezes interrompida? Quantas vezes objetificada? Quantas vezes ridicularizada? Quantas vezes vítima de mentiras? Quantas vezes ameaçada? Não é possível quantificar tamanha violência. (PETRONE, 2021, p.198-199)

A parlamentar Tabata Amaral, do PDT-SP, por sua vez, faz menção a um Projeto de Lei que apresentou na Câmara de Deputados no sentido de garantir absorventes as mulheres em situação de vulnerabilidade e que deixam de frequentar a escola ou ao trabalho por estarem menstruadas e não terem recursos financeiros para comprar absorventes e de como

---

<sup>1</sup> A autora do livro, *O que é lugar de fala?*, filósofa, negra e feminista, Djamilia Ribeiro, define a expressão “lugar de fala”, como vozes que foram historicamente sendo interrompidas. A hierarquia social estruturada, faz com que certas vozes e saberes sejam inferiorizados, fazendo com que estes permaneçam em lugar de silenciamento. Desse modo, o lugar de fala serviria justamente para proporcionar visibilidade a ideias e vozes que por décadas não foram ouvidas e simplesmente postas em esquecimento. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-e-lugar-de-fala/>> Acesso em : 05/10/2021

tal sugestão gerou uma série de piadas dirigidas ao seu Projeto:

Disseram que queríamos dar uma “bolsa perereca”, que ninguém era obrigado a bancar absorvente “para fêmea” e que daqui a pouco defenderíamos a distribuição de chocolate para combater a TPM. A enxurrada de ofensas que se seguiu não veio apenas de anônimos nas redes sociais. Comentaristas renomados e políticos também as proferiram. A rede bolsonarista logo se articulou e, entre comentários de “vai lavar louça”, “marionete de globalistas”, “isso é carência” e “pega os absorventes e manda pras tuas primas”, havia também reações ofensivas e preconceituosas de parlamentares e membros do governo Bolsonaro, como foi o caso do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, que insinuou que uma estatal deveria ser criada e sugeriu que ela se chamasse “CHICOBRÁS” ou “MenstruaBR”. (AMARAL, 2021, p. 191)

No caso da Deputada Tabata, a violência a ela dirigida foi ainda maior, do que interromper seu lugar de fala, pois desqualifica uma propositura de ação parlamentar como se esta estivesse no Parlamento “brincando” de legislar.

No ano de 2015 durante uma sessão parlamentar para a votação de uma Medida Provisória (MP), na Câmara dos Deputados, a deputada Jandira Feghali, do PCdoB-RJ, foi ameaçada e agredida na frente de todos, por dois de seus pares, durante discussões na plenária. A deputada em uma tentativa de acalmar os ânimos de dois deputados que discutiam calorosamente, foi empurrada com força por um deles, o deputado Roberto Freire, do PPS-SP. Nesse momento, após reclamar do ocorrido, Jandira foi interrompida por outro deputado, Alberto Fraga, do DEM-DF, que do microfone de sua bancada lhe dirige uma ameaça:

“Bate como homem, tem que apanhar como homem” – 2015. Essa é a fala do deputado Alberto Fraga (DEM/DF) no plenário da Câmara, enquanto o deputado Roberto Freire (Cidadania/SP) cometia violência física contra mim. – duas formas de violência política de gênero. (FEGHALI, 2021, p. 99)

A fala proferida pelo deputado, para todos ouvirem, sem o menor tipo de constrangimento, é o retrato explícito da violência política a qual as mulheres parlamentares são submetidas diariamente. É nítida a insa-

tisfação e o inconformismo do parlamentar em dividir aquele espaço de poder e decisão com uma mulher. Assim como as outras situações apresentadas, a prática sistemática, através de diversos meios, proporcionada pela reprodução da violência política, busca impedir, barrar, amedrontar, limitar a atuação de mulheres. Esta trata-se de uma prática misógina, preconceituosa e sexista, que atinge as mulheres políticas indistintamente.

A ex-Deputada Federal, Jô Moares, do PV-MG, relata uma situação comum no parlamento: a invisibilidade das mulheres políticas, até mesmo por parte dos servidores da Casa:

Essa rotina se repetia em diferentes ocasiões do cotidiano parlamentar. Em reunião conjunta dos colégios de líderes da Câmara e do Senado, ocorreu algo semelhante. O assessor que servia o cafezinho levou as xícaras até as cadeiras onde estavam sentados de homens. Parou quando iniciaram as cadeiras onde estavam os líderes do PCdoB, Jô Moraes, do PV, Rosane Ferreira, e do Cidadania, Carmem Zanotto. Tivemos que chamá-lo. E ele comentou: “A gente serve primeiro os deputados”. Para aquele servidor, as mulheres que estavam ali deveriam ser assessoras. (MORAES, 2021, p. 120)

Esse exemplo remete a uma outra situação muito comum no dia-a-dia: quando estão em uma mesa de restaurante, um homem e uma mulher; o garçom, quando traz a conta, se dirige, inquestionavelmente ao homem. Assim, estando presente o homem, a mulher, subliminarmente, é invisibilizada. O exemplo, a seguir, ilustra tal assertiva:

Os obstáculos começam com algo que deveria ser simples, que é a minha entrada física nos prédios da Câmara. Após quase dois anos de mandato, ainda é comum que os seguranças questionem se sou mesmo deputada, demonstrando todo tipo de reação quando respondo que sim. (AMARAL, 2021, p. 189)

Indagamos: será que os homens são igualmente questionados se são ou não deputados? Parece-nos que não. Será que há algo mais irritante e violento que isso? Ser interpelada, todo o tempo, para “provar” a legitimidade de um cargo político?

A Deputada Federal Joice Hasselmann, do PSL-SP, durante divergências dentro de seu próprio partido, foi atacada e agredida por seus

companheiros de legenda, que questionaram seu corpo, sua aparência, peso e até mesmo seu modo de falar. O então candidato a Deputado Federal, Alexandre Frota, numa dessas ocasiões, se referiu a mesma como “biscate” em sua conta no *Twitter*. O também Deputado Federal, Eduardo Bolsonaro, do PL-RJ, durante discussão a chamou de “Peppa Pig”, personagem infantil na forma de uma porca. A Deputada teve também seu nome e dos seus filhos envolvidos em ameaças de morte, sendo inclusive coagidos através de mensagens em seus celulares.

É importante ressaltar novamente que a violência política de gênero atinge mulheres de maneira indiscriminada, independente de filiação partidária ou ideológica. Joice Hasselmann que por vezes assumiu o discurso de seus agressores contrários as próprias mulheres, que fazia parte da mesma ordem social, política e ideológica daqueles que a agrediam, ao se posicionar contrariamente aos mesmos, foi vítima da violência política de gênero.

A deputada estadual Ana Paula da Silva, do PDT-SC, teve seu nome posto em destaque em diversos *sites*, não por sua trajetória e atuação enquanto prefeita da cidade de Bombinhas - SC, por dois mandatos, ou pelo seu mais novo compromisso como deputada eleita, mas sim, pela repercussão negativa que a escolha de sua roupa para tomar posse na Assembleia Legislativa de Santa Catarina causou. A Deputada foi desrespeitosamente tratada e vítima de comentários misóginos nas redes sociais, por fazer uso de uma roupa decotada durante a ocasião. Ela teve sua reputação e competência questionadas e atreladas à sua vestimenta, vista como não adequada. Quanto a série de ataques sofridos nas redes sociais, afirmou:

Claro que foi um dia de bastante sofrimento, não vou negar. Mas eu não vou arredar o pé daquilo que eu sou. Eu quero ser feliz acima de todas as coisas. E isso implica em me apresentar para as pessoas como eu sou. Corpo, alma, verdadeiramente aquilo que eu sou. Acho que esse preconceito precisa ser desconstruído. E de fato, no ambiente da política, a presença esmagadora de homens nos faz encolher, nos faz retroagir. (Entrevista ao Jornal Chapada, em 06/02/2019. <https://jornaldachapada.com.br/2019/02/06/polemica-deputada-de-santa-catarina-e-alvo-de-ofensas-nas-redes-por-uso-de-decote-em-posse/> Acesso em 10/05/2021)

Acrescenta Manuela D'Ávila:

(...) Aos 23 anos assumi meu primeiro mandato de vereadora e já na primeira semana ouvi de um parlamentar com a idade de meu avô que meu decote o provocava. Depois, em Brasília, isolada na condição de parlamentar mulher jovem sem parentes importantes, mesmo recordista de votos, fui apelidada de musa e permanentemente posta à prova. (D'ÁVILA, 2020, p. 125)

Quando os comentários jocosos não vêm em forma de “elogios”, como acima, eles vêm repletos de adjetivos abertamente desrespeitosos, como demonstra a narrativa abaixo da Deputada Federal Tabata Amaral:

Uma pesquisa realizada pela minha equipe em 2020 no *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* buscou os cinquenta termos machistas mais utilizados para se referir a mim. Em somente cinco dias, “carinha” foi usado 1767 vezes, seguindo de “meiga”, “teleguiada”, “mocinha”, “diabólica”, “bonitinha” e “precisa de homem”. Chamaram-me de “puta” 117 vezes. Infelizmente, não surpreende que um estudo da *Plan International* em 22 países tenha mostrado que 77% das meninas no Brasil já foram assediadas no meio *online*, número maior do que a média nas outras nações, de 58%. (AMARAL, 2021, p. 190-191)

O mesmo aconteceu com a Deputada Taliria Petrone:

Desde os primeiros meses do mandato, nossa página pública no *Facebook* já registrava de modo cotidiano diversas ameaças, difamações, ofensas, mensagens carregadas de racismo e misoginia. Não é razoável conviver com mensagens como “negra nojenta”, “volta pra senzala”, “puta”, “vagabunda”, “se encontro na rua dou paulada”, “merece uma 9mm na nuca, essa safada”, “tem que morrer, desgraçada”, “precisa de um pau grosso e que doa muito”. Depois da execução de Marielle, as mensagens que passaram a chegar extrapolavam ainda mais o tom: “Essa é a próxima a ter a cara furada”; “você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta”, diziam. (PETRONE, 2021, p.199)

A ex-Vereadora Áurea Carolina, do PSOL-MG, acrescenta a essas fortes experiências de violência política de gênero, acima descritas, a inter-

seccionalidade de raça, além de suas preferências por um determinado modo de se vestir, entre outras:

Quando assumi o cargo de vereadora de Belo Horizonte, em 2017, com a marca de maior votação da cidade, fui interpelada por colegas homens que me perguntavam como era possível que eu, tão desconhecida para eles, tivesse ganhado tantos votos. Em reuniões de trabalho, logo vinham piadas sexistas e racistas, comentários sobre meu cabelo, minhas roupas e minhas tatuagens, perguntas sobre minha vida privada e até insinuações sobre minha capacidade intelectual. (CAROLINA, 2021, p.25-26)

E acrescenta:

Vários colegas me chamavam de menina, e eu solicitava que fosse tratada com o mínimo de formalidade e respeito, Um deles de propósito, continuou me chamando de menina até eu sair da Câmara Municipal, e ainda me ridicularizava: “menina não, mulher!”. (CAROLINA, 2021, p.26)

Creemos já ser devidamente suficiente, a partir das narrativas descritas, a experiência de sofrimento, com que são tratadas as mulheres que “ousam” ocupar o espaço da política. O escárnio, o desrespeito, as “brincadeiras de mal gosto”, a sexualização de seus corpos, indevidamente desejados ou indesejados, demonstram a necessidade premente de trazer à tona a necessária denúncia das experiências de violência política de gênero sofridas pelas mulheres.

Talvez nenhuma figura pública, na recente história política do Brasil tenha sido tão exposta e sofrido tantas expressões de violência de gênero quanto a Presidenta Dilma Rousseff, PT-RS. Principalmente em seu segundo mandato, no qual finalmente, é deposta do governo, de forma definitiva, no dia 31 de agosto de 2016, por meio do processo de *impeachment*.

Durante seus dois mandatos, em diversos momentos, ela foi desqualificada por seus opositores por meio de uma retórica sexista e homofóbica. Em outras palavras, a forma sempre ambígua com a qual a Presidenta Dilma Rousseff foi tratada, seja na condição de candidata ou de eleita, caracteriza uma profunda atitude de violência política de gênero a ela

dirigida.

Um tema impactante que congestionou as redes sociais durante a campanha de 2010 da Presidenta Dilma foi, por exemplo, sobre a sua orientação sexual. Sendo uma mulher sozinha e divorciada, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua condição heteronormativa em dúvida. Foi postado na rede a mensagem de que Dilma Rousseff teria mantido uma relação homoafetiva estável como uma moça chamada Verônica, que havia trabalhado em sua casa como doméstica, e de que estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão. (LIMA, 2020, p.09)

Uma outra prática subliminar dirigida as mulheres políticas e que denota forte teor de violência política de gênero é aquela que, por meio da manipulação psicológica, leva a crer que as mulheres políticas perderam a condição de governar ou exercerem cargos no parlamento, por enlouquecerem, se tornarem mulheres históricas. A Presidenta Dilma relata sobre a experiência de ter sido apresentada pelos *mass media* como bruxa e louca:

São da mesma época do golpe duas capas que escancaram a campanha misógina contra uma presidenta eleita que a mídia queria derrubar. Uma foto publicada no *Estadão* na cerimônia de lançamento da pira olímpica, exibe uma sobreposição de imagem que cria a ilusão de ótica segundo a qual a minha cabeça estaria em meio a chamas. A imagem fazia lembrar, aos mais atentos, a condenação à que eram submetidas, na Idade Média, as mulheres acusadas de bruxaria por afrontar os dogmas e a servidão feminina impostos por um mundo em que apenas os homens, da aristocracia e do clero, mandavam e tinham direito. No caso de outra capa daquela época, da revista *IstoÉ*, nem era preciso recorrer a analogias históricas para perceber a forte agressão misógina. A revista inventou, da foto de capa à última linha de texto, a acusação de que eu havia me tornado emocionalmente desequilibrada. A imagem da capa era uma fraude para sustentar o insulto: uma foto em que eu gritava, de fato, comemorando em um estádio um gol da seleção brasileira, e que, cortada em close no meu rosto, fazia com que parecesse uma reação histérica de descontrole em outro ambiente. A misoginia e, em muitos casos, o machismo truculento contra mim nunca receberam da imprensa a devida repreensão. (ROUSSEFF, 2021, p.58-59)



Em um outro momento no qual discursa por ocasião do encontro das mulheres em defesa da democracia, Dilma enuncia o seguinte comentário sobre a capa de *IstoÉ*:

Estou indignada com a matéria da revista *IstoÉ* da semana passada. Demandei que a revista seja processada por crimes contra a honra e exigei direito de resposta. Essa revista vem sistematicamente mentindo, inventando, incitando o ódio e a intolerância. Produziu uma peça de ficção para ofender a mulher e a presidenta. Na verdade, com o propósito de me ofender como presidenta justamente por ser mulher. É um texto muito baixo, que reproduz um tipo perverso de misoginia, para dizer que quando uma mulher está sob pressão costuma perder o controle. Vem tentando, aliás, isto vem tentando ser feito há muito tempo, há muito tempo. Ninguém nunca pergunta a um homem: “você está sob pressão?”, “você está nervoso?” Não perguntam. E é interessante sinalizar... Mas é muito interessante notar, que, em relação à pressão, há duas hipóteses que eles levantam contra mim: a primeira é que sou autista, autista porque eu não reajo à pressão perdendo o controle. A segunda hipótese é essa que a revista levantou: que eu reajo com descontrole. Então, a mulher só tem duas hipóteses: ou ela é autista ou ela é descontrolada. Acho que é um desconhecimento imenso da capacidade da mulher resistir à pressão, às dificuldades, às dores e enfrentar os desafios. Eu tenho muito orgulho de ser mulher e de ser mulher brasileira. Não me acho diferente das mulheres que, nesse País, resistem, batalham e lutam para criar os seus filhos; que lutam muitas vezes sozinhas, enfrentando toda a sorte de problemas e que não se descontrolam nem são autistas. Eu quero dizer, ainda, que eu tenho imenso

respeito pelos autistas. Conheço, tenho na minha família, e sei perfeitamente que uma criança autista tem todo o mundo dela; não vejo isso como uma acusação, vejo isso como um desrespeito a certa condição. (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encontro-com-mulheres-em-defesa-da-democracia-palacio-do-planalto> Acesso em 19/08/2019)

Essas experiências constantes de tentativas de desqualificar o feminino agora podem, com o surgimento da noção de violência política de gênero, se transformar em espaço de denúncia e de sororidade para as mulheres que estão ou que buscam se inserir no espaço da política. Não dá mais para aceitar esse tipo de comportamento abusivo, desigual e desleal.

Pois a presença e participação das mulheres na política é uma realidade. Enfrentando barreiras sociais e culturais, obstáculos que recaem sobre o seu gênero, as mulheres têm, ainda que em números muito abaixo do esperado para uma democracia plena e justa, ocupado seu espaço de maneira ativa e qualificada, reivindicando seu direito de serem vistas e ouvidas.

Com isso e com base nessa participação, as mulheres enfrentam – o que a literatura acadêmica, ainda que não haja um consenso, por se tratar de um fenômeno novo no meio científico, tem nomeado como violência política de gênero – uma série de mecanismos sistemáticos que atentam contra elas em situação de vida pública e política, seja através de agressões, de xingamentos, de tentativas de as calar, de interromper, de expor sua vida íntima e sexual, cujo objetivo é impedir à sua presença num meio construído e tradicionalmente ocupado pelos homens. A luta mal começou, muito ainda há que ser denunciado e discutido para que, finalmente, as mulheres possam ocupar esse nicho tão fechado, como um direito, e como uma forma de fortalecimento da própria democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Tabata. Não nos calarão. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

ARAÚJO, Juliana Xavier de. **Memes: a linguagem da diversão na internet – análise dos aspectos simbólicos e sociais dos *rage comics***. Trabalho de conclusão do curso – Graduação em Comunicação Social/Jornalismo. Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder: um manifesto**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil. Tradução de Celina Portocarrero. 2018.

CÂMARA LANÇA CAMPANHA CONTRA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO COM FOCO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS. Câmara.leg.br/noticias/698624-camara-lanca-campanha-contra-violencia-politica-de-genero-com-foco-nas-eleicoes-municipais/. Acesso em 10/05/2021

CANDIDATAS LARANJAS: PESQUISA INÉDITA MOSTRA QUAIS PARTIDOS USARAM MAIS MULHERES PARA BURLAR COTAS EM 2018. 08 de março de 2018. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>, acesso em 03/04/2021.

CAROLINA, Áurea. Por nós e a partir de nós. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 24, nº 3, set.-dez 2018. p.523-546.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**. Vol. 9, nº17, jan-jun 2009, p.85-99.

D'ÁVILA, Manuela. O que pode ser pior do que disputar a eleição contra Bolsonaro? In: D'ÁVILA, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

DIOS, Vania Citlali de. **Violencia política contra las mujeres en México**. Instituto de Investigación y Capacitación de Derechos Humanos. 2016.

ESPECIAL MULHERES NA POLÍTICA. [Brasildefatores.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica](http://Brasildefatores.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica). Acesso em 19/05/2021.

FAUSTO NETO, Antonio. *Impeachment* segundo as lógicas de “fabricação” do acontecimento. In: GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruna. **(Des) construindo uma queda**. A mídia e o impeachment de Dilma Rousseff. Florianópolis, Editora Insular, 2019.

FEGHALI, Jandira. Para não calar, encarar! In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

FLÁVIA, Biroli. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia.

**Feminismo e Política.** São Paulo, Editora Boitempo. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 7ª ed., tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n° 14/15, 2006, p.231-239.

FRANCO, Anielle. Prefácio. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política e Trabalho.** Revista de Ciências Sociais, n° 53, junho/dezembro 2020. p.131-143.

HORTA, Natália Botelho. **O Meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica.** Dissertação de Mestrado. PPGC, Unb, Brasília, 2015.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. **Violencia contra las mujeres en política. En defensa del concepto.** Política y Gobierno. v. XXIII. n° 2, 2016.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na Política. In: **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º semestre, 2001.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo, Paulus, 2004.

LIMA, Elizabeth. Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. **Revista Eletrônica Vivência**, V.1, n° 56, PPGA/UFRN, Natal, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política.** São Paulo: Editora Boitempo. 2014.

MORAES, Jô. Por que não nos querem? In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

PANKE, Luciana; LIMA, Alice. A desqualificação do feminino nas Eleições 2014 - análise dos comentários no perfil de Dilma Rousseff no Instagram. **Revista Observatório**, v.3, n°1, jan.mar. 2017, p.84-104.

PETRONE, Taliria. Até que todo corpo de mulher seja livre. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

POLÊMICA DEPUTADA DE SANTA CATARINA É ALVO DE OFENSAS NAS REDES POR USO DE DECOTE EM POSSE. <https://jornaldachapada.com.br/2019/02/06/polemica-deputada-de-santa-catarina-e-alvo-de-ofensas-nas-redes-por-uso-de-decote-em-posse/> Acesso em 10/05/2021

ROSÁRIO, Maria do. Violência política de gênero, no singular e no plural. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e manipulação da mídia. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Porto Ale-

gre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

SILVA, Benedita da. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. In: D'Ávila, Manuela (org.) **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você. 2021.

SANTOS, Lorena Danielle; VELOSO, Ivana. A deposição de Dilma Rousseff através dos *memes*: um olhar sobre a misoginia, machismo e sexismo. **Temporalidades - Revista de História**, Edição 34, v.12, n.3, set/dez. 2020. Pp.257-279.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.) **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Salvador, EDUFBA, 2018.

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES. [blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres](http://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres). Acesso em 10/06/2021.

## FIGURAÇÕES DA CANDIDATA DILMA ROUSSEFF NAS CHARGES BRASILEIRAS: COMO INVISIBILIZAR A MULHER NA POLÍTICA

O uso de charges com os temas sobre conjuntura política, fatos ou acontecimentos políticos, além da construção/desconstrução de figuras políticas tem sido, ao longo da história da cultura política no Brasil, um recurso bastante utilizado. Pelo seu caráter burlesco, jocoso e de “neutralidade” jornalística, as charges são resultado de construção e desconstrução contínuas de imagens públicas de políticos e de sua atuação parlamentar ou executiva, de instituições sociais privadas ou públicas, de visões e desconstruções de visões do eleitor sobre o voto ou sobre as campanhas eleitorais, tais realidades midiáticas sempre existiram no espaço do jornalismo.

No entanto, também é notória a observação de que o uso exagerado das charges com uma intenção clara de desconstrução de figuras públicas há que ser, pelo menos, problematizado no campo da Antropologia da Política. Isto é, quando se une crítica à política e a condução política de uma mulher, em especial a candidata e depois Presidenta do Brasil, há que se fazer, necessariamente, um recorte de gênero e não deixar de observar que ainda vivemos sob a égide de uma sociedade e cultura machista, sexista e misógina.

Em nossas pesquisas com o tema charge sobre a Presidenta Dilma o que encontramos, na grande maioria foram produções chargistas criticando a candidata e depois Presidenta por meio de diferentes estereótipos tais como: incompetência para governar; insegurança para gerir o cargo assumido; mal gosto no vestuário; no penteado do cabelo etc.

Acreditamos ser extremamente necessário problematizar tais produções chargistas sob um olhar da Antropologia da Política para buscar desvelar, através das charges como elas tem ajudado a reproduzir uma determinada forma de pensar o feminino e a disputa e participação da mulher nos espaços de poder.

## O USO DA CHARGE E A PERCEPÇÃO DA CULTURA POLÍTICA

O uso de charges na mídia impressa, jornais, e particularmente as de conteúdo político não é um elemento novo na formação da opinião pública. Para se ter uma ideia, historicamente, esse fenômeno teve início mundialmente no século XVIII com o advento do surgimento dos chamados “*portait-charge*” (caricatura de personalidade célebres de forma individualizada) que conforme explica Silva (1992, p. 51), representou a instituição definitiva da charge na imprensa. No entanto, foi no final do século XIX, nos EUA, que conforme Melo (2003, p. 164), a caricatura, de uma forma geral, passou a fazer parte no universo jornalístico:

O apelo à imagem desenhada como recurso narrativo na imprensa diária vai atingir o auge no fim do século XIX, nos EUA, quando se trava a “guerra” entre Hearst e Pulitzer pela conquista do público leitor. Nesse episódio da história do jornalismo norte-americano, vamos encontrar a caricatura e suas formas conexas – charge, cartoon e comic – como instrumentos decisivos para a mobilização do público. (MELO, 2003, p. 164)

Foi a partir desse acontecimento que a charge se tornou uma das modalidades da caricatura mais utilizadas no jornalismo, respaldada num forte elemento comum à mídia e a política que é o público. No Brasil, a charge passou a ser produzida no início do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus, popularizando-se num curto espaço de tempo por meio dos periódicos ilustrados de teor satírico que logo se espalharam por vários outros Estados brasileiros. O sucesso editorial destes periódicos, junto ao público leitor, despertou o interesse por parte dos donos dos jornais fazendo da charge um formato editorial obrigatório na imprensa, junto à qual goza, até hoje, de um espaço privilegiado.

No tocante ao conteúdo ideológico, o processo de produção das charges encontra-se atrelado, de forma geral, a dois grupos de fontes. Um deles são os noticiários de onde são extraídos os diversos fatos e personagens de repercussão midiática suscetíveis às críticas sagazes. É nesta perspectiva que Melo (2003, p. 167) define a charge como uma “reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica

do desenhista”. Menos dependente deste caráter factual, o outro grupo de fontes constantemente utilizado pelos chargistas como matéria prima, constitui-se, por assim dizer, de objetos de duas naturezas distintas. De um lado, estão os temas que fazem alusão às problemáticas sociais tais como a fome, o desemprego, a violência e a desigualdade social. De outro, está o conjunto de práticas e comportamentos que caracterizam determinados grupos de sujeitos sociais, a exemplo dos políticos, juízes, médicos etc. Na perspectiva abordada neste artigo, interessa-nos analisar o conteúdo narrativo da chamada charge política, e neste caso merece destaque no capítulo à crítica satírica a Presidenta Dilma Rousseff (PT), quando esteve disputando o cargo, nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014, quando eleita, durante os seus dois governos e o processo do impeachment por ela sofrido e que a afastou, definitivamente da presidência do Brasil, em 31 de agosto de 2016.

A coleta de charges se deu de maneira aleatória numa busca simples por meio da Plataforma Google, na qual muitas charges foram disponibilizadas. Por se tratar de um conteúdo facilmente pesquisado na Internet optamos por não identificar a autoria e, principalmente, informar o link de acesso das mesmas.

A riqueza da charge, enquanto elemento narrativo, está em seu poder de fazer uma revelação que é ao mesmo tempo surpreendente e “lugar comum”. Além disso, possibilita um tipo de informação descolada do caráter de verdade inerente ao que se exige, por exemplo, do discurso jornalístico. Em outras palavras, ainda que a revelação feita pela charge tenha um cunho informativo, o sentido de neutralidade do discurso jornalístico não é violado, pois o processo de construção ou desconstrução da imagem ancora-se no entretenimento e no dito jocoso.

Tal estratégia narrativa não explicita elementos que possam indicar necessariamente uma tomada de posição política por parte do jornal, pois atributos pessoais e políticos dos personagens políticos caricaturados, de maneira positiva ou negativa, se tornam no estilo de composição da charge, “porções”, “momentos” ou exemplos de divertimento, entretenimento, humor e não notícia. A caricatura é ainda um lugar que carrega uma importante e fundamental carga de informação subliminar. A força do elemento simbólico, neste caso, reside exatamente naquilo que não se pode mostrar enquanto fato, logo não pode ser notícia. É desse modo que fazem parte da composição da narrativa mas permanecem protegidas

pela pressuposição de um descompromisso com o conteúdo noticioso.

Mas tal descompromisso com o conteúdo noticioso não tira da charge a possibilidade dela ser lida como um texto, daí ser possível o seu uso como ferramenta de estudo. Isto é, a charge significa, pode ser lida, interpretada. Nestes termos:

A charge é um texto usualmente publicado em jornais, sendo por via de regra constituído por quadro único. A ilustração mostra os pormenores caracterizados de personagens, situações, ambientes, objetos. Os comentários relativos à situação representada aparecem por escrito. Escrita/ilustração integram-se de tal modo que por vezes fica difícil, senão impossível, ler uma charge e compreendê-la sem considerar os dois códigos, complementarmente, associando-os à consideração do interdiscurso que se faz presente como memória, dando uma orientação ao sentido num contexto dado – aquele e não outro qualquer. (FLORES, 2002, p.14)

Sendo um texto possível de ser lido, a charge pode também ser pensada como uma “representação crítica” de um fato ou de um acontecimento que envolve uma ou mais de uma pessoa, cuja característica principal é o humor e a sátira. Assim, propõe Parnaíba (2014):

A charge é uma representação crítica de um fato atualíssimo/imediato, portanto contextualizado em tempo e espaço, que se utiliza fundamentalmente de imagem, geralmente se vale de texto escrito, e também pode fazer uso de som e animação (no caso de rádio, TV e internet). Através do humor e da sátira, expressa a um público a opinião do chargista e/ou do veículo para o qual ele trabalha sobre o acontecimento. Em alguns casos, como tragédias, o cômico dá espaço à outra espécie de sensibilidade humana e a charge pode ser usada para se fazer uma homenagem. (PARNAIBA, 2014, p.50)

Para outros autores, tais como Petry (2013, p. 31): “a charge pode ser percebida como uma manifestação artística do presente, marcada por memórias que surgem ainda mais instantâneas e que carregam um discurso prioritariamente satírico, não sobre um sujeito ou uma situação, mas sobre ambos combinados.”

Em outras palavras, no sentido de melhor explicitar o sentido da

produção chargista, ainda segundo Petry (2013, p.32), “uma charge trata, portanto, de acontecimentos diários com personagens conhecidos a partir de traços que desejam ironizar atitudes e ideias sobre as relações desenvolvidas em diferentes cenários de um mesmo tempo, o presente.” Vale a ressalva, então, que a priori, só entende uma charge quem conhecer a história, o enredo nela contida, e tal história, pode perfeitamente ser conseguida nas páginas dos jornais diários, nos telejornais e nas várias plataformas de comunicação na *web*.

Em outras palavras, o conteúdo risível de uma charge tem como pressuposto o conhecimento prévio do leitor, do telespectador ou do internauta. Assim, o acesso à informação é condição para ler uma charge.

## A VISÃO DOS CHARGISTAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Na perspectiva do chargista a candidatura de Dilma Rousseff (PT), no ano de 2010, é apresentada unida à figura do atual Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva (PT). A mensagem que o chargista tenta passar é a de que Lula “fabrica” a candidata Dilma e passa a trabalhar para fazê-la seu sucessor até mesmo antes de oficializar a sua candidatura e antes do início da Li Eleitoral permitir o início da campanha:



Vale observar que Dilma não fala, o direito à fala e a se justificar de um possível crime eleitoral, é atribuído não a Dilma, diretamente, mas a seu principal apoiador. Aliás vamos observar mais à frente que as poucas vezes na qual o chargista dá direito a que Dilma se expresse é para esta

demonstrar medo, insegurança e uma total dependência para com Lula.

Outra característica que salta aos olhos na charge acima é que Lula “carrega Dilma nas costas”, passando a ideia que cabe a ele e só a ele, “sustentar” a sua candidatura, e a Dilma, aceitar ser por ele conduzida.

A charge abaixo, igualmente reforça a narrativa de que cabe a Lula “blindar” sua candidata de qualquer perigo, tornando-a livre de qualquer acusação, julgamento, perigo de ser molestada ou mesmo sofrer ataques físicos seja no espaço do debate entre candidatos, principalmente, ou seja, na prática do dia-a-dia da campanha eleitoral.



Por que exatamente a candidata Dilma precisa ser blindada? Por ser mulher precisaria de proteção extra? Por ser um forte alvo de críticas dos opositores? E ainda: como explicar que Dilma tendo sido apresentada na narrativa midiática como uma mulher forte, durona, gerentona, como visto nos capítulos IV e VI deste livro, de repente se deixa blindar e ainda por cima duvida que esteja sendo blindada? Tais questionamentos nos levam a interpretar que o chargista tenta construir uma imagem da candidata como alguém frágil diante de seus oponentes, que para se lançar no debate político, exigidos em uma campanha eleitoral, necessita ter um reforço e proteção “a mais”, só o seu corpo e capacidade política parecem não ser suficientes.

Em sentido oposto a charge acima ilustrada, abaixo o que se tem é a charge que traz o estereótipo da candidata Dilma como uma mulher masculinizada, exibindo uma performance de braços musculosos e fortes capazes de derrotar na “queda de braços” o outro candidato José Serra, do PSDB.

**Em 2010...**



Novamente vemos se repetir a narrativa visual de que a candidata Dilma não se adequa ao que se espera de uma mulher na política; isto é, uma mulher vestida com roupas “sensuais” e femininas, e não uma camiseta, escolhida especialmente para expor sua musculatura, ao passo que o candidato José Serra, não só se posta corretamente na disputa como não precisa salienta, ou mesmo, destacar nenhuma característica corporal, pois isso já está, simbolicamente dito, por isso ele se apresenta de terno e gravata, vestido de forma adequada para o embate político. A charge apela para a estética do grotesco contido na imagem de Dilma como uma mulher musculosa:

Trata-se de uma mutação brusca, da quebra insólita de uma forma canônica, de uma deformação inesperada. A dissonância não se resolve em nenhuma conciliação, já que daí decorrem o espanto e o riso, senão o horror e o nojo. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p.25)

Gerar a sensação de repulsa, até mesmo de nojo dirigidas a candidata Dilma parece ser a intenção da charge, ao mesmo tempo em que promove o riso, pela situação burlesca e satírica com a qual a imagem é construída.

Na charge seguinte o rosto de Dilma é uma mistura dela e de Lula, principalmente a barba é o que se acentua. Na charge ainda Lula faz o seguinte comentário: “Sabe, Dilma, você já tá com cara de presidente”. Essa frase novamente, em consonância com a imagem chargista construída, busca passar a ideia de que o lugar da mulher não é na política, e só será se ela tiver, na prática, mesmo subliminar, a presença do masculino. Ou

seja, aqui se reproduz a forte representação de Dilma como continuidade de Lula. Ele não sai de cena e ela, por ser mulher, nunca deixará de ser uma espécie de coadjuvante deste. Ou ainda, uma mulher, seja ela quem for, nunca terá a cara de uma Presidente do Brasil.



A forte relação de que Dilma seria uma continuidade não somente do Governo Lula mas que ela seria o próprio Lula, é algo bastante utilizado nas charges sobre a candidata Dilma. Tal construção nos leva novamente para o campo do grotesco e da forte negação da presença do feminino na política; ou seja, mesmo que a mulher esteja no governo ou no parlamento ela só pode chegar lá se “for por um braço do masculino” ou se se travestir, se metamorfosear de uma figura masculina. A charge abaixo ilustrada, trabalha com este mesmo significado:



Dilma ao se ver no espelho, não visualiza a própria imagem da mulher candidata, negando, portanto, a sua própria imagem como condição para chegar ao poder. Na charge ela mesma escolhe “abrir mão” do

gênero feminino para adotar o gênero masculino de seu apoiador Lula, tentando se travestir como uma condição para ser eleita.

Nestes termos, a charge tenta desconstruir qualquer possibilidade de ascensão da mulher na política, passando a forte mensagem de que esse espaço é do masculino e não do feminino.

Outra charge que retira a autonomia política, conhecimento e aptidão de Dilma para exercer o cargo de Presidenta do Brasil é apresentado na charge abaixo:



Na charge Dilma é cega e o seu cão, cujo rosto é de Lula, é o seu guia. Tal imagem é repleta de significados. A charge tenta passar a mensagem de que Dilma não sabe para onde vai, e onde chegar, chegará porque foi conduzida por seu cão guia. Lula, por sua vez assume a forma de um antropozoomorfismo, o que já é algo exótico, mas objetiva fazê-lo cumprir a função de guia da mulher que não sabe para onde se dirigir.



Por sua vez, a representação de Dilma como um poste de Lula se repete na produção chargista; isto é, muito foi dito, nos telejornais, jornais e revistas semanais que a candidata Dilma, uma vez eleita, nada mais seria que uma espécie de poste para o presidente. Essa narrativa de “ser um poste de Lula” rendeu até a capa de uma revista com a imagem de Dilma na qual ela indaga e questiona com a seguinte frase: “Voce acha que eu sou um poste?”. Em entrevista concedida a Revista Época, de 22 de fevereiro de 2010, ao ser indagada pelos repórteres Eumano Silvano, Guilherme Evellin e Helio Gurovitz, é possível ler o seguinte diálogo:

ÉPOCA: A oposição tem comparado sua candidatura à de um poste. O que a senhora acha dessa comparação?

Dilma: Voce acha que como ministra da Casa Civil, eu sou um poste?

ÉPOCA: Provavelmente quem diz isso acha que sim.

Dilma: Duvido, duvido que os grandes experientes em gestão tenham o nível de experiência que eu tenho. Duvido. (Revista Época, 22/02/2010, p. 45)

A charge abaixo reforça a ideia de que o governo dos homens nunca terminou, e de que a mulher política é um simples adereço, uma marionete nas mãos do homem. Deslegitimar o governo da primeira mulher eleita e reeleita para presidir os destinos do país parece incomodar por demais, uma sociedade marcada pela dominação masculina e sexista.



Na sequência da charge abaixo se repete o enredo de se tomar a Presidenta Dilma como não tendo capacidade de administrar o país. A ideia é de uma mulher inapta para a conversação, para a busca de um diálogo amistoso e competente. Ao primeiro sinal de crise, ela imediatamente

apela para o seu principal conselheiro e apoiador, ou seja, àquele que nunca deixou de governar, mesmo estando nos bastidores do poder.



As charges abaixo repetem o mesmo enredo em reproduzir a mensagem de que a Presidenta Dilma na verdade não governa, ela não só está à serviço de Lula, como é ele que governa nos bastidores. Essa assertiva é ilustrada na charge abaixo, no momento no qual a presidenta eleita corre atrás do ex-presidente e aos gritos, lhe pede que lhe passe a faixa presidencial; na outra charge Lula, que governa nos bastidores, solicita a presidenta que vá escolher alguns novos ministros a comporem a sua “reforma ministerial”, então Dilma solicita a Lula que “estique a corda” que a mantém presa a ele para que ela possa assim proceder. Um outro detalhe da charge, em questão, é que tanto o ex-presidente Lula, quanto Dilma, trazem em seus corpos a faixa presidencial, cujo intento é sugerir a ideia de que Lula nunca deixou de ser presidente, mesmo tendo uma nova gestora eleita.



Essa visão que toma Dilma como uma Presidenta incompetente para governar o Brasil, e como vimos, nos capítulos IV e VI deste livro, memes, capas de revista e discursos apresentando-a louca, descontrolada e tantos outros adjetivos, foi objeto de estudo de Perla Haydee da Silva, que em seu doutorado em Estudos da Linguagem, no ano de 2019, analisou os comentários exibidos no *post* do *Facebook* do Movimento Brasil Livre – MBL, uma das organizações de caráter ultraconservador, responsáveis pelas manifestações contra a Dilma nos anos de 2013 a 2016.

Abaixo, reproduzimos alguns comentários descritos pela autora:

#### **Comentário 26**

Dilma é retardada, burra até a alma. Jamais deveria ter chegado à presidência. Só chegou por tráfico de influência do sapo barbudo, um bandido mentiroso. O que queriam da cria dele? (SILVA, 2019, p.88)

#### **Comentário 31**

Cala boca sua jumenta burra

Tu já era sem vergonha

Fora Dilmão

Fora PT

Partido de vagabundos. (SILVA, 2019, p.92)

#### **Comentário 32**

Burra, jumenta, anta, demente, lesada, Dilma

(SILVA, 2019, p.92)

#### **Comentário 34**

Dilmaaaaaa você é uma estúpida

Ignoranteeeeeee fantoche dos quintos dos

infernooooooooo, volta pro burado de onde vc

veioooooo, vergonha multinacional.

(SILVA, 2019, p.92)

#### **Comentário 37**

Um líder de um país jamais pode ser tão enrolado

quanto a Dilma...Se enrola pra mostrar um gráfico,

se enrola pra dizer a porcentagem, se enrola pra tudo..

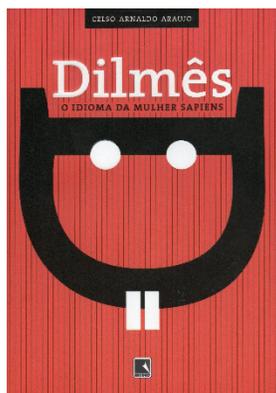
Fora as coisas sem sentido que fala. E tem gente que defende!!!

(SILVA, 2019, p.94)

Visões como estas, exposta no comentário 37, não é uma exceção sobre as construções narrativas sobre a Presidenta Dilma. Um exemplo é a publicação do livro *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*, escrito por Celso Arnaldo de Araújo (2016) que na sinopse da obra se lê o seguinte discurso:

A sátira política do Saara cerebral de Dilma Rousseff

Ao esmiuçar os mais estapafúrdios conceitos e raciocínios já formulados por uma figura pública brasileira, esta sátira política honra a melhor tradição do gênero com uma viagem ao centro do Saara cerebral de Dilma Rousseff. Já em meados de 2009, no exato instante em que a funcionária pública mineira de origem búlgara começou a se apresentar aos brasileiros como presidenciável, era possível notar que havia algo errado naquele discurso no qual palavras eram despejadas a esmo, sem dar liga a uma única ideia à altura do cargo que postulava. A partir dos discursos presidenciais transcritos na íntegra pelo Portal do Planalto, Celso Arnaldo Araújo, pioneiro na análise sintática e política da língua falada pela presidente da República, destrincha e documenta os verdadeiros espetáculos de comédia bufa protagonizados pela dramática inaptidão da oratória de Dilma.



O livro em questão reproduz de forma grosseira e desrespeitosa as falas da Presidente em diferentes cerimônias oficiais e pronunciamentos à nação. Tais falas são descontextualizadas para exatamente passar a ideia de que a Presidenta não sabe se expressar. Convém acrescentar que no capítulo quinto desse livro lemos todos os discursos oficiais da Presidenta e analisamos alguns deles e pelo que foi lido, não há, absolutamente,

nenhum problema com a sua fala, com a sua capacidade de articular e desenvolver um raciocínio lógico.

A tentativa de desconstrução da Presidenta como alguém que não tem capacidade oratória e que não consegue minimamente articular um pensamento, se repete nas ideias contidas em dois outros livros: *Mitologia Política Brasileira*. A libertação, escrito por um autor que usa um pseudônimo, Centauro Quiron e outro intitulado: *Não é a Mamãe*, para entender a era Dilma, escrito por Guilherme Fiuza.



As capas dos livros acima são sugestivas, na primeira Dilma é figurada como Medusa, daí seu nome Medilma. Medusa, na mitologia grega é um monstro ctônico do sexo feminino, e sua peculiaridade é de que quem olha diretamente para ela é transformado em pedra. Além disso, traz em sua cabeça várias serpentes vivas, prontas para o ataque. A simbologia em torno da serpente como inimiga, um ser nocivo e perigoso atravessa os tempos e nos parece, que não à toa, foi exatamente escolhida a medusa para representar a Medilma.

A outra capa do livro “Não é Mamãe” é outra tentativa, muito clara, de repetir o metiê do livro *Dilmês*, ou seja, desconstruir a imagem da Presidenta como alguém sem nenhum atributo para ser presidenta do Brasil, principalmente por sua performance, que em nada, se assemelha a de uma estadista. Já na primeira crônica, intitulado: *Poste que fala*, lê-se o seguinte enxerto:

Não mostrem a Regina Duarte o discurso de Dilma Rousseff no Congresso do PT. Para quem tinha medo de Lula, o trauma poderá ser insuperável. Nem tanto pelas palavras proferidas pela pré-candidata a

presidente. A retórica estadista de porta de assembleia já é conhecida, misturando realidade e ficção para servir a velha laranjada ideológica. O que pode levar Regina ao pânico é a evolução cênica, a postura, enfim, a pré-candidata em si. Durante quase uma hora de discurso, quem se imaginou num país dirigido por aquela senhora ficou, no mínimo, mareado. Sua movimentação de braços, excessiva e a esmo, parecia tentar domar o volante de um carro desgovernado. Acompanhar a expressão corporal e facial da ministra era, de fato, um exercício estonteante. Nada combinava com nada. Tentativas de sorriso duelavam com gestos bruscos, palavras medidas para dar informalidade saíam em tom categórico, o olhar se fixava criteriosamente no nada. A militância petista estava lá para urrar por Dilma. Não deu. Catatônica, a claque não conseguiu reagir ao poste falante. (...) as cenas são fortes, não deixem Regina ver. (...) (FIUZA, 2014, p.13)

Enunciações narrativas como as duas descritas acima ajudam a fortalecer a visão de que Dilma se transforma, já como Presidenta do Brasil, motivo de “piada”, uma “vergonha” nacional e internacional. Cria-se até o jargão “pérolas de Dilma”, abaixo outros *posts* da página do MBL na rede social *Facebook*:

#### **Comentário 42**

Brasil vira motivo de piada em outros países por causa da inteligência da Presidente Dilma (SILVA, 2019, p.97)

#### **Comentário 43**

Dilma, sempre Dilma, ela tem que publicar um livro das pérolas que fala, é uma anta (SILVA, 2019, p.98)

#### **Comentário 46**

Sinto vergonha de ser brasileiro quando Dilma abre a boca. (SILVA, 2019, p.98)

Os comentários extraídos da Tese, acima citada, na verdade trazem consigo um discurso sexista, machista e misógino, que tentam representar negativamente a mulher que busca disputar e ocupar espaços de poder. Estereótipos tais como o de que “a mulher não tem competência para governar”, de que “o lugar da mulher é na casa cuidando dos filhos

e marido”, ou ainda, “mulher não nasceu para a política”, engrossam esse coro de práticas que buscam anular, desqualificar a presença da mulher no espaço público e de poder. Assim;

o que fica implícito nessas imagens é que, independentemente de Dilma ter sido eleita democraticamente, são eles que detêm o poder (como sempre foi) e, dessa forma, podem mandar – queimá-la, degolá-la – assassiná-la, mesmo que apenas figurativamente, politicamente. Como na história de tantas mulheres que ousam romper a dominação masculina: a misoginia é sempre um ponto em comum. (DEVULSKY, 2016, pp. 29-30)

Algumas charges, como a abaixo ilustrada, trabalham com a mensagem de que Dilma e Lula, principalmente em seu segundo governo começaram a não se entender; ou seja, os meios de comunicação de massa, principalmente revistas semanais hegemônicas como *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, passaram a veicular matérias sugerindo desentendimentos entre ambos, a partir de comentários feitos por Lula ao Governo Dilma. Abaixo, alguns enxertos desses discursos, nos quais Lula é tratado com o termo “criador” e Dilma, “criatura”:

Lula acha que Dilma arruinou a economia do país, desmontou a base governista e permitiu o avanço das investigações da Operação Lava-jato sobre ele e seus parentes. Aos interlocutores considera a criatura um desastre. (Revista *Veja*, edição 18/11/2015)

Dilma se disse otimista e usou o nome de Lula 13 vezes, marcando o retorno oficial do criador. (Revista *Época*, 16/04/2016)

Seu criador, o ex-presidente Lula, responsável por legá-la ao País, - contrariando o seu próprio partido o PT -, e idealizador de narrativas da gerentona, “mãe do PAC”, pouco lhe telefonou na semana crucial de seu governo. (Revista *IstoÉ*, 20/04/2016)



Uma outra charge é a que passa a mensagem de que a Presidenta Dilma não é uma *persona* bem-vinda dentro de seu Partido, o PT, e que a mesma, igualmente, não gosta da convivência com seus membros, por deles sentir nojo.



A partir da seleção de charges acima apresentadas, parece-nos salutar, aludir a um discurso construído pelo articulista da revista *Época*,

Guilherme Fiuza e citado por Dantas (2019), o qual descreve muito bem como é retirado da Presidenta Dilma qualquer qualidade, ou mesmo mérito para administrar o País. Faz uso ainda de uma narrativa altamente misógina, sexista que coloca não só Dilma, mas toda e qualquer mulher na contramão de suas aptidões para ocupar o espaço público e de poder, como qualquer outra pessoa:

O homem que inventou essa mulher entrou na mira da polícia. O homem que escrevia o que ela falava foi preso. O mito da mãe coragem foi construído com dinheiro roubado do contribuinte, apontou a Lava-Jato. Sobrou um fantoche que não fala, uma mulher que tem medo de panela. (FIUZA, 2016, p.24 *apud* DANTAS, 2019, p. 163)

Para concluir a série de charges que em síntese, colocam a Presidenta Dilma como alguém que não sabe fazer política, não sabe dialogar com o Congresso ou Partidos Políticos, que é um “poste”, um “fantoche” de seu “criador” Lula, a charge abaixo, no nosso entender, supera todas as outras no conteúdo maldade e desrespeito: trata-se da imagem da Presidenta Dilma como um bebê, conduzida por seu “criador”, cuja faixa presidencial a prende a ele.

Essa charge trabalha a ideia de que, de fato, Dilma é cria de Lula, subvertendo, inclusive, toda a ordem “da natureza”, onde quem gera é a mulher e não o homem; assim ela parece ser mais um ser abjeto, se quisermos usar um termo cunhado por Butler (2018), e impossível imaginar, igualmente, uma criança na Presidência do Brasil, seu lugar certamente, não é a Presidência da República, mas, no mínimo, o Jardim de Infância.



Negar toda a trajetória de Dilma na política, parece ser a estratégia utilizada para invisibilizá-la. Ora, desde os 22 anos que ela inicia uma importante e interessante carreira política: participou da luta de resistência ao Regime Civil Militar no Brasil, foi presa política por quase três anos, retorna a sua cidade natal, Porto Alegre, e ajuda a lá fundar o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, depois reúne um novo grupo para fundar o Partido Democrático Trabalhista – PDT. Foi assessora de bancada do PDT, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 1985, foi Secretária de Indústria e Comércio, posteriormente, Secretária de Fazenda do Governo Alceu Colares. Em 1999, assume a pasta de Minas, Energia e Comunicação do Governo Olívio Dutra. No Governo Lula, foi Ministra de Minas e Energia e depois Ministra da Casa Civil. (AMARAL, 2011)

No entanto, tal histórico é totalmente invisibilizado pela mídia como trajetória na política que merece ser destacado. Como não ter história política? Como ser um poste, um fantoche, uma marionete, um bebê, com tal história de vida pública?

Como bem pondera Araújo (2019):

Dilma Rousseff é indissociável de formas de participação política. Dilma fez movimento estudantil quando secundarista. Foi de movimentos de resistência à ditadura, inclusive o guerrilheiro. (...) Com a volta do exílio, atuou em movimento de mulheres, teve militância em partidos políticos, ajudou a fundar um dos mais importantes partidos no período da redemocratização e seguiu em militância partidária. A sua história remete à participação política desde adolescente e até o presente. (ARAÚJO, 2019, pp.41-42)

O trabalho da imagem pública da Presidenta Dilma como uma extensão de Lula perdura por todo o seu primeiro governo e continua durante a Campanha Eleitoral, no ano de 2014, momento no qual ela tenta a reeleição. Na charge abaixo ela corre, com os demais candidatos, Aécio Neves e Eduardo Campos e na sua mesma linha vem Lula, a quem ela manda que saia da corrida, já que ele não é candidato, mas o mesmo entende outra coisa: acha que ela o está pedindo para voltar a Presidência do Brasil, o que de pronto aceita. A charge tenta, enfim, mostrar uma espécie de disputa entre Dilma e Lula para ver quem sai Presidente e, principalmente, quem vai, de fato, governar o Brasil.



Na charge seguinte o que se afere é uma luta pessoal muito aguerrida de Dilma em buscar sair vitoriosa em sua campanha para reeleição, no entanto, ela corre só e a placa que sinaliza a chegada, ou seja sua vitória, “ganha pernas” para correr dela, tornando, cada vez mais difícil ela chegar na parada final e ser eleita. Essa imagem ao mesmo tempo que mostra a garra, a força e luta de Dilma em correr para ganhar a eleição, mostra a sua impopularidade, o desejo que ela não alcance o objetivo buscado.



Outra charge de conteúdo sexista é a abaixo ilustrada; o que se vê é uma candidata mulher, Dilma, em pânico, ao imaginar disputar o segundo turno com seu principal opositor, Aécio Neves, que é um homem, que dorme tranquilo e feliz por nada temer. Uma tem pesadelo, o outro, sonho. Novamente o que se observa é o retorno de toda uma visão que classifica a mulher como frágil, medrosa, temerosa, fácil de entrar em pânico, portanto, não apta para ocupar um cargo da envergadura da Pre-

sidência do Brasil, de outro lado, apresenta o homem como forte, corajoso e destemido, portanto ideal para governar o Brasil. Tais estereótipos de gênero, ajudam na reprodução da violência política de gênero dirigido as mulheres que buscam disputar e ocupar cargos políticos. (LIMA, 2021)



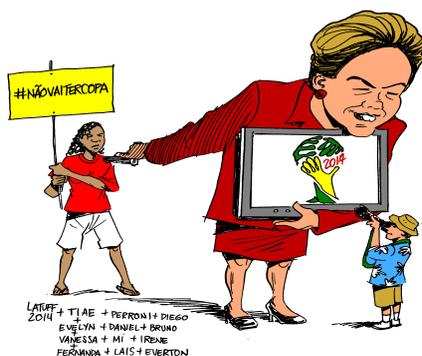
No ano de 2014, ano da realização da Copa Mundial de Futebol no Brasil, os opositores políticos ao Governo Dilma e a captura política das manifestações populares de rua ocorridas no Brasil, no ano de 2013 e continuadas no ano de 2014, principalmente por movimentos autodeclarados como “movimento vem pra rua” e o “movimento Brasil Livre” – MBL, se unem para fazer uma forte oposição ao Governo Dilma, através de palavras de ordem, tais como: “Não vai ter copa”, como uma forma de inviabilizar o seu governo.

Cria-se no Brasil uma espécie de histeria coletiva em forma de discursos que passam indicar a falta de melhores serviços na educação, na saúde, nos serviços em geral, como sendo culpa da Copa do Mundo no Brasil. Ou seja, um fato mundial que deveria, em tese, ser comemorado, ovacionado como um importante momento para o Brasil nos aspectos turístico, cultural, econômico e claro, futebolístico, se transforma num acontecimento indesejável no “país do futebol”.

Assim, a charge abaixo ilustra exatamente o que foi dito, com um agravante: para as lentes do jornalismo nacional e internacional, Dilma se mostra receptiva, apresenta o portfólio da Copa 2014 com uma mão, e com a outra, segura uma arma para atingir o manifestante que conduz uma placa com a afirmação: #NÃOVAITERCOPA.

As reações populares, unidas aos discursos midiáticos criticando a Copa e as ações do Governo Dilma sobre a Copa das Confederações em

2013 e Copa do Mundo em 2014, geraram uma série de matérias, em revistas semanais, em telejornais e na produção chargista como mais um enredo para desestabilizar o governo da primeira mulher eleita e reeleita Presidenta do Brasil.



No dia 12 de junho de 2014, dia da abertura da Copa do Mundo, ao ser anunciada no estádio, Dilma foi vaiada por um setor de preços mais caros de ingressos, a chamada “ala vip”, tal fato gerou uma grande visibilidade midiática e claro, assunto para produção de charges, memes, comentários maliciosos de internautas, nas redes sociais, comemorando tal acontecimento. As manifestações de rua, contrárias a realização da copa, passavam a ideia de que o Brasil não precisava de sediar a copa, mas sim investir em saúde, educação etc. Outra visão propalada pelos gêneros meme e charge se baseavam na ideia de que a copa servia para enriquecer as empreiteiras responsáveis pela construção dos estádios e era uma fonte de riqueza para a Fifa. Se falou muito à época sobre o legado que seria deixado pela Copa no Brasil e sempre de uma maneira a desconsiderar e mesmo desconstruir qualquer benefício estrutural em forma de bens e serviços para posterior uso da própria população.

Em outras palavras, um acontecimento mundial, desejado por todos os Países do mundo, sediar uma copa, se transforma num péssimo negócio para o país, sendo usado apenas para fins de corrupção. A última charge apresenta, ainda, a Presidenta como uma mulher com medo de novamente ser vaiada e se esconde em um avião e teme dele sair.



"Ai, Dilma! Você inventou de fazer essa porra de copa do mundo e se fudeu! Tinha que fazer hospitais, não estádios, cacete! Só tem merda nessa cabeça?"





Outra série de charges foram construídas para ligar a Presidenta Dilma em corrupção, junto a Petrobrás, a partir da compra, por parte do Brasil, da refinaria de Pasadena, que por alguns foi comprada de forma superfaturada. Na revista *Veja*, de 26 de março de 2014, por exemplo, Dilma é capa como se estivesse sendo afogada no petróleo; outra revista, *IstoÉ*, do dia 22 de julho de 2015, também traz Dilma como capa e sob a acusação de que na Campanha Eleitoral de 2014 há o envolvimento da presidenta com o pagamento de propinas a empresas de fachadas, esquema batizado de “Petrolão”:





Outra charge traz a mensagem de que a Presidenta perdeu a credibilidade, que tudo que possa dizer, não terá apoio da população brasileira. A charge abaixo passa a ideia de que só acredita no que ela diz quem acredita no papai Noel e no coelho da páscoa. A fala da Presidenta diz respeito a sua reforma ministerial. A outra charge trabalha com a ideia de que nem mesmo a Presidenta apoia o seu próprio governo. Por último, a charge na qual o ex-Presidente Lula aconselha a Presidenta a mudar o seu temperamento “duro”, a arrogância, para não sofrer o mesmo repúdio público vivido por sua amiga, a Cristina Kirschner.

A imagem da Presidenta como uma mulher dura, incisiva, exigente, sempre foi destacado como características de Dilma nas revistas semanais, a ponto da própria Dilma fazer uma observação sobre essa visão:

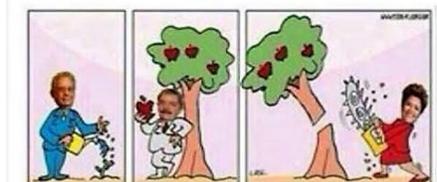




Uma charge que nos chamou bastante atenção foi a que reúne os três presidentes do Brasil: Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Vanna Rousseff; a charge trabalha com o enunciado de quem mais contribuiu com o Brasil. Nela, FHC aparece como o estadista que plantou as sementes, ou seja, às mudanças econômicas positivas para o Brasil, Lula já recebe o resultado do plantio, apenas tendo que colher os frutos semeados por FHC e por último, Dilma, que de propósito, e rindo, se utiliza de uma serra elétrica e corta a árvore do progresso. Podemos usar também a árvore como metáfora do Brasil. O Brasil preparado por FHC, Lula preserva e colhe os frutos do Brasil e Dilma o destrói.

Extremamente simbólica essa construção chargista. Novamente vê-se repetir a máxima de que não só Dilma mas toda e qualquer mulher não sabe governar, que a política não é o seu ambiente e que por fim, sob risco de destruir um país, melhor nem ter a intenção de querer governar.

### A História dos últimos 20 anos do Brasil em 3 quadrinhos !



A charge abaixo possui um forte conteúdo sexista; ela surge quando da primeira vitória de Dilma à Presidência do Brasil, no ano de 2010. Ten-

ta passar a ideia que, em chegando ao governo, irá promover uma faxina no poder, ou seja limpar tudo que está sujo, fora do lugar. Daí questionamos: porque exatamente uma vassoura para simbolizar a ação de um governo? Por acaso, hipoteticamente, se o presidente eleito fosse um homem o objeto, vassoura, seria o escolhido? Vassoura e poder político, bem como administrar um país como o Brasil são ícones que nada significam se tomados fora de seus contextos. Assim, unir mulher, vassoura e faxina, faz todo sentido, no bojo de nossa construção estereotipada sobre o gênero feminino.



Chegamos, neste ponto de nosso texto, ao período do *impeachment*. Este se inicia, antes mesmo de Dilma assumir o poder, quando reeleita, em 2014. Ele já estava adormecido como intenção e possibilidade de ser acionado desde que o jogo político, as peças desse jogo entrassem em conflito de interesses. Como não é nosso intento discutir sobre as razões do *impeachment* neste capítulo, vamos aqui apenas fazer uma leitura a partir do que a charge tenta transmitir.

As três charges abaixo trazem a mensagem de que o grande alçó da Presidenta Dilma foi o então Presidente do Congresso Nacional, Eduardo Cunha, pois é ele que no dia 02 de dezembro de 2015, aceita levar para discussão no Congresso a admissibilidade de crime de responsabilidade de Dilma. Daí porque, sendo ele da base aliada do governo, PMDB, volta-se contra a sua principal aliada, por isso a charge de Dilma responsabilizando Michel Temer, o seu vice-presidente de apunhalá-la pelas costas, mas na verdade, quem é a espada é Eduardo Cunha. O significado que se

espera ser construído é o de que tanto um quanto o outro não igualmente responsáveis pelo afastamento definitivo da Presidenta do poder, pois todos os planos, para tal feito, são traçados, passo a passo, a fim de garantir a ascensão do PMDB ao poder.

A charge seguinte traz Eduardo Cunha conduzindo uma granada, cantarolando uma música cuja letra é uma provocação a Dilma, que dependendo da maneira com a qual ela jogar a granada, ou seja, sua saída do governo, poderá ou não acontecer. Dilma em vários de seus pronunciamentos oficiais ou em entrevistas, principalmente após o *impeachment*, denunciou o motivo real para Eduardo Cunha admitir o processo contra ela, basta ler sua defesa contra o seu impedimento, realizada perante os Senadores da República ou seu pronunciamento público, no dia em que é afastada definitivamente. Sobre tais discurso e pronunciamento consultar o V capítulo deste livro.

Por último, a terceira charge traz o então vice-Presidente Michel Temer guilhotinando a Presidenta Dilma Rousseff no Congresso Nacional. A metáfora da guilhotina é muito interessante porque busca significar que a Presidenta será, literalmente, excluída da vida pública pelos parlamentares, não só os de oposição, mas de quase a totalidade de sua base aliada, fruto, das interlocuções de Temer junto ao Parlamento.





Muito se disse que faltava a Presidenta Dilma a capacidade de “negociar com o Congresso” e tal fato, inclusive, é utilizado para justificar que uma das razões para os deputados federais, em sua maioria, lhes “virarem as costas”, foi essa sua inaptidão. Ora, por incapacidade para negociar, leia-se, não barganhar coisas, não entrar no “toma lá da cá” tão presente na política brasileira. No entanto, como pondera Araújo (2018, p. 39): “Não se registram outras leituras possíveis, como por exemplo, a de que tal resistência poderia ser uma janela de oportunidade para estimular ou desnudar a forma viciada de negociação, abrindo caminho para outro formato de prática política”.

A série de outras três charges, abaixo ilustradas, trazem a mensagem de que o vice-Presidente, Michel Temer, é o grande articulador do *impeachment* de Dilma junto ao Congresso Nacional, ele aparece, nas duas charges, puxando o tapete de Dilma, para esta cair; na segunda, ele cruza os dedos para mentir ao afirmar que a Presidenta não precisa temer pois tem o apoio do Congresso Nacional. E a terceira charge traz uma mensagem de que a própria Presidenta, ao observar as manifestações de rua pedindo o seu *impeachment*, a votação na Câmara dos Deputados pela admissibilidade do Processo de Impeachment, a leva a ter clareza de que o seu “filme”, isto é, poder, força, popularidade, está queimado.



A outra série de charges trabalha a ideia de que a Presidenta, por mais que se coloque como alguém que não se encontra envolvida em nenhum processo de corrupção, aparece com seus olhos vendados, com a faixa presidencial, passando a mensagem de que ela está cega para as suas próprias práticas corruptivas. Na segunda charge, a Presidenta, ao fazer análise, não entende porque está sendo vítima de tanto ostracismo, e nela, se corrobora tal avaliação, ao ponto em que o próprio psicanalista a ignora, preferindo jogar paciência, enquanto ela fala. Na terceira charge, retorna à produção chargista à mensagem de que a Presidenta se encontra mentalmente perturbada, como foi colocado, por exemplo, na matéria da Revista *IstoÉ*, do dia 06 de abril de 2016, colocando-a como alguém que está louca e perdeu as condições para governar o Brasil.

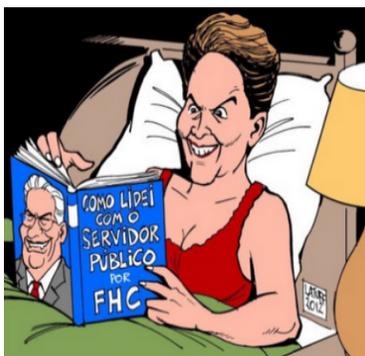


A propósito desta imagem da Presidenta, inclusive nas charges é apresentada ora como louca, ora como revolucionária, ora como alguém totalmente despreparada para governar o Brasil:

Apresentada como uma mulher com valores subversivos , que “pegou em armas” durante a ditadura, neurótica e sem controle emocional, a imagem da presidenta foi se construindo socialmente como a antítese da mulher “bela, recatada e do lar”. Ora a mídia, propugnava que o problema estava na incompetência do fato de ela ser uma mulher e isso não lhe dava condições de gerir um país e uma grande economia, ora a apresentava como alguém sem as características emocionais necessárias para ouvir as pessoas, os partidos, os políticos e fazer negociação. (GOMES, 2019, pp.152-153)

A propósito da imagem da “bela, recatada e do lar”, atribuída a esposa do Vice-Presidente Michel Temer, Marcela Temer, acaba sendo acionada como uma “linda mulher” para se opor a Dilma Rousseff, para quem, segundo a ótica de uma considerável parte da mídia hegemônica,

inclusive de alguns chargistas, ela é exatamente a antítese da mulher feminina, como apresentado na primeira série de charges, abaixo ilustrada. Dilma é desenhada como uma mulher bastante masculinizada, que lê o livro de FHC para “aprender” como lidar com os seus subalternos, que igualmente, segundo várias revistas semanais, ela trata aos borbotões, gritos e xingamentos. (Consultar Revistas *IstoÉ*, de 06/04/2016, *Veja*, de 20/04/2016, *Época*, 29/08/2016).



Na charge abaixo se reproduz todo um estereótipo de gênero dirigido as mulheres. Ou seja, a exigência do cumprimento e obediência de um padrão de beleza a ser seguido pelas mulheres. Nela, Lula aponta para Dilma, uma moça, bem mais jovem que ela, vestida com um vestido na qual deixa sobressair seu colo, com seios bem delineados e fartos, além das pernas, com contornos avantajadas e belas, ao que Lula se dirige a Dilma para dizer: “Definitivamente Dilma, este modelito não combina com você”. Dilma, como resposta, esboça um, sorriso sem graça e como se admitisse que a fala de Lula está cheia de razão.

Há muito que Wolf chamou a atenção, em 1991, edição brasileira de 2020, para o mito da beleza e de como as imagens de beleza são usadas contra as próprias mulheres. Isto é, de como a competição entre as mulheres para ver quem é mais bela ou de cada uma buscar atender a esse padrão, só reproduz a dominação masculina e a mulher se torna refém dela mesma, numa busca interminável e inatingível pelo belo.



Escreve Wolf (2020):

O mito da beleza de fato sempre determina o comportamento, não a aparência. A competição entre as mulheres foi incorporada ao mito para promover a divisão entre elas. A juventude e (até recentemente) a virgindade são “belas” nas mulheres por representarem a ignorância sexual e a falta de experiência. O envelhecimento da mulher é “feio” porque as mulheres, com o passar do tempo, adquirem poder e porque os elos entre as gerações de mulheres devem sempre ser rompidos. As mulheres mais velhas temem as jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas. (WOLF, 2020, p.31)

Na charge abaixo, igualmente, se reproduz o estereótipo de gênero que trabalha com o enunciado de que a mulher se não for bela, ou seja, se não atender ao modelo definido culturalmente sobre o que é ser belo, não tem visibilidade social, até mesmo quando pretende sê-lo, se não atender a essa exigência, não adianta se esforçar, porque nada conseguirá. Na charge Dilma é assistida pelos Simpsons, e a mulher, na presença do filho, faz chacota do cabelo de Dilma, afirmando querer descobrir o telefone de seu cabelereiro. O interessante da mensagem da charge é que a personagem em questão, possui os cabelos mais altos do que os da própria Dilma, ou seja, fora de um suposto “padrão de beleza”, mas mesmo assim, ela é satirizada.



Interessante observar a raridade, ou mesmo inexistência de charges fazendo sátira ou humor sobre a beleza, características físicas ou o cabelo, quando o personagem em questão é homem. Lembramo-nos apenas de charges com o topete do ex-Presidente Itamar Franco, e mesmo assim, a charge é construtiva, destacando apenas essa característica no penteado do ex-Presidente. Por isto vale a ressalva de que:

O masculino e o feminino não são somente modos de categorizar. Homens e mulheres não são simplesmente diferentes em nossa sociedade. As diferenças orientam a construção de hierarquias sociais que atuam sobre nós na internalização dessas discrepâncias. Ou seja, as supostas diferenças entre homens e mulheres acabam funcionando como marcas da superioridade política e social masculina e muitas vezes são internalizadas por nós. Essa internalização de diferenças socialmente construídas afeta a nossa identidade e o nosso senso de individualidade. Isso significa que adotamos como traços da nossa personalidade padrões que foram construídos e impostos, o que nos faz reproduzir as hierarquias de gênero estabelecidas de forma artificial em nossa sociedade. (COTTA; FARAGE, 2021, p.74)

Por último, a charge abaixo, simboliza o adeus da Presidenta Dilma da presidência, ela é apresentada de costas, carregando nas costas uma trouxa de pano, na cor vermelha e acompanhada, pela estrela símbolo do PT, também se despedindo, indo embora com ela. É o fim de um ciclo da primeira mulher eleita e reeleita para governar o Brasil e do Partido dos Trabalhadores, por quase 15 anos no poder.

É triste a imagem da charge, cremos que nela não há nada de satírico

ou humorístico, senão a imagem do fim de um ciclo da passagem de uma mulher pelo mais importante cargo do País e que fica como registro para a História, onde, novamente será narrada, provavelmente, pelas lentes do sexismo, do machismo e da misoginia. Esperamos que não. A História dirá.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.

ARAÚJO, Celso Arnaldo. **Dilmês**. O idioma da mulher sapiens. Rio de Janeiro, Record, 2016.

ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedade, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIN, Linda; ARGOLO, Fernanda. (org.) **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador, EDUFBA, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

COTTA, Mayra; FARAGE, Thais. **Mulher, Roupas e Trabalho**: como se veste a desigualdade de gênero. São Paulo, Paralela, 2021.

DANTAS, Fernanda Argolo. **“Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar”**: As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Tese. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. UFBA, Salvador, 2019. 271f.

DEVULSKY, Suzana Brito. **Imprensa no contra-ataque**: discurso machista e o impeachment da Presidenta Dilma. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo. UFRJ, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2016.

- FLORES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas, Editora Ulbra, 2002.
- FIUZA, Guilherme. **Não é a Mamãe**. Para entender a era Dilma. Rio de Janeiro, Record, 2014.
- GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIN, Linda; ARGOLLO, Fernanda. (org.) **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador, EDUFBA, 2018.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. Violência Política de Gênero e a participação das mulheres na política. In: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; FORTUNATO, Maria Lucinete. (org.) **Mídias Sociais, Gênero e Política no cenário brasileiro**. São Paulo, Mentis Abertas, 2021.
- RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90 Política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- PARNAIBA, Cristiane dos Santos. **Demochargia: Dilma Rousseff e seu primeiro ano de mandato pelas charges jornalísticas**. Dissertação. PPGC, Universidade Estadual Paulista, Bauru – SP, 2014, 173p.
- PETRY, Michele Bete. **O corpo nas expressões gráficas de humor**. Dilma Rousseff e a política contemporânea. Curitiba, Editora CRV, 2013.
- QUIRON, Centauro. **Mitologia Política Brasileira**. A libertação. MPMNETO publishing, s/d.
- SILVA, Rafael Souza. Caricatura. In: MELO, José Marques de. (org) **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo, FTD, 1992.
- SILVA, Perla Haydee da. **De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. UFMT, Cuiabá – MT, 2019, 139f.
- SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do Grotesco**. Rio de Janeiro, Muad, 2002.
- SOUZA, Helga Vanessa Assunção de. **A Charge Virtual e a Construção de Identidades**. Recife, Editora Universitária, UFPE, 2008.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª edição, rev. e amp. Campos do Jordão – SP, Mantiqueira, 2003.
- TEIXEIRA, Tattiana. A Comédia do Traço. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghoslen; PINTO, José Milton (orgs). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis – RJ, Vozes, 1998.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 15ª ed, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2020.